

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOCTORADO EM SOCIOLOGIA

**FRENTE DE LUTA PELO TRANSPORTE E AS MANIFESTAÇÕES DE RUA EM
GOIÂNIA**

ELIANI DE FÁTIMA COVEM QUEIROZ

ORIENTADOR: PROF. DR. CLEITO PEREIRA DOS SANTOS

GOIÂNIA

2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Eliani de Fátima Covem Queiroz

Título do trabalho: Frente de Luta elo Transporte e as manifestações de rua em Goiânia

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Eliani de F. Covem Queiroz
Assinatura do (a) autor (a) ²

Data: 06/04/2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Queiroz, Eliani de Fátima Covem
Frente de Luta pelo Transporte e as manifestações de rua em
Goiânia [manuscrito] / Eliani de Fátima Covem Queiroz. - 2017.
CCIX, 209 f.

Orientador: Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Goiânia, 2017.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas.

1. Movimentos sociais. 2. Movimento estudantil. 3. Contrapoder. 4.
Ciberativismo. 5. Frente de Luta pelo Transporte. I. Santos, Cleito
Pereira dos, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DA TESE DE DOUTORADO DE
ELIANI DE FÁTIMA COVEM QUEIROZ

Aos trinta e um dias do mês de março de 2017, às 14h00min, na Sala de Defesas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho de Tese de Doutorado de **Eliani De Fátima Covem Queiroz**, intitulado *Frente de Luta pelo Transporte e as Manifestações de Rua em Goiânia*. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores/a Doutores/a: Cleito Pereira dos Santos (UFG-presidente), Flávia Mateus Rios (UFG), Lucas Maia dos Santos (IFG), Luis Antonio Groppo (UNIFAL-MG) e Nildo Silva Viana (UFG). A candidata apresentou o trabalho, os/a examinadores/a a arguíram e ela respondeu às arguições. Às _____ horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo à doutoranda os seguintes resultados:

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos _____

Aprovada Reprovada

Prof.ª. Dr.ª. Flávia Mateus Rios _____

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Lucas Maia dos Santos _____

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Luis Antonio Groppo _____

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Nildo Silva Viana _____

Resultado Final Recomenda-se a publicação, desde que sejam feitos os ajustes sugeridos pela banca examinadora.
Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Letícia Ferreira Angélica, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Letícia Ferreira Angélica _____

Letícia Ferreira Angélica
Assistente em Administração
Secretaria do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia/PPGS
Faculdade de Ciências Sociais /UFG
Matrícula Siape n. 2071790

Para os ativistas de todo o mundo que lutam
por relações mais humanizadas entre as
pessoas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, pela dedicação na produção de conhecimentos, e por me dar a oportunidade dessa formação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG - cujo apoio permitiu a realização desta pesquisa.

Aos entrevistados, pela generosidade em aceitarem contribuir com esta pesquisa.

E ao meu orientador, Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos, pela orientação realizada com sabedoria, seriedade e serenidade. À você, minha imensa admiração e respeito, sempre.

Os homens, enquanto puderem agir, são aptos a realizar o improvável e o imprevisível, e realizam-no continuamente, quer saibam disso ou não.

ARENDT

Na rua, e por esse espaço, um grupo ou a própria cidade se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado.

LEFEBVRE

RESUMO

Os movimentos sociais assumiram uma nova configuração a partir de 2011, com os grandes protestos que aconteceram em vários países, inclusive no Brasil, dando visibilidade à insatisfação popular em relação às demandas não atendidas pelo poder público, aos reflexos da globalização, à atual face do neoliberalismo e do capitalismo integral. Com isso, os movimentos sociais passaram a exercer na sociedade o contrapoder, utilizando como ferramenta, sobretudo, as redes sociais da Internet para denunciar os casos de exclusão social, agendar protestos e transmitir em tempo real o que acontece nas manifestações. As redes sociais favorecem as práticas do ciberativismo, nas deliberações e coordenações dessas ações coletivas, com a predominância da comunicação autônoma, considerada como uma das principais características dos movimentos sociais na contemporaneidade. A comunicação autônoma tornou-se uma forma de fugir do controle do Estado e do poder hegemônico das empresas de comunicação que, em suma, ainda controlam e detêm o monopólio de tornar os fatos públicos. Um monopólio que vem sofrendo o enfrentamento dos movimentos sociais. Um desses movimentos é a Frente de Luta pelo Transporte, em Goiânia, criado em 2013, que levou uma multidão às ruas para protestar em várias ocasiões, a partir daquele ano, contra o aumento da tarifa e para reivindicar melhorias na qualidade do transporte público. A forte repressão do Estado e da polícia tem esfacelado a Frente de Luta, ao agirem com violência contra os ativistas durante as manifestações e efetuarem prisões arbitrárias com a clara intenção de desarticular o grupo e criminalizar o movimento. Os ativistas, na maioria estudantes secundaristas e universitários, possuem formação política e consciência de classe que orientam as ações e estratégias de luta. Consideram o transporte público como forma de garantir a mobilidade de milhares de pessoas, sobretudo de trabalhadores, para se apropriarem da cidade, dos aparelhos sociais, educacionais e culturais de uso comum e coletivo. Apropriação que pode levar à conquistas de outras liberdades e vivências. A pesquisa teve por objetivo conhecer as motivações que levaram os estudantes a articularem a luta pela melhoria do transporte coletivo em Goiânia, buscarem o congelamento do preço da tarifa ou até mesmo seu franqueamento, além de investigar como se comunicam para organizar as manifestações, com o uso das redes sociais. Como ferramentas metodológicas recorreu-se a entrevista semi estruturada, a observação participante e a análise documental.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais; Movimento estudantil; Contrapoder; Ciberativismo; Frente de Luta pelo Transporte.

ABSTRACT

Social movements have taken on a new configuration since 2011, with the great protests that have occurred in several countries, including Brazil, giving visibility to the popular dissatisfaction with the demands not met by the public power, the reflexes of globalization, the current face of the Neoliberalism and integral capitalism. With this, social movements began to exercise in society the counter power, using as a tool, above all, the social networks of the Internet to denounce cases of social exclusion, to schedule protests and to transmit in real time what happens in the demonstrations. Social networks favor the practices of cyber-activism, in the deliberations and coordination of these collective actions, with the predominance of autonomous communication, considered as one of the main characteristics of social movements in contemporary times. Autonomous communication has become a way of evading the control of the state and the hegemonic power of communication companies, which, in short, still control and hold a monopoly on making the facts public. A monopoly that has been facing the confrontation of social movements. One such move is the Transport Struggle Front, in Goiânia, created in 2013, which drove a crowd into the streets to protest on several occasions, from that year on, against tariff increases and to demand improvements in the quality of public transportation. The strong repression of the State and the police has smashed the Frente de Luta, acting with violence against the activists during the demonstrations and making arbitrary arrests with the clear intention of dismantling the group and criminalizing the movement. Activists, mostly high school students and university students, have political training and class consciousness that guide the actions and strategies of struggle. They consider public transport as a way to guarantee the mobility of thousands of people, especially workers, to take ownership of the city, social, educational and cultural devices of common and collective use. Appropriation that can lead to the achievement of other freedoms and experiences. The research had as objective to know the motivations that led the students to articulate the struggle for the improvement of collective transportation in Goiânia, to seek the freezing of the price of the tariff or even its franking, besides investigating how they communicate to organize the demonstrations, with the Use of social networks. As methodological tools, the semi-structured interview, the participant observation and the documentary analysis were used.

KEYWORDS: Social movements; Student movement; against power; Cyberactivism; Front of Struggle for Transport.

LISTA DE SIGLAS

ABRAMET - Associação Brasileira de Medicina de Tráfego.

ABRAPO - Associação Brasileira dos Advogados de Povo.

ACIEG - Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Goiás.

ADEMI - Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás.

AGI - Associação Goiana de Imprensa.

AGP - Ação Global dos Povos.

AMI - Acordo Multilateral de Investimentos.

ANFAVEA - Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores.

AMT - Agência Municipal de Trânsito.

AP - Ação Popular.

ARPA - Advanced Research Projects Agency.

ATTAC - Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BM - Banco Mundial.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento.

BRT - Bus Rapid Transit.

CDL - Clube dos Diretores Lojistas de Goiás.

CDTC - Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo.

CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

CMI - Centro de Mídia Independente.

CMP - Central de Movimentos Populares.

CPL - Campanha pelo Passe Livre.

CMTC – Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo.

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores.

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CNT - Confederação Nacional dos Transportes.

CREA GO - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito.

DCE - Diretório Central dos Estudantes.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

ECMT - Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes.

EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional.

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

FECOMÉRCIO - Federação do Comércio do Estado de Goiás.

FIEG - Federação das Indústrias do Estado de Goiás.

FIP - Frente Independente Popular.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado Rio de Janeiro.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

FNRU - Fórum Nacional da Reforma Urbana.

FSM - Fórum Social Mundial.

GJC - Grupo Jaime Câmara (GJC).

GPS - Global Positioning System.

IAB GO - Instituto dos Arquitetos do Brasil Seção Goiás.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IFG - Instituto Federal de Goiás.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados.

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano.

ITS - Intelligent Transportation System.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

MEPR - Movimento Estudantil Popular Revolucionário.

MIT - Massachusetts Institute of Technology.

MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

MPL – Movimento Passe Livre

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

ONG - Organização Não Governamental.

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PC do B - Partido Comunista do Brasil.

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

PCO - Partido da Causa Operária.

PDP - Programa Democrático e Popular.

PIB - Produto Interno Bruto Per Capita.

PIS - Programa de Integração Social.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

POLOP - Política Operária.

PROUNI - Programa Universidade para Todos.

PSD – Partido Social Democrático

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade.

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

PUC GO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

PT - Partido dos Trabalhadores.

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

RMTC - Rede Metropolitana de Transportes Coletivos.

SANEAGO - Companhia de Saneamento de Goiás.

SECOVI - Sindicato da Habitação do Estado de Goiás.

SEPLAN - Secretaria Estadual de Planejamento.

SETRANSP - Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia.

SINDUSCON GO - Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás.

SMTA - Superintendência Municipal de Trânsito de Aparecida de Goiânia.

TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação.

TMRC - Tech Model Rail Road Club.

TMR - Teoria de Mobilização de Recursos.

TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

TPP - Teoria dos Processos Políticos.

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

UEG - Universidade Estadual de Goiás.

UNE - União Nacional dos Estudantes.

UNMP - União Nacional por Moradia Popular.

UFG – Universidade Federal de Goiás.

VLT - Veículos Leves sobre Trilhos.

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I: ANCORAGENS TEÓRICAS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS	30
1.1 Movimentos Sociais: as diversas elaborações conceituais	31
1.2A Teoria de Processos Políticos	40
1.3 Tarrow e as oportunidades políticas	43
1.4 Ciberativismo, a nova ferramenta dos movimentos sociais	46
CAPÍTULO II: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO ATUAL	64
2.1 A origem e consolidação dos movimentos sociais	65
2.2 O movimento estudantil e a concepção da luta política	86
2.3 Teorias sobre o movimento estudantil	93
2.4 Análise do contexto sócio político pós 2013	98
2.5 Movimentos sociais e a cidade de Goiânia	1066
CAPÍTULO III: O MOVIMENTO ESTUDANTIL FRENTE DE LUTA PELO TRANSPORTE	1199
3. 1 Frente de Luta pelo Transporte: um histórico de combate	1199
3.2 Manifestações e protestos entre posts e hashtags	1377
3.3 Concepções políticas dos ativistas da Frente de Luta pelo Transporte	1544
3.4 Ação direta: com ou sem violência?	1577
3.5 Os limites para as ações da Frente de Luta pelo Transporte	16060
3.6 O resultado da pesquisa	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	1666
REFERÊNCIAS	17171
APÊNDICES	1933
ANEXOS	196

INTRODUÇÃO

O Brasil viveu uma série de manifestações de rua no ano de 2013, motivadas, em um primeiro momento, como protesto contra o reajuste do preço da tarifa do transporte coletivo em Teresina, Goiânia, São Paulo e em outras capitais. Outras demandas não atendidas somaram-se ao coro dos manifestantes e os atos de indignação cresceram em volume de ativistas e em espaços ocupados.

As manifestações foram lideradas por jovens e estudantes, tanto expressando um descontentamento com diferentes aspectos da realidade nacional, sobretudo com a gestão política, como contra atos de corrupção. O descompasso entre representantes e representados delineava uma ausência de alinhamento entre os políticos e o povo, acirrando a contradição social (FERNANDES; ROSENO, 2013).

As ondas de protesto daquele ano suscitaram a necessidade de dar maior clareza ao que acontecia, sobretudo, de estudar mais detidamente o movimento atuante em Goiânia, a Frente de Luta pelo Transporte¹. A Frente de Luta surgiu em 2013, de acordo com o ativista Carlos (2014)², em consequência do descontentamento com a qualidade do transporte coletivo urbano da região metropolitana de Goiânia e com o objetivo de barrar o reajuste da tarifa. Desde os anos de 2010 havia um comando de luta contra o aumento da tarifa na cidade, que agregava ativistas de diversos movimentos sociais e de partidos de esquerda, a juventude do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e alguns apartidários. No ano de 2013 um grupo de usuários do transporte, a maioria estudantes, criou a Frente de Luta, uma organização que se considera do tipo horizontal, ou seja, sem uma liderança específica e com autonomia³ frente aos partidos políticos, sindicatos e ao Estado.

A história da Frente de Luta pelo Transporte, que segue a linha de ação do Movimento Passe Livre – forte movimento social com representações em várias capitais do país –, está

¹ Os ativistas criaram inicialmente o Frente de Luta Contra o Aumento da Passagem em maio de 2013. Pelo coletivo lutar também pela melhoria do transporte, os ativistas mudaram o nome do movimento para Frente de Luta pelo Transporte em junho de 2013. Informações no perfil da Frente no Facebook: <https://www.facebook.com/frente.delutago?fref=ts>.

² Informação verbal dada em entrevista. Para resguardar a identidade dos ativistas da Frente de Luta pelo Transporte, a autora está usando nomes fictícios.

³ Autonomia vem do grego e significa autogoverno, governar-se a si próprio. A questão da representação política como elemento principal das relações democráticas faz parte do debate acadêmico e das lutas de trabalhadores e de estudantes. Eles querem aperfeiçoar a democracia, ou romper com ela, buscando nas ideias socialistas inspiração para movimentos denominados autonomistas ou participacionistas (Martins, 2001).

repleta de ações, articulações, reuniões e manifestações que resultaram em conquistas e derrotas desde a criação do movimento. Por exemplo: derrubaram o aumento de 11,11% em maio de 2013, quando o preço da tarifa na grande Goiânia passaria de R\$ 2,70 para R\$ 3,00, mas não conseguiram reverter o aumento da tarifa no dia 3 de maio de 2014, que passou de R\$ 2,70 para R\$ 2,80. Nem o aumento do dia 16 de fevereiro de 2015, quando a tarifa teve um reajuste de 17,85%, passando de R\$ 2,80 para R\$ 3,30. Em 2016, o reajuste foi de 12, 1% e o valor da tarifa passou para R\$ 3,70. Em cada aumento a Frente de Luta ia às ruas protestar e tentar barrar o reajuste, mas depois de 2013 não conseguiram deter os aumentos, que foram oficializados. O último grande protesto ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2016, com forte repressão da polícia e a prisão de alguns ativistas, que depois foram liberados. Esse aumento também não foi revogado.

Depois das jornadas de 2013, as reuniões de articulações, engajamento e as manifestações da Frente de Luta continuaram, com os ativistas enfrentando repressão policial, prisões e criminalização do movimento, sobretudo em 2014. Nos anos de 2015 e 2016 os ativistas também enfrentaram uma grande repressão policial nas manifestações, com prisões de diversos estudantes.

A prisão de dezenas de ativistas nesses protestos – sendo que três deles ficaram detidos por uma semana em 2014 na Operação 2,80 e levados para a Casa de Prisão Provisória (CPP) do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia–, além da criminalização dos movimentos sociais foram algumas das medidas tomadas pelo governo do Estado de Goiás na tentativa de reprimir as ações da Frente de Luta.

A Frente de Luta é constituída em sua maioria de estudantes universitários, com grande presença de estudantes de diversos cursos da Universidade Federal de Goiás (UFG), alguns estudantes em menor número da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), do Instituto Federal de Goiás (IFG) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Alguns estudantes secundaristas também fazem parte do movimento, além de alguns usuários do transporte coletivo de diversas profissões. Como se tornou usual entre os movimentos sociais em todo o mundo desde a década de 2000, o movimento estudantil também usa as redes sociais⁴, em especial o *Facebook*⁵, como canal de comunicação para buscar a adesão de

⁴ As redes sociais podem ser consideradas como a configuração de espaços sociais discursivos, constituintes de uma esfera pública, informacional, que estimula novas formas de percepção, cognição e ação política (SILVA, 2014).

⁵ A rede social *Facebook* foi criado em 2004 por Mark Zuckerberg como uma rede de contatos para estudantes. No mesmo ano foi aberto para qualquer usuário em todo o mundo (RECUERO, 2009). De acordo a Agência France Press, em dezembro de 2015 o *Facebook* contava com 1,59 bilhão de usuários no mundo (FRANCE PRESS, 2015).

novos militantes, na divulgação das ações do grupo – como reuniões e manifestações –, além de informar, em tempo real, o que ocorre nos protestos.

A relevância desse estudo se dá pela Frente de Luta possuir uma singularidade, que a diferencia de outras ramificações de movimentos sociais⁶. Os ativistas mantêm uma autonomia em relação a partidos políticos, sindicatos, instituições, em relação ao Estado e ao poder governamental. Os estudantes, mesmo tendo uma orientação intelectual considerada de esquerda, não permitem que ideias partidárias se infiltrem nas diretrizes que conduzem as ações do movimento. Nem mesmo o que denominam de posições viciadas de líderes sindicalistas ou de qualquer outra instituição – pública ou privada – são aceitas na condução das ações.

Diante dessa realidade, a questão problema colocada para a presente investigação foi a seguinte: por que os estudantes integrantes da Frente de Luta pelo Transporte articulam a luta pela melhoria do transporte coletivo urbano em Goiânia?

A tese possui como objetivo geral a necessidade de compreender as motivações dos estudantes integrantes da Frente de Luta pelo Transporte para articularem ações que possam levar à melhoria do transporte coletivo urbano em Goiânia. Entre os objetivos específicos estão o de conhecer a concepção dos estudantes integrantes da Frente de Luta pelo Transporte acerca da democratização do acesso ao transporte coletivo urbano de Goiânia pela via do congelamento do preço da passagem e até mesmo do seu franqueamento; entender por que as articulações da luta contra o aumento da passagem levaram os estudantes a protestarem nas ruas de Goiânia, alinhados com manifestações que ocorrem em outras cidades do país; perceber como esses ativistas se comunicam com vistas à articulação das manifestações e difusão de informações; e, por último, descobrir o grau de influência das mídias tradicionais na formação do pensamento desses ativistas.

A análise, que está inserida na linha de pesquisa “Movimentos Sociais, Poder Político e Transformação Social” do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), revela ainda a importância de novas discussões e

⁶ Os movimentos sociais, de acordo com Viana (2015a, p. 54), “podem gerar ramificações, tais como doutrinas, ideologias, teorias, representações, organizações formais e informais, tendências, etc”. Essas ramificações não se confundem com os movimentos propriamente ditos, são partes deles e não o todo. Podem deixar de fazer parte do movimento, como, por exemplo, uma organização que ganha autonomia, com interesses próprios, ou uma teoria de um autor que se desenvolve e rompe o vínculo com o movimento social do qual fazia parte. Como exemplo, o autor cita o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que passa a ser uma organização derivada, ou vinculada, ao Movimento pela Moradia e não o movimento em si.

novos debates sobre o tema, que colaboram com a produção científica tanto para a sociologia quanto para outras áreas de conhecimento que trabalham com o assunto.

Na delimitação espacial do campo da pesquisa foi escolhida a cidade de Goiânia. Os sujeitos principais da pesquisa foram os ativistas da Frente de Luta e pessoas que participaram das manifestações. A escolha deste tema – Frente de Luta pelo Transporte e as manifestações de rua em Goiânia – ocorreu, primeiramente, a partir de uma consciência paulatinamente alicerçada nos estudos de algumas obras de Marx (1996, 1998, 2008, 2009, 2012) e de Marx e Engels (2005, 2008), na busca de entendimento sobre as contradições presentes na sociedade, que foram agravadas historicamente a partir do surgimento do capitalismo como sistema econômico e a difusão dos princípios do liberalismo⁷ e, posteriormente, do neoliberalismo⁸.

Além disso, ocorreram incursões em outros autores da Sociologia como Durkheim (1999, 2012), Weber (1999, 2001), Simmel (2006), Bourdieu (1992,1998,1999,2001), Ianni (1963, 2001) e Holanda (1995), procurando-se compreender como a sociedade estrutura-se e como busca possíveis soluções para os eventuais conflitos. Mais recentemente, foram realizadas algumas leituras sobre os movimentos sociais de autores como Melucci (1989, 2001, 2005), Touraine (1987, 1997, 2006), Frank e Fuentes (1989), Scherer-Warren (1989, 1999, 2006, 2008), Gohn (1997, 2000,2008, 2011), Leher e Setúbal (2005),Tarrow (2009a) e Viana (2009, 2015a, 2015b).

Começou-se pela busca de entendimento sobre as manifestações ocorridas no país em junho de 2013. O Movimento Passe Livre (MPL), que liderou essas manifestações, foi criado

⁷ Favaro, Lima e Whiby (2013, p. 1) entendem o liberalismo como “um conjunto de ideias que tem a finalidade de assegurar a liberdade individual e a propriedade privada. Estas ideias filosóficas foram geradas a partir do surgimento de uma nova sociedade econômica, no final da Idade Média: a sociedade capitalista”. Vieira (2004, p. 23) complementa esse conceito afirmando que o Liberalismo é uma “concepção que pensa o ‘político’ a partir do indivíduo livre, vindo tornar-se hegemônica ao longo da modernidade, visando a organização da sociedade segundo os valores e pressupostos coerentes com a classe social emergente, que se constitui simultaneamente no resultado e na condição da nova forma de reprodução social, a qual há de determinar a natureza e o modo de estruturação do nível político da sociedade liberal moderna, mediante o modelo do Estado Liberal de Direito e que busca legitimar o poder político, por meio do sistema representativo parlamentar”.

⁸ Após a Segunda Guerra Mundial, o Keynesianismo promoveu o surgimento do chamado Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*, que colocava o Estado como principal agente da promoção social e organizador da economia. Contrariando essa tese, Freidman e Hayek, criaram as ideias neoliberais, que defendiam o afastamento do Estado das atividades econômicas, para, ao mesmo tempo, promover reformas que garantissem a livre competição, regulada apenas pelo mercado. Com as políticas neoliberais em curso, em vários setores da economia de diversos países ocorreram privatizações e a passagem de serviços públicos para o setor privado. Houve, ainda, uma desregulamentação do sistema financeiro, com a diminuição dos encargos e direitos sociais e a redução dos gastos governamentais. Tais políticas neoliberais foram colocadas em prática no início da década de 1980, sobretudo sob o comando dos governos Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos (CHESNAIS, 1999).

em 2005, durante o Fórum Social Mundial⁹ em Porto Alegre. O MPL apresenta como bandeira reivindicatória a redução da tarifa do transporte público em todo o Brasil, com grupos mobilizados em diversas capitais do país¹⁰. As manifestações começaram um pouco antes da criação do MPL, em 2003, com a Revolta do Buzu, em Salvador. Em 2004 houve a Revolta da Catraca, em Florianópolis.

O MPL começou uma onda de protestos contra o aumento da tarifa de transporte coletivo de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 no dia 6 de junho de 2013, em São Paulo. A partir daí, houve uma sequência de protestos em várias capitais brasileiras durante todo o mês de junho, que levou 1,4 milhão de pessoas para as ruas em cerca de 120 cidades do País (PESCHANSKI, 2013). Participaram das manifestações pessoas que não se sentiam representadas pelo poder e que reivindicavam, além da revogação do aumento do preço da tarifa, um transporte público de qualidade, mais recursos para a saúde e educação, reforma política e o fim da corrupção, entre outras bandeiras.

No blog¹¹ do movimento Tarifa Zero Goiânia os ativistas informam que o MPL existiu na cidade de Goiânia no período de 2005 a 2006, porém dispersou-se. O coletivo Tarifa Zero Goiânia passou, então, a integrar o MPL Nacional. No blog os ativistas também informam que o movimento Tarifa Zero Goiânia tem como princípios “a horizontalidade, rotatividade de funções, decisões por consenso, transparência, apartidarismo e relação com outros coletivos”¹². Os integrantes do movimento afirmam no blog que também participaram da organização das manifestações contra o aumento da passagem realizadas em 2013 em Goiânia.

O Movimento Frente de Luta pelo Transporte informa, no blog Passa Palavra¹³, que o Movimento é “autônomo, horizontal e apartidário [...], decide tudo em reuniões presenciais amplamente democráticas e divulgadas. É um movimento de resistência, que se definiu pela firmeza em não permitir intimidações e restrições do direito de ir e vir”. Os integrantes da Frente de Luta também divulgaram no blog que participaram da organização das manifestações contra o aumento da tarifa ocorridas em 2013 em Goiânia. Reuniões pré-manifestações e o desenrolar dos protestos também foram divulgados em tempo real na *Fan Page*¹⁴ do grupo na rede social¹⁵ *Facebook*.

⁹O Fórum Social Mundial (FSM) é um encontro anual, internacional, articulado por movimentos sociais, ONG's e pela comunidade civil cujo primeiro evento aconteceu em Porto Alegre em 2001. O Fórum tem como lema “um outro mundo é possível” (LEITE; GIL, 2003).

¹⁰Informações da Apresentação no site do Movimento: <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>

¹¹ De acordo com Recuero, Amaral e Montardo (2009), os *blogs* são sites da Internet usados como diários pessoais, documentado por vários autores. Os blogs tornaram-se ferramenta de trabalho, fonte de pesquisas de diversos assuntos e meio de divulgação.

¹² Informações do site: <https://tarifazerogoiانيا.wordpress.com/sobre/>

¹³ Informações do site: <http://www.passapalavra.info/2013/06/79539>.

¹⁴ *Fan Page*, ou Página de fãs, é uma página específica dentro da rede social *Facebook* direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, autônomos, comunidade ou causa, ou seja, qualquer organização com ou sem fins lucrativos que deseja interagir com seus clientes ou fãs no *Facebook* (ALDABRA, 2015).

Portanto, o surgimento dessas duas ramificações de movimentos sociais em Goiânia – Frente de Luta pelo Transporte e Tarifa Zero Goiânia – marca um diferencial, pois anteriormente nenhum grupo lutava contra o aumento da tarifa do transporte coletivo na capital, nem pela melhoria desse transporte.

Outra novidade é o uso da Internet, redes sociais e telefone celular com seus aplicativos para a busca de adesão de novos ativistas, para comunicar dia e horário de reuniões e manifestações, além de documentar com texto, fotos e vídeos o transcorrer dos protestos. Dessa forma, um novo elemento mudou a maneira dos movimentos sociais contemporâneos se articularem. O uso das redes sociais e blogs da Internet para buscar a adesão de novos ativistas, divulgação das etapas do protesto e agendamento de manifestações foi o diferencial em relação às formas de atuação de ativistas de outras épocas. Ação esta que é de cunho global, também adotada por manifestantes de vários países em diferentes épocas dos anos 2000 até agora, alguns deles defendendo causas transnacionais, que é denominada como ciberativismo¹⁶.

Ao analisar-se a onda de protestos que ocorreram no País, pode-se afirmar que há uma situação de conflito social na realidade brasileira que se agravou e necessita ser estudada. Uma insatisfação que está latente, por anos não foi resolvida e terá outros desdobramentos futuros, com o protagonismo dos estudantes à frente das manifestações, sobretudo no recorte feito para esta investigação, na cidade de Goiânia.

Para realizar essa investigação, foi necessário fazer escolhas metodológicas que melhor delineassem o caminho a ser percorrido. Compreende-se que é próprio do campo da pesquisa haver um processo de adequação da metodologia a partir do momento em que aspectos do objeto em investigação vão surgindo com mais clareza. Também a partir da ancoragem teórica que vai sendo delineada, com a consequente definição do método de análise, e ainda, frente às contradições encontradas na realidade pesquisada.

Nesse trabalho de campo, escolheu-se como principais ferramentas metodológicas a observação participante, a entrevista semiestruturada e a análise documental. May (2001, p. 177) define a observação participante como um processo “no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana

¹⁵ As redes sociais da Internet podem ser consideradas como a configuração de espaços sociais discursivos constituintes de uma esfera pública, informacional, que estimula novas formas de percepção, cognição e ação política (SILVA, 2014).

¹⁶ Malini e Antoun (2013, p. 137) definem ciberativismo como a “utilização de sites, blogs e redes sociais da Internet pelos ativistas dos movimentos sociais para disseminação da causa de luta. Configura-se na junção “[...] da política de ação direta do novo ativismo com a potência criativa, descentralizadora e anárquica dos sistemas hipermídia”.

na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo” (MAY, 2001, p. 177). Para Lapassade (1991), a observação participante torna-se um dispositivo de trabalho e não uma forma particular de observação. Este dispositivo é configurado logo no começo das negociações de acesso, antes de iniciar a observação propriamente dita.

O ideal é que essa observação siga um planejamento, com critérios previamente definidos, para maior eficácia da análise, passando de uma fase exploratória do espaço e dos sujeitos em questão, para depois tornar-se focalizada em situações e ocorrências, até chegar a uma observação seletiva, caso seja necessário (CORREIA, 2009).

No entanto, Flick (2004) considera que toda pesquisa implica em uma interação entre observador e observado, não se esquecendo de que a observação muda o objeto observado e vice-versa. Por isso, deve-se investir na análise contínua dessa interação e nos elementos coletados a partir da observação. O pesquisador também deve seguir os ritmos e a evolução do objeto em estudo, evitando o erro de considerar como representativo do conjunto de uma situação um fragmento temporal e singular fixando-se inteiramente nesse fragmento. A estada prolongada no campo permite delimitar a multiplicidade de fatores, perspectivas ou ordens que estruturam uma situação, “e ainda evidenciar as combinações e os desenvolvimentos complexos que um fragmento isolado pode revelar, por mais bem selecionado que seja” (FLICK, 2004, p. 421).

Na observação participante empreendida nesta pesquisa, participou-se de uma reunião da Frente de Luta, realizada em uma das sedes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Goiás (UFG), no Setor Universitário em Goiânia no dia 17 de fevereiro de 2015, às 14 horas, três dias antes da manifestação de rua realizada no dia 20 de fevereiro de 2015. Participaram desta reunião cerca de 60 ativistas, sendo 40 homens e 20 mulheres, a maioria estudantes da UFG.

Antes de a reunião começar, um dos ativistas fez uma consulta pública se o grupo autorizava a presença desta pesquisadora no recinto. Dois ativistas homens questionaram sobre qual o foco da pesquisa, o que foi explicado pela pesquisadora. Uma ativista perguntou se os possíveis desentendimentos entre eles seriam divulgados. A pesquisadora respondeu que o interesse maior era a forma de conduzir a reunião e a tomada de decisões. Depois deste momento, a pesquisadora foi autorizada a permanecer no recinto. O que ocorreu nesta e em outras reuniões foi tratado no capítulo III deste texto.

Também fez-se observação participante da manifestação do dia 20 de fevereiro de 2015, de uma distância de cerca de 100 metros, anotando os acontecimentos presenciados. Os

estudantes saíram da Praça Universitária às 17 horas e seguiram a pé até o Terminal da Praça da Bíblia, com a participação de 300 pessoas segundo a Polícia Militar e 500 pessoas segundo os ativistas da Frente de Luta. O detalhamento do ocorrido nesta manifestação também está relatado no capítulo III.

O segundo instrumento, a entrevista semi-estruturada, parte de um roteiro específico, porém, permitindo que o pesquisador inclua novas questões de acordo com o andamento do diálogo. Esse tipo de entrevista é amplamente utilizado pelos pesquisadores de ciências sociais, sobretudo, porque “é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário” (FLICK, 2004, p. 89). Dessa forma, sabe-se que o sujeito escolhido para participar da entrevista possui uma reserva complexa de conhecimento sobre o tópico em estudo e pode expressá-lo espontaneamente ao responder às perguntas.

É importante ter clareza de que a entrevista visa à compreensão parcial de uma realidade multifacetada concernente a tempo e contexto sócio histórico específicos. Significa, ainda, perceber que “as visões de mundo de grupos humanos se sustentam nos níveis de compartilhamento vivenciados por eles: época, lugar, processos de socialização, nível de desenvolvimento da ciência e da sociedade, hábitos e costumes culturais, língua, ambiente etc” (FRASER; GONDIM, 2004, p. 147).

As autoras também veem vantagens na realização da entrevista individual com cada ator do objeto investigado, porque privilegia o conhecimento em profundidade dos significados pessoais de cada participante. Favorece também a maior proximidade de cada participante individualmente e, em consequência, permite maior controle do investigador da própria situação da entrevista, visto que, na situação de grupo, o risco de se desviar do tema é maior.

Para Duarte (2002), a definição de critérios segundo os quais os sujeitos que vão compor o universo de investigação são selecionados é um ponto muito importante no trabalho de campo, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. A descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser enfrentado de imediato, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo está assentado.

Dessa forma, para escolher os sujeitos da pesquisa sobre o Frente de Luta pelo Transporte, começou-se entrevistando os ativistas já conhecidos, seja por menção em reportagens da mídia, seja por participarem frequentemente das discussões empreendidas no *Facebook* do grupo. Ao entrevistar os ativistas mais conhecidos, pediu-se que estes indicassem outros integrantes da Frente de Luta que pudessem também ser entrevistados. Foram inúmeras as contribuições nesse sentido, com a oferta de uma lista de pessoas que poderiam colaborar com o estudo, representando uma incorporação progressiva de novos sujeitos à pesquisa.

Foram entrevistados, para a presente pesquisa, 19 ativistas da Frente de Luta, sendo 14 homens e 5 mulheres. O mesmo número de mulheres, em relação ao número de homens, foi convidado a participar da entrevista, no entanto, muitas delas se negaram a dar entrevista, apenas 5 aceitaram. As mulheres que não aceitaram dar entrevista alegaram medo de uma possível identificação e da repressão, como se estivessem fornecendo documentação contra elas mesmas, que pudessem ser usadas como provas para criminalização judicial. Dentre os homens, os estudantes têm idade de 18 a 33 anos e as mulheres tem idade de 20 a 29 anos. Com relação à renda familiar, os homens tem renda de R\$ 1.500,00 a R\$ 10.000,00 e as mulheres têm renda de R\$ 4.000,00 a R\$ 10.000,00. O perfil sócio econômico desses ativistas denota que pertencem a uma faixa social menos desprivilegiada economicamente, diferente, portanto, da maioria dos usuários e trabalhadores que usam o transporte coletivo em Goiânia e região metropolitana da capital.

Duarte (2002, p. 143) assevera que o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori* – tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. “Enquanto estiverem aparecendo ‘dados’ originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso, as entrevistas precisam continuar sendo feitas”.

À medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação e, dependendo do volume e da qualidade delas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso. A partir do momento em que é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingirem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo. Porém, pode ser necessário voltar ao campo para esclarecer dúvidas, recolher

documentos ou coletar novas informações sobre acontecimentos e circunstâncias relevantes que foram pouco explorados nas entrevistas (DUARTE, 2002).

A pesquisa de campo, no caso desse estudo sobre a Frente de Luta pelo Transporte, deu condições para identificar práticas usadas dentro do movimento e, ainda, valores, concepções, ideias, referenciais simbólicos que organizam as relações no interior do movimento, permitindo compreender códigos e rituais empregados nas práticas dos ativistas.

Paralelo ao trabalho de campo realizou-se a pesquisa bibliográfica, com uma ampla consulta às fontes secundárias, que envolveu a leitura de diversos autores das áreas da Sociologia e dos movimentos sociais, no Brasil e no mundo e, particularmente, sobre o movimento estudantil.

Ainda, teorias sobre o neoliberalismo e o processo de globalização que alteraram as relações políticas, econômicas e sociais em todo o mundo, incluindo o Brasil. Também levantou-se teoricamente a história da Internet, a formação do ciberespaço¹⁷, a criação e consolidação das redes sociais virtuais, além do uso dessas redes para divulgar os fatos sobre as manifestações e convocação para os protestos, em uma literatura mais recente.

Concomitante à etapa do levantamento bibliográfico e seu fichamento, seguiu-se, então, a realização da pesquisa documental, com a consulta às fontes primárias. Estudou-se os registros a respeito da criação da Frente de Luta pelo Transporte e sobre a forma de atuação deste movimento em Goiânia. Foi feito também um criterioso estudo das postagens do movimento nas redes sociais, sobretudo no *Facebook*. Foram avaliados ainda os registros jornalísticos e artigos acadêmicos sobre as manifestações de junho de 2013 em Goiânia e sobre manifestações posteriores a essa época. Depois de concluídas as etapas da observação participante, da realização de entrevistas e do levantamento de documentos, chegou-se à fase de análise e interpretação dos dados.

Depois de concluídas as etapas da observação participante, da realização de entrevistas e do levantamento de documentos, chegou-se à fase de análise e interpretação dos dados. Diante do objeto escolhido, julgou-se pertinente adotar a Análise do Discurso¹⁸ que, para Silva (2005, p. 16), possibilita estudar a linguagem como arcabouço “de uma materialidade simbólica própria e significativa”.

¹⁷ Lévy (1999) define o ciberespaço como o novo meio de comunicação que surgiu da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como as pessoas que navegam e alimentam esse universo.

¹⁸ “A Análise do Discurso é o estudo aprofundado da linguagem que se utiliza, procurando a identificação de padrões. É melhor compreendida como um campo de pesquisa do que como uma simples prática sendo possível identificar diferentes abordagens/concepções” (NOGUEIRA, 2001, p. 23).

Nesse tipo de análise, a autora considera que é possível apreender na prática da linguagem o sentido simbólico da fala do homem, que constitui esse próprio homem e sua história. Rocha e Deusdará (2005, p. 15) complementam que a linguagem não representa apenas algo já dado, “sendo parte de uma construção social que rompe com a ilusão de naturalidade entre os limites do linguístico e os do extralinguístico. A linguagem não se dissocia da interação social”. Portanto, por meio da Análise do Discurso o pesquisador procura compreender a produção social dos sentidos, feita por pessoas históricas, por meio da materialidade das linguagens (PÊCHEUX, 1997).

Para o filósofo Pêcheux (1997, p. 56), tido como criador da teoria da Análise do Discurso de orientação francesa, “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo “um efeito dessas filiações e um trabalho”, que é mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo perpassado pelas determinações inconscientes. Um efeito e um trabalho que estão deslocados no seu espaço.

Nesse sentido, para o autor, não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que leva ao princípio de que é preciso ousar-se se revoltar-se. Ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, ou seja, é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ousar pensar por si mesmo.

De acordo com Gregolin (2007), que se baseou em Foucault (2008), o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, isso porque quem fala, fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido institucionalmente. Também não se pode esquecer de que a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que tem como objetivo determinar aquilo que pode ser dito em um certo momento histórico. Dessa forma, o discurso é um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual constituem-se os saberes de um momento histórico.

Portanto, as relações discursivas, segundo Foucault (2008) podem ser estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização. São relações que muitas das vezes não estão presentes no discurso propriamente dito, e não são desenvolvidas quando se faz a análise, nem desenham a trama, a racionalidade imanente, a nervura ideal que reaparece totalmente, ou em parte, quando busca-se estudar o discurso. Essas relações não definem a constituição interna do enunciado, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros discursos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irredutibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade.

Outro filósofo que se ocupou em estudar, entre outros temas, a linguagem humana, Bakhtin (1997), afirma que em todo enunciado, desde que o examinemos com apuro, levando em conta as condições concretas da comunicação verbal, descobre-se as palavras do outro ocultas, ou semi-ocultas e com graus diferentes de alteridade. Dessa maneira, um enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados e totalmente permeáveis à expressividade do autor, o sujeito que fala.

Dessa forma, na Análise do Discurso existem dois *corpus* que vão compor a pesquisa: o material de arquivo e o material empírico. Quando se analisa o material já existente como documentos, legislação, publicações em jornal e livros, refere-se ao *corpus* de arquivo. Por outro lado, se o material é construído especialmente para a pesquisa, como por exemplo, por meio de entrevista e observação, refere-se ao *corpus* empírico, experimental (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Portanto, as análises dos dois *corpus*, de arquivo e empírico, levaram ao delineamento das conclusões apresentadas nesta tese.

Percorrendo este longo percurso teórico e metodológico, próprio da pesquisa científica, espera-se conseguir uma contribuição para atribuir sentido às atividades dos integrantes da Frente de Luta pelo Transporte. Conteúdo que possa auxiliar no entendimento da questão: por que os jovens goianienses integrantes da Frente de Luta pelo Transporte articulam a luta pela melhoria do transporte coletivo urbano em Goiânia?

Além da pesquisa seguir trajetos metodológicos escolhidos de acordo com o objeto e os objetivos traçados, a escrita de uma tese também obedece a um planejamento prévio que perpassa os aspectos que são tratados no texto. Na planificação elaborada para este trabalho, dedicou-se o primeiro capítulo a explicar sobre o estado da arte dos movimentos sociais, buscando as principais concepções teóricas sobre o tema. Abordou-se também, de forma mais aprofundada a Teoria dos Processos Políticos e as concepções de seu principal teórico, Sidnei Tarrow. Isso porque entende-se que essa teoria serve de alicerce para a discussão tratada nesta tese. Ainda, explicou-se sobre o que vem a constituir-se o ciberativismo.

No segundo capítulo tratou-se do desenrolar histórico desses movimentos. Um item em especial foi dedicado ao movimento estudantil, além de uma análise do contexto atual dos movimentos sociais pós-2013. Finalizando o capítulo, falou-se sobre os entraves da mobilidade urbana em Goiânia, os gargalos que emperram a criação de políticas que auxiliem na melhoria do transporte coletivo urbano e no barateamento da tarifa, itens que fazem parte das reivindicações da Frente de Luta pelo Transporte.

O terceiro capítulo foi dedicado ao movimento estudantil Frente de Luta pelo Transporte, com dados históricos e análises realizadas a partir de publicações sobre o movimento e dos depoimentos colhidos em entrevista com alguns ativistas do grupo. Traz ainda o resultado da pesquisa, com análise e interpretações dos dados coletados. Faz parte das conclusões desta tese a constatação de que os ativistas vivenciam na prática a autonomia proclamada em publicações e nas entrevistas realizadas.

CAPÍTULO I

ANCORAGENS TEÓRICAS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao contrário de situações que levaram diversos povos às insurreições¹⁹ e revoluções²⁰ ao longo da história, na atualidade, as novas contradições sociais – provocadas pela entrada em cena do novo regime de acumulação, o integral²¹, entrelaçado com as teias do neoliberalismo –, não estão restritas apenas aos conflitos de classe. As diversas demandas emergentes desse novo contexto fizeram com que grupos de pessoas se unissem em causas comuns, configurando-se em movimentos sociais.

Desse modo, não é possível estudar o movimento social dissociado das relações de produção e consumo, isso porque de acordo com Montañó e Duriguetto (2011) Estado, sociedade civil e mercado são esferas da mesma realidade social e histórica, portanto, todos são espaços de lutas e demandas sociais, todas passíveis de conflitos e disputas. As ações sociais e os movimentos sociais podem se organizar em torno de demandas pontuais e podem se desenvolver em espaços específicos, mas isso não subtrai o fato de terem vinculação com a forma dada no sistema capitalista de produção e distribuição de riqueza – fundada na relação de exploração entre as classes antagônicas, capital e trabalho –, e seu acionar provocar impactos nas relações e estruturas das esferas estatal, mercantil e da sociedade civil.

O conceito de movimento social não foge a uma sistemática que, *a priori*, busca demarcar aspectos teóricos que façam a distinção de outros termos sobre o tema. Desse modo, alguns autores (GOOS; PRUDÊNCIO, 2004; RODRIGUES, 2011; VIANA, 2015a), entre outros, se deram a tarefa de revisitar, em época recente, os conceitos de movimentos sociais elaborados por teóricos que se debruçam sobre essa área da Sociologia há algumas décadas, analisando suas formulações.

¹⁹ Insurreição é definida como revolta; ação de insurgir, de se opor contra uma ordem preestabelecida ou determinada (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2015).

²⁰ Decouflé (1970, p. 13) traz as acepções de Littré para definir revolução como “mudança nas coisas do mundo, nas opiniões. Mudança brusca e violenta na política e no governo de um Estado [...]. De maneira abstrata, a revolução, sistema de opiniões compostas de hostilidade ao passado e de busca de um novo porvir, por oposição ao sistema conservador”. Decouflé (1970, p. 15) cita ainda a definição de Rappoport, na *Encyclopédie Socialiste*, quando afirma que “a revolução [...] é uma transformação radical ou fundamental, uma mudança de regime, de direção, de princípio. A revolução é um ato de emancipação humana e social”.

²¹ De acordo com Viana (2009), o capitalismo passou por diversos regimes de acumulação na Europa Ocidental e demais países imperialistas: depois da acumulação primitiva do capital, ocorreu o regime de acumulação extensivo, iniciado no período da revolução industrial até o final do século XIX; depois veio o regime de acumulação intensivo, que ocorreu do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial; na sequência, veio o regime de acumulação intensivo-extensivo, vigente a partir do Pós-Segunda Guerra Mundial até o final do século XX; chegando ao regime de acumulação integral, com início no final do século XX e que dura até a atualidade. Com o regime de acumulação integral, houve a queda do nível de vida e renda, inclusive em países considerados ‘desenvolvidos’, e o aumento da miséria, pobreza, violência e criminalidade.

Apesar de tantas tentativas, paira no academicismo uma certa imprecisão conceitual, faltando consenso sobre o significado de movimentos sociais entre os pesquisadores (REIS; MARTINS, 2009). No entanto, muitas tentativas de elaboração de conceito foram feitas, no Brasil e no exterior, seguindo diferentes correntes de pensamentos.

1.1 Movimentos Sociais: as diversas elaborações conceituais

Alguns autores, tanto na Europa e Estados Unidos como na América Latina e no Brasil, elaboraram o conceito de movimentos sociais de forma diversa, trabalhando na construção de paradigmas que pudessem dar conta dessa teoria. O desafio tornou-se vultuoso pela complexidade do tema, abrangência situacional, pela composição dos movimentos sociais, pelos sujeitos envolvidos e tendo em vista a diversidade de causas pelas quais lutam.

Há 28 anos Scherer-Warrern (1989) construiu um conceito de movimentos sociais a partir de uma elaboração teórica de cada palavra do texto. Dessa forma, para a autora movimentos sociais são ações realizadas em grupo para transformação (a práxis) voltada para conseguir alcançar os mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

Na década de 2000, a autora passou a pesquisar sobre redes de movimentos sociais, construindo, a partir daí, um novo conceito. A rede de movimentos sociais pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.

Dito de outra forma, o movimento social, em sentido mais geral, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta dessas múltiplas articulações. A ideia de rede de movimentos sociais é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o futuro ou o rumo das ações do movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (SCHERER-WARREN, 2006).

Scherer-Warren (2014) ainda alerta para a diferença entre manifestação de rua, ocorrida nas jornadas de 2013, para movimento social organizado, afirmando que este último tem uma relativa permanência temporal e tende, na contemporaneidade, a se estruturar sob a forma de redes de militância que atuam como uma estratégia para a construção de

significados políticos ou culturais em comum. Isso com o objetivo de conquistar e mobilizar novos ativistas, de produzir ações de advocacia e de interferir nas políticas públicas ou de promover mudanças na cultura, na política ou no sistema social de forma mais abrangente.

Gohn (2008), que também há décadas pesquisa o tema, afirma que movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas diferentes de a população se organizar e expressar suas demandas. Para a autora, na ação concreta, essas ações adotam diferentes estratégias, que vão da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até às pressões indiretas. Dialogando com Scherer-Warren, Gohn (2011, p. 335) também concebe que, “na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a Internet”.

Em oposição a essa ideia de Gohn e Scherer-Warren, a autora deste trabalho considera que a formação dessas redes de movimentos sociais ainda não foram consolidadas no Brasil. Na realidade concreta, o agir de muitos desses movimentos ocorre de maneira isolada, com poucas conquistas realizadas. Com as mudanças políticas conjunturais da atualidade, até mesmo conquistas dadas como certas são revogadas e os grupos de ativistas precisam recomençar trajetórias, caminhos e lutas tidas como vitoriosas em outras épocas. Há a perda de várias conquistas importantes, como, por exemplo, a suspensão do Programa Nacional de Combate ao Analfabetismo de Jovens e Adultos, no dia 28 de agosto de 2016, pelo presidente Michel Temer²².

Ao teorizar sobre movimento social, Vakaloulis (2005, p. 132), pondera que “a dialética histórica está marcada tanto pelo modo de ação soberano dos atores quanto por sua dificuldade para atuar e refletir livrando-se da força dos costumes”. Por isso, a dialética da ação coletiva combina a possibilidade construída pelos atores empenhados em influenciar o político de maneira autônoma, forçando-o a dar respostas, e sua pequena capacidade de questionar a simbologia do que por um lapso de tempo é visto como um horizonte intransponível.

Portanto, o conceito de movimento social, para o autor, refere-se, na verdade, a um conjunto mutável de relações sociais de protesto que emergem no seio do capitalismo

²² Matéria jornalística sobre esse assunto de autoria de Pinho (2016) está disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/08/1807683-governo-temer-suspende-programa-nacional-de-combate-ao-analfabetismo.shtml>.

contemporâneo. Essas relações se desenvolvem de forma desigual em seus ritmos, sua existência reivindicativa, sua constância e sua projeção no futuro e, por fim, em sua importância política e ideológica. Sua origem comum, se é que existe uma, está no fato de que certos grupos sociais dominados entram em conflito, de forma direta ou indireta, com a materialidade das relações de poder e de dominação, mas também com o imaginário social marcado pela dinâmica da valorização/desvalorização. No entanto, o “projeto” que essas mobilizações representam nem sempre é explícito. Sua formalização é incompleta, sua maturidade é insuficiente e seu potencial simbólico é frágil.

Concorda-se com Vakaloulis (2005) quando afirma que há uma luta entre o desejo de transgredir e os limites impostos pelo sistema dominante e que essa luta é que corporifica as ações dos movimentos sociais. Também julga-se correta a tese de que falta coerência a alguns dos projetos defendidos pelos coletivos e a ausência de maturidade em alguns grupos para levar adiante as reivindicações propostas.

Para Viana (2015a, p. 17), antes de elaborar o conceito de movimento social, é necessário analisar alguns elementos que são fundamentais para sua compreensão. Segundo o autor, “os movimentos sociais não estão fora da sociedade, não são autossuficientes, não existem fora do conjunto das relações sociais, que geram as situações sociais, os grupos sociais, entre outros aspectos constitutivos dos mesmos”.

Nesse sentido, Viana (2015a, p. 53) conceitua movimentos sociais como “mobilizações de grupos sociais que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social (demandas, necessidades, interesses etc) com determinada situação social”. O autor esclarece que um movimento social gera um conjunto de ramificações que muitas vezes são confundidas com ele, mas que são partes ou derivações do mesmo, tais como organizações, ideologias, tendências, manifestações etc.

Dentro do paradigma norte-americano, Tarrow (2009a), um dos autores que conceberam a Teoria dos Processos Políticos (TPP), tema a ser abordado mais adiante, entende que o movimento social surge do confronto político. Isso porque esse confronto acontece quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, somam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores.

Dessa forma, o confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios. Esses atores agem por meio de repertórios de confronto conhecidos, expandindo-os ao criar inovações marginais. Portanto, para o autor, o confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulados por

símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado de todas essas ações é o movimento social.

McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 21), em artigo escrito conjuntamente, afirmam que um movimento social é uma interação “sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam que essa população está sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso²³”. Como os próprios autores admitem, essa definição exclui os movimentos sociais considerados como conservadores e de direita.

Surgiu também, nos Estados Unidos, o conceito de *frame* relacionado com a temática dos movimentos sociais. De acordo com Gohn (1997, p. 87), frames são “marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva”. A partir do estudo dos *frames*, são identificadas as estratégias comunicativas com as quais os ativistas de uma organização ou movimento social vinculam seus esquemas interpretativos aos significados sociais mais amplos. Os *frames* de um movimento social podem ser reconhecidos “em seus discursos nos espaços públicos, nas entrevistas divulgadas pela mídia em geral, na mobilização do movimento, em seus documentos programáticos, nas atas de reuniões, congressos, encontros, em panfletos e outros materiais de divulgação” (VIEIRA, 2008, p. 66).

Os *frames* também geram oportunidades políticas e dão continuidade às lutas de diversos grupos, na medida em que são cultural e historicamente construídos, segundo McAdam (1994). Esses grupos, na maioria dos casos, usam informações da mídia para criar suas próprias orientações políticas ou “*frames*”. O *framing* pode ser visto como um fator na construção de oportunidades políticas assim como uma resposta às transformações nas oportunidades políticas.

Na visão do paradigma europeu, que tem na cultura, na identidade e na subjetividade emblemas importantes para a análise dos movimentos sociais, Melucci (2001, p. 29), define movimentos sociais como um fenômeno coletivo que se apresenta “com uma certa unidade externa, mas que, no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização

²³ Os autores explicam o motivo para a síntese do conceito: “precisamente porque o confronto político constitui um terreno analítico contínuo com nada mais do que fronteiras fluidas, qualquer definição de movimento social provocará objeções imediatas de estudiosos de áreas adjacentes que se concentram nas suas semelhanças; esta definição específica exclui as reivindicações coletivas de poderosos em relação a poderosos, esforços coletivos para se evadir ou se auto renovar e alguns outros fenômenos próximos que, de fato, compartilham características importantes com as interações que estão dentro das fronteiras. Nós nos concentramos nas relações dominantes-subordinados baseados na hipótese de que o confronto que envolve uma desigualdade substancial entre os protagonistas tem características gerais distintivas que ligam movimentos sociais a revoluções, rebeliões e nacionalismos de base popular (bottom-up)” (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 21).

muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças”.

O autor reitera que muitas vezes há uma tendência de representar os movimentos sociais como personagens, com uma estrutura definida e homogênea, enquanto que, na maior parte das vezes, são fenômenos heterogêneos e fragmentados. Por isso, os movimentos sociais necessitam destinar muitos dos seus recursos para a gestão da complexidade e diferenciação que os constitui.

Em uma reflexão teórica revisitada, Touraine (2006, p. 20), que também faz parte das vertentes teóricas do paradigma europeu, define movimento social como a confluência de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam. Isso porque “poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados – o que impediria, por definição, tanto o conflito e o enfrentamento quanto o compromisso ou a resolução de conflito”.

O essencial, aqui, para o autor, é reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada. Touraine, que estuda o tema desde a década de 1960 e tem influenciado muitos pesquisadores da América Latina nesta construção teórica, na atualidade entende que uma relação social de dominação só pode levar a uma ação que mereça o nome de movimento social se atuar sobre o conjunto dos principais aspectos da vida social. Isso se ultrapassar as condições de produção em um setor, de comércio ou de troca ou, ainda, a influência exercida sobre os sistemas de informação e de educação. Segundo o autor (2006, p. 19), “só há movimento social se a ação coletiva – também ela com um impacto maior do que a defesa de interesses particulares em um setor específico da vida social – se opuser a tal dominação”.

Considera-se que Touraine, ao conceituar movimentos sociais, trabalha com a hipótese de não haver conflito e, somente se houver, surgiria então o movimento social. A base para o nascimento do movimento social, para o autor, está condicionada a existência de um conflito. Ainda na concepção de Touraine, só existe o movimento social se a ação for coletiva, defendendo interesses coletivos e se o grupo tentar vencer a situação de dominação reinante.

Jensen (2014, p. 133), de certa forma, dialoga com Touraine ao afirmar que os movimentos sociais existem sob determinadas condições históricas, “quando possuem um grupo social (que pressupõe um interesse comum derivado de uma situação comum, mesmo que essa situação seja apenas um projeto político ou cultural) onde se forma uma ação e uma consciência coletivas”.

Na tentativa de esclarecer a constituição dos movimentos sociais, Viana (2015a) afirma que eles podem ser monoclássistas ou policlássistas. Os movimentos sociais monoclássistas têm por base grupos sociais compostos por indivíduos de apenas uma classe social e os policlássistas têm por base grupos sociais compostos por indivíduos de duas ou mais classes sociais.

Para o autor, existem três tipos de movimentos sociais: conservadores, reformistas e revolucionários. O movimento social conservador atua no sentido de conservar, reforçar a sociedade existente, sem permitir mudanças no interior do capitalismo. O movimento social reformista é policlássista e suas reivindicações são endereçadas ao Estado, buscando reformas sociais, mudanças legislativas, atendimentos a demandas sociais. Podem possuir tendências revolucionárias sendo, no entanto, minoritárias e dissidentes. O movimento social revolucionário é um caso raro, segundo o autor, e seu objetivo principal é a transformação radical do conjunto das relações sociais. No entanto, pode ocorrer quando uma tendência revolucionária passa de minoritária a majoritária em um movimento social reformista ou quando se trata de um movimento social com base em grupos sociais culturais.

No entender de Oliveira e Marinho (2012), na atualidade, os movimentos sociais são caracterizados pela falta de uma base social demarcada, por novos espaços de conflito, demandas metapolíticas, identidades plurais e esses movimentos são protagonistas de um novo tipo de ativismo. As mobilizações desses movimentos ocorrem fora da esfera institucional e buscam sensibilizar e persuadir a sociedade para uma transformação radical com base no diálogo da diversidade, sobretudo os movimentos que têm em sua base a juventude.

Também na atualidade, as formas de opressão e de exclusão contra as quais os movimentos sociais lutam, não podem ser abolidas com a simples concessão de direitos, como é típico da cidadania (SANTOS, 2006). Segundo o autor, os conflitos exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de uma nova inculcação cultural.

Concorda-se com Santos, no sentido de que a conquista de direitos sociais considerados como provedores de uma suposta cidadania nem sempre representa ganhos conseguidos pela articulação dos movimentos sociais que possa ser traduzida em benefícios longamente esperados. Também entende-se que novos modelos devem ser pensados para dar conta da solução de conflitos em um cenário globalizante, que cada vez mais destitui os direitos naturais das pessoas.

Para a formalização de teorias que deem conta do estudo dos movimentos sociais e na tentativa de classificação dessas mobilizações, tanto nos Estados Unidos como na Europa,

vários autores se dedicaram a concepções nas quais os movimentos pudessem ser novamente explicados.

Os primeiros estudos sobre os movimentos sociais nos Estados Unidos foram desenvolvidos pela Escola de Chicago, com a abordagem de Blumer no começo do século XX sobre o interacionismo. Para o autor, os movimentos sociais seriam empreendimentos coletivos com o objetivo de se estabelecer uma nova ordem de vida. A educação e a interação eram ferramentas importantes da mudança (GOHN, 1997).

De acordo com a autora, nas décadas de 1940 e 1950 surge a teoria das sociedades de massas de Hoffer e Kornhauser. Os autores se preocupavam com o comportamento coletivo das massas, considerando-o também como processo da anomia e das condições estruturais de carências e privações. A partir desses estudos, os autores elaboraram um diagnóstico da natureza dos movimentos sociais da época, além de formular teorias sobre comportamentos políticos não-convencionais, denominando-os de desviantes.

Na década de 1950, Lipset e Rudolf Heberle desenvolveram as concepções sócio políticas para entender os comportamentos coletivos do tipo político partidário. Lipset estudou o comportamento dos eleitores, a mobilização partidária e o poder político de diferentes grupos na América Latina e Heberle pesquisou sobre revoluções e conflitos entre as nações como, por exemplo, com o nazi-facismo (GOHN, 1997).

Para a autora, por fim, surgiu a abordagem organizacional e institucional de Gusfield, estudava os movimentos sociais buscando fundamentos para entender os comportamentos coletivos reunidos em forma de organização com objetivos específicos, que se aglutinam em torno de alguns interesses de sua clientela. Os estudos de Gusfield foram precursores da Teoria de Mobilização de Recursos, que seria elaborada décadas depois.

Na contemporaneidade, novas correntes teóricas foram delineando-se acompanhando o pulsar emergente dos fatos históricos, como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), paradigma dos pesquisadores europeus, a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria dos Processos Políticos (TPP), as duas últimas da vertente norte-americana.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) tem como principais características um modelo teórico baseado na cultura, com a dimensão política perpassando todo seu itinerário. Os atores desses movimentos são analisados tendo como foco as ações coletivas, que delineiam novas formas de agir, baseada em uma solidariedade específica entre os atores, que possibilita a criação de um novo padrão de sociedade. Essa ação coletiva se dá por meio “da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa” (MELUCCI, 2001, p. 35).

Gohn (1997) elenca três correntes teóricas europeias dos Novos Movimentos Sociais: a francesa, liderada pela equipe de Alain Touraine, com o paradigma acionalista dando ênfase ao ator coletivo; a italiana, tendo à frente Alberto Melucci, com a defesa do paradigma da identidade coletiva e o enfoque voltado para o psicossocial; e a alemã, com os estudos de Claus Offe voltados para a abordagem neomarxista, que segue a teoria crítica iniciada com a Escola de Frankfurt.

A Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) foi caracterizada por Olson (2002) e, em um segundo momento recebeu reforço teórico de Oberschall (1973), McCarthy e Zald (1973), além de Gusfield (1970). Dentro da perspectiva dessa teoria, toda a análise dos movimentos sociais baseia-se na existência de recursos como pilares sustentadores das ações, como recursos humanos (ativistas e apoiadores), econômicos, de comunicação e de infraestrutura (GOHN, 1997; ALONSO, 2009).

Para os pesquisadores dessa corrente teórica, os movimentos surgiram quando havia recursos para sua sustentação. O que depois evoluiu para uma concepção mais completa, que previa a necessidade de existir oportunidades políticas estruturadas para isso, além de facilidades e líderes que conduzissem as ações.

A Teoria dos Processos Políticos (TPP) tem como alicerce as concepções de McAdam (1999), Tilly (2008) e Tarrow (2009a). Tilly é o principal teórico dessa linha, que criou uma sociologia nas vertentes política e histórica, com o propósito de identificar os elementos constituintes dos processos políticos dos países ocidentais. Para o autor, os movimentos sociais vivem uma interação conflituosa que envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder, em nome de uma população em situação litigiosa de disputa de interesses.

Para Alonso (2009), Tilly, Tarrow e McAdam concebem que os movimentos sociais fazem parte de múltiplas formas de ação contenciosa, incluindo nestas formas partidos, nacionalismo, terrorismo, guerrilhas, guerras civis e revoluções. Os ativistas escolhem dentre estratégias de ação mais ou menos violentas, mais ou menos organizadas, de acordo com as estruturas de oportunidades dadas.

Preocupados com a atualização da teoria, os autores também consideram importante mapear o âmbito do conhecimento contemporâneo que seja relevante à compreensão do confronto político. “Em termos práticos, isso significa identificar o conjunto de subáreas na história, na sociologia, na ciência política e na economia onde estejam sendo produzidos conhecimentos relacionados ao tema” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 15).

Bringel (2011) considera que no Brasil vêm crescendo o número de análises que utilizam o marco do confronto político. Isso devido ao entendimento de que nem toda atividade política implica o conflito e o enfrentamento, existindo uma diferenciação entre um cenário “contido” e outro “transgressor”.

Na atualidade, os movimentos sociais são investigados sob novas lentes analíticas. Bringel (2011) defende a ideia de se construir um novo mapa teórico sobre as ações coletivas e movimentos sociais na América Latina, que sinalize para a busca de uma nova agenda de pesquisa. Ideia comungada com Alonso (2009), que convoca os teóricos a reverem suas interpretações a respeito das mobilizações coletivas na contemporaneidade.

Scherer-Warren (2015) também considera muito importante mapear as possibilidades de uma sociologia política renovada para o século XXI, que aborde o tema dos conflitos e colaborações entre sociedade civil e esfera estatal, tratando também do ativismo da sociedade civil, representado por movimentos sociais já tradicionais, movimentos emergentes e o que a autora chama de cidadania de sujeitos em redes. Defende ainda que se constitua tema de análise as relações entre ativismo civil e participação institucional.

As teorias dos movimentos sociais investiram em sínteses conceituais e abordagens integradas, de acordo com Alonso (2009), procurando conjugar o estudo das práticas de mobilização e dos códigos culturais que as orientam, além de focalizar experiências distintas de produção de sentidos e de identidades coletivas. Portanto, de acordo com a autora, se nos anos 1980 as explicações teóricas estavam voltadas para a estrutura, na década seguinte deslocaram-se para a cultura. Ou seja, a luta estaria voltada contra uma dominação eminentemente cultural, feita por meio do controle da informação por uma tecnocracia. “Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes. Uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil”. (ALONSO, 2009, p. 61)

Dessa forma, percebe-se que muitas questões permeiam o cotidiano dos movimentos sociais em suas práticas, algumas delas preocupantes. Tilly (2010) alerta para a necessidade de identificar mudanças significativas no funcionamento dos movimentos sociais como, por exemplo, o surgimento de funcionários profissionais bem remunerados e organizações especializadas na busca da realização de programas de trabalho que afunilou para um processo de burocratização desses movimentos, fatos que apontam para a possibilidade de novas mudanças no futuro. Esse tema será abordado de maneira mais detalhada no próximo capítulo.

Outra preocupação de McAdam, Tarrow e Tilly (2009) é a de que mudanças provocadas pela integração econômica global e pela comunicação levaram a uma versão fortalecida do movimento social transnacional, que tem algumas características gerais como, por exemplo, a diminuição das estruturas nacionais que restringem ou estimulam a ação coletiva, o declínio da capacidade dos governos de exercer controle sobre o sistema político nacional e o crescimento da capacidade de apresentar novas formas de ação coletiva.

No entanto, os autores (2009, p. 42) alertam que os movimentos sociais não dependem apenas do interesse ou da oportunidade, mas se formam por meio de redes sociais nativas nas sociedades domésticas. “As pessoas aderem à ação coletiva muito mais devido às redes de pessoas ligadas umas as outras por um laço interpessoal específico do que à organização formal ou incentivos individuais”. Os autores ainda alertam sobre o fato de que os que defendem a tese da globalização terão de provar que as redes transnacionais de ativistas, que são inevitavelmente distantes, têm os mesmos efeitos que as redes face a face e as identidades coletivas, que tinham sido as bases do movimento social nacional.

Nesse interim, concorda-se com os autores, que os movimentos sociais formam-se muito mais pelo contato de pessoas conhecidas, que defendem objetivos semelhantes baseadas em ideologias afins. Causas de países ou regiões distantes não mexem com o interesse das pessoas como as demandas que estão na ordem do dia de uma comunidade específica, de pessoas que compõem esses grupos.

Todas essas concepções teóricas sobre movimentos sociais justificam-se ao voltar o olhar para a existência de tantos movimentos, alguns deles considerados revolucionários, que abalaram períodos importantes da história mundial e provocaram mudanças legítimas e necessárias para um reposicionamento social. Experiências vitoriosas ou não, mas que marcaram toda uma coletividade ansiosa por conquistas humanitárias.

1.2 A Teoria de Processos Políticos

Ao delimitar o estudo da presente tese sobre o movimento Frente de Luta pelo Transporte, percebe-se que as ações dos ativistas são melhor explicadas pela Teoria dos Processos Políticos (TPP), sobretudo pelas concepções dos ativistas, estratégias de luta e ações deliberadas, em uma realidade de contradição social. Na década de 1990, o nome foi mudado para Teoria do Confronto Político (TCP), que será melhor explicitado mais adiante. Nesse sentido, adota-se essa teoria como delineadora dos estudos aqui desfraldados, sentindo-se a necessidade de aprofundar teoricamente em suas linhas mestras e balizadoras.

Como foi dito no item anterior, a Teoria dos Processos Políticos se fundamenta nas concepções de Tilly (1976, 1978), McAdam (1999) e Tarrow (2009a). Tilly é o principal teórico dessa linha, que criou uma sociologia nas vertentes política e histórica, com o objetivo de elencar os elementos constituintes dos processos políticos dos países ocidentais. Para o autor, os movimentos sociais vivem uma interação conflituosa com os detentores do poder, lutam por demandas de uma população em situação litigiosa de disputa de interesses.

Além das oportunidades para a ação política coletiva ter espaço e se concretizar, Tilly (1976) compreende que os ativistas também precisavam criar ou buscar formas de mobilização já consolidadas, como grupos já existentes, que formassem uma base para que a ação ocorresse. Esse apoio seria de fundamental importância para a ação coletiva.

Em novas elaborações teóricas, Tilly (1995) desenvolveu o conceito de repertório de ação coletiva, que estaria à disposição de pessoas comuns nas lutas cotidianas. Dessa forma, as demandas colocadas pela população seguiam um tipo de padrão que compunham esse repertório, compreendidas como sequências pausadas de ações, constituídas por uma complexa interdependência e seriam específicas de um determinado período histórico. Portanto, o repertório é sempre típico de uma época e designado por uma característica relação entre protesto e poderes públicos. O autor afirma que existem três tipos de repertório: competitivos, no sentido de rivalidade dentro de determinado sistema; reativos, quando na defesa de direitos ameaçados; e pró-ativos, quando os ativistas reivindicam novos direitos. Porém, o autor argumenta que um tipo não exclui o outro.

Nessa época, Tilly (1995) também revê sua teoria e muda a designação para repertório de confronto. Isso porque na primeira formulação pressupunha-se que um ator singular, individual ou coletivo, teria um repertório de meios e o empregava de maneira estratégica. Essa afirmação, na visão do autor, foi um equívoco, porque cada rotina no interior de um repertório estabelecido de fato consiste de uma interação entre duas ou mais partes. Os repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados.

Dessa forma, Tilly (1995) sentiu a necessidade de refazer o conceito: a palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e colocadas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política, eles surgem da luta. Em qualquer ponto específico da história, no entanto, as pessoas aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente. Os repertórios também não são de propriedade dos ativistas, são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores.

O tipo de repertório também mudou para formas cosmopolitas no sentido de referir-se a interesses e questões que diziam respeito a locais diferentes ou que afetavam centros de poder cujas ações atingiam muitas outras. “Eram modulares por serem facilmente transferíveis de um local ou circunstância para outros. Eram autônomas ao começarem dos próprios reclamantes e estabelecer contato direto entre esses e os centros de poder nacionalmente significativos” (TILLY, 1995, p. 46).

Os repertórios também corporificam uma tensão criativa entre inovação e persistência, demonstrando que as lógicas instrumental e expressiva são muito diferentes. Dessa forma, a eficácia instrumental de um repertório vem basicamente da novidade que apresenta, da habilidade de, mesmo que temporariamente, pegar desprevenidos os oponentes ou as autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos. Por isso, o uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental e, desta forma, encoraja a inovação tática. Este é o principal motivo para a escalada “e a radicalização das táticas em muitas campanhas de movimentos, e leva os movimentos a fazerem concessões às suas facções mais radicais, condenando-os a serem descritos com sucesso como ‘extremistas’ por seus oponentes e pela mídia” (TILLY; TARROW; MCADAM, 2009, p. 25).

Também neste texto, McAdam, Tarrow e Tilly (2009) fincam as bases da Teoria do Confronto Político ao afirmarem que o confronto depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva. Nesse sentido, os movimentos sociais se desenvolveriam dentro de limites colocados por estruturas existentes de oportunidade política: as organizações formais de governo e de políticas públicas, a facilitação e a repressão das reivindicações dos ativistas por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos que afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político.

Em um prazo mais longo, segundo os autores, a ação do movimento social também altera as estruturas de oportunidade, principalmente ao contribuir para mudanças nos modos já conhecidos de reivindicar, nas formas de repressão e facilitação por parte das autoridades e nas identidades políticas estabelecidas.

Numa perspectiva semelhante, McAdam, McCarthy e Zald (1996) consideram que, para que um movimento sobreviva, é importante que crie uma estrutura capaz de sustentar a ação coletiva. Essa estrutura pode surgir das oportunidades em torno, mas o poder do movimento social é desenvolvido por suas próprias ações. Dessa forma, os movimentos

sociais tornam-se empreendedores coletivos que se apropriam de oportunidades políticas para alcançar os objetivos propostos.

Concorda-se em parte com as argumentações dos autores da Teoria do Processo Político e, mais recente, a Teoria do Confronto Político. Isso porque há uma compreensão de que os ativistas da Frente de Luta pelo Transporte não esperaram por uma oportunidade política “concedida” pelas autoridades governamentais para realizarem a ação direta, os protestos e manifestações em defesa da melhoria da qualidade do transporte coletivo em Goiânia. Os ativistas impuseram essa agenda e colocaram as demandas em debate, conclamando trabalhadores e estudantes para a defesa da causa. Tanto que, depois de algumas manifestações, a ação dos ativistas foi contida com truculência pela polícia, o braço repressor do Estado.

Alguns pesquisadores brasileiros sobre movimentos sociais passaram a adotar a Teoria do Confronto Político como base teórica a partir da década de 1990, já que antes predominava no país as análises com aporte teórico europeu, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. De acordo com Bringel (2011), uma das características mais importantes da reconfiguração do campo de estudos sobre a ação coletiva e os movimentos sociais no Brasil é a presença de um maior pluralismo, manifestado no que se pode chamar como um incremento de interações disciplinares, espaciais e teóricas. Há uma crescente influência tanto da obra de Tarrow (2009) como teoria do confronto político no país.

Portanto, compreende-se que a Teoria do Confronto Político tem um espectro amplo e é abordada de forma singular por cada um de seus teóricos, embora os elementos sejam confluentes. Nesse sentido, elegeu-se Tarrow como principal representante da teoria para este trabalho, devido à abrangência tratada por ele sobre a temática.

1.3 Tarrow e as oportunidades políticas

Alonso e Botelho (2012) consideram que Charles Tilly e Sidney Tarrow são os dois mais importantes teóricos do intenso movimento de renovação da sociologia política na atualidade. Tarrow se interessou em estudar partidos políticos e movimento sociais quando escreveu sua tese sobre o Partido Comunista do sul da Itália que, na visão do teórico, cometeu diversos erros, como o problema dos líderes do partido, que, em sua maioria, eram intelectuais de origem burguesa – aquilo que Gramsci chamou de “intelectuais tradicionais” –, além da incoerência entre as metas nacionais do partido (a chamada “via italiana ao socialismo”) e as energias insurgentes dos camponeses (ALONSO; BOTELHO, 2012).

Junto com Tilly e Mc Adam, Tarrow tinha uma postura crítica em relação à pesquisa norte-americana por focar os estudos nos movimentos sociais, enquanto os três teóricos se preocupavam em estudar o fenômeno mais geral, que passaram a chamar de política confrontacional.

Em um estudo mais sistematizado sobre o confronto político, Tarrow (2009a) argumenta que na atualidade são inúmeros os momentos em que pessoas comuns saem às ruas e tentam exercer o poder, por meio da manifestação e do protesto, de forma contenciosa contra Estados ou opositores. Nos Estados Unidos são os grupos que lutam pelos direitos civis, na Europa e nos países do Terceiro Mundo, são os movimentos pacifistas, ambientalistas, feministas e as revoltas contra o autoritarismo que levaram um número cada vez maior de pessoas às ruas exigindo mudanças. Na maioria das vezes os ativistas tiveram sucesso na defesa da causa, em alguns casos não, mas mesmo assim as ações dessas pessoas puseram em movimento importantes mudanças políticas, culturais e até mesmo internacionais que vieram a se concretizar ao longo da história.

O autor traça um amplo quadro teórico para entender o lugar dos movimentos sociais, dos ciclos de confronto e até mesmo das revoluções empreendidas. Isso porque, de acordo com Tarrow (2009a), o ato irreduzível que figura na base dos movimentos sociais, seus protestos e casos em que chegam à revolução de fato, é a ação coletiva de confronto, que pode assumir muitas formas: breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva.

Nesse sentido, a ação coletiva torna-se de confronto, para o autor, quando é feita por pessoas que não têm acesso regular às instituições, que agem na defesa de exigências novas ou que não foram atendidas até então, e que se comportam de maneira que desafia os oponentes ou as autoridades. As pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e ao empregar estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto.

Dessa forma, os movimentos sociais usam o confronto para explorar as oportunidades políticas, criar identidades coletivas, reunir as pessoas para determinado fim e mobilizá-las contra oponentes mais poderosos. Por isso, muito da história do confronto entre movimentos sociais e o Estado pode ser considerada como um duelo de estratégia e contra estratégia entre os ativistas e os detentores do poder (TARROW, 2009a).

No entendimento do autor, somente quando a ação coletiva contra antagonistas é sustentada que um episódio de confronto se torna um movimento social. Os objetivos comuns, as identidades coletivas e os desafios identificáveis ajudam os movimentos sociais a

se consolidarem. Portanto, a sustentação da ação coletiva em interação com opositores poderosos distingue o movimento social das formas iniciais de protesto que vieram antes dele e ainda hoje o acompanham. Nesse sentido, o confronto político não surge como uma ideia dos organizadores, mas está culturalmente inscrito e é socialmente comunicado. As convenções aprendidas do confronto fazem parte de uma cultura pública da sociedade.

À medida que aumentam as oportunidades e se espalham informações sobre a vulnerabilidade de um sistema político, que pode ser desafiado, não apenas os ativistas, mas até mesmo as pessoas comuns começam a testar os limites do controle social. Os choques entre os ativistas e as autoridades revelam os pontos fracos dos últimos e as forças dos primeiros, incitando até mesmo atores sociais mais tímidos a se alinhar de um lado ou de outro. Uma vez que os embates são deflagrados, aproveitando uma situação de oportunidade, a informação sobre o corrido se espalha e surge também o aprendizado político pela ação empreendida (TARROW, 2009a).

De forma mais específica, os ativistas encontram oportunidades de apresentar reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. Na visão do autor, todas essas possibilidades produzem episódios de confronto político.

Tarrow (2009a) reconhece ainda a força do poder simbólico das ações de confronto, que o significado das mobilizações é construído e analisa como os discursos simbólicos se materializam no processo de luta. Procura entender como a informação de um confronto é recebida e interpretada por diferentes pessoas. Para isso, o autor desenvolve o conceito de quadros interpretativos para entender as formas de interação presentes nos movimentos sociais. Os quadros interpretativos se assemelham ao que quer designar a expressão *frames*, já discutida neste texto.

Os quadros interpretativos da ação coletiva, para Snow e Benford (1992), são dispositivos enfatizadores que ressaltam e adornam a gravidade e injustiça de uma condição social ou redefinem como injusto ou imoral o que era visto anteriormente como desastroso, mas talvez tolerável. Dessa forma, os movimentos sociais se envolvem profundamente na tarefa de nomear descontentamentos, conectando-os a outros descontentamentos e construir quadros de significado mais amplos que farão sentido para as predisposições culturais de uma população e enviarão uma mensagem uniforme para os detentores de poder.

Nesse sentido, para Tarrow (2009a), a cultura da ação coletiva é feita de quadros interpretativos e de emoções que querem tirar as pessoas do estado de submissão,

mobilizando-as para a ação em cenários conflituosos. Os símbolos são retirados de forma seletiva de uma espécie de reservatório cultural pelas principais lideranças do movimento e combinados a crenças orientadas para a ação, de modo a navegar estrategicamente em meio a um grupo de atores, que vai desde Estados e oponentes na sociedade até ativistas e populações-alvo. Destaca, ainda que o mais importante é o fato de que é dada aos quadros interpretativos uma valência emocional que visa converter a passividade em ação.

Por fim, urge destacar neste texto a importância dos ciclos de confrontos. Para o autor, o processo de difusão nos ciclos de confronto não ocorreria simplesmente por contágio, embora isso também ocorra, mas sobretudo de decisões racionais, para tirar vantagem de oportunidades que foram demonstradas pelas ações de outros grupos, quando estes têm ganhos, o que convida outros grupos a buscar resultados semelhantes, quando os interesses de uma pessoa são feridos por reivindicações de grupos insurgentes e quando a predominância de uma organização ou instituição é ameaçada e há uma reação por meio de ação coletiva. Dessa forma, é importante também destacar que em ciclos gerais de confronto, as elites do sistema reagem não às reivindicações de qualquer grupo ou movimento individuais, mas ao grau de turbulência e às reivindicações daqueles que dizem representar.

Portanto, considera-se que as diversas vertentes teóricas de Tarrow aqui apresentadas têm acento privilegiado no estudo dos movimentos sociais da atualidade, incluindo o estudo dos grupos brasileiros. Por esse motivo destacaram-se aqui as teorias elencadas pelo autor, na tentativa de alinhar aportes teóricos que deem conta do tema em estudo.

Outra característica importante dos movimentos sociais da atualidade tornou-se tema de estudos de diversos teóricos. Autores como Tarrow (2009a, 2009b), González-Bailón *et al* (2011), Harvey (2012), Castells (2013), Maricato (2013b), Malini e Antoun (2013) e Scherer-Warren (2015) analisam a nova configuração dos movimentos sociais com o uso das redes sociais da Internet para articulação das ações de enfrentamento contra a iniciativa privada, o governo e a ação repressora da polícia, configuração esta que é definida por alguns desses autores como ciberativismo. A Frente de Luta pelo Transporte, movimento que é objeto desta pesquisa, é um dos movimentos estudantis que tem o ciberativismo como ferramenta de articulação e de busca de novos militantes na luta empreendida.

1.4 Ciberativismo, a nova ferramenta dos movimentos sociais

Com o advento da Internet, a proliferação do número de sites, blogs e redes sociais proporcionou às pessoas, sobretudo aos jovens, uma multiplicidade de canais comunicativos

de interação e de divulgação de enunciados, seja de caráter político, intelectual, ambientalista ou econômico. O ciberespaço²⁴ passou a ser ocupado por sujeitos heterogêneos e múltiplos, dissonantes e multifacetados, portadores de mecanismos de mobilização também múltiplos (GAJANIGO; SOUZA, 2014).

De acordo com Alcântara (2013), o ciberativismo possui diversas noções, conceitos e variáveis afins tratados como sinônimos, como ativismo midiático, ativismo digital, novo ativismo, novíssimos movimentos sociais, click-ativismo, *hacktivismo*, *smart mobs*, ativismo eletrônico, desobediência civil eletrônica, ciberguerra, *netwar*, guerrilha de comunicação, dentre outros. Esses são alguns dos termos usados para referir-se a um tipo de ativismo supostamente novo. Isso porque sua primeira grande expressão se deu com a revolta Zapatista, em 1994, no México.

Porém, antes de analisar o surgimento e disseminação mundial do ciberativismo, julga-se necessário fazer uma reflexão sobre o contexto do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a revolução tecnológica e informacional que se seguiu, provocada por esse advento.

A partir da década de 1970 houve um desenvolvimento sem precedentes dos meios de comunicação. No caso da televisão, o seu alcance foi impulsionado pelas transmissões nacionais e transnacionais, possibilitadas pelo uso dos satélites geoestacionários²⁵. Dessa forma, a televisão se popularizou, possibilitando a disseminação muito mais rápida da programação, interligando uma infinidade de países.

Um pouco antes disso, no final da década de 1960, pesquisadores do Departamento de Defesa dos Estados Unidos criaram um sistema de defesa informatizado, com fins militares. A ideia foi a de desenvolver um sistema descentralizado, baseado em uma rede de computadores que poderia controlar as operações mesmo que algum computador fosse destruído em algum ataque de guerra. Em 1969 a *Arpanet*²⁶ já estava operando. Logo depois, passou a ser usada pelas universidades norte-americanas até que em 1992 o cientista Tim Berners-Lee criou a

²⁴ O termo ciberespaço foi criado em 1984 por William Gibson, um escritor norte-americano que usou o termo em seu livro de ficção científica *Neuromancer*. Lévy define o ciberespaço como “[...] o novo meio de comunicação que surgiu da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 1999, p.17).

²⁵ “Satélites geoestacionários são colocados em uma órbita circular na altitude de 35.800 km em órbita circular equatorial, em torno da Terra de maneira que a sua velocidade de rotação seja a mesma da terra. Do ponto de vista de transmissão é uma simples estação repetidora dos sinais recebidos da Terra que são detectados, deslocados em frequência, amplificados e retransmitidos de volta à Terra”. (BASCHTA JUNIOR, 2010, p.2).

²⁶ Advanced Research Projects Agency (ARPA), a Agência de Projetos de Pesquisa Avançados dos Estados Unidos.

World Wide Web, possibilitando a abertura da Internet para o mercado, empresas públicas e privadas, além do uso doméstico individual.

Outra conquista importante foi o desenvolvimento da transmissão de dados via fibra óptica²⁷. Cada nova tecnologia teve um alcance maior que as anteriores, numa velocidade também cada vez mais vertiginosa. De acordo com Giddens (2005), foram necessários 40 anos para que o rádio atingisse nos Estados Unidos uma audiência de 50 milhões de pessoas. Esse mesmo número de pessoas estava usando computadores apenas 15 anos após a invenção destas máquinas. Depois que a Internet tornou-se disponível, foram necessários apenas quatro anos para que 50 milhões de americanos a estivessem utilizando regularmente.

Para Lévy (1999), a revolução tecnológica possibilitou o surgimento de um ambiente cultural singular e universal com técnicas, práticas, modos de pensamento e valores que inclui o conhecimento, as crenças, a ética, os costumes, os saberes cotidianos e os hábitos construídos nas relações entre pessoas, grupos, instituições ou organizações sociais informais com o aparato técnico da infraestrutura material da comunicação digital.

O desenvolvimento e a comercialização do microprocessador – que é a unidade de cálculo aritmético e lógico localizada em um pequeno chip eletrônico – dispararam diversos processos econômicos e sociais de grande amplitude, que abriram uma nova fase na automação da produção industrial: robótica, linhas de produção flexíveis, máquinas industriais com controles digitais etc (LÉVY, 1999).

Portanto, “a busca sistemática de ganhos de produtividade por meio de várias formas de uso de aparelhos eletrônicos, computadores e redes de comunicação de dados aos poucos foi tomando conta do conjunto das atividades econômicas” (LÉVY, 1999, p.31). A telefonia também contribuiu para dar mais velocidade às possibilidades comunicacionais, com a criação do telefone celular em 1973, por Martin Cooper, nos Estados Unidos (RENATO, 2012). Era o prenúncio do horizonte contemporâneo da multimídia. Em 1996 a Finlândia desenvolveu o primeiro celular com acesso à Internet (KLEINA, 2015).

Segundo Castells (1999), é importante refletir sobre a evolução da comunicação ao longo dos anos como processo de compreensão de como a sociedade se organiza no mundo

²⁷ Fibras ópticas são fios que conduzem uma potência luminosa injetada pelo emissor de luz até o fotodetector. São estruturas transparentes, flexíveis, tendo dimensões próximas a de um fio de cabelo humano. Há uma região central na fibra ótica, por onde a luz passa, que é chamada de núcleo. O núcleo pode ser composto por um fio de vidro especial ou polímero que pode ter apenas 125 micrômetros de diâmetro nas fibras mais comuns e dimensões ainda menores em fibras mais sofisticadas. A fibra óptica é usada na transmissão de dados da Internet, sinal de televisão, redes telefônicas, redes digitais de serviços integrados, cabos submarinos e sensores (PEREIRA, 2008).

contemporâneo. A cultura digital amplia-se sob o signo da interconexão entre dispositivos computacionais, de inter-relação dos seres humanos em escala interplanetária, de relacionamento cotidiano com máquinas inteligentes e da obsessão pela interatividade (COSTA, 2003).

Dessa forma, no entender de Pinho (2003), a Internet é uma ferramenta de comunicação bastante distinta dos meios de comunicação tradicionais, que são a televisão, rádio, cinema, jornal e revista. Cada um dos aspectos críticos que diferenciam a rede mundial dessas mídias – ou seja, a não linearidade, fisiologia, instantaneidade, dirigibilidade, qualificação, custos de produção e de veiculação, interatividade, pessoalidade, acessibilidade e receptor ativo –, necessita ser mais bem conhecido e corretamente considerado para o uso adequado da Internet como instrumento de informação.

O processo de globalização foi alavancado e sua existência foi concretizada graças ao desenvolvimento muito rápido dos meios de comunicação e, sobretudo, com o advento da Internet, segundo Vieira (2008). Isso porque, ao possibilitarem a transmissão de informações e imagens para qualquer parte do planeta, em tempo real, essas tecnologias e seu crescente poder de alcance mudaram a natureza das relações sociais e dos fatos históricos na forma como são vividos e organizados pelos indivíduos.

Na década de 1990 criou-se também o que Schiller (2002) denominou de capital digital, ou seja, com a Internet e a ampliação do sistema de comunicação, as redes de computadores, a economia capitalista alargou de maneira surpreendente o domínio sobre a sociedade e a cultura. O capital digital envolveu transformações radicais tanto na sociedade como nas inovações tecnológicas, sujeitas aos ditames da política neoliberal e da economia de mercado em processo cada vez mais veloz de transnacionalização.

O autor considera que desde a década de 1980 as políticas de telecomunicações nos Estados Unidos, Europa e, em um segundo momento nos outros continentes, foram orientadas pelas práticas neoliberais. Criados nas franjas do negócio regulamentado de telecomunicações, os sistemas informatizados de redes e aplicações evoluíram graças a uma combinação entre a procura por parte de empresas e o planejamento militar estratégico. O impulso para explorar as redes informatizadas segundo as regras de mercado acelerou-se nas décadas de 1980 e 1990, impulsionadas segundo interesses dos Estados Unidos e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A partir desse contexto, a Internet foi moldada para constituir-se em um novo meio de consumo. Os sites da Internet tornaram-se uma grande vitrine para a venda de todo tipo de produto. O capital digital adquiriu a liberdade de transcender fisicamente as fronteiras

territoriais, além de tirar vantagens da ausência de qualquer tipo de constrangimento geopolítico à sua expansão. Isso provocou o agravamento das desigualdades sociais, disparidades essas mais difíceis de ser consideradas como meros resíduos da inclemência histórica, quando passam a ser reproduzidas de maneira evidente pelas manipulações do próprio capital digital (SCHILLER, 2002).

O capital digital atinge também a vida cotidiana dos trabalhadores. A Internet e a informatização das tarefas profissionais se constituíram em uma unidade temporal do tipo 24 horas por dia, 7 dias por semana (24X7), que quebram as fronteiras tradicionais de tempo e espaço. Isso porque, de acordo com Wajcman (2015), na atualidade o trabalhador faz tarefas do trabalho em casa e resolve pendências domésticas no trabalho. Há uma fusão muito maior dessas coisas, que está mudando o cotidiano das pessoas. Daí surge o perigo de que o trabalho domine grande parte da vida da pessoa, isso porque ela pode responder e-mails e fazer outras tarefas *online* à noite e durante finais de semana, levando-as a alimentarem maiores expectativas em relação ao trabalho e a perderem muitas horas livres em tarefas profissionais.

Portanto, ao falar da Internet, aborda-se algo substancialmente distinto de todas as inovações tecnológicas anteriores no campo da informação e da comunicação, devido ao seu caráter híbrido. Não se trata de uma nova tecnologia ou de uma nova indústria concorrente com as anteriores, mas do resultado do desenvolvimento das novas tecnologias e da sua interpenetração e expansão global (BOLAÑO *et al*, 2011).

A Internet é caracterizada, então, pela prestação de serviços direcionados especificamente às necessidades de acessibilidade, comunicação e informação, com os provedores de acesso à rede, hospedagem de conteúdo, correio eletrônico, grupos de interesse, mecanismos de busca, comércio eletrônico, dentre outros. Ou seja, empresas que funcionam e obtém lucro com a manipulação – produção, processamento e distribuição – de informações que representam uma nova fase de acumulação capitalista no âmbito da produção capitalista de informações (MONTEIRO, 2008).

Dessa forma, a migração das empresas de comércio, mídia e entretenimento para o ciberespaço, transformou a Internet em mais um veículo da indústria cultural e da mercantilização da sociedade, beneficiando-se, também, da possibilidade do mapeamento do perfil e hábitos dos usuários, a partir do histórico de seus movimentos pela rede. Esse mapeamento transformou-se em mais um tipo de mercadoria que também é comercializado, o da produção da mercadoria audiência, informações úteis para a publicidade e o Estado (MONTEIRO, 2008). De acordo com Bolaño e Vieira (2012) é possível mapear o perfil e

hábitos dos usuários porque a plataforma Internet permite que a informação seja transformada em bits, o que a torna passível de rastreamento, armazenamento e exploração.

Contextualizando, ainda, o que ocorreu com a aceleração do desenvolvimento tecnológico, para Santos (2005), a associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação leva, dessa forma, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo pensamento único²⁸, enquanto os outros processos acabam por ser subsumidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemônizados.

Também, segundo o autor, o espaço-tempo foi contraído graças, outra vez, aos prodígios da velocidade. Só que a velocidade apenas está ao alcance de um número limitado de pessoas, de tal forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias têm significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia de tempo.

Dialogando com Santos, Bauman (1999) percebe que, por um lado, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a criar uma liberdade sem precedentes face aos obstáculos físicos e uma ampla capacidade de se mover e agir à distância. Por outro lado, pressagia a impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual tem pouca chance de se libertar para mudar-se para outro lugar. Alguns podem agora mover-se para fora da localidade – qualquer localidade – quando quiserem. Outros observam, impotentes, a única localidade que habitam movendo-se sob seus pés.

Cardoso (1997) considera importante investigar até que ponto as novas relações sociais que ocorrem no ciberespaço sofrem influências e influenciam também o espaço físico ou a vida real, concreta, das pessoas. Não são dois espaços estanques onde o que ocorre num não influencia o outro. Há uma interdependência, pois muito do que é tratado no campo virtual tem origem no exterior do ciberespaço e, que no sentido inverso, encontram-se muitos fatos da vida real, concreta, que tiveram origem no campo virtual.

²⁸ “O que é o pensamento único? A tradução, em termos ideológicos, é a de pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, particularmente as do capitalismo internacional. O primeiro princípio do pensamento único é tão mais forte que mesmo o marxista mais distraído não o renegaria em absoluto: o econômico prima sobre o político. A economia se coloca em posição de mando. Os outros conceitos-chave do pensamento único são conhecidos: o mercado, cuja mão invisível corrige as asperezas e disfunções do capitalismo e, muito especialmente, os mercados financeiros, cujos signos orientam e determinam o movimento geral da economia; a competência e a competitividade que estimulam e dinamizam as empresas levando-as a uma permanente e benéfica modernização; o livre intercâmbio sem limites, fator de desenvolvimento ininterrupto do comércio e, por conseguinte, da sociedade; a mundialização, tanto da produção manufatureira como dos fluxos financeiros; a divisão internacional do trabalho que modera as reivindicações sindicais e barateia os custos salariais; a moeda forte, fator de estabilização; a desregulamentação; as privatizações; a liberalização etc. Cada vez menos Estado, uma arbitragem constante a favor dos ingressos de capital em detrimento daqueles do trabalho. E uma indiferença a respeito dos custos ecológicos” (RAMONET, 1995, p. 4).

Portanto, segundo o autor, as interações sociais que ocorrem no ciberespaço assumem contornos e características diferentes daquelas que ocorriam no dia a dia no mundo real e, nesse sentido, podem ser designadas por novas relações sociais. No entanto, não representam uma completa novidade, no sentido em que sofrem também influências da aprendizagem social ocorrida no mundo real. Essas novas relações sociais podem ter surgido apenas no sentido da modificação, não no da completa novidade. Dessa forma, há uma nova noção de espaço, onde físico e virtual são mutuamente influenciáveis, proporcionando um campo fértil para a emergência de novas formas de socialização, de modos de vida e de organização social.

Seguindo esse pensamento de Cardoso, Ferraz (2005, p. 52) considera o ciberespaço uma rede cerrada de relações, “em que nenhuma delas é ‘causa’ das demais, mas todas se configuram como ‘adjacências históricas’ fortemente articuladas, que expressam e simultaneamente produzem mutações nos modos de se perceber, conceber e habitar o tempo”.

Com o desenvolvimento da Internet, portanto, o espaço sofreu um encolhimento, tornando-se uma localidade de característica global, ligada pelas telecomunicações e, ao mesmo tempo, uma “espaçonave planetária” de interdependências econômicas e ecológicas. “À medida que os horizontes temporais se encurtam até o ponto em que o presente é tudo o que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais” (HARVEY, 1989, p. 240).

Nesse sentido, para Silveira (2014, p. 18), “a análise sócio técnica das práticas comunicacionais nas sociedades democráticas permite afirmar que a crescente interatividade entre os indivíduos se dá a partir de intermediários tecnológicos baseados em arquiteturas de controle”. O autor entende que é preciso mapear os componentes dessas intermediações que garantem e modulam a interatividade. Faz-se também necessário identificar a influência, o poder e o *modus operandi* que tais intermediários exercem sobre os comportamentos, sobre os Estados e sobre os mercados.

Observando essas mudanças do ponto de vista do pensamento, Recuero (2000) afirma que o paradigma do pensamento linear está sendo superado por um novo paradigma: o pensamento hipertextual, que organiza-se sob a forma de associações complexas, considerado muito mais apto e completo para descrever e explicar os fenômenos do que o linear. Ao mesmo tempo, o advento do ciberespaço, um espaço novo, não concreto, mas igualmente real, sugere uma reconfiguração dos espaços já conhecidos, das relações entre as pessoas e da própria estrutura de poder.

Para a autora, a informação passa a constituir a matéria-prima da sociedade, fonte não apenas de capital, mas também de poder. Dessa forma, um espaço inteiramente constituído de

informação, como a Internet, passa a ter um papel central nessa sociedade, tanto em termos de aporte financeiro, como em termos de reconfiguração do espaço e das relações sociais. Este espaço, denominado por muitos como ciberespaço, ou espaço virtual, é o cerne da revolução dessa virada de século e adentrando no século XXI. O ciberespaço é um não-lugar. Não material, não físico, mas real.

Concordando com Recuero, Castells (2013) afirma que a mais profunda transformação social promovida pela Internet ocorreu na primeira década do século XXI, com a passagem da interação individual e empresarial – como o uso do correio eletrônico, por exemplo –, para a construção autônoma de redes sociais controladas e guiadas pelos próprios usuários. Isso foi possível graças ao aperfeiçoamento da banda larga²⁹ e do *software*³⁰ social, aliado ao surgimento de uma ampla gama de sistemas de distribuição que alimentam as redes eletrônicas. Nesse sentido, as redes sociais tornaram-se espaços vivos que conectam todas as dimensões da vida das pessoas. Por isso, os usuários dessas redes transcendem o tempo e o espaço, produzem conteúdo, estabelecem vínculos e conectam práticas.

Os primeiros sites de redes sociais apareceram no final da década de 1990, época em que o uso da Internet estava mais popularizado em diversos países. Para Boyd e Ellison (2007) um site de redes sociais possui três características elementares: primeiro, a construção de um perfil público ou semi público inserido num sistema fechado; segundo, articulação desse perfil público com uma lista de perfis de outros usuários com os quais compartilham conexões; terceiro, acesso e exploração dessas listas de conexões e as de outros indivíduos inseridos no mesmo sistema (BOYD; ELISON, 2007).

O primeiro site de redes sociais foi a *SixDeegres*, lançado em 1997. Além de ter os próprios perfis, os usuários podiam criar uma lista de amigos e, a partir de 1998, puderam navegar por essas listas. O site atraiu mais de um milhão de usuários, no entanto, parou de funcionar em 2000. Outras plataformas semelhantes foram criadas, algumas segmentando o público, como *Live Journal*, *Asianevenue*, *Blackplanet*, *Migente*, *Fotolog*, *LunarStorm*, *Orkut*, *My Space*, *Cyworld* e *Ryze* (BOLAÑO; VIEIRA, 2012).

²⁹ Banda Larga é um termo que é usado para descrever serviços de acesso à Internet de alta velocidade com a capacidade de controlar grandes volumes de informação e, além de acesso à rede, pode ser usado para opções avançadas como vídeo conferência, música ao vivo ou concerto, rede privada virtual (do inglês Virtual Private Network - VPN) e aplicações semelhantes (AMAZÔNIA BANDA LARGA, 2015).

³⁰ O software é o conjunto dos programas e dos meios não materiais que possibilitam o funcionamento do computador, na execução das diversas tarefas. Considera-se que o software é o equipamento lógico e intangível de um computador. O software abarca todas as aplicações informáticas, como os processadores de texto, as folhas de cálculo e os editores de imagens, programas de apresentação gráfica (CONCEITO DE, 2016).

Na década de 2000, surgiram duas redes sociais que reuniram o maior número de usuários no mundo até a atualidade: o *Twitter*³¹ e o *Facebook*. O Facebook foi criado em 2004 e possui 1,59 bilhão de usuários no mundo todo (dados de 2015)³². Criado em 2006, o Twitter possui 320 milhões de usuários em todo o mundo (dados de 2016). Existem outras redes sociais criadas em vários países na atualidade, porém esses dois sites são os mais usados pelos ativistas em todo o mundo.

Analisando esse contexto, Sakamoto (2013) afirma que essas tecnologias de comunicação – sobretudo as redes sociais da Internet –, não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua por meio de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social.

Assim, essa revolução digital se deu com a passagem dos *mass media* (TV, rádio, imprensa e cinema) para formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação, no interior da Internet. Nesse novo espaço, a circulação de informações não obedece à hierarquia da árvore (um-todos), e sim à multiplicidade do rizoma (todos-todos). Bentes (2013, p. 9) vai mais longe e afirma que, no uso desses novos espaços, as pessoas também estão “hackeando”³³ os sistemas de monetização da vida e se apropriando de suas ferramentas e tecnologias para produzir resistência, turbulências, desvios, invenções”. Essas ações são algumas das bases do ciberativismo, tema que retorna-se a ele neste texto, a partir desse ponto.

Milhomens (2009) define ciberativismo como o uso de tecnologias digitais ou de informação e comunicação para a mobilização e enfrentamento político, social e/ou cultural. De acordo com o autor, o ciberativismo surgiu com a popularização da Internet no começo da década de 1990. A rapidez, articulação e velocidade que as informações levam para chegar a várias partes do mundo despertaram a atenção e interesse de diversos setores da sociedade,

³¹ O *Twitter* é um *microblogging* com um campo para mensagem de 140 caracteres, foi fundado em 2006 por Jack Dorsey, Biz Stone e Evan Williams (RECUERO, 2009). Segundo o site www.g1.globo.com, em fevereiro de 2016 o *Twitter* contava com 320 milhões de usuários no mundo (EFE, 2016).

³² Dados da France Press (2015).

³³ A palavra “*hack*” surgiu com o grupo chamado *Tech Model Rail Road Club* (TMRC), do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) na década de 1950. Os integrantes do clube chamavam as modificações inteligentes que faziam nos relês eletrônicos de ‘*hacks*’. Quando as máquinas TX-0 e PDP-1 chegaram ao mercado, integrantes do grupo começaram a usar o mesmo jargão para descrever o que estavam fazendo com a programação de computadores. A mídia, de um modo geral tornou o termo sinônimo de criminoso. Ser *Hacker* define um alto grau de conhecimento em determinada área, onde ela consegue realizar ações que outros não conseguiriam. Existem *Hackers* que usam esse conhecimento profissionalmente e outros que usam esse conhecimento para prejudicar pessoas e instituições ou para ganhos ilícitos (PEDROSO, 2013).

incluindo aí os ativistas de inúmeras causas. Estes mesmos setores começaram a fazer uso dessa nova tecnologia comunicacional e, então, criaram o termo ciberativismo, ou seja, o ativismo exercido por meio das tecnologias digitais e da Internet, presentes no mundo ciberespacial.

Vegh (2003) conceitua ciberativismo como a utilização da Internet por movimentos politicamente motivados. Para o autor o ativismo digital possui três categorias de atuação: a primeira está relacionada com a conscientização e promoção de uma causa, com a difusão de informações e eventos quebrando o bloqueio dos meios de comunicação tradicionais hegemônicos, agindo como meio alternativo de informação; a segunda envolve a organização e mobilização a partir do uso da Internet, tendo em vista uma determinada ação; e a terceira é a da ação e reação, com o chamado hacktivismo ou ativismo *hacker*, que engloba vários tipos de ações, como apoio *on-line*, invasão ou congestionamento de sites. Outras ações seriam as petições *online*, a organização de manifestações, criação de sites de denúncia e outras ferramentas com função política e social.

Um dos grandes problemas nos estudos sobre o ciberativismo, de acordo com Alcântara (2013), é sua abordagem como algo novo, separando-o do próprio desenvolvimento da Internet e das transformações dos mecanismos de protestos. No entanto, existem algumas iniciativas na tentativa de tratar o ciberativismo como herdeiro de um processo de luta social, cultural e política que é anterior à Internet, mas também diretamente relacionado ao seu próprio desenvolvimento.

Contrapondo o argumento de Alcântara, Moraes (2001, p. 2) afirma que a organização em redes, dentro e fora da Internet, se revela inovadora, porque ela facilita a intercomunicação de pessoas e agrupamentos heterogêneos que compartilham visões de mundo, sentimentos e desejos. “Servem de estuários para a defesa de identidades culturais, a promoção de valores éticos e a democratização da esfera pública”. É, ainda, uma arena complementar de mobilização e politização, junto com as assembleias, passeatas, atos públicos e distribuição de panfletos.

Ao observar a história do ciberativismo, para Alcântara (2013) é possível identificar três dimensões pontuais: novas mídias, dinâmicas de organização e repertórios de ação coletiva. Estas dimensões foram mudando ao longo do tempo, mas também estavam presentes em outros momentos das lutas dos movimentos sociais.

Outro conceito utilizado no estudo do ciberativismo é o de multidão que, de acordo com Negri e Hardt (2005, p. 145), destina-se a demonstrar que uma teoria da classe econômica não precisa optar entre a unidade e pluralidade. “Uma multidão é uma

multiplicidade irredutível; as diferenças sociais singulares que constituem a multidão devem sempre ser expressas, não podendo ser aplainadas na uniformidade, na unidade, na identidade ou na indiferença.”

Para os autores, a multidão define um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. A multidão é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não estão baseadas na identidade ou na unidade, mas naquilo que tem em comum. Portanto, a mobilização global do comum em um novo ciclo de lutas não nega nem retira a natureza local ou a singularidade de cada luta.

Nesse sentido, a comunicação com outras lutas reforça o poder e aumenta a riqueza de cada uma delas. A mobilização do comum mostra que os movimentos que fazem parte desse ciclo global de lutas não são apenas movimentos negativos de protesto, mas também positivos e criativos. Faz-se necessário que a mobilização do comum e o projeto político de criação da multidão se estendam por toda sociedade, se estabelecendo de maneira mais sólida.

Os movimentos sociais que utilizam a Internet como principal meio de articulação possuem três características, segundo Castells (2003): primeira, são movimentos culturais que utilizam os meios de comunicação para trabalhar os princípios e valores do modo de vida que defendem. Segunda, esses movimentos sociais necessitam tornar-se uma alternativa em relação à crise das organizações políticas verticais e engessadas da era industrial. Terceira, a Internet cria a possibilidade de globalização dos movimentos sociais, de transformar uma causa local em global, sobretudo no combate ao poder e à mídia tradicional.

Dessa forma, os ativistas dos movimentos sociais e as pessoas que participaram das manifestações de protesto em todo o mundo viram na Internet – mais especificamente nos sites, blogs e redes sociais–, uma oportunidade de ampliar o poder de comunicação e defesa da causa em foco. O meio digital tornou-se, então, o canal de comunicação mais usado pelos ativistas.

A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, usualmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas. A comunicação digital é multimodal, ou seja, permite a referência constante a um hipertexto global de informações cujos componentes podem ser remixados pela pessoa que comunica segundo projetos de comunicação específicos. Portanto, a auto comunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja esse ator individual ou coletivo (CASTELLS, 2013).

Nesse sentido, nas jornadas de junho de 2013 no Brasil, houve uma procura em massa de informações na Internet, mais especificamente nas redes sociais, lugar onde os próprios

manifestantes publicavam textos, fotos e vídeos sobre os protestos, trazendo uma versão diferente daquela divulgada pelas mídias tradicionais, sobretudo jornais impressos e telejornais. Destacou-se a cobertura feita com uso de telefone celular pelos ativistas da Mídia Ninja³⁴ e do PosTV³⁵.

Os protestos no país tiveram apoio também de brasileiros que vivem no exterior, que realizaram manifestações de solidariedade nas ruas e em frente às embaixadas brasileiras em Nova York, Londres, Toronto, Buenos Aires, Lisboa, Tóquio, Paris, Berlim, Dublin, Barcelona e em outras 30 cidades em vários países (FERNANDES; ROSENO, 2013). Muitos desses brasileiros ficaram sabendo das manifestações em sua *timeline*³⁶, na rede social *Facebook*.

De acordo com Campi (2013), mais de 2 milhões de menções foram feitas nas redes sociais *Twitter*, *Facebook*, *YouTube*³⁷ e *Google*³⁸, e que mais de 132 milhões de pessoas foram impactadas por estas postagens, criadas por 941.295 usuários únicos. Somente no dia 17 de junho de 2013, meio milhão de mensagens foram publicadas nas redes sociais, superando em 8,5 vezes as postagens da semana anterior. Nesse dia, o *Twitter* e o *Facebook* foram as redes mais usadas pelos ativistas das 17 às 21 horas. No intervalo entre 17 e 18 horas, momento do início das manifestações, a média de menções dos protestos foi de 51,2 mil. Entre 20 e 21 horas o número quase duplicou, chegando a 87,8 mil.

Os movimentos tornaram-se virais, seguindo a lógica das redes da Internet. Isso se dá não apenas pelo caráter viral da difusão das mensagens em si, particularmente das imagens de mobilização, mas em função do efeito de demonstração dos movimentos, que brotam por toda parte. Essa forma de se espalhar ocorre de um país para outro, de uma cidade para outra, de uma instituição para outra. Ver e ouvir protestos em algum outro lugar, mesmo que em

³⁴ Texto de capa no perfil do Ninja no *Facebook*: “Coletivo de jornalismo Mídia Ninja - Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Mídia/Notícias/Publicação”. Perfil: <https://www.facebook.com/midiaNINJA>.

³⁵ Texto de capa no perfil da PosTV no *Facebook*: “Canal de TV - A PosTV é a verdadeira TV aberta. Onde não existe censura, as pessoas falam livremente e não se depende de patrocínio, o patrocinador é o povo, as entidades e os movimentos sociais”. Perfil: <https://www.facebook.com/canalpostv>.

³⁶ A *Timeline* (ou Linha do Tempo) é o novo perfil do *Facebook*, liberado para todos os usuários no dia 15 de dezembro de 2011. A *Timeline* traz a coleção de fotos, posts, novas amizades, novos aplicativos e qualquer outro tipo de atividade que o usuário realizar no *Facebook* (PORPHÍRIO, 2011).

³⁷ O *YouTube* é um site que permite que os usuários cadastrados carreguem e compartilhem vídeos em formato digital. Foi fundado em fevereiro de 2005 por Chad Hurley, Steven Chen e Jawed Karim. O site foi comprado pelo *Google* em 2006 por 1,65 bilhão de dólares (BURGESS; GREEN, 2009).

³⁸ O *Google* é uma empresa multinacional americana de serviços online e software. O *Google* hospeda e desenvolve uma série de serviços e produtos baseados na Internet e muito do seu lucro é gerado pela publicidade do *AdWords*. A empresa foi fundada por Larry Page e Sergey Brin em 1998. (SIGNIFICADOS, 2016).

contextos distantes e culturas diferentes, inspira a mobilização, porque desencadeia a esperança da possibilidade de mudança (CASTELLS, 2013).

Esse novo mundo a ser construído, foco da luta da maioria dos ativistas, ainda esbarra na conjuntura atual que envolve o poder estatal e econômico, com forte presença das mídias tradicionais – televisão, rádio, jornais e revistas –, que também tiveram uma espécie de protagonismo nas manifestações de junho de 2013. Apesar de a maioria dos jovens que participou das manifestações ter sido convocada pelas redes sociais, sobretudo pelo *Facebook* e *Twitter*, e de não se informar nem se divertir por meio das mídias tradicionais, esses jovens ainda dependem dessas mídias “para alcançar visibilidade pública, isto é, para serem incluídos no espaço formador da opinião pública” (LIMA, 2013, p. 90).

Para o autor, esse aparente paradoxo ocorre pelo fato de que a mídia tradicional, sobretudo a televisão, ainda controla e detém o monopólio de tornar os fatos públicos. Além de dar visibilidade, ela é indispensável para realimentar o processo e permitir sua própria continuidade. Os jovens que participaram das manifestações em várias cidades brasileiras denunciavam em cartazes, escritos a mão, que não tinham canais para expressar e ter sua voz ouvida publicamente. No entanto, Lima (2013) argumenta que as TICs, a Internet e, sobretudo, as redes sociais acessadas por telefone celular, não garantem a inclusão dos jovens, e mesmo de vários outros segmentos da população brasileira, no debate público cujo monopólio ainda é exercido pela velha mídia.

Na cobertura das primeiras manifestações, as mídias tradicionais, de uma forma geral, condenaram os protestos e afirmaram que as manifestações deveriam ser contidas com rigor. Porém, com o crescente apoio da população e o alastramento do fenômeno, as mídias tradicionais, principalmente as emissoras de televisão, mudaram sua avaliação inicial e passaram a cobrir em tempo real os acontecimentos, como se fosse apenas uma observadora imparcial, que nada tivesse a ver com os fatos que desencadearam todo o processo. Para Lima (2013), houve uma reviravolta no tom das coberturas. O que começou como condenação transformou-se não apenas em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes.

Outro ponto agravante, segundo o autor, é que as mídias tradicionais viram nas manifestações a oportunidade de camuflar a sua função histórica de bloquear o acesso público às vozes dos jovens e da população brasileira. Também identificaram nos protestos uma oportunidade de ‘desconstruir’ as inegáveis conquistas sociais dos últimos anos em relação ao combate à desigualdade, à miséria e à pobreza.

Nesta perspectiva, as histórias narradas nas mídias sociais pelos ativistas, acompanhadas de fotos e vídeos, muitos deles transmitidos ao vivo, mostraram os casos de idas e vindas dos protestos, “de agregações de sentido, de confrontos de personagens (perfis), que só faz alastrar as ambiências em que o fato é vivido, transformado e tornado público” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 197).

Esse novo tipo de comunicação passou a ser o combustível de grande parte desses movimentos. A Internet, principalmente os sites de redes sociais, tornaram-se canais de agendamento das manifestações, o que González-Bailón *et al* (2011) denominou de uma dinâmica de convocação de protesto por meio de uma rede *on-line*. Para os autores, as redes são usadas para duas funções.

Nossos resultados sugerem que existem dois processos paralelos: a dinâmica de convocação e a dinâmica de difusão de informação. Apesar da importância de ser influente no processo de difusão na rede, não existe uma posição topológica que caracteriza os primeiros participantes que desencadeiam os convites. Isto sugere que quaisquer que sejam os fatores exógenos que motivam os participantes iniciais para começarem a enviar mensagens, a consequência é que eles criam uma semente aleatória na rede *on-line*: esses ativistas estimulam focos de atividade no início que são topologicamente heterogêneos e que se espalham através de outros indivíduos de baixo limiar que aderem à causa. (GONZÁLEZ-BAILÓN *et al*, 2011, p. 8).

Portanto, a cibercultura se dá pela apropriação social do espaço virtual, isso por que a tecnologia, como a linguagem, é uma mediação nas interações entre o ser humano e os objetos. Seu desenvolvimento condensa e transforma as práticas sociais, renovando algumas, atrofiando outras, até mesmo em relação à produção de mensagens. Ela se processa, junto com as técnicas (ações), sobre os materiais significantes, na medida em que agenciam diferentes formas de inscrição de registros semióticos múltiplos (FERREIRA, 2006).

O acesso à Internet no Brasil está cada vez mais ampliado, segundo a 15ª edição da pesquisa F Radar, realizada em 2015 no país pela F/Nazca Saatchi & Saatchi em parceria com o Data Folha³⁹, a Internet móvel – do telefone celular - estava disponível para 87 milhões dos 107 milhões de brasileiros conectados, com 53% do total de acessos contra 26% há apenas dois anos. Nesse ano, o maior número de acessos era na rede social *Facebook*, com 83%, seguido do *WhatsApp*, com 77%, depois veio o *Google +*, com 28%, seguido pelo *Intagram*,

³⁹ A pesquisa F/Radar é realizada desde 2007. Na edição de 2015 foram feitas 2,3 mil entrevistas em 144 municípios. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. O desenho amostral foi elaborado com base em informações do Censo 2010 e estimativas 2014 do IBGE (F/NAZCA SAATCHI & SAATCHI, 2015).

com 27%, pelo *Twitter* com 16% e por último o *Skype*⁴⁰, com 9% (F/NAZCA SAATCHI & SAATCHI, 2015).

O estudo também revela a importância política das redes sociais no Brasil ao apontar que 45 milhões de pessoas já participaram de movimentos sociais por melhorias, sendo que 60% participaram via Internet. Destes, 80% se envolveram via redes sociais, usando os recursos de curtir, comentar ou compartilhar conteúdos relacionados. A pesquisa também mostra que há uma relação entre as redes sociais e a participação presencial em mobilizações: metade daqueles que já participaram pela Internet o fizeram também *off-line*, ou seja, nas ruas. Outro dado é o de que seis em cada dez ativistas digitais informam que as redes sociais contribuem para que participem presencialmente. Nas pesquisas, o ativista virtual em maior número é mulher, com menos de 24 anos e com ensino médio. Já o ativista presencial e virtual em maior número é homem, com menos de 24 anos e com ensino superior.

Na visão de Braga (2006), a apropriação das redes sociais pelos diversos sujeitos, utilizando processos tecnológicos e operacionais de interação, disponibilizados por meio da mediatização crescente da sociedade, abre possibilidades sociais. Os modos pelos quais a sociedade (por seus diferentes setores, segundo seus variados objetivos) realiza, escolhe e direciona aquelas possibilidades, é que compõem a processualidade interacional/social que vai caracterizar a circulação comunicacional – logo, a construção de vínculos, de modos de ser constitutivos da realidade.

Nesse sentido, Castells (2013) alerta que os movimentos sociais não surgem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas exitosas em outras partes do mundo, cada uma delas inspirando a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela Internet. Além disso, a despeito das profundas diferenças entre os contextos em que esses movimentos nasceram, há certas características que constituem um padrão comum: o modelo dos movimentos sociais na era da Internet.

Para o autor, embora os movimentos tenham em geral uma base no espaço urbano, marcado pelas ocupações e manifestações de rua, a existência contínua desses movimentos tem lugar no espaço livre da Internet. Esses movimentos, por ser uma rede de redes, podem

⁴⁰ Skype é um software da Microsoft que possibilita comunicações de voz e vídeo via Internet, permitindo a chamada gratuita entre usuários em qualquer parte do mundo. As chamadas gratuitas se realizam entre usuários que possuem o software instalado no computador (SIGNIFICADOS, 2016).

dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda assim garantir as funções de coordenação, e também de deliberação, pelo inter-relacionamento de múltiplos núcleos. Dessa forma, não necessitam de uma liderança formal, de um centro de comando ou de controle, nem de uma organização vertical, para passar informações ou instruções.

Essa estrutura descentralizada aumenta as chances de participação no movimento, já que é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando de acordo com o nível de envolvimento das pessoas. Outra vantagem, na visão de Castells (2013), é que reduz a vulnerabilidade do movimento à ameaça de repressão já que há poucos alvos específicos a reprimir, exceto nos lugares ocupados. Portanto, essa rede pode existir enquanto houver um número suficiente de participantes, frouxamente conectados por seus objetivos e valores comuns. Esse tipo de rede protege os movimentos tanto de adversários como dos perigos internos representados pela burocratização e pela manipulação.

É preciso contestar esse pensamento de Castells, no que se refere ao fato de existir poucos alvos específicos a reprimir, tendo em vista que três ativistas da Frente de Luta foram presos, processados e levados para a Casa de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia, onde permaneceram por uma semana, até que os advogados conseguissem *habeas corpus* porque, entre outros motivos, figuravam entre os que postavam mensagens no *Facebook*, sendo que um deles era o autor das charges publicadas na *Fan Page* do grupo nessa rede social. Portanto, as redes sociais não garantem uma possível invisibilidade aos ativistas perante o aparato repressivo. Pelo contrário, os funcionários do Serviço de Inteligência da Polícia investigam as publicações nas redes sociais e elegem os ativistas que devem ser detidos.

Voltando ao tema das redes sociais e contemplando o grande fluxo de informação caracterizado pela onipresença e ubiquidade das mídias colaborativas, percebe-se que essas redes constituem um espaço-tempo adequado para os atores sociais organizarem-se, estruturarem-se e divulgarem seus objetivos. No entanto, a eficácia da Internet é limitada. Ela não faz o movimento só com cliques, postagens e trocas de mensagens. Depois de estruturada nas redes sociais, a ação precisa ocorrer de fato no mundo presencial, agir organicamente nas ruas, exercitando uma modalidade de comunicação face a face, com objetivos que podem ser alcançáveis no ativismo (SILVA, 2014).

Nesse sentido, Davis, Harvey, Zizek e Alves (HARVEY *et al*, 2012) também alertam que faltam aos movimentos atuais definições estratégicas, programáticas e teóricas que deem continuidade ao ativismo pós-manifestações e protestos, para conseguirem alcançar os objetivos em foco.

Davis (2012) concorda que as redes sociais são importantes, mas não onipotentes. O sucesso da auto-organização dos ativistas, que leva à cristalização da vontade política a partir do livre debate, continua sendo melhor nos fóruns urbanos da realidade. Para Harvey (2012), são os corpos nas ruas e praças, não o balbúcio de sentimentos nas redes sociais *Twitter* ou *Facebook* que realmente importam, como mostraram os ativistas da Praça Tahir, na revolução egípcia de 2011. Em relação ao movimento *Occupy Wall Street*, também ocorrido em 2011, o autor recorda que na luta dos 99% contra 1% dos mais ricos, ou seja, na representatividade dessa maioria, os ativistas deixaram o conforto de suas casas e ocuparam parques, praças e ruas de Nova York, para que suas opiniões fossem ouvidas.

Ainda por ocasião do *Occupy Wall Street*, em 2011, ao visitar os ativistas na *Liberty Plaza*, em Nova York, Žižek (2011) fez um alerta para não se apaixonarem por si mesmos, que o verdadeiro teste do valor de cada um seria o que permaneceria no dia seguinte, ou a maneira como a vida cotidiana das pessoas seria modificada. Havia um caminho longo pela frente, e os ativistas teriam que enfrentar questões realmente difíceis, não sobre aquilo que “não querem”, mas sobre aquilo que querem.

Na visão de Žižek (2011) há, ainda, uma necessidade de resistir a uma tradução apressada da energia das manifestações para um conjunto de demandas pragmáticas concretas. Isso porque os protestos criaram um vazio no campo da ideologia hegemônica e será necessário algum tempo para preenchê-lo de maneira apropriada, já que trata-se de um vazio que carrega consigo um embrião, uma abertura para o verdadeiro novo.

Dessa forma, “os movimentos sociais agem no plano da cotidianidade insubmissa, rompendo com a pseudoconcreticidade paralisante da rotina sistêmica, mas permanecendo no esteio da vida cotidiana” (ALVES, 2012, p. 36). Para o autor, talvez falte clareza do próximo passo ou do elo mais próximo da corrente de indignação coletiva que clama, por exemplo, pela democracia real.

No entanto, Castells (2013) defende que há uma íntima conexão entre as redes virtuais e as redes da vida no mundo real. Mas o mundo real na atualidade é um mundo híbrido, não um mundo virtual nem um mundo segregado que separaria a conexão *on-line* da interação *off-line*. Para o autor, a passagem fundamental dos projetos de implementação da mudança defendida por um movimento social depende da permeabilidade das instituições políticas às demandas do movimento e da disposição deste em se envolver num processo de negociação.

Porém, como o desafio fundamental que vem desses movimentos está relacionado à negação da legitimidade da classe política, assim como à denúncia de sua subserviência às elites financeiras, no entendimento do autor, há pouco espaço para uma verdadeira aceitação

desses valores pela maioria dos governos. Castells (2013) considera muito cedo para avaliar o legado desses movimentos conectados, embora, em termos concretos, pelo mundo afora, regimes de governos mudaram, instituições foram desafiadas e a crença no capitalismo financeiro global triunfante foi abalada, possivelmente de modo irreversível, na mente da maioria das pessoas.

CAPÍTULO II

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO ATUAL

A história da humanidade registra momentos de insurreição e revolução em várias partes do mundo, contra regimes ditatoriais e situações sociais de desigualdade e miséria. Muitas dessas revoltas surgiram ainda no século XVIII, na Europa Ocidental e na América do Norte, com as pessoas criando um novo e promissor fenômeno político. No final do século XIX, no calor das contradições sociais provocadas principalmente pelo advento do capitalismo e o acirramento com as precárias condições de trabalho e de sobrevivência das camadas mais pobres da sociedade, as lutas ganharam um novo empenho. Em um confronto injusto e desigual, as pessoas se uniram em grupos na luta pela conquista de seus direitos (TILLY, 2004).

Essas contradições sociais da época levaram Marx (2008, p. 47) a afirmar que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual”. Portanto, na mudança da economia, a burguesia passou a controlar os meios de produção e o proletariado não tinha controle sobre o que produzia. Em réplica ao filósofo francês Proudhon (1809-1865), Marx (2009, p.244) argumenta sobre o processo histórico das forças produtivas na sociedade, que se constituiu na clausura do indivíduo no capitalismo:

O que é a sociedade, qualquer que seja sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens podem escolher, livremente, esta ou aquela forma social? Nada disso. A um determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases de desenvolvimento de produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil. Uma determinada sociedade civil corresponde um determinado estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil.

Para Marx (2009), é desnecessário acrescentar que os seres humanos não são livres para escolher suas forças produtivas – base de toda a sua história –, porque toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, o autor considera que as forças produtivas são o resultado da energia prática dos seres humanos, mas essa mesma energia é limitada pelas condições em que os seres humanos se encontram colocados pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. O fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pela geração precedente cria na história dos seres humanos uma

conexão, cria uma história da humanidade. Nesse sentido, as relações materiais dos indivíduos formam a base de todas as suas relações.

Diante de tais conflitos que envolviam a não propriedade dos meios de produção e a conseqüente desvalorização das forças produtivas do proletariado no capitalismo que se consolidava, surgiram os primeiros embates. Bottomore (1981) assinala que nessa época, houve uma conjuntura socioeconômica desfavorável, como perda de lavouras, situação de extrema miséria dos operários, ausência de garantias e de direitos fundamentais para o trabalhador e uma severa repressão política. Fatores que gestaram os movimentos sociais.

2.1 A origem e consolidação dos movimentos sociais

Diante da situação de crescimento da miséria, exploração da mão de obra nas frentes de trabalho nas fábricas e indústrias nascentes e péssimas condições de qualidade de vida nas cidades, no final do século XIX desenvolveu-se um grande número de movimentos sociais. Dentre eles, os movimentos nacionalistas na Europa Central e no sudeste europeu e posteriormente nas colônias; movimentos das mulheres, preocupados em um primeiro momento com o direito ao voto; movimentos dos jovens e vários movimentos menores, de caráter local, advogando causas particulares, enquanto o movimento trabalhista, iniciado no começo do século XIX, continuava a avançar, produzindo novas organizações em escala nacional e internacional (BOTTOMORE, 1981).

O autor denomina esses movimentos como movimentos sociais modernos, tendo como características principais existirem numa escala mais ampla, estarem mais diretamente envolvidos no conflito político, serem influenciados por ideologias mais rigorosas e elaboradas e possuírem um caráter mais duradouro, menos efêmero. Esses movimentos tornaram-se “forças que contestam um sistema estabelecido de ação histórica e procuram desviar o desenvolvimento da sociedade para um canal diferente” (BOTTOMORE, 1981, p. 42).

As articulações dessas pessoas em torno de objetivos comuns, de enfrentamento às situações que reduzem as reais condições de sobrevivência e denotam a falta de autonomia política, levaram grandes contingentes à luta por uma representatividade que fizesse jus às suas necessidades. Muitos desses grupos se organizaram e demarcaram espaços políticos nesses enfrentamentos.

No contexto político, na transição do século XVIII para o século XIX instalava-se a democracia liberal, movimento de pensadores ingleses e franceses que deu respaldo à

revolução burguesa contra os nobres feudais. O Liberalismo baseava-se, sobretudo, em cinco princípios que deveriam nortear a vida em sociedade: individualidade, liberdade, igualdade, propriedade e democracia (LOCKE, 2002).

O princípio da individualidade previa que cada indivíduo tinha talentos que deveriam ser desenvolvidos, para alcançar uma posição vantajosa na sociedade. A liberdade era essencial para o indivíduo atingir essa posição social vantajosa, pois segundo essa teoria, cada indivíduo era tão livre quanto o outro para esse fim. Esse indivíduo era igual ao outro perante a lei, era a igualdade de direitos. Ao desenvolver os talentos, o indivíduo poderia adquirir a propriedade e ter riquezas. Por último, todos esses princípios exigiam a democracia para se consolidarem. Cada indivíduo tinha o direito de participar do governo por meio de um representante de sua escolha (LOCKE, 2002).

No entanto, se a sociedade passou a desfrutar de uma vasta esfera de realização da liberdade individual – que remonta à vitória da luta do liberalismo contra as arbitrariedades e o uso abusivo do poder da era do absolutismo – em contrapartida, houve um total abandono da sobrevivência material dos cidadãos às forças do livre jogo do mercado, igualmente inerente à lógica do mesmo princípio liberal, no capitalismo nascente (VIEIRA, 2004).

Paralelas à cultura do liberalismo, correntes teóricas da cultura socialista também permeavam o tecido social daquela época, que era de consolidação da democracia burguesa. Vertentes teóricas representadas principalmente por Karl Marx e Friedrich Engels, que desenvolveram teorias na tentativa de combater os males do capitalismo, desnudando a existência de uma luta de classes e conclamando os trabalhadores para a revolução.

Voltando ao início do século XIX, as progressivas reformas políticas, o avanço do capitalismo e a modernização trazida com a industrialização, determinaram o desaparecimento gradual das antigas formas de protesto, isso porque os costumes e direitos do passado já não faziam sentido num mundo em transformação. As contestações locais, espontâneas e esporádicas foram substituídas por protestos modernos que, em alguns casos, ganharam uma dimensão nacional. Na segunda metade do século XIX prevaleciam as greves dos operários, que reivindicavam salários justos e melhores condições de trabalho⁴¹ (SILVA, 2012). Para Viana (2015a, p. 122), “as lutas operárias eram o maior centro de aglutinação do descontentamento popular”.

⁴¹ Para Viana (2015a, p. 69), há um equívoco em considerar o movimento operário como movimento social. Isso porque, no entender do autor, a história e dinâmica dos movimentos sociais são bem diferentes das de uma classe social. “As classes sociais emergem com a sociedade de classes e na sociedade moderna as classes fundamentais surgem com o próprio capitalismo, enquanto que os grupos sociais que são as bases dos movimentos sociais possuem processos distintos de formação ou de constituição de um movimento, mas os movimentos sociais só emergem na sociedade moderna e em um determinado período histórico de sua existência”.

De acordo com Silva (2012), no começo do século XX os movimentos sociais eram oriundos da pós-industrialização, já não alinhados com os movimentos trabalhistas e com a luta pela transformação econômica e política, nem enquadrados pelo sindicalismo, mas tinham como foco outros sistemas de valores. Nesse sentido, os conflitos passaram a ser sociais e culturais. Os protestos se baseavam em outros valores, como os direitos civis ou o estilo de vida.

Após o advento da Segunda Guerra Mundial surgiram novas contradições, com os resquícios da guerra, destruição ambiental, grande concentração urbana e a burocratização nos sistemas públicos. Os movimentos sociais que ganharam maior destaque nesta época foram o de pacifistas e de luta por direitos humanos e civis. Nos Estados Unidos cresceram as lutas em torno de causas feministas, estudantis e em defesa do negro.

No entanto, Wallerstein (1990) analisa que no pós 1945 os movimentos sociais, considerados um eficaz mecanismo de mudança social, tinham limitações e enfrentavam uma dupla realidade: esses movimentos anti sistêmicos pareciam ser muito fortes, mas ao mesmo tempo levavam as pessoas a duvidarem que os ativistas poderiam alcançar seus objetivos. De acordo com o autor, esta anomalia aparente seria o resultado de pressões contraditórias decorrentes da própria estrutura e das estratégias desses movimentos.

O Cenário após Segunda Guerra Mundial trazia outro elemento que veio mexer com as estruturas políticas, econômicas e sociais: a teoria do economista britânico John Maynard Keynes, o Keynesianismo, com novas políticas econômicas implantadas pelos governos em vários países e que tinha por objetivo evitar a derrocada econômica da década de 1930 e o avanço do socialismo.

Houve, então, o surgimento do chamado Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*, que colocava o Estado como principal agente da promoção social e organizador da economia. Para uma sustentação do crescimento econômico, os Estados tinham que manter o compromisso político com o pleno emprego e com a ampliação dos direitos sociais, para a garantia da continuidade do Estado de Bem-Estar Social.

Contrariando essa tese, o economista norte americano Milton Friedman e o economista austríaco Friedrich Hayek desenvolveram teorias que defendiam o afastamento do Estado das atividades econômicas, para, ao mesmo tempo, promover reformas que garantissem a livre competição, regulada apenas pelo mercado.

A política neoliberal defende que a ordem social deve estar aberta à operação do próprio mercado, prevalecendo a liberdade individual, bem como uma política econômica de

competitividade e de adequação das estruturas sociais às novas tecnologias, cortando gastos sociais e buscando reduzir a inflação (MARQUES, 2012).

De acordo com o autor, a estabilidade monetária passa a ser a meta principal de qualquer governo da década de 1980. Também faz parte do conjunto de políticas neoliberais, a privatização das empresas estatais, sob o argumento de que o Estado deve se eximir ao máximo de sua presença na sociedade e na sua gestão, restando a esse Estado somente aquilo que não for de interesse da iniciativa privada. Questões como educação, segurança e saúde são vistas pelos neoliberais como sendo de interesse privado, voltadas a uma parcela da sociedade, aquela que possui condições financeiras de acesso a estes serviços.

Nesse período, início da década de 1980, seguindo as determinações das políticas neoliberais, ocorreu a passagem desses serviços do Estado para a iniciativa privada em vários países. Houve, ainda, uma nova regulamentação do sistema financeiro, com a diminuição dos encargos e direitos sociais e a redução dos gastos governamentais. Tais políticas neoliberais foram colocadas em prática sobretudo sob o comando dos governos da primeira ministra Margareth Thatcher na Inglaterra e do presidente Ronaldo Reagan nos Estados Unidos. Em 1989 foi firmado o Consenso de Washington⁴², que impunha uma série de medidas restritivas aos chamados “países em desenvolvimento” ou do terceiro mundo.

Voltando à década de 1960, foi nessa época que surgiram movimentos em grande escala que expressavam descontentamento maciço e oposição relativa à ordem social e política vigente. Bottomore (1981) destaca que o elemento mais importante nessa época foi o movimento estudantil nos Estados Unidos, que marcou o ressurgimento da seção juvenil da antiga Liga pela Democracia Industrial e de renascimento das ideias radicais dos movimentos da Nova Esquerda, além da participação dos estudantes no movimento pelos direitos civis.

O movimento estudantil, tanto na Europa como nos Estados Unidos, atingiu seu auge em 1968, marcado, sobretudo, pela revolta de maio dos estudantes franceses⁴³, em Paris,

⁴² A fórmula do Consenso de Washington resultou de uma reunião realizada em Washington, em 1989. Dela tomaram parte representantes do governo norte-americano, representantes das organizações financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID etc) e representantes de vários países denominados de “emergentes”. A agenda elaborada na ocasião não distinguia diferenças entre os países da Ásia ou da América Latina. Para todos a receita era uma só, com os seguintes determinantes: 1) disciplina fiscal; 2) priorização (ou “racionalização”) dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulamentação; 10) propriedade intelectual (MARICATO, 2013a).

⁴³ O Movimento de Maio de 1968 na França foi liderado pelos jovens, sobretudo estudantes, que não tinham perspectivas profissionais e que lutavam para instaurar uma reforma universitária, com ocupação de universidades e fábricas pelos estudantes que buscavam a autogestão. O movimento ganhou adesão dos operários e da classe média assalariada. O fim dos protestos ocorreu no início do mês de junho entre os trabalhadores e no

alastrando-se por outros países. No entanto, a partir dessa época, o movimento estudantil começou a declinar quase que em toda parte, principalmente em consequência de medidas repressivas, com ocupação militar soviética da Tchecoslováquia, a ameaça de De Gaulle em usar o exército francês em uma guerra civil e a perseguição dos radicais nos Estados Unidos e na Alemanha Ocidental (BOTTOMORE, 1981).

Dessa forma, segundo o autor, os movimentos sociais dos anos 1960 eram movimentos de contestação, de libertação em busca de uma doutrina e um modo de ação política adequados para combater os aspectos mais opressivos das sociedades em que se desenvolveram. Os ativistas lutavam contra a dominação por potências econômicas estrangeiras, o domínio das elites e uma sociedade conduzida por um aparelho rígido, centralizado e burocrático.

Na década de 1970 existiram importantes movimentos e mudanças políticas na Espanha, Portugal e na Grécia, enquanto que na França e na Itália movimentos socialistas poderosos ganharam impulso. Se na década de 1960 ocorreu um crescimento econômico sustentado, de pleno emprego, de expansão do ensino universitário e de uma crença de que viviam em uma era de pós-escassez, na década seguinte persistiu uma preocupação com o uso dos recursos naturais e um certo ceticismo em relação à possibilidade de um crescimento econômico ilimitado (BOOTOMORE, 1981).

A partir da década de 1980, na Europa, predominava na economia o regime de acumulação integral e o nascente neoliberalismo, o que teve como consequência o crescimento do número de pobres e miseráveis. Scruggs e Allan (2006) analisam que nesta época, na Europa, a pobreza relativa – medida como pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza e proporcional a 40% da renda média –, aumentou em metade dos países que são membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴⁴ e estagnou ou diminuiu minimamente na outra metade.

Em relação ao Brasil, segundo Lopes (2008), existiam 8,6 milhões de domicílios pobres no país em 1989. Isso representava um terço do total de domicílios, sendo que 2,8 milhões estavam no nível de indigência e 5,8 milhões no de pobreza não indigente. Desse total de domicílios, faziam parte 40,6 milhões de pessoas, quase 40% do total da população

final de junho entre os estudantes, por meio de um mecanismo eleitoral, de negociação trabalhista e de reforma universitária (THIOLLENT, 1998).

⁴⁴ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional de 34 países que tem como princípio a democracia representativa e a economia de livre mercado. A OCDE oferece uma plataforma de dados estatísticos para a comparação de políticas econômicas, consultoria para coordenar políticas domésticas e internacionais e solução de problemas. A maioria dos integrantes da OCDE é composta por economias com um Produto Interno Bruto Per Capita (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevados, sendo considerados países desenvolvidos (<http://www.oecd.org/>).

urbana. Ou seja, a pesquisa indicava ser o tamanho médio do domicílio pobre bem maior do que a média prevalecente para o total do Brasil urbano.

Com o aumento do lumpemproletariado⁴⁵ e da favelização nas grandes cidades brasileiras, surgem novas demandas sociais. No Brasil e em vários outros países da América Latina, no final da década de 1970 e parte dos anos 1980, vários movimentos sociais se organizaram como espaços de ação reivindicativa, que recusavam relações subordinadas, de tutela ou de cooptação por parte do Estado, dos partidos ou de outras instituições. Esses novos sujeitos construíram uma cultura participativa e autônoma, multiplicando-se por todo o país e constituindo uma vasta teia de organizações populares que se mobilizavam em torno da conquista, da garantia e da ampliação de direitos, tanto os relativos ao trabalho como à melhoria das condições de vida no meio urbano e rural, ampliando a agenda para a luta contra as mais diversas discriminações, como as de gênero e de raça (CARVALHO, 1998).

Para a autora, os anos 1970 também foram, no Brasil, tempos de profundas mudanças econômicas e políticas, que provocaram a emergência de novas demandas sociais. O Estado burocrático-autoritário, que se estabeleceu com o regime militar⁴⁶, fechou, no entanto, até mesmo os precários canais de expressão e de negociação de interesses e conflitos mantidos pelo populismo⁴⁷ até então. Neste contexto de ausência de canais de interlocução, emergiram movimentos sociais como captadores destas novas e candentes demandas sociais. A ação desses movimentos abriu novos espaços ou lugares para a luta política⁴⁸.

Na ausência de espaços legítimos de negociação de conflitos, o cotidiano, o local de moradia, a periferia, o gênero, a raça tornaram-se espaços e questões públicas, lugares de

⁴⁵ Marx (1996, p. 273) explica quais são as pessoas que estão inseridas no lumpemproletariado: “finalmente, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. [...] Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva [...]. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”.

⁴⁶ A luta e confronto na época da ditadura militar no Brasil serão mais detalhados no item sobre movimento estudantil.

⁴⁷ Fonseca e Monteiro (2005) definem Populismo como um fenômeno de natureza nitidamente política, com a existência de liderança carismática do governante que tinha uma relação direta com os governados, dispensando instâncias intermediárias. O discurso do governante era de caráter distributivista e havia a simbiose entre práticas políticas demagógicas e autoritárias.

⁴⁸ O conceito de luta política vem da concepção de Gramsci (2002) de grande política, direcionada para criar novas relações de força, desfazer a divisão entre governantes e governados, com o objetivo de construir uma sociedade com outras normas. A ideia de luta política está ligada à disputa do poder político e à organização da ação coletiva na elaboração de um projeto de sociedade revolucionário, tendo como princípio fundante o autogoverno e na construção de uma nova hegemonia, na tentativa de superar as formas de imposição e submissão. Dessa forma, a luta política passa a ser empreendida pelos sujeitos políticos de várias formas de organização de massa, dos movimentos chaves da sociedade ligados às classes proletárias, participando da grande política como forças antagonicas, de esforços constantes, com o intuito de organizar politicamente a luta de classe.

ação política, constituindo sujeitos com identidades e formas de organização diferentes daquelas do sindicato e do partido. Prevaleram, ainda, os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição ao então regime militar, especialmente pelos movimentos de base cristãos, inspirados pela Teologia da Libertação.

A questão econômica foi um dos fatores de nova revolta entre a população na década de 1980. Jacobi (1985) esclarece que entre 1980 e 1984, somente a indústria paulista fechou 500 mil postos de trabalho. A partir de 1982, com a crise da dívida externa, a economia brasileira passou a ser monitorada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que impôs – e foi aceita pelo regime militar –, uma política de cortes nos gastos públicos e achatamento dos salários. Dessa forma, agravou-se a qualidade de vida da população trabalhadora. Em consequência dessa situação, as reações ocorriam não somente sob a forma de manifestações de protesto contra a política econômica do governo, organizadas pelos sindicatos e partidos de oposição, mas também sob a forma de quebra-quebras, saques, acampamentos em terrenos baldios e ocupações de conjuntos residenciais abandonados ou semiconcluídos.

Ao final dos anos 1980, e ao longo dos anos 1990, houve uma mudança do cenário sociopolítico. Primeiro ocorreu uma diminuição das manifestações nas ruas. Alguns analistas diagnosticaram que esses movimentos estavam em crise porque haviam perdido seu alvo principal: o regime militar. Contudo, os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 contribuíram decisivamente, pelas demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais novos, que foram inscritos em leis na nova Constituição Brasileira de 1988 (GOHN, 2000).

No entanto, demandas ainda não atendidas, mesmo com as novas leis, tornaram-se bandeiras de lutas de alguns grupos sociais. Paralelo a essas lutas, a sociedade organizada incrementou a disputa pelas políticas públicas, dando espaço para o surgimento do Terceiro Setor⁴⁹ e as Organizações Não Governamentais⁵⁰.

Os movimentos sociais, também desafiados pela complexa construção de possibilidades de participar na proposição, negociação e gestão de políticas públicas, viviam uma nova fase, que enfatizava a necessidade de capacitação técnica e política das lideranças, para que pudessem ocupar espaços de co-gestão, principalmente nos governos de gestão

⁴⁹ A expressão “Terceiro Setor” começou a ser usada nos anos 1970 nos Estados Unidos para identificar um setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos (SMITH, 1991).

⁵⁰ O nome Organização Não Governamental (ONG) passou a ser usado na década de 1980, para designar várias entidades que, originárias de diversos movimentos sociais dos anos 1970, possuíam integrantes de variadas matrizes ideológicas, como o marxismo e o cristianismo, e contavam com cooperação de entidades não-governamentais internacionais (FERNANDES; CARNEIRO, 1991).

participativa⁵¹ das décadas de 1980 e 1990. Algumas Organizações Governamentais desempenharam o papel de apoio aos movimentos ou de agentes de educação popular, que proporcionavam a interlocução com atores providos de maior institucionalidade e saber técnico. (CARVALHO, 1998).

Nos anos 1990, segundo Gohn (2000), os conflitos sociais envolvendo lutas diretas foram mais proeminentes no campo com os movimentos dos sem-terra. Dentre os vários grupos organizados que surgiram destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em atividade até hoje. À medida que as políticas neoliberais avançaram foram surgindo outros movimentos sociais como: contra as reformas estatais, movimentos de desempregados e ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário.

Durante a segunda metade dos anos 1990 e mais marcadamente nos anos 2000, os movimentos populares se enfraqueceram muito, segundo Corrêa (2013), sofrendo processos que foram percebidos como combinações variadas entre cooptação de lideranças, imobilismo das bases a partir de políticas sociais compensatórias e criminalização dos movimentos que mantiveram algum tipo de combatividade e autonomia em relação aos novos governos, que seriam formados principalmente pela chegada de uma “esquerda progressista” ao poder. Esse fato contribuiu para alterar a dinâmica da relação entre Estado e movimentos populares.

A questão da cooptação de lideranças dos movimento sociais, porém, não é um fato novo na história brasileira. Os movimentos operários, de inspiração anarquista⁵² e socialista, de camponeses e urbanos, que vão dos anos 1930 a 1960, sofreram com as pressões cooptadoras por parte dos partidos políticos, parlamentares e governos que buscavam submetê-los a seus interesses. Nesse período, a relação entre Estado e sociedade ainda era marcada pela tutela, clientelismo, troca de favores e relações de cunho autoritário e paternalista que predominavam na tradição política brasileira do coronelismo⁵³ e em várias

⁵¹ A gestão participativa possibilita a participação popular na administração pública, por meio do orçamento participativo, por exemplo. (ROCHA, 2011).

⁵² Marshall (2010, p. 3) elenca os elementos que os anarquistas têm em comum: “Uma visão particular da natureza humana, uma crítica da ordem existente, um projeto de uma sociedade livre e um meio para atingi-la. Todos os anarquistas rejeitam a legitimidade do governo exterior e do Estado e condenam a autoridade política, a hierarquia e a dominação impostas. Buscam estabelecer as condições de anarquia, ou seja, uma sociedade descentralizada e auto regulada fundamentada em uma federação de associações voluntárias de indivíduos livres e iguais. O objetivo último do anarquismo é criar uma sociedade livre que permita a todos os seres humanos realizar completamente seu potencial”.

⁵³ O coronelismo foi uma das bases fundamentais de sustentação do domínio oligárquico na República Velha (1889 a 1930). Os coronéis eram os grandes proprietários rurais da mais alta autoridade da região, político mais influente, patrão, padrinho de casamento ou batismo, a quem todos deviam favores e obediência. O coronelismo tinha força no contexto denominado ‘política dos governadores’, situação em que aquele garantia as eleições municipais, em seguida apoiava as candidaturas estaduais e federais, era uma corrente oligárquica, um jogo de

relações promíscuas entre o público e o privado (CARVALHO, 1998). Também nos anos seguintes os movimentos sociais tiveram que resistir contra as insistentes tentativas de cooptação.

Antes, porém, de prosseguir sobre os casos de cooptação, faz-se necessário refletir sobre outras questões que atingem os movimentos sociais que alteram seu funcionamento. São principalmente os fenômenos de mercantilização e burocratização.

Viana (2015a) alerta para o fato de que os movimentos sociais são atingidos pelos processos de mercantilização e burocratização. No caso da mercantilização, o processo se dá pela necessidade que os movimentos têm de angariar recursos para custear despesas com as mobilizações, mesmo que em escala mínima. Os movimentos passam para a escala média, pela necessidade de realizar as mobilizações e/ou manter a organização. Na escala máxima, “a mobilização é um dos motivos da organização, ao lado de sua própria reprodução, o que significa que a necessidade de recursos financeiros acaba gerando um novo objetivo dentro da mesma que passa a concorrer com o objetivo original” (VIANA, 2015a, p. 127). Na escala máxima, a organização perde o vínculo com o movimento social, prevalecendo apenas interesses mercantis e burocráticos.

Nesse sentido, o autor alerta para o fato de que as principais formas de o Estado atuar em relação aos movimentos sociais são a cooptação, burocratização e a repressão. A cooptação direta se dá por meio de financiamentos, cargos e vantagens. Nesse caso, lideranças do movimento social são indicadas para cargos nas próprias instâncias do governo ou em áreas próximas dele. A corrupção, o controle e ameaças também são formas de cooptação. Outra forma de cooptação são as políticas do Estado, que criam vínculos e os benefícios recebidos pelos ativistas geram adesão. De acordo com o autor, essas políticas de cooptação ocorrem com mais frequência entre os movimentos sociais reformistas.

Viana (2015a) entende que as formas de cooptação que envolvem financiamentos ou repasse de recursos demandam processos burocráticos, como, por exemplo, o de formalização, gestão e outras demandas que levam à burocratização. Também a necessidade de legalização, em processos jurídicos, além da criação de regimentos e normas, insere o

cartas marcadas. A área de influência e controle político dos coronéis era chamada de Curral Eleitoral e ali todos acompanhavam as determinações políticas do coronel, sendo obrigados a votar nele ou no seu candidato. Era o chamado Voto de Cabresto, favorecido pela Constituição de 1891 que estabeleceu o voto aberto, ou seja, era possível ver em quem o eleitor ia votar, e os jagunços dos coronéis acompanhavam esses eleitores e viam em quem os mesmos votavam. Se contrariassem os interesses dos patrões, esses eleitores sofriam sanções, agressões físicas, perdiam os empregos, eram despejados de casa, as famílias eram castigadas. Era a forma de manipular a eleição, a soma de poder, mandonismo e voto aberto daria um resultado certo: eleições sempre favoráveis aos poderosos (LIMA, 2015).

movimento social no processo de burocratização. Por último, a repressão é a forma como se usa o aparato repressivo, constituído pelo exército, polícia, entre outros, para o combate das ações dos movimentos sociais e na adoção de medidas que levem à criminalização dos movimentos sociais⁵⁴.

Voltando ao contexto da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), ao poder e sua permanência por dois mandatos – de 2003 a 2010–, houve uma mudança nas relações entre o Estado e os Movimentos Sociais, que devem ser entendidas, segundo Iglesias (2015), nos termos de cooptação, burocratização e colonização. Esse fenômeno ocorreu de forma mais intensa com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que apoiaram o partido por eleições presidenciais.

De acordo com Iasi (2006), o Partido dos Trabalhadores, quando surgiu, conseguiu tornar-se baluarte das lutas da classe trabalhadora, relacionando-se com as lideranças da luta sindical que deu origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que seria um novo tipo de sindicalismo contra os antigos conselhos de fábrica. Também travou relações com as lideranças da luta pela terra, originando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essas três instâncias se consolidaram em torno de um amplo projeto político criado nos marcos da luta pelo fim do regime militar e na defesa da redemocratização do país, que foi o Programa Democrático e Popular (PDP). O partido trabalhava na arregimentação do acúmulo de forças para eleger Lula, o que de fato ocorreu no ano de 2003.

Governo já instalado e revendo suas metas – como a de não assumir o projeto político de mudança do modelo econômico–, percebe-se que uma das faces dessa cooptação ocorreu, por exemplo, com o MST, que foi convocado pelo governo federal para auxiliar na elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, documento que não foi colocado em prática nos seus pontos chaves. Para se ter uma ideia, em 2008, no governo Lula, foram assentadas 183.308 famílias, número muito longe dos 800 mil assentamentos que foram acordados entre o governo Lula e as diferentes expressões do movimento campesino na política da reforma agrária (IGLESIAS, 2015).

Em um documento de balanço de 2005, o MST expressava críticas ao governo Lula, reconhecia a ausência de projetos de longo prazo e o não cumprimento de compromissos,

⁵⁴ “A criminalização significa transformar as lutas de classe e as lutas sociais em geral em crime. Uma vez transformado em crime, é passível de repressão e esta é legitimada. Assim, o aparato jurídico é utilizado em apoio ao aparato repressivo” (VIANA, 2015a, p. 144).

diagnosticando o abismo social e o quadro dramático da crise na época. Porém, contraditoriamente, ainda acreditava na possibilidade de mudança com Lula, expressa por seus principais dirigentes em vários documentos e ocasiões, como, por exemplo, nas manifestações do 1º de maio organizadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e o próprio MST, que se transformaram em palcos de campanha eleitoral em apoio à reeleição de Lula. O que acabou ocorrendo.

No entanto, ao lado do MST, as lutas no campo também foram protagonizadas por movimentos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Via Campesina, o Movimento de Mulheres Camponesas e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por meio de ações coletivas e de alianças em torno de uma pauta comum de ações, insistindo na realização da reforma agrária, na desapropriação dos latifúndios, na preservação do meio ambiente, na efetivação da política de assentamentos, na não criminalização dos movimentos sociais e contra o crescimento desordenado do agronegócio (SIMIONATTO *et al*, 2011).

Esses movimentos desenvolveram estratégias ofensivas de grande impacto, no transcorrer dos dois mandatos do governo Lula como a realização da Marcha Nacional pela Reforma Agrária dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da Jornada Nacional de Lutas Contra o Agronegócio e as Transnacionais, além de ações contra as corporações do agronegócio, manifestações e protestos contra a transposição do Rio São Francisco e a Marcha das Margaridas na Esplanada dos Ministérios em Brasília, reunindo cerca de 50 mil trabalhadoras rurais para reivindicar políticas direcionadas às mulheres e garantia dos direitos adquiridos e mais crédito para as trabalhadoras do campo. Houve ainda a ocupação da Unidade Termelétrica Rio Madeira, em Porto Velho, protesto contra a hidrelétrica de Tijuco Alto, além de várias ocupações de terras e órgãos públicos (SIMIONATTO *et al*, 2011).

A política econômica do governo Lula impactou também o movimento operário e sindical. As centrais sindicais, inclusive a CUT, acomodaram-se ao neodesenvolvimentismo – uma política de desenvolvimento limitada pelo caráter financista do modelo neoliberal e voltada para a exportação. Centenas de sindicalistas ou ex-sindicalistas assumiram cargos em ministérios, na administração pública e em diretorias de empresas estatais. O governo Lula reformulou parte da legislação sindical, de modo a dotar à direção das centrais sindicais um controle maior sobre as suas bases e de modo a contar com fundos financeiros maiores (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2009).

Nesse sentido, para Iglesias (2015), o principal problema dos movimentos sociais é o tipo de relação que estabelece com o partido que assume o governo. Uma situação que se tornou um desafio para os movimentos sociais: não apoiar o partido no governo implica em ceder espaços e expressões para forças políticas de outras orientações ideológicas, enquanto que apoiá-lo significa o risco de minar a base de apoio sobre a qual surgiram.

Para Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) a migração de ativistas dos movimentos sociais para a gestão do governo mostra que o lugar de atuação desses ativistas cria tanto oportunidades como restrições para a ação política, as quais, sob certas circunstâncias, podem produzir deslocamentos e redefinições de sentido nos projetos que se transferem da sociedade civil para o Estado. Sem esquecer que a participação dos ativistas em distintas organizações e projetos é resultado de motivações pessoais, sociais e políticas.

Outro aspecto de interesse sobre o tema da cooptação diz respeito ao perfil do movimento social já abordado anteriormente, ou seja, se o movimento tem caráter conservador, reformista ou revolucionário, sendo que as duas primeiras premissas reforçam a possibilidade maior de cooptação desses movimentos e de seus ativistas pelo governo.

No contexto internacional, os anos 1990 marcam importantes movimentos de protesto, no que foi denominado de movimentos antiglobalização⁵⁵. Para Santos (2005b), os conflitos, as resistências, as lutas e as coligações em torno do cosmopolitanismo e do patrimônio comum da humanidade demonstram que aquilo a que chamamos globalização é, na verdade, um conjunto de campos de lutas transnacionais. Daí a importância em distinguir entre globalização de-cima-para-baixo e globalização de-baixo-para-cima, ou entre globalização hegemônica e globalização contra hegemônica. Deve-se ter em mente que estes dois tipos de globalização não existem em paralelo como se fossem duas entidades estanques. Ao contrário, são a expressão e o resultado das lutas que se travam no interior do campo social que se convencionou chamar globalização.

Bringel e Muñoz (2010) consideram que o movimento antiglobalização teve uma evolução que pode ser dividida em quatro etapas. A primeira etapa ocorreu no final dos anos 1980, quando surgiram os primeiros atos de protesto na Europa e a definição de alguns interlocutores globais contra os quais se manifestavam. Criou-se, nesse período, contracúpulas frente a instituições financeiras internacionais, como os protestos contra o

⁵⁵ “O movimento antiglobalização, num sentido amplo, é entendido como um movimento social global que aglutina redes e movimentos sociais diversos (ambientalistas, feministas, sindicais, de defesa dos direitos humanos, entre outros) para além de suas diferenças, com uma perspectiva que une o local e o global, construindo identidades coletivas multirreferenciais que superam o Estado-nação e uma luta comum contra a globalização neoliberal, a quem responsabilizam as múltiplas problemáticas contra as que se mobilizam” (BRINGEL; MUÑOZ, 2010, p. 29).

Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial em Berlim, em 1988, e se produziram as primeiras reflexões sobre as consequências negativas da globalização, com ênfase na questão do meio ambiente.

De acordo com os autores, no começo dos anos 1990, ocorreu a segunda etapa dessas manifestações, com a criação de uma cúpula paralela. Isso porque, frente à participação das ONGs nas Cúpulas de Alto Nível das Nações Unidas, criaram-se as cúpulas paralelas às oficiais, embora os ativistas preferissem manter a agenda proposta pelas oficiais, como no caso do evento “The Other Economic Summit” (A outra cúpula econômica), realizado de forma paralela às reuniões do G-7⁵⁶, em 1992. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Rio de Janeiro, mais conhecida como Rio-92, celebra a entrada definitiva da voz dos atores sociais no cenário internacional, sobretudo as ONGs.

Outra campanha dessa época destacada pelos autores foi a dos “500 anos de resistência”, de denúncias de movimentos sociais latino-americanos, principalmente indígenas, frente às comemorações do quinto centenário do descobrimento da América. Esses movimentos conseguiram usar canais e redes de convergências e denúncias compartilhadas com militantes europeus e norte-americanos.

O levantamento zapatista de 1994 – quando o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), sob a liderança do Subcomandante Marcos, conclamava os indígenas daquele estado do México a lutar por mais autonomia local, ao mesmo tempo em que denunciava a globalização neoliberal – e a celebração do Primeiro Encontro Intergaláctico contra o Neoliberalismo e pela Humanidade, em que convergiram vários movimentos sociais contrários à globalização, também foram marcantes nesse período.

Outros momentos relevantes desta segunda etapa foram: a convocatória das primeiras jornadas de luta global pela Ação Global dos Povos; os protestos contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a criação da rede *Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne* (ATTAC), coletivo que advoga pela aplicação da Taxa Tobin aos capitais financeiros especulativos e que convocou, em 1999, o Encontro Internacional Outro Mundo é Possível, convertido logo no lema do movimento (BRINGEL; MUÑOZ, 2010).

Para os autores, foi esta etapa que criou importantes centros de reflexão crítica sobre a globalização neoliberal, além de campanhas de denúncia às empresas transnacionais, e

⁵⁶G7 é o grupo dos países mais economicamente desenvolvidos e industrializados do mundo, ou seja, o grupo dos sete países mais ricos do mundo. Compõem o G7 os Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido, Itália, Canadá e Japão. O G7 foi criado em 1975, pelo presidente da França Valéry G. d'Estaing (AGOSTINHO, 2005).

finalizou, em 1999, com o movimento em Seattle, cidade localizada no Estado de Washington, nos Estados Unidos, com uma série de protestos paralisando a Cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em Seattle, quase 100 mil pessoas de diferentes segmentos saíram às ruas e conseguiram por em cheque uma organização chave na regulação do comércio global, até então bastante esquecida pelos movimentos sociais, mas que, desde Seattle, não conseguiu mais realizar nenhuma Cúpula sem protestos e pressões dos movimentos. Apesar das tentativas de criminalização, que ressaltaram apenas o lado violento das mobilizações, por meio das atuações do grupo *Black Blocs*⁵⁷, o movimento foi vitorioso, com repercussões nos próprios discursos das instituições que foram obrigadas a realizar uma autocrítica (BRINGEL; MUÑOZ, 2010).

Os autores também destacam que, a partir de Seattle, que marca a terceira etapa do movimento antiglobalização, surgiram várias contra cúpulas frente às reuniões internacionais do G8⁵⁸, FMI, Banco Mundial, União Europeia, Davos, OCDE, entre outros, consolidando-se a força do movimento antiglobalização. Em Genebra, em 1998, surgiu a Ação Global dos Povos (AGP), que passou a coordenar os movimentos de todos os continentes. Os ativistas da AGP se reúnem a cada dois anos.

No ano 2000, em Praga, os ativistas protestaram contra a reunião do FMI e o Banco Mundial, criando a “Iniciativa Contra a Globalização Econômica”. Em 2001 o protesto foi organizado em Gênova, por ocasião da reunião do G8, como Fórum Social de Gênova, que funcionou com um espaço de coordenação de rua, comunicação, apoio logístico e legal e como articulador de espaços de debate e agendas políticas (GIOVANNI, 2008).

No que Bringel e Muñoz (2010) denominam de quarta fase, houve um refluxo e recolhimento dos grupos de protesto ao nível local, mas com dedicação ao trabalho virtual na Internet, com a criação de diversas páginas e ativistas dedicados à contrainformação. Os protestos ressurgiram de forma pontual, como no caso das manifestações contra a Guerra do Iraque, e se consolidaram de forma propositiva a partir das sucessivas edições do Fórum

⁵⁷ De acordo com Dupuis-Deri (2014, p. 10), “os *Black Blocs* são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupo de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. A expressão designa uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato graças, em parte, às máscaras e roupas pretas. Embora os *Black Blocs* por vezes recorram à força para exprimir sua crítica radical, eles costumam se contentar em desfilar calmamente. O principal objetivo de um *Black Blocs* é indicar a presença de uma crítica radical ao sistema econômico e político. [...] Para explicitar ainda mais sua mensagem, os *Black Blocs* costumam ostentar diversas bandeiras anarquistas (pretas ou vermelhas e pretas) e faixas com lemas anticapitalistas e antiautoritários”.

⁵⁸ O G8 é o grupo de mais ricos do mundo, Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido, Itália, Canadá, Japão, acrescido da Rússia (AGOSTINHO, 2005).

Social Mundial (FSM), que teve como objetivo superar as críticas sobre a falta de propostas do movimento. Dessa forma, desde a primeira edição em 2001, em Porto Alegre, o FSM passa a ocupar um lugar central na visibilidade de propostas, além de servir como ponto de encontro e espaço de intercâmbio de experiências de diferentes atores e iniciativas de todo o mundo.

Voltando à realidade brasileira, a década de 2000 foi, segundo Boito, Galvão e Marcelino (2009), da acomodação política, mas que não significou o desaparecimento das lutas. As greves de trabalhadores e as ocupações de terra pelo movimento camponês mantiveram-se num nível elevado ao longo dessa década. Destacando que essa foi também a década de várias edições do Fórum Social Mundial sediadas no Brasil e de diversas outras manifestações de luta e de inconformismo dos setores populares com o modelo capitalista neoliberal como, por exemplo, a disseminação dos movimentos de moradia por todo o país e a agitação do movimento estudantil.

Outras lutas importantes na década de 2000-2010 foram protagonizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), na luta por moradia. Esses movimentos realizaram manifestações pontuais em vários Estados e cidades do país, como o Dia Nacional da Reforma Urbana, e de ações mais estruturadas, como o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), com a participação de entidades como a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), a Central de Movimentos Populares (CMP) e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

O Fórum Nacional de Reforma Urbana e seus desdobramentos nos fóruns estaduais e regionais possibilitaram a organização da Jornada de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade. Outras manifestações importantes para a luta política dessa causa foram as que ocorreram em 2009, com o fechamento de rodovias e vias públicas em São Paulo, Campinas, Guarulhos e Osasco, no contexto da mobilização nacional contra o desemprego e por políticas populares contra a crise (SIMIONATTO *et al*, 2011).

Nota-se que esses movimentos possuem em suas propostas uma perspectiva de sociedade delineada por Gramsci (2002), que se traduz em um espaço de luta de classes e de disputa hegemônica. Mesmo considerando-se que as ações desses grupos enfrentam resistência e que as tentativas de unificação são impedidas por grupos dominantes, essas ações representam estratégias coletivas de resistência e ações efetivas no enfrentamento às políticas neoliberais em vigência nas últimas décadas.

Mais recentemente, no final de 2010, uma onda de protestos, com características transnacionais, varreu o Norte da África e o Oriente Médio, onda que ficou conhecida como Primavera Árabe. As revoltas e protestos começaram com o suicídio de Mohammed Bouazizi por causa do confisco, pelo governo da Tunísia, de seu único meio de sobrevivência, uma barraca de legumes. A partir daí, revoluções marcaram os protestos na própria Tunísia e no Egito. A Líbia e a Síria viveram uma guerra civil. Grandes protestos ocorreram na Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e Iêmen. Manifestações de menor porte aconteceram no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental. Os ativistas usavam técnicas de resistência civil combinadas com greves, manifestações e passeatas, com amplo uso das redes sociais para difusão das ideias revolucionárias (ROSINY, 2012). tática que Franco (2013) denominou de enxameamento⁵⁹.

Os protestos ocorreram nesses países com diferentes etnias, formas de Estado, relações políticas e sociais. No entanto, a maioria dos governos possuía características ditatoriais, com corrupção endêmica e sustentadora dos regimes, desemprego, desigualdade de renda e regional, repressão à oposição e a qualquer ato contra o *status quo*, bem como o não reconhecimento de direitos de minorias e de mulheres (OLIVEIRA; LOPES, 2013).

Com as mobilizações e confrontos de populares, o presidente da Tunísia buscou asilo político na Arábia Saudita. Na Argélia houve a suspensão do estado de emergência que durava 19 anos. Na Jordânia o rei Abdullah II trocou de primeiro ministro diversas vezes. Em Omã o Sultão Qaboos demitiu ministros e deu poderes aos parlamentares. No Egito o presidente foi derrubado pelo povo, mas os governos seguintes não conseguiram estabilidade política. No Iêmen dois governos foram derrubados. No Iraque o Estado Islâmico e governos sucessivos vivem em disputa. Na Líbia, Muammar Gaddafi foi assassinado pelos rebeldes e ainda prevalece a guerra civil no país. Na Arábia Saudita o rei Abdullah fez concessões econômicas. A Síria permanece em guerra civil.

Em termos de gênese, esses movimentos são amplamente oportunos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação, e podem estar relacionados a um evento específico ou eclodir por uma aversão pelas ações dos governantes. Tem origem num apelo à ação proveniente do espaço dos fluxos, com o objetivo de criar uma comunidade de prática insurgente. Nesses casos, a fonte do apelo é menos importante que o impacto da

⁵⁹ O enxameamento (Swarmlings) é uma dinâmica de rede, a manifestação de um fenômeno de interação em sociedades altamente conectadas. Ocorre um enxameamento quando multidões se aglomeram e evoluem sincronizadamente, sem condução alguma (nem pelas ordens dos esquemas de comando-e-controle, nem pela indução inerente aos processos participativos). Sem a direção exercida por algum líder, quando muitas pessoas enxameiam, provocam grandes mobilizações (FRANCO, 2013).

mensagem sobre receptores múltiplos e inespecíficos, cujas emoções se conectam à sua forma e a seu conteúdo (CASTELLS, 2013).

Em fevereiro de 2011 a onda de indignação chega à Europa, com o movimento Indignados da Espanha, que irrompeu principalmente por causa do desemprego, que atingiu a taxa geral de 22%, sendo de 47% entre os jovens. Uma rede de cidadãos criou um grupo no *Facebook* chamado “Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-Mobilização Cidadã”, que agregava os ativistas do *Anonymous*⁶⁰, do *Nolesvotes*, além de grupos que protestavam contra a crise financeira na Europa, como *Estado del Malestar*, *Juventud Sin Futuro*, *Juventud em Acción*, *Plataforma de Afectados por la Hipoteca* etc. Os Indignados realizaram diversos protestos em Madri, Barcelona, Valência e em outras cidades da Espanha, e uma grande manifestação no dia 15 de maio de 2011, que ficou conhecida como 15-M (CASTELLS, 2013).

Nos Estados Unidos, os ativistas, a maioria jovem, criou o *Occupy Wall Street*, em setembro de 2011, movimento de contestação contra o sistema financeiro, que chegou à beira do colapso em consequência da especulação e da ganância de seus administradores. Além dos protestos em *Wall Street*, os ativistas usavam as redes sociais para formar a Assembleia Geral da Cidade de Nova York, conclamando para o protesto, que se estendeu para outras vinte cidades no país (CASTELLS, 2013).

Com o fluxo informacional e de comunicação facilitado pela Internet e redes sociais, há uma correlação entre todos esses movimentos em diferentes pontos do planeta. Para Castells (2013), esses movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, formam suas redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar com as redes sociais da Internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de certa forma, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização.

O autor reforça que os ativistas transnacionais mantêm um debate contínuo na Internet e, por vezes, convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações

⁶⁰ Os ativistas do *Anonymous* se autodenominam da seguinte forma: “Somos uma ideia que surgiu em 2004 e sempre seguiu uma linguagem de memética e muitas sátiras. Hoje, *Anonymous* é uma ideia de mudança, um desejo de renovação. Somos uma ideia de um mundo onde a corrupção não exista, onde a liberdade de expressão não seja apenas uma promessa, e onde as pessoas não tenham que morrer lutando por seus direitos. Não somos um grupo. Somos uma ideia de revolução. Acreditamos que cada geração encontra sua forma de lutar contra as injustiças que encontra. Temos em mãos pela primeira vez o poder de produzir, distribuir e trocar informações. Uma oportunidade nunca vista antes na história para colaboração e construção de um mundo onde a esperança, a dignidade e a justiça sejam princípios a serem respeitados”. (ANONYMOUS BRASIL, 2015).

globais numa rede de vários espaços locais. Os ativistas também expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade de forma geral e exibem de maneira clara uma cultura cosmopolita, apesar de estarem ancorados em sua identidade específica. Venceram, de certa forma, a superação da atual divisão entre identidade comunal local e a constituição de redes individuais globais.

Sobre a diferenciação do “local” e do “global”, Hall (2004) esclarece que o “local” não deve ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, o “local” atua na lógica da globalização. Porém, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações “globais” e novas identificações “locais”, o que favorece o apoio dado às causas transnacionais.

No caso dos movimentos transnacionais, as ações envolvem relações que ultrapassam as fronteiras nacionais e tomam formas variadas. Às vezes se dá pela criação de uma única frente, com ativistas ou seções em diferentes países, como no caso da Transparência Internacional. Em outros casos, a sociedade civil transnacional consiste em coalizões mais informais de organizações e associações, como a Campanha Internacional pelo Banimento das Minas Terrestres (FLORINI, 2000).

Ao refletir sobre a representação política no capitalismo tardio, Kaminski (2014) considera ser esta representação uma das principais causas de exclusão, exploração, repressão e desigualdade desses sistemas políticos, nos quais as corporações e redes transnacionais do capital dominam e orientam os modelos de desenvolvimento, as relações de produção, as instituições, estruturas e relações sociais que estão na base da democracia representativa neoliberal. Os ativistas de todo o mundo desse século também procuram desenvolver contradispositivos nas estratégias de luta que usam, levando o foco da resistência para os processos de subjetivação, pressionando ao limite o exercício do poder por parte do governo e dos grupos instituídos, especialmente a classe política e as corporações transnacionais.

Voltando ao contexto brasileiro, percebe-se que o país também foi contaminado pela geopolítica da indignação global (BRINGEL, 2013b). A influência das insurreições ocorridas em outros países chegou ao Brasil, contribuindo para motivar milhares de pessoas a protestarem nas ruas de várias cidades brasileiras em junho de 2013. Dessa forma, deve-se reforçar que a comunicação globalizada também interliga intenções e dissemina motivações latentes, como as ocorridas no Brasil em 2013.

As manifestações foram crescendo em amplitude, em número e em diversidade de reivindicações. Os jovens brasileiros protagonizaram um momento de colocar para fora

dezenas de insatisfações com o andamento da economia e na condução da administração pública e da política nacional.

Esses jovens protestaram, em um primeiro momento, contra o aumento da tarifa de transporte coletivo e, depois, novas pautas foram agregadas às manifestações, como mais verba para saúde, educação, contra a corrupção e gastos excessivos para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. Constituindo-se em sua maioria de jovens e estudantes, os manifestantes repudiaram o sistema político e alegaram que os atuais políticos e governantes não os representavam. Durante as manifestações houve atos de violência e do que foi nomeado pela mídia de “vandalismo”⁶¹, o que de acordo com Bringel (2013b), revela as fraturas, as desigualdades profundas, as segmentações e o classismo da sociedade brasileira.

Porém, é necessário destacar que movimentos sociais de diferentes caracteres e matizes participaram das manifestações e continuaram, nos anos seguintes, na defesa de seus ideais. São movimentos que possuem uma singularidade em relação aos modelos de organização e atuação dos movimentos sociais que foram cooptados pelos governos em diferentes épocas. Na atualidade, observa-se que alguns movimentos sociais, sobretudo o estudantil, têm buscado uma nova forma de organização, fugindo do controle estatal.

Um tipo de organização denominada como horizontal, sem liderança e com autonomia frente ao Estado, de acordo com Montes (2014), Reis (2014) e Maia (2016). Montes (2014, p. 127) afirma que os movimentos atuais têm outra forma de organização, “na base da horizontalidade real, da capacidade de estarem solidariamente trabalhando em conjunto”. Reis (2014, p. 300) destaca que uma das principais características desses movimentos é a autonomia em relação aos partidos políticos e aos sindicatos tradicionais:

É presumível, nestas condições, uma ‘abertura’ maior no leque das reivindicações. De um ponto de vista mais ortodoxo, isto pode ser avaliado como uma fraqueza. Contudo, de outro ponto de vista, pode ser avaliado – e assim eu vejo as coisas – como um sinal de vitalidade, no sentido de que o processo está fluindo de forma menos ‘amarrada’ e ‘enquadrada’ o que, não raro, esteriliza os movimentos.

Maia (2016) considera que a gestão desses movimentos se dá pela égide da autonomia e acrescenta que o movimento tem também que perseguir as características de uma organização horizontal, apartidária, espontânea, independente, descentralizada, que promova a ação direta na luta pelos seus ideais.

⁶¹ Vandalismo é um conceito que é utilizado para fazer referência à destruição própria dos antigos vândalos, os integrantes de um povo bárbaro de origem germânica oriental que ficou na história como símbolo do selvagismo e da falta de civilidade. O termo “vândalo”, na atualidade, é usado para fazer menção a qualquer indivíduo que cometa ações próprias das pessoas selvagens. É uma conduta destrutiva que se costuma expressar por meio da violência. O vandalismo é a hostilidade para com as propriedades alheias e tende a manifestar-se publicamente com ataques a monumentos, bancos, paredes, muros etc (CONCEITO.DE/VANDALISMO, 2016).

Portanto, a autonomia surge como a principal singularidade desses movimentos. De acordo com Maurício (2014), ativista da Frente de Luta pelo Transporte em entrevista, os movimentos sociais estão criando coisas novas em termos de ação política no país. Para Maurício, hoje existem três tendências no Brasil: os movimentos sociais conservadores, como o Movimento Brasil Livre⁶², de caráter burguês; os movimentos reformistas, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mais burocratizados e principalmente vinculados ao governo, cooptados pelo Estado; e os movimentos autônomos, como a Frente de Luta pelo Transporte, o Movimento Passe Livre (MPL), o Movimento dos Estudantes Secundaristas⁶³, entre outros.

A Frente de Luta tem um novo elemento enriquecedor, na concepção de Maurício, que é não ser vinculada a nenhuma instituição estabelecida, ou seja, não há nenhum sindicato, nenhum partido e nenhum político profissional que a controla. Essa autonomia financeira, organizacional e política é o elemento interessante que a Frente de Luta tem. Para o ativista, a perspectiva da luta social no Brasil, principalmente com esse avanço e radicalização do estado neoliberal que está se desenhando na atualidade para o país é de mais organização, mais articulação, mais pessoas entrando na luta e com novas perspectivas, que não aquelas das velhas organizações tradicionais.

Dialogando com Maurício, o ativista da Frente de Luta, Vainer (2013) entende que, entre lutas e conquistas dos movimentos sociais brasileiros, ao longo de mais de três décadas, na forma de um aprendizado contínuo, nas jornadas de junho de 2013, pela rapidez com que se espalharam, pelas multidões que mobilizaram, pela diversidade de temas e problemas postos pelos ativistas, as manifestações evocaram os grandes e raros momentos da história em que mudanças e rupturas que pareciam inimagináveis até a véspera se impõem à agenda política da sociedade e, em alguns casos, acabam transformando em possibilidade algumas mudanças sociais e políticas que pareciam inalcançáveis.

⁶² Na Fan Page da Organização Não Governamental Movimento Brasil Livre (MBL) no Facebook, os integrantes do Movimento afirmam que o MBL “é uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia”. A Fan Page foi criada no Facebook no dia 1 de novembro de 2014 (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2016).

⁶³ Desde o fim de 2015 e início de 2016 estudantes secundaristas ocuparam escolas e prédios públicos em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás. Na capital paulista, a mobilização estudantil foi motivada pelo anúncio do projeto de reorganização escolar feito pelo governador Geraldo Alckmin. A ocupação de mais de 200 escolas em todo o Estado fez com que o executivo adiasse a proposta de reorganização. No Rio de Janeiro 65 escolas foram ocupadas, com os alunos exigindo melhoria nas escolas e mudança no sistema de ensino. Em Goiás mais de 20 escolas foram ocupadas, com os secundaristas goianos protestando contra a terceirização da gestão escolar, que seria assumida por organizações sociais de acordo com decreto do governador Marconi Perillo. A terceirização não ocorreu (NASCIMENTO, 2015).

Indo mais adiante, Rolnik (2014) considera que os ativistas de vários países, não apenas do Brasil, estão colocando em xeque o sistema de representação política, levando as agendas locais a terem especificidades, mas também um substrato comum. Novas formas de representação política, novos processos decisórios são coisas que estão sendo pensadas, mas que ainda não têm resposta. Esses movimentos podem estar indicando uma nova correlação de forças políticas que podem mudar o cenário atual.

Em relação às reivindicações dos manifestantes, as conquistas estavam relacionadas ao fato de congelamento do valor da tarifa, já que em várias capitais e cidades brasileiras o aumento não foi efetivado em 2013. No entanto houve retrocesso em algumas delas, como foi o caso do Programa Ganha Tempo no transporte coletivo de Goiânia, que foi implantado e desativado pouco tempo depois. Esse programa será melhor detalhado no próximo capítulo.

Mesmo assim, considera-se, como afirma Castells (2013), que os movimentos sociais também produziram novos valores e objetivos em sua trajetória que ajudaram, mesmo de forma reduzida, na transformação das instituições que compõem a sociedade e, ao assumirem esses valores, ajudaram a criar novas normas para organizar a vida social.

Para o autor, nas ações desses movimentos, um novo espaço público foi criado, localizado entre os espaços digital e urbano, de comunicação autônoma, que é a essência dos movimentos sociais, porque permite que o movimento se forme e se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre a comunicação.

O autor também entende que, na atualidade, os movimentos sociais – sobretudo os de caráter transnacional –, exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é construída nas redes da Internet e nas plataformas de comunicação sem fio⁶⁴.

Uma das diferenças em relação às manifestações de outras épocas é que, em 2013, as pessoas foram convocadas pelas redes sociais virtuais, o que trouxe o povo para a rua quase

⁶⁴ Há que se considerar que, durante a Primavera Árabe, vários governos desabilitaram as redes sociais, impedindo a comunicação dos ativistas pela Internet. De acordo com Tavares (2012), ao saber do início dos levantes e do uso das ferramentas tecnológicas como uma arma mais eficiente, tanto no Egito quanto na Líbia, o governo decidiu cortar o acesso à Internet. Esta atitude mostrou que era imprescindível a existência da Internet e das redes sociais como uma ferramenta organizadora naquela região. Ou seja, o ato de encerrar com a comunicação significou admitir que de fato houvesse grande acesso à Internet, às redes sociais e, consequentemente, às novas ideologias e que este mecanismo tinha grande força naquele contexto. Mesmo o Estado tendo bloqueado o acesso a esse meio de comunicação, o conteúdo nele colocado e não controlado pelo governo atingiu outras regiões, demonstrando assim a capacidade de disseminação da Internet.

em tempo real, ampliando o número de manifestantes e os locais de protestos, segundo Scherer-Warren (2014, p. 417). “Isso causou uma enorme visibilidade na mídia e o respectivo impacto político, produzindo uma resposta rápida da parte do sistema político. Mas também produziu uma diversidade de demandas, muitas vezes conflitivas e antagônicas entre si”.

Dessa forma, um novo elemento mudou a face dos movimentos sociais contemporâneos. O uso das redes sociais na Internet para a busca de adesão de novos militantes, divulgação das etapas do protesto e agendamento de manifestações tornou-se o diferencial em relação às formas de atuação de movimentos de outras épocas. Muitas dessas ações são de cunho global, também adotada por ativistas de vários países, alguns deles defendendo causas transnacionais, principalmente ligadas à defesa do meio ambiente.

Ao estudar os movimentos sociais para este trabalho, foi necessário fazer um recorte e segmentar a pesquisa para uma das ramificações dos movimentos sociais, que são os movimentos estudantis. Justifica-se esse recorte pelo fato de a maioria dos ativistas do Frente de Luta pelo Transporte ser estudante, das fileiras do ensino médio e universitário de Goiânia.

2.2 O movimento estudantil e a concepção da luta política

Dentre os grupos de movimentos sociais, um deles se destaca pela rebeldia nas contestações: o movimento estudantil, que protagonizou vários embates no transcorrer da história em diversos países do mundo, como foi o maio de 1968 na França. No Brasil, o movimento estudantil também foi protagonista em várias frentes de lutas, sendo as mais marcantes as manifestações de protesto contra a ditadura e o regime militar na década de 1960 e 1970; as manifestações na defesa da campanha das eleições diretas para presidente na década de 1980; e de apoio ao impeachment do presidente Fernando Collor, no Movimento Caras Pintadas de 1992.

Na contemporaneidade, os estudantes saíram novamente às ruas para protestar, no embate que ficou marcado como jornadas de junho de 2013, juntamente com trabalhadores e outros segmentos sociais. Pretende-se, a partir desse ponto, traçar um rápido histórico do movimento estudantil no Brasil, até a atualidade, com os estudantes atuando fora dos limites da institucionalização, o que tem marcado também a prática de outros movimentos sociais brasileiros.

A partir da década de 1960, muitos jovens buscaram seguir suas próprias regras e a estabelecer uma nova ordem social. Tinham o desejo de transformar o mundo em que viviam

tanto do ponto de vista político como em relação ao comportamento (BOTTOMORE, 1981). Essa reação contestatória⁶⁵ manifestou-se com mais intensidade no meio estudantil.

No Brasil os jovens saíram às ruas para protestar contra a ditadura militar instaurada em 1964, com o objetivo de deter as mudanças que estavam se delineando no cenário político e social do país. Segundo Benevides (2006), havia uma tendência esquerdizante na época que contaminava todas as camadas sociais e que contagiava com mais vigor a juventude, impulsionando os jovens a terem uma participação política mais efetiva.

O autor divide em três fases distintas vividas pelo movimento estudantil, fortalecido pelas ideias esquerdistas, no período do regime militar: de 1964 até 1968, fase caracterizada por grandes manifestações de rua; de 1969 até 1974, momento que se pode chamar de recuo estratégico; de 1975 até 1979, fase marcada pela luta da retomada da legalidade.

Em cada uma dessas fases, vários acontecimentos tiveram significativa importância nos caminhos seguidos pelos estudantes, isso porque a cada mudança nos rumos do regime, os estudantes eram obrigados a reavaliar a forma de organizar e conduzir os protestos e confrontos, ora recuando frente às novas exigências da situação política e também escolhendo formas alternativas de luta, como os movimentos clandestinos de luta armada ou atos relacionados à contracultura⁶⁶ (BENEVIDES, 2006).

No dia do golpe, em 1964, a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, foi incendiada. Depois disso foi fechada e passou a atuar na clandestinidade. Centenas de estudantes e populares foram torturados, assassinados e considerados como desaparecidos durante o regime militar (VALLE, 2008). Fazendo jus às tendências esquerdistas da época, muitos estudantes que participavam das manifestações, de acordo com Benevides (2006), tiveram alguma ligação com organizações de esquerda, sendo as que exerciam maior influência sobre os estudantes eram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Ação Popular (AP), o Política Operária (POLOP) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Depois de todos esses embates históricos, Groppo (2006) considera que prevaleceu no país um desejo por proteção socioeconômica, por segurança diante das perdas de direitos sociais, do afastamento do Estado como agente de integração e da consolidação desse mesmo

⁶⁵ Viana (2015b) entende que contestação é o ato de manifestar descontentamento contra algo, mas nenhuma contestação é realizada no vazio e sim no interior de determinadas relações sociais, como as que são marcadas pela exploração, dominação, opressão, marginalização, entre outras.

⁶⁶ Para Brandão e Duarte (1995) e Maciel (1996) (*apud* BENEVIDES, 2006) a contracultura pode ser definida como um movimento que contestava os ditames da indústria cultural e a cultura de massa, propondo não apenas uma nova linguagem estética como também estilos de vida alternativos que não reproduzissem os modelos comportamentais impostos pela sociedade burguesa, tida como infeliz e neurótica.

Estado como braço repressor policial. Também devido à perda das proteções sócio comunitárias por causa da intervenção dos países ricos e de agências econômicas supranacionais na defesa da instauração de um livre mercado mundial. Os protestos desta fase, década de 1960, envolviam não somente os estudantes, mas diversos segmentos sociais.

Para o autor, o engajamento dos estudantes no combate à ditadura militar foi resultado de um campo de forças duplamente estruturado: por um lado houve determinantes de conjuntura que transformaram os estudantes atores de ponta de lutas sociais contra o poder autoritário e a busca de um ideal de sociedade mais justa e, por outro lado, os estudantes foram atores de um campo de forças alavancado por eles mesmos enquanto jovens que continuamente produzem, mais que reproduzem, valores e modelos de conduta, de comportamento e de ação.

O movimento estudantil em Goiânia, no Estado e Goiás, no ano de 1968 foi tema de pesquisa histórica de Mello (2011), que buscou no jornal O Popular as matérias que faziam referência ao movimento, embora a repressão policial e a censura nas redações dos jornais dificultassem sua divulgação. As passeatas e comícios relâmpagos eram realizados principalmente pelos estudantes secundaristas, poucas foram as citações de protestos de estudantes universitários e quando ocorriam eram relacionados a problemas acadêmicos.

A partir de meados da década de 1970 e na década de 1980 no Brasil iniciou-se um processo de construção de uma nova ordem política em função do declínio do regime militar. A abertura política possibilitou que movimentos sociais atuassem no processo de superação do regime autoritário no período e da nascente redemocratização. Uma das mobilizações marcantes do período foi a da campanha das Diretas de 1984.

A partir de 1975, surgiram diversos movimentos autônomos de contestação, com as reivindicações em torno de questões cotidianas: “Movimento do Custo de Vida, Movimento por Moradia, manifestações contra a espoliação urbana, a carestia, o empobrecimento resultantes, a priori, do modelo concentrador de renda, com um perfil nítido de demandas tradicionais” (OLIVEIRA; MARINHO, 2012, p. 134). Nos anos de 1978 e 1979 eclodiram as greves operárias, com o sindicalismo atuando de forma diferente da origem populista de 1930: independência em relação ao Estado, novas formas de organização e novas lideranças.

Deflagrada em abril de 1983, ano em que se iniciou o debate sobre a sucessão presidencial do presidente João Figueiredo, a campanha pelas eleições diretas ganhou fôlego a partir de janeiro de 1984, às vésperas da votação da proposta de emenda constitucional do Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), que determinava o restabelecimento de eleições diretas para presidente já em 1985 (OLIVEIRA; MARINHO, 2012).

Os estudantes, operários, intelectuais, sindicalistas, artistas e cidadãos comuns estavam sempre presentes nos comícios em praças e espaços públicos de várias capitais do país, na época. A Campanha Diretas Já! não garantiu a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, derrotada por 22 votos. Prevaleceu a opção pela transição negociada, com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney da Aliança Democrática, coligação PMDB/PFL (OLIVEIRA; MARINHO, 2012). Tancredo faleceu pouco antes da posse, com José Sarney assumindo a presidência.

Na sequência dos acontecimentos, o movimento dos Caras Pintadas foi uma mobilização popular e estudantil ocorrida nos meses de agosto e setembro de 1992, contra Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente diretamente eleito pelo povo após o regime militar. O que desencadeou a onda de protestos foi a acusação de corrupção contra o presidente feita pelo próprio irmão, Pedro Collor, à imprensa (SHILLING; FREITAS, 2013). Em reação às denúncias, os estudantes ligados à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) em um primeiro momento, e os estudantes universitários ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), nas passeatas seguintes, saíram às ruas para protestar (GROPPO, 2008).

Em resposta ao apelo do presidente para que os jovens saíssem às ruas com a missão patriótica de apoiá-lo, ocorreu o contrário: voltando-se contra Collor, milhares de estudantes secundaristas, em sua maioria, e universitários, vestindo preto em sinal de luto e com as caras pintadas, saíram às ruas das capitais dos Estados para exigir a renúncia do presidente, que naquele momento estava sob alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

As manifestações aumentaram com a proximidade da votação do relatório final da CPI que investigava o presidente Fernando Collor. Na manhã do dia 25 de agosto cerca de 400 mil estudantes tomaram o Vale do Anhangabaú em São Paulo. Em Recife, 100 mil estudantes foram às ruas e em Salvador 80 mil. Em Brasília, no dia 26 de agosto, cerca de 60 mil pessoas fizeram manifestações contra o presidente Collor, enquanto o relatório da CPI que investigava era votado pelo Congresso. Em setembro, as principais entidades civis do país e as centrais sindicais criaram o Movimento pela Ética na Política, da qual fizeram parte também a UNE e a UBES (SHILLING; FREITAS, 2013).

No dia 29 de setembro, a Câmara dos Deputados votou a favor do processo de impeachment. Collor finalmente renunciou em 29 de dezembro de 1992, o que não evitou que o processo de impeachment chegasse à conclusão condenando-o.

Uma análise necessária sobre esse período é sobre o aparelhamento do movimento estudantil pelos partidos políticos, que reforçava o processo de burocratização do movimento.

Os partidos políticos conseguiram cooptar o movimento estudantil pelo caráter de organização burocrática desses partidos, compatíveis com o movimento estudantil oficial (Grêmios Estudantis, Centros Acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes, União Nacional dos Estudantes e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, entre outras) (VIANA, 2016).

Considerando-se que os estudantes sem partidos políticos não possuem unidade, força organizacional, ideologias ou doutrinas desenvolvidas e consensuais, entre diversos outros limites, isso reforça o predomínio dos estudantes vinculados a partidos políticos. O Partido Comunista do Brasil (PC do B), com pequeno número de filiados, mas com maior organicidade, detinha a hegemonia e controlava o movimento estudantil oficial a partir dos anos 1980. O processo de redemocratização que ocorreu na sequência aprofundou a burocratização do movimento estudantil ao ampliar o número de partidos e os interesses eleitorais, reduzindo assim a sua combatividade (VIANA, 2016).

A partir de 2003, começaram os protestos motivados pelo aumento da tarifa do transporte público. Em Salvador, Bahia, milhares de pessoas ocuparam as principais avenidas da cidade durante mais de três semanas, no protesto que ficou conhecido como a Revolta do Buzu, contra um aumento de 20 centavos na tarifa, que passou de R\$ 1,30 para R\$ 1,50. Na reta final das mobilizações, organizações tradicionais do movimento estudantil tomaram à frente das negociações com a prefeitura, conseguiram várias conquistas, menos a redução da tarifa (POMAR, 2013).

De acordo com o autor, a consciência de que a mobilização popular é um importante instrumento de pressão e de conquistas sociais foi o principal legado da Revolta do Buzu. Mostrou, também, que havia uma insuficiência política das direções estudantis tradicionais, afastadas das bases das lutas sociais, e em dissonância com essas, além da urgência em organizar o movimento social de maneira autônoma e independente, ousada e sóbria, capaz ao mesmo tempo de dialogar com as novas linguagens e formas de organização da juventude e de fazer política, sem se deixar submeter a interesses outros que não os da própria luta.

Os estudantes também lideraram as manifestações da Revolta da Catraca, em 2004, em Florianópolis, Santa Catarina e durante duas semanas ocuparam as principais vias da cidade, derrubando o aumento da tarifa. Em 2005 houve um novo reajuste da tarifa e novamente os estudantes tomaram as ruas, liderando um movimento de massas mais intenso do que no ano anterior, novamente conseguindo cancelar o aumento da tarifa (POMAR, 2013).

A partir destas mobilizações, a Campanha pelo Passe Livre (CPL) de Florianópolis, uma organização de frente ampla, liderada pelos estudantes, convocou um encontro nacional para articular as lutas, para julho de 2004. Participaram do encontro representantes de Belém

(PA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ), Campinas, Sorocaba, Itu e São Paulo (SP), reunidos durante três dias em um camping no norte da ilha de Santa Catarina. O encontro foi marcado pela presença de grupos de orientações ideológicas distintas, alguns da extrema esquerda e outros independentes. O encontro não se propôs a criar um movimento, mas instituiu uma Campanha Nacional pelo Passe Livre (CPL) (POMAR, 2013).

Durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005, a CPL de Florianópolis decidiu convocar uma plenária nacional. Durante a reunião, que teve o apoio do Centro de Mídia Independente (CMI), ocorreu a fundação do Movimento Passe Livre (MPL), estabelecendo os princípios do movimento, que vigoram até hoje, de autonomia, independência, horizontalidade e apartidarismo.

Entre os estudantes do MPL nascente estavam presentes três correntes do pensamento e da organização juvenil de esquerda da época: jovens ligados ao Trotskismo⁶⁷, dissidentes das organizações tradicionais da esquerda e jovens independentes. Também faziam parte, ativistas articulados em torno dos movimentos que a partir de 1990 ficaram conhecidos como movimentos antiglobalização e jovens do Centro de Mídia Independente (CMI). Ainda, grupos pequenos de oposição às direções das entidades estudantis (POMAR, 2013).

De acordo com o autor, o movimento, nos anos seguintes, viveu um paradoxo, com dificuldades de organização interna e, ao mesmo tempo, a luta pelo transporte público se espalhava pelo Brasil. Também as manifestações contra o aumento da tarifa começaram a tomar corpo em várias capitais brasileiras, como Salvador, Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Aracajú, Maceió, Recife, João Pessoa, Fortaleza, Natal, Teresina, Belém, São Luís, Rio Branco, Manaus, Distrito Federal, Goiânia e Cuiabá. Alguns grupos dessas cidades eram ligados ao MPL e outros não, como ocorreu em Goiânia, com a criação da Frente de Luta pelo Transporte.

Nesse sentido, forma-se no Brasil uma onda em torno da luta pelo passe livre e contra o aumento da tarifa de ônibus. Os ativistas conseguem conquistas pontuais que retroalimentam os coletivos de luta e expandem os horizontes geográficos dos protestos. Quando, em junho de 2013, o MPL de São Paulo deu início a mais uma jornada de lutas, não tinha dimensão das proporções que essa ação iria tomar, iniciando um dos quatro principais movimentos de massa no Brasil dos últimos quarenta anos (POMAR, 2013).

⁶⁷ O Trotskismo é uma doutrina baseada no conjunto de ideias de Marx, Engels e Lênin, dentro do movimento comunista internacional, defendida pelo revolucionário ucraniano Lev Davidovitch Bronstein, chamado de Trotski (1879-1940). Trotski contribuiu para a concepção da Teoria da Revolução Permanente. Fez oposição ao Stalinismo, defendia o desaparecimento do Estado e a eliminação da burocracia (SACCHETTA, 1992).

Embasados em teorias políticas e ideologias esquerdistas, os estudantes tinham em mente o objetivo de mudança, que deveria começar pela melhoria do transporte coletivo e seu barateamento. Optaram pela ação direta, de ir às ruas protestar, provocando um movimento histórico contínuo. Como afirmava Gramsci (1972, p. 66), era necessário construir sobre uma determinada prática uma teoria que, “coincidindo e se identificando com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, fazendo a prática mais homogênea, coerente e eficiente em todos os seus elementos, isto é, potencializando-a ao máximo”.

Voltando a maio de 2013, os ativistas já estavam nas ruas em Goiânia e Natal, contra o último reajuste da tarifa do transporte coletivo, e São Paulo viria a entrar no processo no dia 6 de junho, quando o Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP) planejou um ato em frente ao Teatro Municipal contra o aumento de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, pretendido pelo prefeito Fernando Haddad e empresários. Milhares de pessoas compareceram ao ato, duramente reprimido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo com uso de bomba de gás lacrimogêneo e balas de borracha (REYS, 2014). Depois deste primeiro ato, outros se seguiram, arregimentando cada vez mais pessoas à causa.

Em todo o país, os protestos ganharam novas pautas, reivindicando a instauração de políticas públicas, contra o descaso do governo em relação à saúde, educação, contra o dinheiro gasto em grandes eventos e contra a onda de corrupção no país que já estava sendo investigada. Também se estendeu por vários Estados, tanto nas capitais como cidades do interior, culminando no dia 20 de junho, com mais de um milhão de pessoas nos protestos.

As manifestações ocorridas em várias cidades do país em junho de 2013 demonstraram que a luta que partiu de uma organização descentralizada “é um ensaio para uma outra organização do transporte, da cidade e de toda a sociedade” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p.17). Nas palavras do coletivo MPL:

Ao mesmo tempo em que ultrapassava as formas de organização já estabelecidas, o teor explosivo das mobilizações apontava para as contradições que o produziam, imbricadas no sistema de transporte coletivo, ponto nodal na estrutura social urbana. O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, na força de trabalho (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p.15).

No transcorrer de 2013, 2014 e 2015, diversos estudantes foram presos em manifestações em todo o país, em claros atos de criminalização dos movimentos sociais. Criminalização que foi materializada com a aprovação da Lei Antiterrorismo pela Câmara dos Deputados no dia 24 de fevereiro de 2016. O projeto representa um grave retrocesso à democracia, para as organizações de direitos humanos, porque – sob a justificativa de proteger o país –, criminaliza movimentos sociais, organizações e ativistas que lutam por direitos. A abrangência na definição de terrorismo e as penas muito severas a condutas já previstas pelo Código Penal são os pontos mais polêmicos que ferem os direitos democráticos de livre manifestação (CONNECTAS, 2016).

Apesar de toda celeuma causada pelas manifestações que tomaram as ruas do Brasil nas jornadas de junho de 2013, após essa data, o movimento entrou em refluxo. Com um maior aparelho repressor do Estado e a progressiva criminalização dos movimentos sociais, os protestos foram diminuindo paulatinamente, retornando em épocas de reajuste de tarifa em cada capital e Estado brasileiro, porém reunindo um contingente menor de pessoas e não angariando novas conquistas.

Depois de traçar um pequeno histórico do movimento estudantil no Brasil, sente-se a necessidade de trazer uma fundamentação teórica sobre o movimento, com uma sustentação baseada na literatura recente sobre o tema.

2.3 Teorias sobre o movimento estudantil

O legado teórico sobre o movimento estudantil no Brasil e no mundo está dividido em diversas correntes de pensamento, assim como oferece uma gama variada de conceitos. Porém, como o movimento estudantil estudado neste texto é brasileiro, mais especificamente de Goiânia, o Frente de Luta pelo Transporte, entende-se que um conceito elaborado a partir de experiências mais próximas seja mais congruente. Portanto, de acordo com Silva (2008, p. 52),

Movimento Estudantil é todo e qualquer grupo organizado de estudantes em torno de objetivos políticos, culturais, acadêmicos, religiosos, outros. O ME possui ainda um caráter político-acadêmico. Político porque defende valores, ideais, projetos de sociedade, visões de mundo e atua na sociedade para disputar e construir esses valores. Acadêmico porque possui uma vinculação com a academia, a universidade, faculdades etc. Isso significa dizer que sua luta costuma ter muito o vínculo com as questões da educação, em particular, referentes à melhoria do ensino público superior gratuito.

Apesar da afirmação de Silva (2008), para Viana (2016) o movimento estudantil não se limita a questões especificamente estudantis, porque os estudantes formam um grupo social

policlassista. Há outras situações específicas de cada subgrupo que geram outras formas de insatisfação. Quando essa insatisfação é acompanhada por um senso de pertencimento e determinados objetivos que levam à união, organização e consciência, tem-se o movimento estudantil. Segundo o autor, os objetivos do movimento estudantil estão relacionados com os derivados de sua condição estudantil, embora os interesses pessoais também estejam presentes e influenciem os objetivos desses movimentos.

O movimento estudantil também tem algumas especificidades como movimento social. Como é um movimento ligado às instituições educacionais, as organizações e manifestações reconhecidas por estas instituições são “oficiais”, que são os Centros Acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes, União Nacional dos Estudantes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e Grêmios Estudantis, entre outros. Nesse sentido, existe um movimento estudantil oficial e outro extraoficial (VIANA, 2016).

De acordo com o autor, o movimento estudantil oficial é reconhecido pelas burocráticas práticas educacionais e segue as normas elencadas em seus regimentos. A burocracia institucional presente nas universidades, colégios e escolas acaba por burocratizar também essas entidades estudantis, submetendo essas entidades às exigências burocráticas, como, por exemplo, exigência de eleições regulares, estatutos, prestação de contas, hierarquia e divisão de funções, que são previstos nos regimentos institucionais.

O movimento estudantil representa uma das faces do protagonismo juvenil. Também uma das formas de inserir o jovem na vida universitária e até mesmo na atuação política. Para o estudante, a entrada na universidade representa uma situação nova. Abrem-se horizontes de participação que são novos pelas oportunidades que o jovem encontra de conviver com outros que compartilham de problemas semelhantes, envolvendo-se, na busca comum das alternativas desejadas, criando compromissos semelhantes com a condição que, no momento, define as suas vidas e que é a condição de jovem (FORACCHI, 1972).

Via de regra o estudante que chega à universidade costuma estar na faixa etária considerada como da juventude. Na concepção de Viana (2004), juventude é um grupo etário composto pelos jovens, ou seja, indivíduos inscritos no processo de ressocialização. Nesse sentido, é a ressocialização que caracteriza a juventude. A ressocialização, ou o que o autor designa como socialização secundária, “é um momento na vida dos indivíduos da sociedade moderna no qual eles são preparados para realizarem uma integração completa na sociedade, tanto na esfera do trabalho quanto nas esferas das responsabilidades sociais” (VIANA, 2015, p. 28).

Para Spósito (1997), a juventude, histórica e socialmente, é vista como uma fase da vida marcada por um tipo de instabilidade, fruto de determinadas contradições sociais. Atualmente a entrada no ensino superior se dá a partir da adolescência, com cerca de 17 anos, alguns se prologando na Universidade até perto dos 30 anos, o que o impede, devido a questões sócio econômicas, de desfrutar da autonomia completa do adulto, inserindo-o num período de latência ou de moratória social.

De um modo geral, a juventude tem estado presente, tanto na opinião pública como nas produções acadêmicas, como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. A juventude, vista como uma geração que substituirá a figura do adulto aparece como retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, “condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura” (ABRAMO, 1997, p. 29).

Nesse sentido, fazem parte da mesma geração real os jovens que vivenciam os mesmos problemas históricos concretos, “e constituem unidades de geração separadas aqueles grupos que dentro de uma mesma geração real trabalham o material da sua experiência comum de modos específicos diferentes” (MANNHEIM, 1982, p. 154). Portanto, as atitudes integradoras fundamentais e os princípios formativos são as forças socializantes primárias da história da sociedade, e é necessário vivê-los de modo completo para se participar realmente da vida coletiva.

Para o autor, pertencer a uma geração representa um tipo particular de identidade de situação, abrangendo grupos etários relacionados, incrustados em um processo histórico-social. As pessoas que pertencem a uma mesma geração vivenciam uma mesma realidade na dimensão histórica do processo social, que os leva a ter “um certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo de ação historicamente relevante” (1982, p.72).

Complementando esse pensamento, Groppo (2000) entende que essa questão de gerações trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas.

Voltando ao tema do movimento estudantil, Groppo (2006) recorda que esses movimentos da década de 1960, de acordo com o momento e o local que ocorreram, foram expressões das crises existentes dentro das universidades, por meio de demandas como a

politização da vida universitária, propostas de co-gestão e autogestão⁶⁸, ideias do poder estudantil e casos de prática da universidade crítica. Revela ainda a crise da hegemonia da instituição universitária, o desejo de ampliar o direito à universidade ao mesmo tempo em que denunciava a sua forma de funcionar, “mas passando logo da defesa de sua autonomia diante dos poderes político e econômico para a denúncia do seu falso isolamento, defendendo uma participação social progressista da universidade” (2006, p. 32).

O autor cita Weinberg (1965), um líder estudantil da Califórnia, que traça um perfil do que sentiam os estudantes diante das mudanças acadêmicas daquela época, década de 1960, que os dirigentes transformaram a universidade em fábrica de conhecimento, uma revolta advinda pelo sentimento dos estudantes de que a Universidade transformou os estudantes em seres anônimos, que os estudantes tinham muito pouco controle sobre seu entorno, sobre seu futuro e que a comunidade universitária era quase completamente irresponsável com as necessidades individuais dos alunos. Afirmava ainda que o estudante devia ser ouvido, ser considerado e ser levado em conta quando decisões pertinentes à sua educação e à sua vida na comunidade universitária fossem tomadas.

Na atualidade, Groppo (2006) alerta que o cenário não é muito diferente daquele da década de 1960, e que as possíveis e necessárias criações alternativas da vida social não emanam tão somente da subjetividade “sonhadora” dos indivíduos e grupos – seja de estudante ou não –, mas também de novas condições socioeconômicas e políticas abertas, dialeticamente, pelas metamorfoses do sistema capitalista na atual fase. Dessa forma, no âmbito da solidariedade social se esboçam alternativas subjetivas, mas também concretas, como práxis social, que podem potencializar uma nova irrupção do desejo autogestiniário dos estudantes.

No entanto, Soares (2016) alerta que embora o movimento estudantil tenha uma vinculação direta com a universidade, suas bandeiras de lutas não se restringem somente a esse espaço, sobretudo porque a universidade não está isolada da sociedade. Por isso dá importância à defesa de outras causas e demandas, além da articulação com outros movimentos sociais, fortalecendo as lutas contra as desigualdades sociais, as injustiças e todas as formas de opressão que marcam as estruturas da sociedade capitalista. O movimento estudantil tem um papel na luta de classes, com seus interesses e projeto de classe e sociedade.

⁶⁸ De acordo com Groppo (2006, p. 8), pelo pensamento desenvolvido dentro da teoria anarquista, de modo mais simplificado, “a autogestão significava a submissão das decisões de controle e gestão às necessidades, interesses e desejos dos indivíduos que compunham a unidade social a ser gerida”.

Essas novas organizações estudantis são geralmente organizações autárquicas, ou seja, não-burocráticas. Organizações que sempre existiram, mesmo com poucos integrantes e com existência temporária curta, como grupos de estudos políticos e até mesmo grupos de ação. Esses grupos de ação podem ser vinculados a outras formas de organização – grupos políticos, geralmente anarquistas, autogestionários, autonomistas, independentes ou não. Esses grupos também podem ser criados objetivando outras lutas específicas além das estudantis, como a juventude católica, estudantes negros, entre outros. As novas organizações estudantis geralmente não atuam nos mesmos lugares que o movimento estudantil oficial, pois os espaços oficiais são geralmente representativos e pressupõem processos burocráticos e eleições que geram o monopólio representativo (VIANA, 2016).

Viana (2016) também considera que as novas organizações estudantis emergem a partir de determinados interesses, que podem ser específicos ou gerais, e em alguns casos, universais. Os interesses específicos podem partir de uma situação específica de algum subgrupo estudantil, como no caso dos moradores de casas de estudantes que reivindicam melhorias, do subgrupo feminino, negro ou religioso ou de situações conjunturais, como atos de violência contra estudantes ou conflito entre estudantes e professores. Já os interesses universais são voltados para a emancipação humana e transformação radical da sociedade.

Os estudantes contam com múltiplos e diferenciados canais e muitos deles sinalizam a emergência de novos atores juvenis que atuam nos mais diversos campos, discutindo e construindo coletivamente políticas públicas que atendam as suas necessidades. Dessa forma, esses novos atores juvenis começam a desenhar novos elementos que se expressam por meio do surgimento de outras demandas de juventude, bem como, de outras formas organizativas (MESQUITA, 2003). Como a Frente de Luta pelo Transporte, que busca a melhoria da qualidade do transporte coletivo urbano em Goiânia.

A força do legado estudantil e as lutas que ganharam as ruas de 2013 até o presente pelos estudantes reforçam a tese de Benjamin (1994) da necessidade de “escovar” a história a contra pelo e resgatar a história dos vencidos, pois o dom de despertar do passado as centelhas de esperança é privilégio exclusivo de historiadores convictos de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E, segundo o autor, esse inimigo não tem cessado de vencer.

Como o ápice das manifestações se deu em 2013, como já dito neste texto, nos anos seguintes o contexto social e político no Brasil passou por conjunturas que mudaram todo o cenário da luta de classe e também das reivindicações dos estudantes em curso. O percurso da luta juvenil também mudou.

2.4 Análise do contexto sócio-político pós-2013

Após as jornadas de junho de 2013, as manifestações nas principais capitais brasileiras perderam força, talvez pela articulação frágil dos estudantes, politicamente falando, também reforçada pelo fato do valor da tarifa do transporte coletivo – principal mote das manifestações–, não ter sofrido reajuste em várias capitais e cidades brasileiras naquele ano.

Ainda no calor das manifestações de junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff convocou integrantes do Movimento Passe Livre, prefeitos e governadores para uma reunião no dia 24 de junho de 2013. O MPL entregou à presidente uma carta que defendia a implantação da tarifa zero, a municipalização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e mais verbas do governo federal aos municípios, para que sejam adotadas políticas de priorização do transporte público em todo o país⁶⁹.

Durante a reunião, Dilma Rousseff propôs a realização de um plebiscito⁷⁰ que desse suporte para uma reforma política no país. Também propôs a criação de uma nova legislação que considerasse a corrupção dolosa – quando há intenção – como crime hediondo, com penas mais severas. Ainda, a implantação da Lei de Acesso à Informação em todas as esferas governamentais. E, por fim, um pacto de responsabilidade fiscal, para manter a estabilidade da economia e da inflação. No entanto, poucas dessas propostas foram avante.

Ainda na esteira dos protestos de junho de 2013, as centrais sindicais, incluindo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizaram um dia de protesto em várias cidades brasileiras no dia 30 de agosto de 2013. Segundo os sindicalistas, os protestos faziam parte do Dia Nacional de Mobilização e Paralisação, que teve entre as reivindicações redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial, valorização das aposentadorias, rejeição ao Projeto de Lei 4.330/04, que regulamenta a terceirização nos serviços público e privado, além da destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, de 10% do orçamento da União para a saúde e melhorias no transporte público coletivo⁷¹. Não foram divulgados números em relação à quantidade de participantes, mas foi

⁶⁹ Dilma recebe MPL, governadores e prefeitos para discutir manifestações, Último Segundo. Disponível neste site: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-06-24/dilma-recebe-mpl-governadores-e-prefeitos-para-discutir-manifestacoes.html>.

⁷⁰ Dilma propõe plebiscito para reforma política. Folha de São Paulo. Disponível neste site: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1300469-dilma-propoe-plebiscito-para-reforma-politica.shtml>.

⁷¹ Centrais sindicais realizam dia de mobilização com protestos pelo país (ÚLTIMO SEGUNDO, 2013). Informações do site: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-08-30/centrais-sindicais-realizam-dia-de-mobilizacao-com-protestos-pelo-pais.html>.

visível que as manifestações sindicais contaram com número reduzido de pessoas em relação às jornadas de junho de 2013.

O Movimento Passe Livre promoveu diversos protestos e manifestações ao longo de 2013, 2014 e 2015, nas cidades onde o Movimento possui núcleos e, sobretudo, em São Paulo, na luta pela derrubada do reajuste da tarifa do transporte coletivo, porém com um número menor de ativistas e enfrentando confrontos com a polícia⁷². Esses protestos não conseguiram impedir o reajuste da tarifa, como ocorreu em 2013.

Prosseguindo na análise do contexto pós jornadas de junho, em 2014, uma investigação da Polícia Federal descobriu um esquema de corrupção que abalou a sociedade brasileira. No dia 17 de março de 2014 a Polícia Federal deflagrou a operação “Lava Jato”, com o objetivo de investigar e desarticular um esquema de desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro que teria movimentado R\$ 10 bilhões, com as investigações inicialmente sendo feitas na Petrobrás. A partir da prisão de doleiros e, posteriormente, de ex-funcionários da Petrobrás, a operação da Polícia Federal revelou a existência de uma rede de corrupção ligada à principal estatal brasileira que envolvia empreiteiras, partidos políticos e agentes públicos⁷³.

A partir da divulgação do que era revelado pelas investigações feitas por agentes da Polícia Federal, as ruas das principais capitais brasileiras voltaram a ser palco de manifestações, porém com outra conotação política. No dia 6 de dezembro de 2014, milhares de pessoas saíram às ruas de São Paulo, para protestar contra a corrupção e a falta de ética dos políticos⁷⁴. As pessoas voltaram a protestar no dia 15 de março de 2015, devido às diversas denúncias de envolvimento do Partido dos Trabalhadores (PT) em crimes de corrupção, que foram feitas por delatores na Operação Lava Jato. A polícia Militar estimou em mais de 1 milhão o número de manifestantes em todo o país⁷⁵. No dia 13 de março de 2016, a Polícia Militar estimou que 3 milhões de pessoas⁷⁶ participaram de manifestações em várias capitais, pedindo, entre outras pautas, o impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

⁷² As informações referentes aos protestos podem ser encontradas nesta página do Movimento, sob o título Artigos na categoria agenda: <http://saopaulo.mpl.org.br/category/agenda/>.

⁷³ Operação Lava Jato. Jornal O Estado de São Paulo (Estadão), 2014. Informações do site: <http://info.graficos.estadao.com.br/politica/operacao-lava-jato/?nucleo=&situacao=&partido>.

⁷⁴ Manifestantes em São Paulo protestam contra Dilma e escândalo na Petrobrás. Folha de São Paulo, 2014. Informações do site: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1558809-manifestantes-em-sp-protestam-contradilma-e-escandalo-na-petrobras.shtml>.

⁷⁵ Mais de um milhão de pessoas protestam contra Dilma pelo país, Revista Exame, 2016. Informações do site: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/mais-de-1-milhao-de-pessoas-protestam-contradilma-pelo-pais>.

⁷⁶ Brasil tem mais manifestação contra Dilma. UOL Notícias, 2016. Informações do site: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/13/brasil-tem-maior-manifestacao-contradilma.htm>.

Sanchez (2016) analisou que as manifestações do dia 13 de março de 2016 foram impactantes e que apesar de estarem sendo planejadas há algum tempo surpreenderam a quem estava acompanhando o momento político atual do Brasil, pela quantidade de pessoas. Para Sanchez, nos protestos havia uma pluralidade de pautas, contra a corrupção, pedidos de intervenção militar e mudança nas políticas governamentais, porém dois temas eram mais presentes: o da corrupção e do contexto econômico atual, da crise econômica. Havia uma disputa dentro da própria manifestação pelo seu significado. A pauta de reivindicação era legítima, fazia parte da democracia, mas preocupava o sentimento de ódio presente na manifestação, que sinalizava para um limite do processo democrático.

Para Ortellado (2016), os protestos do dia 13 de março de 2016 surpreenderam pelo tamanho, colocando o governo em uma situação muito delicada. Nesse sentido, a administração Dilma Rousseff ficaria ainda mais enfraquecida porque já não conseguiria contar com o mesmo apoio da base que a elegeu para contrapor o movimento antipetista. Esse apoio menor entre os eleitores ocorreu devido a adoção de políticas contrárias às defendidas durante a campanha, como as medidas de ajuste fiscal. A pauta dos protestos era difusa. O que unia os manifestantes, claramente, era o antipetismo.

Carlos (2016), ativista da Frente de Luta pelo Transporte⁷⁷, analisou que a maioria dos trabalhadores até não apoiasse o que ele denominou de “turma fascista” que liderou as manifestações do dia 13 de março de 2016, mas não tinha como esses trabalhadores defenderem um governo que não fez nenhuma concessão para conquistar o apoio dos trabalhadores. Pelo contrário, o governo sinalizou com repressão e prisão de lutadores, com reforma da previdência, ajustes e cortes.

De acordo com o ativista, o protesto precisava ser contra o Estado de Exceção, especialmente desde 2013, porque quem estava no governo estava perdendo os espaços de poder. O protesto tinha que ser contra o arrocho salarial, o corte no seguro desemprego, a lei antiterrorismo e o assassinato sistemático de indígenas e negros.

Considera-se que a presidente Dilma Rouseff foi perdendo apoio político durante o segundo mandato (a partir de 2014) e, em consequência, a governabilidade. Também as denúncias dos casos de corrupção e de desvio de dinheiro na sua gestão investigados pela Operação Lavajato da Polícia Federal solaparam a credibilidade do governo. A falta de políticas públicas nas áreas de educação, saúde e mobilidade urbana, além do descaso com a situação do trabalhador, fizeram com que a presidente perdesse também o apoio popular.

⁷⁷ Informação retirada do perfil do ativista na rede social *Facebook*, publicada no dia 16 de março de 2016.

Na mesma semana, no dia 17 de março de 2016, a Câmara dos Deputados criou uma comissão especial, presidida pelo deputado Rogério Rosso (PSD-DF), que analisaria o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. No dia 17 de abril de 2016 foi realizada a sessão de votação do relatório pró-impeachment. Com os votos favoráveis de 367 deputados, 137 contrários e 7 abstenções, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório e autorizou o Senado Federal a julgar a presidente Dilma Rousseff por crime de responsabilidade: autorização de créditos orçamentários e uso de pedaladas fiscais⁷⁸.

O Senado votou pela admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff no dia 12 de maio de 2016. Dos 81 senadores, 78 estiveram presentes, dos quais 55 votaram a favor e 22, contra. Era preciso maioria simples para que o pedido fosse aceito. A partir de então, a Casa teve um período de 180 dias para julgar o mérito da acusação contra a petista. Nesta última etapa, para que Dilma fosse afastada definitivamente, era preciso que 54 dos 81 senadores votassem a favor do impeachment⁷⁹. No dia 31 de agosto de 2016, por 61 votos a 20, o Senado aprovou o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. O vice-presidente, Michel Temer, assumiu a presidência do País.

Voltando às manifestações lideradas pelos estudantes que foram repetidas ano a ano após 2013, de combate ao aumento da tarifa, houve repressão com violência por parte da polícia, muitos militantes foram presos e processados. Com a criminalização dos movimentos sociais, os ativistas recrudesceram e muitos movimentos entraram em refluxo.

Nesse interim, vozes dissonantes também se levantaram contra a euforia dos movimentos sociais conectados. Para Gajanigo e Souza (2014), esses movimentos organizados pelas redes sociais virtuais estariam fadados à fragmentação e ao espontaneísmo, o que se tornava um obstáculo à luta política de fato.

A ideia apoia-se na tese de Gladweell (2010), da necessidade de criação de vínculos fortes para a adesão a um movimento de alto risco. Gladweell escreveu um artigo intitulado “A revolução não será tuitada”, sobre a mobilização que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 e que não se apoiou nas redes sociais da Internet. Houve o caso de estudantes negros em 1960, na cidade de Greensboro, na Carolina do Norte, nos Estados Unidos, contra o preconceito racial, que arregimentou 70 mil estudantes em apoio à causa até em outras cidades do país.

⁷⁸ Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra. Câmara Notícias, 2016. Informações do site: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>.

⁷⁹ Placar do Impeachment no Senado. Jornal O Estado de São Paulo (Estadão), 2016. Informações no site: <http://infograficos.estadao.com.br/politica/placar-do-impeachment-senadores/>

Acontecimentos como esses, do começo dos anos 1960, foram crescendo e se tornaram uma “guerra” pelos direitos civis, que tomou conta do sul dos Estados Unidos até o final da década. Porém, tudo aconteceu sem *e-mail*, mensagens de texto, *Facebook* ou *Twitter*.

Nesse caso dos jovens negros de Greensboro, ativistas do Movimento de Igualdade Racial de diversas cidades foram informando os demais sobre o corrido e criou-se uma rede solidária que levou aos protestos. Até mesmo manifestações revolucionárias que pareciam espontâneas, como as que conduziram à queda do Muro de Berlim, na Alemanha Oriental, foram, na essência, fenômenos de vínculos fortes.

Depois dos protestos dos anos 1960 e nos anos seguintes, como esse dos Estados Unidos, tanto no exterior como no Brasil, os movimentos sociais realizaram manifestações e atos revolucionários vitoriosos sem redes sociais e Internet. A mobilização era feita face a face, por meio de redes de amigos e conhecidos e também com uso de panfletos, jornais e mídias alternativas, na maioria dos casos.

Para Botelho (2013), milhões de pessoas foram às ruas em diversas ocasiões no Brasil e outros países do mundo antes da existência da Internet. Sem dúvida, com a Internet tornou-se mais fácil mobilizar rapidamente muitas pessoas, mas essa mesma facilidade cria limites à mobilização: quando a convocação aos protestos e o apelo às ruas era patrocinado por volantes estudantis, jornais sindicais e boca-a-boca em frente às fábricas, universidades e estações de trem, a tendência era a identificação maior entre os manifestantes e os alvos eram mais claros. A multiplicação em rede da convocação das manifestações é um potencial sem dúvida inédito, mas todo cuidado deve ser tomado para impedir a desmobilização.

Nesse sentido, Gajanigo e Souza (2014) alertam para o fato de que, se uma grande parte da organização e da divulgação do movimento é, agora, mediada pelo mundo virtual, os obstáculos ligados à virtualização das relações sociais passam a ser um problema também central para a eficácia desses movimentos e manifestações.

Com ideia divergente a desses autores, considera-se que os movimentos sociais da contemporaneidade têm eficácia sim. Isso porque há um desejo latente de mudança entre os ativistas, que vão para a rua protestar e defender seus interesses, muitos deles de ordem coletiva. O uso das redes sociais da Internet tornou-se um elemento que facilita a comunicação, agrega um novo conceito e gera atitude para a defesa da causa, além de mobilizar as pessoas. Leva à ação a partir de uma demanda concreta. Isso não contradiz os ideais dos ativistas e nem mesmo esmorece a defesa da causa, pelo contrário, alimenta a vontade de conseguir alcançar os objetivos traçados e defendidos em manifestações, reuniões

e embates. Ações marcadas pela autonomia e assumindo cada vez mais um caráter autogestionário.

Outra questão relacionada com a análise das manifestações é o que Bringel (2013a) coloca e que permeia as dúvidas dos atores sociais e políticos dos movimentos sociais da atualidade no Brasil: como canalizar a indignação em movimento social transformador? Para o autor, essa resposta também não é fácil, dada a multiplicidade de perspectivas, significados e possibilidades abertas pelas movimentações de junho de 2013. O que talvez, sim, tenha ficado claro, ao reintroduzir a conflitualidade na cena política, são os limites de uma política de conciliação nacional a partir da qual o governo, por meio de amplas coalizões, busca agradar a forças e atores antagonicos em uma sociedade marcadamente desigual.

No entanto, essas mobilizações, segundo o autor, podem gerar novas convergências dentro de polos críticos da esquerda, uma necessária autocrítica de muitos grupos sociais progressistas, uma maior especialização das reivindicações sem que por isso se convertam necessariamente em demandas corporativas. Também pode levar a uma maior politização da população e de alguns grupos que, paradoxalmente, definiam-se inicialmente como apolíticos. Isso porque houve uma experiência compartilhada, que teve um caráter pedagógico, de politização, de geração de identidades, de recriações de práxis e horizontes utópicos.

Nesse sentido, os ganhos políticos também devem ser contabilizados, pois, de acordo com Gramsci (2002, p. 69), “o fundamento de toda atividade crítica, portanto, deve se basear na capacidade de descobrir a distinção e as diferenças por baixo de toda superficialidade e aparentemente uniformidade e semelhança”. Dessa forma, os ativistas das jornadas de 2013, e dos movimentos estudantis que se seguiram, ampliaram a concepção política do fenômeno, uma vitória orgânica do movimento com saldo político positivo.

Assim, diante de um cenário de incertezas, depois das jornadas de junho de 2013, o fenômeno foi objeto de reflexão por parte de diversos autores (MARICATO *et al*, 2013; FERNANDES e ROSENO, 2013; BRINGEL, 2013a e 2013b; NOGUEIRA, 2013; JUDENSNAIDER, 2013; ALENCAR, 2013; FIGUEIREDO, 2014; RICCI e ARLEY, 2014; BORBA, FELIZI e REY, 2014; GOHN, 2014; GAJANIGO E SOUZA, 2014, FUK. 2014). Esses autores arriscaram analisar o legado das jornadas e o que ficou depois dela.

O maior saldo das jornadas de junho de 2013, no entender de Fuk (2014), foi a emergência de uma força política potencial e, em termos concretos, as manifestações forçaram os governos a reduzir as tarifas de ônibus – fortalecendo a luta por um transporte público de qualidade –, desnudaram a violência da Polícia Militar e pressionaram as autoridades a reagir às ruas.

Os movimentos sociais, sobretudo o Movimento Passe Livre (MPL), que puxou a onda de manifestações – em Goiânia foi a Frente de Luta pelo Transporte –, souberam preservar e cultivar a lógica da organização horizontal e contracultural que ficou tanto da luta dos estudantes contra o aumento da tarifa, como do movimento contra o neoliberalismo econômico, causa que também trouxe muitos ativistas para as ruas. Além da revogação do aumento, os ativistas conseguiram ampliar a pauta para a transformação de um serviço mercantil, o transporte público, em um direito social universal (JUDENSNAIDER, 2013), cujas lutas ainda continuaram nos anos seguintes a 2013.

Para Nogueira (2013), as ruas se tornaram protagonistas da política brasileira mais do que haviam sido até então. O brasileiro aprendeu a conviver com manifestações, a entender que são parte importante da vida de uma sociedade como a brasileira. As jornadas de junho de 2013 tiveram um peso histórico equivalente ao de outros grandes movimentos populares nacionais, entre os quais as Diretas Já e os Caras Pintadas.

Segundo o autor, do ponto de vista político, não houve mudança a curto prazo. O parlamento ficou surdo, os governos também. Em relação às políticas públicas também não houve nenhuma mudança. As manifestações mudaram a dinâmica do processo político brasileiro, mas não foram capazes de completar essa mudança. Depois de 2013, as multidões se tornaram um importante ator político, mas ainda lhes faltam as ferramentas para transformar suas bandeiras em causas concretas.

Considera-se que, além de mudar a dinâmica do processo político do país, outro legado importante das manifestações de 2013 foi a memória da ação política empreendida, que fica como elemento vitalizador de futuras ações dessa natureza, que existem formas de negociar demandas com o poder político e com o governo que não seja a subserviência.

Dessa forma, o contexto histórico social do país pós-jornadas de 2013 aponta para situações que foram alvo de protestos e que ainda não foram resolvidas, como a existência de planos urbanos meramente estéticos, vozes dissonantes dos meios de comunicação tradicionais, falta de lisura nos gastos governamentais, necessidade de ampliação da esfera pública e de enfrentamento ao mercado neoliberal voraz, além das tradicionais barreiras ao direito de ir e vir, ao direito amplo e irrestrito de habitar e de viver a cidade (RIBEIRO, 2013).

A questão do desemprego, ou de empregos precários, compõe esse contexto de indignação. O índice de desemprego do DIEESE⁸⁰ era quase o dobro do índice do IBGE

⁸⁰ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o Dieese, é uma criação do movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores. Texto no site do Dieese no tópico Quem somos, www.dieese.org.br

(11,2% e 5,7%) em maio de 2013, respectivamente. Isso significa que, por uma mudança de metodologia, faz o Brasil saltar de uma posição confortável entre os países com menor desemprego para os de maior taxa. Porém, esses índices ainda são limitados, pois não envolvem uma série de outras situações da população economicamente ativa e que poderiam, numa definição mais precisa, configurar desemprego. O Brasil apresentaria, numa metodologia minimamente séria, algo superior a 20% de desempregados, mesmo considerando subemprego como emprego, portanto, não computando a grande massa de informais e subempregados que compõem a força de trabalho nacional (BOTELHO, 2013).

De acordo com o autor, outras políticas dos governos Lula e Dilma arrefeceram o mercado de trabalho, além de estender a formação do trabalhador, um impacto que já começa a ser sentido. Em relação à escolaridade, os jovens entre 18 e 24 anos que cursavam o ensino superior saltaram de 15 % em 2002 para 29,9 % em 2011, resultado do efeito conjugado de Reuni⁸¹ e Prouni⁸². Mesmo com formação educacional, o desemprego é mais elevado no Brasil exatamente entre os mais jovens: na faixa etária citada acima, o desemprego é três vezes maior do que entre os mais velhos.

Portanto, a questão política está entremeada nos interesses em jogo. Arendt (2013) faz uma reflexão importante sobre o papel do governo na sociedade. Para a autora, nem o povo em geral nem os cientistas políticos em particular deixam dúvidas de que os partidos, devido a seu monopólio das indicações, não podem ser vistos como instâncias populares, sendo, muito pelo contrário, instrumentos muito eficientes para restringir e controlar o poder do povo.

A autora considera que “as instituições políticas são manifestações e materializações do poder, petrificam e decaem quando o poder vivo do povo cessa de lhes sustentar” (ARENDR, 2004, p.120). Arendt (1993) reforça que os seres humanos, enquanto puderem agir, são aptos a realizar o improvável e o imprevisível, e realizam-no continuamente, quer saibam disso ou não.

Por sua vez, Bauman (2016) considera que as causas dos protestos anti-sistema são políticas e estão relacionadas com a crise de confiança na democracia. Portanto, esta crise deriva de uma contradição: vive-se em um mundo globalizado e com enorme

⁸¹ O Reuni é um Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, do governo federal. Informações no site: <http://reuni.mec.gov.br/>

⁸² O Programa Universidade para Todos (Prouni), é o programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Informações disponíveis no site: <http://siteprouni.mec.gov.br/>

interdependência, mas os instrumentos de que os políticos dispõem para gerir esta nova condição são os mesmos herdados da geração dos avós e do estado nacional.

Naquele tempo, segundo o autor, uma decisão tomada numa capital realizava-se no território daquele país e não valia cinco centímetros adiante. Agora, ao contrário, a interdependência é mundial e os estados nacionais são incapazes de geri-la. Por isso, hoje os governos estão sob dupla pressão. De um lado, devem responder aos eleitores, que reivindicam dos políticos realizar o que prometeram; de outro, a realidade global interdependente – os mercados, as bolsas, as finanças e outros poderes jamais eleitos por ninguém – impede que estas promessas sejam mantidas. A crise de confiança nasce desta dupla pressão. Nota-se que as democracias não mais funcionam, mas não se sabe como ajustá-las ou com o quê substituí-las.

Completando o pensamento de Bauman, Harvey (2015) defende que a convergência entre diversas formas de oposição será sempre de fundamental importância, conforme ocorreu em Istambul, com o Parque *Gezi*⁸³, e no Brasil. O ativismo político é essencial e o problema talvez esteja na incapacidade da esquerda em canalizá-lo. O autor considera que a política do cotidiano é o ponto crítico a partir do qual podem se desenvolver as energias revolucionárias, onde já ocorrem atividades orientadas para a definição de uma vida não-alienada.

2.5 Movimentos sociais e a cidade de Goiânia

A Frente de Luta pelo Transporte tem como principal motivo das ações que empreende melhorar o transporte coletivo urbano da cidade de Goiânia e de sua região metropolitana. Sente-se, portanto, a necessidade de traçar um pequeno perfil sobre a gestão desse transporte na capital do Estado de Goiás, no sentido de contextualizar a luta dos estudantes ativistas.

Antes, porém, de abordar os problemas do transporte coletivo, julga-se necessário esclarecer sobre o termo cidade. De acordo com o Dicionário Houaiss (2001), cidade é uma “aglomeração humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e

⁸³ No dia 27 de maio de 2013, dezenas de pessoas ocuparam o Parque *Gezi*, que faz parte da Praça *Taksim*, a maior área pública desse tipo de Istambul, na Turquia, em protesto contra a demolição do parque, a derrubada de árvores históricas e a construção de um shopping center no local. Desde que foi anunciado, o projeto foi questionado por vários setores da população contrários a sua implementação. Não havendo canais de diálogo e diante da iminente demolição do parque, os ativistas ocuparam o Parque com acampamentos e protestos. A desmedida repressão policial não apenas fez crescer a manifestação – no dia seguinte, milhares de pessoas somaram-se a ela – como também chamou a atenção internacional para a situação (ROLNIK, 2013a). A partir daí, o tema dos protestos ampliou-se para além da demolição do parque, transformando-se em manifestações antigovernamentais mais amplas, com cerca de 2,5 milhões de pessoas.

que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo”.

Em uma abordagem sociológica, a cidade, para Park (1979), é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Dito de outra forma, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial, é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.

Dialogando com Park, Ribeiro (2013) considera que a cidade não é algo físico, nem tampouco um conjunto de serviços não encontrados em outros lugares. Ela é, antes de tudo, uma experiência — a experiência do urbano, a vida que ela anima e as pessoas que ela atrai. Nesse sentido, cidade é cultura: modo de fazer alguma coisa para o coletivo. A cidade, para Castells (1979), mais que imagem da organização social, é parte integrante dessa organização social, e, por isso, é regida pelas leis da formação social a que pertence. A cidade representa uma coletividade social multifuncional territorialmente delimitada.

A paisagem criada pelo sistema capitalista também é vista como lugar da contradição e da tensão, de concentração de riqueza e exclusão social. As crises nos investimentos do capital fixo também são consideradas como sinônimo, em vários aspectos, da transformação dialética do espaço geográfico. A análise burguesa da localização é apropriada apenas como expressão de configurações ideais sob condições predeterminadas (HARVEY, 2006). Todo esse contexto reflete nas condições de vida em comum na cidade.

Portanto, essas relações sociais desenvolvidas nos espaços urbanos se constituem constantemente em objeto de análise, já que configuram também relações contraditórias de poder. O que não é diferente no Brasil. Nas últimas décadas, a sociedade brasileira vem acirrando suas características de desigualdade e segregação nos espaços urbanos, com alguns segmentos desfrutando de maior nível de bem-estar e riqueza acumulada enquanto que grande parte da população, “formada pelos trabalhadores, é espoliada, por não ter reconhecidas socialmente suas necessidades de consumo habitacional (moradia e serviços coletivos), inerentes ao modo urbano de vida. O resultado é a urbanização sem cidades” (RIBEIRO, 2005, 47).

Maricato (2013a, 2013b, 2014) e Ribeiro (2005) alertam para a falta de políticas públicas para os pobres brasileiros, vítimas da marginalização urbana, que atinge mais de 21 milhões de pessoas. Um contingente que vive em setores “onde prevalece forte ou extrema precariedade em termos de serviços de saneamento básico. São seis milhões de pessoas

vivendo à margem dos padrões mínimos de acesso à água, ao esgoto e à coleta de lixo” (RIBEIRO, 2005, p. 48).

Essas pessoas vivem um processo de vulnerabilidade social que tem como causa a precarização do emprego, ou o próprio desemprego, levando ao empobrecimento social, “resultantes da desestruturação do universo familiar, do isolamento social, da estigmatização e da desertificação cívica dos bairros em vias de guetificação” (RIBEIRO, 2005, p. 52). Situação que exprime o que Souza (2012) define como subcidadania⁸⁴ enquanto Wacquant (2001) denomina de *underclass* urbana⁸⁵.

Nesse sentido, esses sujeitos têm seus direitos usurpados, que os impedem de ter acesso a condições de vida dignas, cercados de ideologias que naturalizam essa desigualdade, sem perspectiva de mudança futura. Ocorre o que Souza (2012) define como subpolítica, com gradações do acesso aos direitos que poderiam efetivar a condição plena de cidadão. Desse modo, conceitos de marginalidade avançada (WACQUANT, 2001) e modernidade periférica (SOUZA, 2012) se assemelham quando ambos definem um regime de clausura excludente e exílio socioespacial, acompanhados pela estigmatização de um grande contingente de pessoas pobres que vive nas metrópoles.

O poder de organizar o espaço, para Harvey (2006), se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos atores sociais. É um processo conflituoso, sobretudo nos espaços de densidade social muito diversificada. Dado o dinamismo a que o capitalismo está propenso, verifica-se que o contexto social está sempre em transformação, que as atividades estão constantemente escapando dos limites das formas fixas, que as qualidades objetivadas do urbano são perpetuamente instáveis.

Voltando para o contexto brasileiro, Caldeira (2000) preocupa-se com os espaços segregados, mais especificamente da cidade de São Paulo – cujas características citadas pela autora já fazem parte do cotidiano das grandes cidades brasileiras –, áreas protegidas por muros, sistemas de vigilância e acesso restrito, reservados para uma população privilegiada da

⁸⁴ Para Souza (2012), redes invisíveis desqualificam indivíduos e grupos sociais precarizados – negros e agregados, rural e urbano de qualquer cor, que não exercem funções produtivas essenciais e sobrevivem nas ocupações marginais da ordem produtiva –, designando esta situação como a de subcidadania. Estas pessoas tidas como desqualificadas são denominadas pelo autor também de ralé estrutural.

⁸⁵ “Ela (a *underclass*) designa [...] os ‘maus pobres’ dos bairros segregados, os que, por sua conduta, seu estilo de vida e seus valores ‘disfuncionais’, seriam responsáveis por seu destino lamentável e pelo declínio da cidade que eles sobrecarregam com um cortejo de ‘desagregações sociais’ que lhes são como consubstanciais: desemprego quase perpétuo e recurso crônico à ajuda social, desorganização conjugal e anomia sexual, fracasso escolar e encarceramento, tráfico e consumo de drogas, delinquência de rua e criminalidade violenta” (WACQUANT, 2001, p.94).

cidade. Para Caldeira, ao mudar a paisagem urbana, “as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, transporte público, de parque e de todos os espaços públicos” (CALDEIRA, 2000, p. 301). Em consequência dessa nova realidade, tensão, separação, discriminação e suspeição rondam a vida pública das metrópoles.

Nesse sentido, na cidade é excluído a quem a ela pertence, quem faz parte da sua dinâmica e possui uma importância relativa no seu processo de produção e autoprodução – material e simbólica. Esse paradoxo serve exatamente aos elementos da classe trabalhadora, atraídos para a cidade como força fundamental à sua existência como trabalhadores, consumidores e produtores do lugar. No entanto, na cidade, as mesmas relações que integram os trabalhadores, segregam-nos em espaços negados pela própria cidade (OLIVEIRA; MOYSÉS, 2005).

Isso porque ocorre um contínuo deslocamento populacional com correlata valorização fundiária nas áreas limítrofes dos polos metropolitanos – movimento que adquire diferentes repercussões espaciais, composto por loteamentos populares e condomínios horizontais fechados. Não se trata apenas, como ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, de garantir a reprodução da força de trabalho. Na atualidade também é necessário atender à demanda existente nos polos metropolitanos, movimento que causa inflação dos lotes nos municípios periféricos, fazendo com que a população mais pobre se desloque para áreas ainda mais distantes no espaço intraurbano daqueles municípios (ARRAIS, 2013).

Apesar desse cenário de desigualdade presente nos centros urbanos, Lefbvre (2001) assevera que o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na sociedade. O direito à atividade participante, que resulta em uma obra, e o direito à apropriação, que difere do direito à propriedade. De acordo com o autor, todos esses direitos estão implicados no direito à cidade.

O direito à cidade envolve também o direito dos cidadãos de circularem pelos espaços urbanos, ter acesso aos serviços e equipamentos sociais e culturais. Circulação essa que depende de políticas públicas voltadas para a mobilidade, previstas no Estatuto das Cidades e reunidas na Política Nacional de Mobilidade Urbana, fazendo parte ainda dos Planos Diretores de cada município brasileiro.

A elaboração de Planos Diretores pelos gestores municipais do país foi exigida na Constituição de 1988 e tornou-se obrigatória pelo Estatuto da Cidade, devendo conter novas diretrizes para as políticas urbanas (BORGES, 2013). A partir da exigência legal, o Plano Diretor deveria ser elaborado a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social,

econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentando um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazo, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1999).

Embora diversas cidades brasileiras tenham elaborado o Plano Diretor, esse documento em geral não sai do papel nem se concretiza no ordenamento urbano. De acordo com Villaça (2002), a ideia de que plano diretor é um instrumento fundamental para guiar o crescimento da cidade, que é um instrumento global, a ideia de identificar o plano com o interesse público, é uma mitologia que se criou em torno dele. Esconde o fato de que está se cuidando, na verdade, é do interesse de uma minoria. São generalidades que jamais sairão do papel.

Para Villaça (2005), os Planos Diretores no Brasil tendem a servir apenas como uma cortina de fumaça tecnicista para escamotear as práticas arcaicas de (não) planejamento que servem, com ou sem Plano Diretor, exclusivamente aos interesses dos grupos dominantes. Os processos participativos, segundo o autor, são, muitas vezes, um jogo de cena que não faz jus ao que os planos estabelecem. Na verdade, grande parte dos instrumentos urbanísticos ali contidos são autoaplicáveis e poderiam até ser usados pelo poder público independentemente do Plano Diretor.

No caso de Goiânia, o primeiro Plano Diretor foi criado em 1959, pelo engenheiro e arquiteto Luís Saia. Em 2007, o então prefeito Iris Rezende apresentou à Câmara Municipal um novo projeto que foi aprovado e depois sancionado por ele no mesmo ano. De 2007 a 2013, ano em que o Plano passou por revisão, as diretrizes do documento praticamente não foram aplicadas. Em 2013, a revisão do Plano Diretor foi realizada em meio a muitas controvérsias, que mostram na prática a utopia da participação popular e as artimanhas do governo municipal para beneficiar alguns setores da economia goiana⁸⁶. Setores como o do mercado imobiliário, por exemplo.

Para Maricato *et al* (2013), a ocupação do solo obedece a uma estrutura informal de poder: a lei de mercado precede a lei/norma jurídica, que é aplicada de forma arbitrária. A ilegalidade é tolerada porque é válvula de escape para um mercado fundiário altamente especulativo. Nesse sentido, as novas favelas e loteamentos ilegais surgem nas terras vazias desprezadas pelo mercado imobiliário e também em áreas públicas, ambientalmente frágeis e

⁸⁶ Esse tema não é o foco principal deste texto, portanto, para mais detalhes sobre como se deu a aprovação da revisão do Plano Diretor de Goiânia em 2013 ver: BORGES (2013). Conflitos urbanos e gestão pública no patamar instituído pelos planos diretores municipais - análise política de uma instituição participativa na nova democracia brasileira. Séptimo Congresso Latinoamericano de Ciencia Política – Colômbia.

onde incidem leis protecionistas, como é o caso das beiras de córregos. Portanto, as disputas pela apropriação das rendas imobiliárias determinam, na maioria das vezes, os destinos das cidades e seu desenvolvimento.

Maricato (2014, p. 86) concebe que de todos os fatores que contribuem para a piora na condição de vida das metrópoles, “o modelo de mobilidade baseado na matriz rodoviária, especialmente no automóvel e o relativo desprezo pelo transporte coletivo são, talvez, os de maior impacto”. O transporte coletivo, segundo a autora, não teve a mesma importância para o governo federal que a habitação, por exemplo, apesar de constituir um dos setores mais importantes para a estruturação das cidades, juntamente com a regulação para o uso e a ocupação do solo.

Não que nesse período, na década de 2010, não tenham sido instituídos programas para o setor de mobilidade, pelo contrário. No dia 3 de janeiro de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.587⁸⁷ contendo as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades⁸⁸. Entre os eixos estratégicos da Lei estão o desenvolvimento urbano, a sustentabilidade ambiental, a participação social, a universalização do acesso ao transporte público, o desenvolvimento institucional e a modernização regulatória do sistema de mobilidade urbana.

É visível a contradição entre o que determina a lei e a realidade das cidades brasileiras em relação à mobilidade urbana. O caos prevalece na maioria das cidades do país, com uma fiscalização inexistente e sem a implantação de políticas para o setor. Park (1979) assevera que todas as políticas e iniciativas que tendem a ocasionar ao mesmo tempo maior mobilidade e maior concentração de populações urbanas são fatores primários na organização ecológica da cidade. O que não corre em várias cidades brasileiras e nem se constitui em prioridade dos gestores municipais.

A Lei 12.587 exige que cidades com mais de 20 mil habitantes devem fazer um plano de mobilidade. Os municípios que não elaborarem esse projeto poderão perder recursos federais para o setor de mobilidade, que estão sendo repassados pelo Governo Federal. Os recursos são liberados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a Mobilidade Urbana. Instigado pelas manifestações de junho de 2013, o governo federal criou

⁸⁷ Lei disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12587.htm

⁸⁸ Sobre a criação do Ministério das Cidades em primeiro de janeiro de 2003, Maricato (2014) afirma o Ministério representava um canal para o qual convergissem a articulação de todos os que lidavam com os crescentes problemas urbanos, mas que pouco se avançou nestes 14 anos de existência e a qualidade de vida nas cidades continua piorando, principalmente em decorrência da ausência de controle sobre o uso e a ocupação do solo, com a forma desigual e ambientalmente predatória do mercado fundiário e imobiliário, que foi potencializada com a chegada de grandes investimentos federais.

o Pacto da Mobilidade Urbana, aumentando os investimentos no setor, em parceria com estados e municípios. Receberam recursos os projetos de melhoria, ampliação e implantação de sistemas de transporte público coletivo em execução em algumas cidades brasileiras, como em Goiânia, e ainda projetos de metrô, *Bus Rapid Transit* (BRTs), corredores de ônibus, e veículos leves sobre trilhos (VLT)⁸⁹.

Apesar de todo esse arsenal de leis e regulamentos em vigor no país, ao estudar o conteúdo de 526 Planos Diretores de municípios brasileiros, que foram criados depois da instituição do Estatuto da Cidade, Born (2011, p. 170) encontrou algumas poucas ações por parte dos gestores na tentativa de articular esses Planos com a política de mobilidade urbana. Alguns desses Planos apenas “incorporaram a política de mobilidade como instrumento de universalização do acesso à cidade; do controle da expansão urbana, da qualidade ambiental e da democratização dos espaços públicos”.

Um exemplo da não aplicação do Plano Diretor ocorre em Goiânia. Antes, contudo, julga-se pertinente trazer um breve histórico da cidade. Goiânia foi fundada em 1937 por Pedro Ludovico Teixeira, médico que estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Pedro Ludovico foi um dos líderes da Revolução de 1930 no Estado de Goiás. Entre os anos de 1930 e 1933 foi interventor em Goiás, Estado que governou de 1935 a 1937. Pedro Ludovico promoveu a mudança da capital da Cidade de Goiás para a então criada Goiânia.

De acordo com Oliveira e Moyses (2005), a cidade surgiu a partir de uma demanda de ordem política e econômica, inserida em um movimento que, no âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas do Estado, sobretudo as regiões sul e sudoeste e, no âmbito nacional, procurava adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista. Nesse sentido, a cidade já nasceu com seu espaço tomado pela lógica do valor de troca. Isso porque o movimento que a incentivou engendrava esse elemento em sua essência. Porém, a cidade logo assumiu a forma da desigualdade na sua ocupação sócio-espacial, reflexo da desigualdade característica da divisão do trabalho vigente na época.

Uma das faces dessa desigualdade foram os assentamentos dos operários que trabalhavam na construção da nova capital. Estabelecidos provisoriamente em zona destinada à horticultura, foram criando duas cidades paralelas: a primeira dos pobres, aos quais se juntaram os desqualificados para o trabalho urbano que afluíam continuamente de todas as partes vindos de ônibus e em caminhões; a segunda dos que trabalhavam formalmente, os assalariados, e os ricos (ROSA, 2008).

⁸⁹ Informações retiradas do site do governo federal, em Especial Mobilidade Urbana: <http://www.pac.gov.br/especial/30>.

Além dos novos loteamentos apresentarem uma imagem de desordem, segundo a autora, na prática os moradores enfrentavam infindáveis problemas, pois nos tempos secos sofriam com vento e muita poeira e na época das chuvas intermitentes e torrenciais as poucas casas instaladas em bairros onde havia apenas ruas abertas em pleno cerrado e sem nenhuma infraestrutura os moradores também enfrentavam buracos e grotas que se aprofundavam a cada estação chuvosa. Os moradores também eram penalizados pela ausência de todo tipo de serviços e de transportes satisfatórios.

Um dos meios de transporte mais utilizado na nova capital, Goiânia, eram as jardineiras, ou “tarecas”, como eram popularmente chamadas. Era um veículo semelhante aos bondes usados no Rio de Janeiro, mas, rodando sobre pneus, uma vez que não existiam trilhos na cidade. Era um carro aberto de um lado e fazia o transporte em Goiânia e em Campinas, cidade que se transformou em bairro de Goiânia com a chegada da nova capital e que ficava bem próxima. Oficialmente chamava-se auto-ônibus, mas era mesmo conhecido como Tareca (SILVA, 2006).

A Tareca, segundo o autor, fazia o transporte de pessoas do Centro para Campinas e vice-versa, com capacidade para 25 passageiros. Além das pessoas que viajavam sentadas, existiam aqueles que viajavam em pé, pendurados do lado de fora. Esse tipo de transporte surgiu por volta de 1940. Além das Tarecas, surgiram também as “Rabudas”, que eram ônibus maiores e levavam cerca de 42 passageiros, em viagens que ligavam Goiânia a Campinas. Com o aumento da população, esse tipo de transporte foi substituído aos poucos por outros tipos de ônibus, maiores e mais confortáveis, sobretudo a partir dos anos 1960. Outro meio de transporte muito usado pela população eram as bicicletas. Naquela época, o trânsito de bicicletas era maior do que de carros.

Voltando ao contexto político da constituição da cidade, da lógica estatal que orientara a construção de Goiânia – cidade planejada pelos urbanistas Atílio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godóy, passou-se à submissão da lógica dos interesses políticos e econômicos emergentes. A ocupação do solo era determinada pelo mercado, sobretudo após a década de 1950, quando a cidade passa a receber um grande fluxo de novos habitantes. A partir de então, as concepções originais de uma cidade planejada, em que o interesse pela cidade em si estava acima do interesse particular, perdem sentido (MOYSÉS *et al*, 2007).

De acordo com os autores, a fragilidade do poder político – executivo e legislativo – diante da imposição do capital também fez parte do processo de submissão que o capital imobiliário, gradativamente, foi liderando e marcando de forma decisiva o ordenamento urbano de Goiânia ainda nos anos de 1950, quando o Estado perdeu a hegemonia sobre o

controle do solo urbano, sobretudo a partir de 1970, quando se consolidou a produção capitalista da moradia.

Nunca o setor imobiliário maximizara tanto os seus ganhos quanto nessa época, pois vendiam lotes mais distantes, praticamente sem custos, já que a responsabilidade dos loteadores era obedecer à localização indicada e fazer apenas o arruamento. A partir de então, as áreas reservadas valorizavam-se com os investimentos que o poder público fazia, também sem custo para a iniciativa privada, como é o caso da pavimentação das ruas para o transporte coletivo que ligava o centro urbanizado até os novos loteamentos e a rede de energia elétrica (MOYSÉS *et al*, 2007).

Houve também a dispersão das moradias, segundo os autores, o que provocou o fenômeno da expansão da cidade via crescimento da periferia. Nessa periferia alargada, as condições de vida eram extremamente precárias, pois os novos loteamentos estavam destituídos de benfeitorias urbanas, ou seja, asfalto, água tratada, esgoto e telefone público, bem como sem serviços públicos básicos, como postos de saúde, escolas e creches.

O processo de metropolização de Goiânia se avolumou a partir de 1985, que também apontava o crescimento da cidade na direção sul, o que provocou conurbação com o município de Aparecida de Goiânia, uma vez que este crescimento transbordou para o território do município vizinho. Outro problema foi a segregação dos moradores da região noroeste.

Na década de 1990, ocorreu uma série de lançamentos de novos empreendimentos do tipo condomínios horizontais fechados. Estes espaços privados reproduzem a idealização do estilo de vida em vilas, com forte apelo à ecologia, oferecimento de infraestrutura, equipamentos de segurança e serviços, lazer, longe da violência urbana, tendo como elementos centrais o *marketing* e o *status*. Houve, ainda, uma intensificação da verticalização de alto padrão construtivo, inclusive com a incorporação de áreas antes consideradas periféricas, construção de edifícios inteligentes de escritórios e de megaempreendimentos (MOYSÉS *et al*, 2007).

Nos anos de 1990 e 2000, a cidade cresceu num ritmo bastante rápido, se expandindo em diversas direções, sobretudo nas regiões sul e sudoeste. Novos bairros foram criados, devido à necessidade de moradia da população sempre em crescimento. Nos anos 1980 aconteceu um aumento na verticalização no Centro e no Setor Oeste. No final dos anos 1980 a verticalização iniciou-se no Setor Bueno e nos 1990 no Setor Bela Vista, Nova Suíça, Setor Universitário e Setor Aeroporto. Nos anos 2000 se espalhou pelo Jardim América, Jardim Goiás, Parque Amazonas, Residencial Eldorado, Alto da Glória e pontualmente em outros

bairros. Surgiram também no final dos anos 1990, os condomínios residenciais horizontais, que se proliferaram com maior intensidade nos anos 2000 (SILVA, 2006).

No centro da cidade começava a acontecer, naquele período, segundo o autor, um processo de degradação e marginalização. Dezenas de comerciantes mudaram para outros bairros que ofereciam mais modernas condições de conforto urbano e migraram também para os *shoppings*, que passaram a ser uma boa opção para os consumidores. Os profissionais liberais seguiram também esse mesmo caminho, contribuindo para o enfraquecimento do centro como polo gerador comercial e de prestação de serviços da cidade.

Planejada para ter 50 mil moradores, Goiânia teve um crescimento populacional acelerado, pois em 1940 o IBGE já registrava uma população urbana de 18.889 e em 1950 de 39.871 habitantes. Em 1960, o município contava com 133.462 moradores na área urbana. Em 1964 esse número pulou para 260.000 habitantes.

Fatos históricos de investimentos direcionados para o interior do país explicam a corrida populacional para o Centro-Oeste. A política desenvolvimentista de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954, a de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, e depois o governo estadual de Mauro Borges, de 1961 a 1964, levaram a uma interiorização dos recursos públicos. O Estado de Goiás, favorecido pela localização do Distrito Federal, viveu um período de massivos investimentos, que geraram mais energia elétrica, com a inauguração da Usina Rochedo, em 1955, logo depois, em 1959, foi inaugurada a primeira etapa de Cachoeira Dourada (ROSA, 2008).

O Estado também recebeu mais infra-estrutura rodoviária, de acordo com a autora, com a pavimentação da BR-153 em 1959. Houve ainda a criação da Universidade Católica de Goiás, em 1959, e da Universidade Federal de Goiás, em 1960. A construção e inauguração de Brasília, próxima à Goiânia, a ampliação da rede de telefonia e criação da Telegoiás, além do desenvolvimento agropecuário do Estado foram fatos que também alavancaram o progresso na região. Esses novos empreendimentos criaram grandes expectativas de âmbito nacional e mobilizaram contingentes imigrantes para o Centro-Oeste.

Com essas mudanças, o número de moradores de Goiânia passou a aumentar em progressão geométrica nas décadas seguintes. Já no ano 2000, o IBGE contabilizou 1.090.737 habitantes em Goiânia. Dez anos depois a população era de 1.302.001, ou seja, a cidade contava com 211.264 pessoas a mais no espaço de dez anos. Contudo, o crescimento populacional continuou em linha ascendente, já que em 2016, apenas cinco anos depois, o

acréscimo de moradores foi de mais 146.638 pessoas⁹⁰, totalizando 1.448.639 habitantes, com área territorial de 728,841 Km e com densidade habitacional de 1.776,74 hab/km²⁹¹.

Contando a população da região metropolitana, com onze municípios, em 2015, a população chegou a 2.228.333 habitantes, números que implicaram no crescimento de deslocamentos na região, que conflitam com as condições de mobilidade. Isso porque o investimento em transporte público coletivo não acompanhou o crescimento populacional. Com a precariedade do transporte coletivo, outras formas de deslocamento são buscadas pelos moradores. Em pesquisa de Origem-Destino da Região Metropolitana de Goiânia⁹², realizada no ano de 2000, o carro era o mais usado, seguido do transporte público coletivo com 30%, a pé com 26% e de bicicleta com 6%. Nos anos seguintes, o uso do carro liderou os deslocamentos.

Kneib (2013a) relaciona alguns pontos que levam ao estrangulamento da mobilidade na cidade: o aumento cada vez mais crescente do número de veículos individuais e do índice de motorização, já que Goiânia conta com uma frota de 699.903 carros (contando também caminhões e caminhonetes) e 214.323 motos (BRASIL-DENATRAN, 2014). A cidade registra uma taxa de 1,4 habitante/veículo. Com a população privilegiando os modos motorizados individuais, essa cultura implica nas prioridades elencadas pelos gestores públicos, que não beneficia o transporte público coletivo.

Apesar de o transporte coletivo da região metropolitana de Goiânia contar com tecnologia de ponta de informação e gestão do sistema (KNEIB, 2013a), não consegue atender com qualidade os usuários, por falta de infraestrutura adequada, com pontos de embarque e de desembarque precários, terminais inadequados e a carência de corredores preferenciais, que começam a ser implantados em algumas das principais avenidas da capital. Todos esses fatores levam ao atraso e superlotação dos veículos. Para Rizzo (2014), o transporte coletivo circula a 11 quilômetros por hora, em média, em Goiânia, quando o ideal é que conseguisse circular pelo menos a 25 quilômetros por hora. Isso compromete o tempo de atendimento e a espera em um ponto de ônibus, que deveria ser de 20 minutos, que é um padrão internacional, e não de 45 minutos a uma hora, como acontece hoje. Para viagens a pé ou de bicicleta a infraestrutura é quase inexistente, com a construção de poucas ciclovias na

⁹⁰ Dados coletados no site do IBGE: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=520870>.

⁹¹ Estimativas do IBGE da população residente em Goiânia para o ano de 2016: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=520870>

⁹² As informações da pesquisa foram divulgadas no documento da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo de Goiânia, Concorrência Pública N° 003/2012 (CMTC, 2012).

cidade. Também não foram criados ainda modos de integração de viagens de bicicleta com o sistema de transporte coletivo.

O serviço de transporte público coletivo da Região Metropolitana de Goiânia está organizado em uma rede de serviços denominada Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – RMTC. Essa Rede agrega diversos agentes responsáveis pela prestação do serviço, que abrange a dimensão físico-espacial – vias, terminais, corredores e logística – com a definição de linhas, trajetos, horários, meios e forma de integração; além de modelo de operação e de acesso dos passageiros ao serviço, como as tarifas, forma de pagamento, forma de controle, abrangendo os 18 municípios que formam a Região Metropolitana de Goiânia. A RMTC informa no site que possui 268 linhas de ônibus, contando com uma estrutura de 19 terminais de integração e de centenas de pontos de conexão. Em média, nos dias úteis são ofertadas aproximadamente 14,6 mil viagens, aos sábados, 11,2 mil e aos domingos, 9 mil viagens. A rodagem média mensal é de 8.712.235 km⁹³.

Nesse sentido, o atual contexto da mobilidade urbana em Goiânia é fruto de controvérsias da gestão pública, relacionadas com o uso e ocupação do solo, que ocorre de forma desarticulada do planejamento e disponibilidade de infraestrutura. Além disso, os processos de planejamento ocorrem de maneira fragmentada e desconectada, com a ausência de implementação efetiva de leis que regulam o espaço urbano e os elementos relacionados ao transporte e à mobilidade. Pesa, ainda, a falta de integração entre os órgãos que participam do planejamento e execução de medidas relacionadas com o espaço urbano (KNEIB, 2013a).

O transporte coletivo urbano tem por objetivo atender a duas exigências principais do capital, na atualidade: a disponibilidade de força de trabalho e a segregação desses trabalhadores no espaço urbano. Dessa forma, o sistema de transporte tem a função de integrar lugares, pessoas e atividades urbanas. Reunir e ao mesmo tempo separar na cidade tornou-se uma realidade devido às tecnologias usadas no transporte (SILVA, 2009).

O autor assevera que o longo tempo despendido em uma viagem sinaliza para uma baixa mobilidade, dentro da relação espaço/tempo. A mobilidade representa de que forma e por quais motivações ocorrem os deslocamentos na cidade. Acessibilidade e mobilidade são elementos prioritários de uma rede de transporte coletivo urbano, que deveria funcionar de forma otimizada em um conjunto mais amplo de sistemas na estruturação do espaço urbano, com a atuação de diversos segmentos sociais.

⁹³ Informações disponíveis no site da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTC): www.rmtcgoiania.com.br.

Dialogando com Silva (2009), Vasconcellos (2001) considera que as pessoas, enquanto seres políticos, apropriam-se do espaço de formas variadas, algumas conforme as formas previstas e outras não, interferindo nos pressupostos formais das políticas de transporte e trânsito. Portanto, o processo de reprodução é uma combinação entre meios pessoais, o sistema de circulação e os destinos desejados. Situação que requer uma compreensão mais apurada das diferenças entre uma visão simplista da mobilidade pessoal e uma visão mais abrangente da acessibilidade.

Diante da realidade do transporte coletivo urbano de Goiânia e da região metropolitana da capital, é que a Frente de Luta pelo Transporte se constituiu e passou a agir efetivamente na busca de melhoria do sistema para a população.

CAPÍTULO III

O MOVIMENTO ESTUDANTIL FRENTE DE LUTA PELO TRANSPORTE

A trajetória da Frente de Luta pelo Transporte⁹⁴, que segue a linha de ação do Movimento Passe Livre (MPL), está repleta de ações, articulações, reuniões e manifestações que resultaram em conquistas e derrotas desde a criação do movimento. Por exemplo: derrubaram o aumento de 11,11% posto em vigor no dia 22 de maio de 2013, quando o preço da tarifa na grande Goiânia passaria de R\$ 2,70 para R\$ 3,00, mas não conseguiram reverter o aumento da tarifa no dia 3 de maio de 2014, que passou de R\$ 2,70 para R\$ 2,80. Nem o aumento do dia 16 de fevereiro de 2015, quando a tarifa teve um reajuste de 17,85%, passando de R\$ 2,80 para R\$ 3,30. Em 2016, o reajuste foi de 12, 1% e o valor da tarifa passou para R\$ 3,70, e mesmo com manifestações e protestos, os ativistas também não conseguiram derrubar o aumento.

A prisão de dezenas de ativistas nos protestos desde as jornadas de 2013 e a criminalização do movimento foram medidas tomadas pelo Governo do Estado de Goiás para reprimir a ação dos ativistas. Ação alicerçada em princípios e estratégias que marcam a singularidade da Frente de Luta e inscreve o movimento na história de lutas em Goiás, sobretudo na história do movimento estudantil.

Também neste capítulo será apresentado o resultado da análise do discurso dos posts publicados nas duas páginas da Frente de Luta no Facebook: Frente de Luta Go e Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa.

3. 1 Frente de Luta pelo Transporte: um histórico de combate

De acordo com alguns ativistas da Frente de Luta (CARLOS, 2014; IVAN, 2014; MÁRIO, 2014; ROSA; 2014; SUELI, 2015; JORGE, 2015)⁹⁵, o movimento surgiu em consequência do descontentamento com a qualidade do transporte coletivo e com o objetivo de barrar o aumento do preço da tarifa. Resquícios da luta em defesa da melhor qualidade do transporte coletivo urbano em Goiânia remontam aos anos de 2003 e 2004. Depois, nos anos 2010 e 2011, havia o comando de luta contra o aumento da tarifa, que agregava ativistas de

⁹⁴ A maioria das informações tratadas neste capítulo foi coletada em entrevistas com os ativistas da Frente de Luta pelo Transporte. Portanto, trata-se de informação verbal.

⁹⁵ Os nomes são fictícios, para resguardar a identidade dos ativistas.

diversos movimentos sociais e de partidos da esquerda, a juventude do PSOL, PSTU e os chamados independentes. Em 2013 surgiu a Frente de Luta Contra o Aumento da Passagem, que depois passou a chamar-se Frente de Luta pelo Transporte com uma pauta reivindicatória mais abrangente e que, segundo o ativista Carlos em entrevista, possuía “um viés mais libertário e constituído na maioria por estudantes. Um movimento puxou o outro, um grupo se desvinculou desses grupos do PSOL e do PSTU e criou a Frente de Luta” (CARLOS, 2014). Desde 2003, então, os ativistas vivem um processo político que gerou um acúmulo de lutas e experiências, se desenvolvendo entre percalços, avanços e limites até o presente.

A maioria dos ativistas da Frente de Luta pelo Transporte estuda em vários cursos da Universidade Federal de Goiás (UFG), como Ciências Sociais, Direito, Jornalismo, Psicologia, História, Química etc. Também estão na Frente de Luta estudantes de outras universidades, porém em menor número, como da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Instituto Federal de Goiás (IFG). Ainda, estudantes do ensino médio, como do Instituto de Educação de Goiás (IEG), do Serviço Nacional da Indústria (SESI) e do Colégio Estadual Valdemar Mundim, entre outros. Trabalhadores, entre eles professores universitários, porém em número reduzido, também participam do movimento. Ainda, alguns ativistas do movimento Tarifa Zero Goiânia, da Unidade Vermelha e da Juventude Comunista Avançando (JCA) atuam na Frente de Luta.

Nos anos de 2011 e 2012 os estudantes secundaristas e alguns universitários, começaram uma reação contra o aumento da tarifa de ônibus, protestos pequenos que não tiveram efeito. No começo de 2013, início da formação da Frente de Luta, os estudantes começaram a se organizar pelas redes sociais, mais especificamente pelo *Facebook*, entendendo que um novo aumento da tarifa estava em curso e que precisavam criar uma frente de luta e organizar reuniões para planejar estratégias de protesto. Algumas manifestações chegaram a ser realizadas, porém com número reduzido de ativistas e sem alcançar o objetivo de barrar o aumento da tarifa.

De acordo com alguns ativistas (CARLOS, 2014; IVAN, 2014; MÁRIO, 2014; ROSA; 2014; SUELI, 2015; JORGE, 2015), a primeira grande reunião do movimento estudantil Frente de Luta Pelo Transporte, em Goiânia, foi realizada no dia 21 de abril de 2013, nas dependências da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, localizada na Praça Universitária, no Setor Universitário, na região central de Goiânia. O objetivo dos ativistas era reivindicar a melhoria da qualidade do transporte coletivo, estudar o preço cobrado mediante análise das planilhas de custo das empresas e barrar o possível aumento da tarifa.

As reuniões da Frente de Luta começaram de maneira tímida, segundo os ativistas, com a participação de cerca de 10 pessoas. Depois, com a divulgação dos objetivos do grupo, esse número foi crescendo, mantendo uma média de 60 pessoas, mas algumas dessas reuniões já contaram com a participação de até 200 pessoas. Nas reuniões que congregavam 60 pessoas, 40 eram homens e 20 mulheres. Entre os integrantes mais constantes da Frente de Luta, o número de ativistas masculinos sempre foi maior do que de ativistas femininas.

No dia 28 de abril de 2013, em Assembleia do Sinditransporte, os rodoviários decidiram entrar em greve em toda a Região Metropolitana de Goiânia, a partir do dia 2 de maio de 2013. A Frente de Luta começava a organizar-se e no dia 1 de maio de 2013 os ativistas colavam cartazes do primeiro protesto em vários pontos de Goiânia, marcado para o dia 8 de maio de 2013. O Sinditransporte assinou contrato com o sindicato patronal e cancelou a greve, mas os motoristas mantiveram a greve. Diante da paralisação, pegos de surpresa, os usuários do transporte realizaram manifestações espontâneas nos terminais.

Antes mesmo do anúncio do reajuste da tarifa, as manifestações foram realizadas em vários locais, algumas delas no centro da cidade. No dia 8 de maio de 2013, o protesto foi no cruzamento da Avenida Anhanguera com a Avenida Goiás, reunindo cerca de 600 ativistas, que queimaram pneus e provocaram tumulto no trânsito. Também foram realizadas em terminais de ônibus, como da Praça da Bíblia no Setor Leste Universitário, e no terminal da Praça A, em Campinas. Em algumas dessas manifestações, alguns participantes quebraram e colocaram fogo em ônibus. A diretora técnica da Companhia Municipal do Transporte Coletivo (CMTC), Áurea Maria de Oliveira Pitaluga, foi à Avenida Anhanguera para receber um documento contendo reivindicações dos ativistas.

Em relação à manifestação, de acordo com o ativista Ivan (2014), “apesar de o movimento ter entre os ativistas em sua maioria os estudantes universitários, quem dava corpo às manifestações eram os estudantes secundaristas, do ensino médio, com participação em grande número deles”.

Outro protesto ocorreu no dia 16 de maio de 2013, no Terminal da Praça A, em Campinas, com os ativistas colocando fogo em 30 pneus para bloquear o trânsito ao redor da Praça. Um grupo chegou a ocupar o terminal, mas a polícia retirou os manifestantes, que continuaram o protesto do lado de fora. Houve disparos de bombas de efeito moral e um policial deu um soco no rosto de um ativista, fato registrado pelas emissoras de TV e mostrado nos telejornais do dia. Alguns ativistas foram detidos e depois liberados.

Os ativistas também participaram de uma audiência pública no dia 27 de maio de 2013, realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, organizada pela deputada

estadual Isaura Lemos e a vereadora Tatiana Lemos, ambas do Partido Comunista do Brasil (PC do B), com ativistas da Frente de Luta compondo a mesa, para debater sobre o processo que levava ao aumento da tarifa. A diretora Técnica da CMTC, Áurea Maria de Oliveira Pitaluga, representou a Companhia. Nesta audiência o representante do Procon divulgou o resultado de uma auditoria nos custos do transporte coletivo e concluiu que o valor justo da tarifa, contemplando o lucro das empresas, deveria ser de R\$ 1,80 em 2013 e não de R\$ 2,70, como era cobrado.

No dia 28 de maio de 2013 cerca de 300 ativistas estava na manifestação e entrou em confronto com a Tropa de Choque e a Cavalaria da Polícia Militar de Goiás, na Praça Universitária, no Setor Universitário. Os policiais usaram balas de borracha e bombas de efeito moral e agiram com violência contra os ativistas. 13 ônibus foram depredados e 24 ativistas foram detidos e depois liberados.

No dia 6 de junho de 2013 os manifestantes voltaram às ruas do Centro de Goiânia para protestar contra o aumento da tarifa. Os ativistas saíram do Teatro Goiânia e seguiram pelas Avenidas Anhanguera, Araguaia, Rua 4, Avenida Goiás, Independência, até chegar ao Instituto Federal de Goiás (IFG), na Rua 77, no Centro, onde realizaram uma assembleia. Durante a caminhada, os manifestantes voltaram a colocar fogo em pneus, dessa vez na Avenida Independência. O Corpo de Bombeiros apareceu para apagar as chamas. O Batalhão de Choque também apareceu. Um policial chutou os pneus e, em resposta, os manifestantes quebraram o vidro de uma das viaturas da polícia com pedras.

Em 19 de junho de 2013, véspera da maior manifestação ocorrida em Goiânia, os ativistas da Frente de Luta se reuniram no pátio da Faculdade de Comunicação da UFG, no Campus Samambaia, para confeccionar cartazes e escudos de madeirite, placas de compensado de madeira, que serviriam para proteção em eventual confronto com a Polícia Militar. Nos escudos foram grafadas palavras de ordem, como “não é violência, é resistência”, “contra a máfia dos transportes”, “saímos da faculdade e do Facebook” e “paz entre nós, guerra aos senhores”.

Por causa do crescimento do número de ativistas nas manifestações de todo país, começaram a participar das reuniões da Frente de Luta dezenas de pessoas desconhecidas dos ativistas, ampliando essa participação para 100, 150 pessoas, segundo o ativista Jorge (2014).

Por isso, havia um receio do grupo em fazer determinadas discussões nas reuniões, com risco de ter algum P2⁹⁶ presente.

Por volta das 15 horas do dia 20 de junho de 2013 os ativistas da Frente de Luta se reuniram no pátio da Faculdade de Letras da UFG, no Campus Samambaia, e organizaram a saída em direção à Praça do Bandeirante. Os estudantes seguiram de ônibus, pulando as catracas ou entrando pelas portas dos fundos, gritando: “o motorista é nosso amigo, o seu patrão que é o inimigo”. Quando chegaram ao Centro da capital, o ponto de encontro marcado por eles, o cruzamento da Av. Anhanguera com Av. Goiás, estava tomado por manifestantes que reivindicavam todo o tipo de demanda.

O grupo desceu a Avenida Goiás até a Avenida Paranaíba. Depois subiu a Avenida Tocantins até alcançar a Praça Cívica, onde havia grande concentração de manifestantes. Nesse momento o grupo se dividiu em grandes contingentes, indo cada grupo em uma direção. Alguns foram para a Praça Universitária e outros caminharam pelas Avenidas 84, 87 e 85. Depois retornaram para a área em frente ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira, sede administrativa do governo do Estado, na Praça Cívica. Nesse dia o grupo não entrou em confronto com policiais.

No dia 20 de junho de 2013, portanto, a Frente de Luta levou, junto com outros movimentos e articulações, cerca de 60 mil pessoas às ruas de Goiânia⁹⁷. Os ativistas afirmaram que ficaram surpresos com a quantidade de pessoas no protesto e que, por influência das redes sociais e dos meios de comunicação tradicionais, houve essa hiper aglomeração nas ruas nesse dia, um enxameamento. Também as pautas do protesto eram diversas, assim como a motivação para a participação.

Durante a manifestação, os ativistas da Frente de Luta reivindicaram uma vaga destinada à “participação popular” na Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo (CDTC) e a publicidade das reuniões e planilhas de custos e lucros das empresas. Devido a uma infinidade de demandas e pessoas que aderiram ao protesto, os ativistas tiveram dificuldades de manter a unidade da manifestação. Diversas vezes os integrantes da Frente de Luta tentavam convencer os manifestantes a ficarem posicionados atrás dos escudos de madeirite preparados pela organização da passeata.

⁹⁶ P2, na linguagem popular, é um policial descaracterizado, à paisana, que se infiltra em ambientes diversos para investigação. Também chamado de Serviço de Inteligência da Polícia Militar, Serviço Reservado ou Velado (VICENTE, 2009).

⁹⁷ O número de pessoas nesta manifestação – 60 mil – foi passado pelos ativistas na entrevista realizada pela autora do texto. No entanto, a polícia militar estimou em 20 mil pessoas o número de participantes do protesto (O POPULAR, 2013).

Porém, antes da manifestação do dia 20 de junho de 2013, um conjunto de ações conseguiu reverter o reajuste e a tarifa naquele ano voltou ao preço de R\$ 2,70. No dia 31 de maio de 2013 o governo federal aprovou a Medida Provisória 617, que reduziu a zero as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para esse serviço. Dessa forma, as empresas gestoras do transporte coletivo poderiam reduzir o valor das tarifas, a partir da desoneração de tributos. No dia 10 de junho de 2013 o juiz Fernando de Mello Xavier, da 1º Vara da Pública Estadual de Goiânia, determinou a suspensão imediata da cobrança do valor de R\$ 3,00 da tarifa do transporte coletivo da Região Metropolitana de Goiânia, o que ocorreu no dia 12 de junho de 2013.

Outra conquista foi a implantação do Programa Ganha Tempo, no dia 10 de junho de 2013 pela Prefeitura de Goiânia, em que o usuário, pagando apenas uma tarifa, poderia realizar até três viagens no prazo de duas horas e meia. O Programa foi suspenso no dia 10 de janeiro de 2014. Houve a promessa da prefeitura de que o benefício voltaria no mês de outubro de 2014, o que não se concretizou. No dia 4 de dezembro de 2014, alguns ativistas do movimento Tarifa Zero, junto com integrantes da Frente de Luta, realizaram uma manifestação de protesto pela volta do Ganha Tempo em frente ao prédio da CMTC, quando os ativistas acorrentaram-se na grade que cerca o prédio. O protesto terminou sem que os estudantes conseguissem a volta do benefício.

O Governo do Estado de Goiás instituiu outro benefício importante, o Programa de Articulação e Participação Política de Goiás – Ação Passe Livre Estudantil, a partir da aprovação do projeto de lei nº 1.982/13 pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás que entrou em vigor no dia 2 de agosto de 2013. Esta foi mais uma conquista da Frente de Luta. O programa é voltado para estudantes de 12 a 18 anos com renda familiar de até três salários mínimos. Goiânia e os municípios da região metropolitana foram os primeiros do país a oferecer gratuidade no transporte público para estudantes depois das jornadas de junho de 2013. O programa encontra-se ainda em vigor até 2017 e beneficia cerca de 51 mil estudantes por ano.

Durante os protestos que aconteceram de abril a junho de 2013, 23 ativistas da Frente de Luta foram indiciados por crimes como formação de quadrilha, corrupção de menores, agressão e depredação do patrimônio público. Advogados que apoiam a causa dos ativistas acompanham o desenrolar dos processos.

Os ativistas da Frente de Luta se surpreenderam com as manifestações espontâneas não previstas pelos estudantes que começaram a ocorrer em vários terminais de Goiânia, em revolta contra atrasos de ônibus e superlotação. No espaço de dois meses de 2013 – maio e

junho – ocorreram 30 protestos espontâneos não previstos pelos ativistas, um a cada dois dias. Um desses protestos ocorreu no dia 19 de junho de 2013, por causa do atraso do ônibus da linha 701, que faz o trajeto Terminal Padre Pelágio, Eldorado Oeste e Monte Pascoal. Cerca de 20 usuários depredaram quatro veículos do transporte coletivo. A chegada da Polícia Militar dispersou o grupo.

De acordo com o ativista Ivan (2014), nas manifestações do dia 20 de junho de 2013 “a articulação da mídia, criando outras pautas para as manifestações, tinha como objetivo burlar a luta de classes e as várias reivindicações do povo contra um Estado burguês e latifundiário como o do Brasil”. O ativista considera que a luta, que no começo tinha um conteúdo claramente classista de estudantes e trabalhadores contra os capitalistas donos das empresas de transporte coletivo e dos governantes que seriam coniventes com esses empresários, foi tomando contornos diferentes, sendo direcionada para a PEC-37⁹⁸ ou contra a corrupção. Não que essas pautas não fossem necessárias, segundo o ativista, mas foram usadas de maneira oportunista pela mídia. Em algumas regiões do país, e também em Goiânia, essa ausência de conteúdo de classes, diante da falta de estrutura e de iniciativa dos movimentos sociais para disputar a consciência das pessoas, conseguiu despolitizar as manifestações.

Outra ativista, Rosa (2014), alega que mesmo se tivessem planejado melhor, não teriam conseguido dirigir aquela quantidade de pessoas – cerca de 60 mil -, até mesmo por falta de estrutura. “Talvez se a Frente tivesse formado um grupo mais unido dentro da manifestação teria conseguido divulgar as ações do movimento, pelo menos para algumas pessoas mais próximas desse grupo”.

As reuniões da Frente de Luta variavam em tempo de realização. Em média, durava de uma a duas horas, mas houve casos em que durou mais de três horas, Isso porque cada integrante defendia uma proposta diferente, que era votada pela assembleia. Quando alguém não concordava com a proposta, gerava-se um debate mais demorado, com réplicas e tréplicas de ambos os lados, para depois chegar a um consenso.

Uma dessas decisões foi a respeito da realização de manifestações pacíficas, com o objetivo principal de entregar cartas reivindicatórias ao Ministério Público e à Rede

⁹⁸ Uma das bandeiras levantadas pelos manifestantes que tomaram as ruas de diversas capitais do país durante as jornadas de junho de 2013 pedia o arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional 37/2011, a PEC-37. No dia 25 de junho de 2013, a proposta foi rejeitada pelo plenário da Câmara dos Deputados por 430 votos contrários e 9 favoráveis, além de duas abstenções. Se fosse aprovada, o poder de investigação criminal seria exclusivo das polícias federal e civis, retirando esta atribuição de alguns órgãos e, sobretudo, do Ministério Público (MP) (RODRIGUES, 2013).

Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTC). Alguns ativistas consideravam que deviam fazer protestos, outros defendiam que deveriam apenas entregar os documentos. Mas em quase todas as votações a realização de manifestações ganhou a preferência da maioria.

Os ativistas relataram que, durante a realização de manifestações em Goiânia, muitos deles ficaram feridos por causa da repressão policial, com estilhaços de granada de efeito moral, balas de borracha e golpes de cassetetes. Vários estudantes, homens e mulheres, passaram pela revista, que era feita de forma humilhante e vexatória, com atos de agressão física.

Depois de terminadas as manifestações, os ativistas se reuniam, na maioria das vezes na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, na Praça Universitária, para avaliar o saldo do protesto, quando o ato era realizado nas proximidades da Praça. Em outras ocasiões, a reunião ocorria no Instituto Federal de Goiás, em frente ao Parque Mutirama, no Centro. Nessas reuniões, além da avaliação do dia, os ativistas marcavam uma nova reunião para articular novos atos. Depois de algumas manifestações, os ativistas dispersavam e não realizavam a reunião avaliativa. Também ocorreu da Faculdade de Direito da UFG estar fechada e dispensarem a reunião.

No ano de 2013 surgiu, dentro da Frente de Luta pelo Transporte, um grupo de ativistas que formaram o que eles designaram de Bloco Libertário. Foi criado a partir de uma articulação de ativistas marxistas autogestionários e anarquistas, entre outras correntes de esquerda, buscando novas práticas para o movimento.

No dia 25 de julho de 2013, ativistas do Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR) publicaram um documento no site do movimento que denotava um profundo descontentamento com alguns acontecimentos dentro da Frente de Luta pelo Transporte, prenunciando um racha. Os estudantes alegaram que militantes de alguns partidos políticos começaram a participar da Frente de Luta. De acordo com o documento, “nesse momento, na verdade, todo o grosso da luta, em nossa cidade, já havia passado. Isso naturalmente causou um atrito entre os que se organizam de forma independente e os correligionários” (MEPR, 2013, p. 7). Os ativistas do MEPR consideraram que os militantes dos partidos chegaram

com uma postura extremamente arrogante tentando ditar as pautas e formas de luta da Frente de Luta e nessa altura já estávamos no quinto protesto e tínhamos nos calejado muito no processo. Essa postura arrogante foi respondida com uma inflexibilidade da Frente de Luta que muitas vezes deixou até mesmo de discutir algumas propostas dos partidos, julgando-as, de plano, como tentativa de direção dos partidos (MEPR, 2013, p. 7).

Ainda nesse documento os estudantes afirmaram que a participação dos militantes do PSTU no movimento foi negativa, isso porque esses militantes “aprontavam um terrorismo totalmente desnecessário nas reuniões da Frente de Luta, seja sobre o avanço dos movimentos fascistas ou com uma superestimação absurda da repressão policial, a qual culminava com a tentativa de desarticular a autodefesa do movimento” (MEPR, 2013, p. 8). Recordaram, ainda, a reunião de um dia antes do ato do dia 28 de maio de 2013, quando os militantes do PSTU defenderam uma proposta pacifista que, no entender dos ativistas do MEPR, sabotava o caráter radical da ocupação do terminal no ato que, segundo eles, os militantes do PSTU não compareceram. A ação de militantes do PT e do PC do B, considerado eleitoreira, foi rechaçada no documento.

Os ativistas do MEPR fazem ainda no documento uma espécie de “mea-culpa”, ao assumir que a Frente de Luta estava totalmente envolvida com as questões do transporte coletivo e que falharam em não perceber que o momento das grandes manifestações era ideal para apontar para as massas um mínimo de bandeiras de lutas do interesse das classes trabalhadoras. Isso porque não cabia à Frente de Luta construir ou limitar essas bandeiras de luta. “Não se trata de fazermos uma lista maior ou menor de pautas, mas sim que deveríamos ter deixado claro os limites dessa articulação, ao invés de ter reivindicado para a Frente de Luta a direção das mobilizações” (MEPR, 2013, p. 10).

No documento, os ativistas do MEPR também consideraram que não era o caso de abordar todas as reivindicações populares possíveis em todas as manifestações. No entendimento dos ativistas, uma atitude como essa acabaria por dissolver as manifestações e mobilizações que diuturnamente ocorriam no país. Isso porque, na concepção deles, inchar as manifestações com todo tipo de pautas, até mesmo conservadoras, foi tática da direita para tentar controlar os protestos, ocorridos em junho, pelo Brasil afora. Tudo dependia do contexto político em que se encontravam.

Nesse sentido, para esses ativistas, nas manifestações que foram organizadas pelos estudantes a partir de maio e no mês de junho de 2013, quase semanalmente, foi importante ter pautas de reivindicações específicas para poder divulgar junto à população, bem como, quando possível, negociar com os diretores de escolas, reitores, prefeitos e governadores. Porém, em um momento histórico como o atual “é preciso ter maleabilidade para incorporar bandeiras de lutas locais em determinados protestos e saber apresentar, para pelo menos a parcela mais a esquerda dos manifestantes, uma pauta de reivindicação que seja do interesse das classes trabalhadoras”.

No dia 14 de outubro de 2013 o MEPR anunciou no grupo fechado da Frente de Luta pelo Transporte, no *Facebook*, a criação da Frente Independente Popular (FIP), que surgiu desse racha dentro da Frente de Luta pelo Transporte, quando parte dos ativistas deixou o movimento. De acordo com alguns ativistas da Frente de Luta que foram entrevistados (IVAN, 2014, ROSA, 2014, MAURÍCIO, 2015, BERNARDO, 2014), a maioria dos estudantes da Frente de Luta era de orientação autonomista e anarquista. Outros eram integrantes do MEPR, que era de orientação maoísta, além dos apartidários.

Segundo esses ativistas entrevistados, os integrantes do MEPR queriam mudar a forma de organização da Frente de Luta, para o que denominavam de centralismo democrático. Por conta dessa disputa, enquanto a Frente de Luta queria manter a forma de auto-organização, os integrantes do MEPR queriam trazer o centralismo democrático, criar uma diretoria, que principalmente durante os atos iria dar a linha de como seria o protesto, para onde ir, como ir. Essa divergência gerou um tensionamento, levando ao rompimento dos dois grupos, ou seja, da Frente de Luta e do MEPR.

Os desentendimentos começaram bem antes de outubro de 2013. Em entrevista, o ativista Bernardo (2014) explica que na segunda quinzena do mês de julho de 2013 aconteceram várias rixas internas no movimento, com divergências sobre o tipo de gestão que deveriam ter, sobretudo com propostas de mudanças feitas pelos ativistas do MEPR e, porque essas propostas não foram aceitas, acabaram se desvinculando da Frente de Luta. “Também alguns grupos anarcopunks⁹⁹ e anarquistas tentaram criar novas tendências, mas não conseguiram. Toda essa celeuma levou o movimento à desarticulação na época. Foram quatro meses de lutas internas, com reuniões que aconteciam três, quatro vezes por semana”.

No documento do MEPR (2013, p. 13), os ativistas explicaram porque defendiam o centralismo democrático:

Nós do MEPR somos adeptos do centralismo democrático, não por opção, mas por necessidade. Assim como todos os verdadeiros comunistas o foram, não por fetiche, mas para armar o proletariado com sua organização revolucionária, o Partido Comunista revolucionário de novo tipo. Nenhuma Revolução foi, é, ou será possível, nas condições do imperialismo e da máxima militarização da burguesia sem o centralismo democrático. O centralismo sem democracia é autoritarismo e a democracia sem centralismo é disforme e inoperante.

⁹⁹ Na década de 1950, em meio à guerra fria entre Estados Unidos e Rússia, houve novo interesse em torno da ideologia anarquista, fazendo contraponto à disputa ideológica travada entre capitalismo e comunismo. Nessa época surgiu também o estilo musical e o movimento punk, que levou o rock a uma execução musical mais simples e a letras engajadas. Na época, a banda inglesa Sex Pistols lançou a música “Anarchy in the UK”, que fez muito sucesso e angariou uma legião de seguidores. A banda foi muito influente para traçar os caminhos do punk rock em associação ao anarquismo. O termo Anarcopunk não tardou para ganhar popularidade e diversas outras bandas assumiram o estilo (GASPARETTO JÚNIOR, 2016).

Ainda segundo esses ativistas, a luta nas ruas provou de várias formas que o centralismo democrático se impunha no curso do enfrentamento dos inimigos e que havia a necessidade de um comando nas ações da Frente de Luta, já que existia no movimento um núcleo de pessoas comprometidas com a manutenção dessa articulação que eram líderes. “Sim líderes, que não têm maior direito a voz ou voto, mas têm que tomar decisões respaldadas pelo coletivo e propor o rumo do movimento” (MEPR, 2013, p. 13).

O documento também cita o grupo ligado ao Movimento Passe Livre (MPL), Tarifa Zero Goiânia, cujos ativistas fazem parte da Frente de Luta, sobre uma polêmica em torno da definição de uma coordenação no Acampamento Pedro Nascimento,¹⁰⁰ afirmando que o grupo do Tarifa Zero Goiânia foi praticamente retirado do local pela própria massa que não queria mais saber de seu discurso de horizontalidade e de desnecessidade de se formar uma coordenação do movimento, sob pretexto de que os moradores poderiam fazer assembleias semanalmente. “O fato é que o assembleísmo proposto pelo Tarifa Zero Goiânia era caquético e só levava a marcar uma reunião para marcar outra reunião” (MEPR, 2013, p. 15).

Essa crítica do MEPR teve uma resposta dos ativistas do Tarifa Zero¹⁰¹, quando afirmaram que as divergências ideológicas sempre existiram na Frente de Luta pelo Transporte e não impediram que ela funcionasse, que realizasse atos públicos e que tenha conquistado vitórias significativas no ano de 2013, o que ocorreu em torno de propostas práticas e concretas, e não por afinidade ideológica. Os ativistas consideraram as críticas do MEPR como de visão sectária:

O Tarifa Zero Goiânia não considera que tais divergências sejam um problema, mas entende que quando elas passam a ser desentendimentos, e quando estes desentendimentos levam uma corrente ideológica à tentativa de deslegitimar um movimento social que luta contra problemas cotidianos, arrisca-se perder o foco das questões sociais concretas e obstruir as lutas populares em nome de uma visão de mundo sectária (TARIFA ZERO GOIÂNIA, 2013).

Os ativistas do Tarifa Zero Goiânia concluem o texto afirmando que avaliam que todos os grupos e pessoas foram de grande importância para as ações que levaram à formação da Frente de Luta pelo Transporte e pelas vitórias alcançadas. Também avaliam que é de suma importância a continuidade da participação dos mesmos grupos e pessoas, como de outros que vierem a ser agregados. “Sejam eles grupos já formados e interessados na luta, pessoas que são realmente independentes de quaisquer grupos, ou mesmo os adeptos da teoria e da organização da Nova Democracia. Todos temos muito o que contribuir para o avançar da luta” (TARIFA ZERO GOIÂNIA, 2013).

¹⁰⁰ O documento do MEPR não dá mais detalhes sobre esse acampamento.

¹⁰¹ Fases da luta e as lutas sociais em Goiânia: breve resposta ao MEPR (TARIFA ZERO GOIÂNIA, 2013).

Com a saída dos ativistas ligados ao MEPR, os estudantes que ficaram na Frente de Luta continuaram com os princípios que sempre nortearam o movimento: autonomia, independência, horizontalidade, apartidarismo (e não antipartidarismo), e descentralização, que prega a ação direta e a luta contra a exploração mercantilista do transporte coletivo.

No ano de 2014 a Frente de Luta realizou manifestações contra o novo reajuste da tarifa, embora com um número menor de ativistas. No dia 15 de abril de 2014, a Frente de Luta foi às ruas manifestar, no denominado Dia de Luta Contra o Aumento da Tarifa, no Terminal Bandeiras, localizado no Jardim Europa, região sudoeste da capital. Nesse dia, um ônibus foi incendiado no Campus Samambaia da Universidade Federal de Goiânia (UFG), na região norte da capital.

O protesto fez parte de uma série de manifestações programadas em diferentes horários e pontos de Goiânia. O não reajuste da tarifa foi o foco das manifestações, porém, a volta do Programa Ganha Tempo e o fim da precariedade do transporte coletivo da capital também fizeram parte das reivindicações. Embora os ativistas empreendessem várias manifestações e protestos, a Frente de Luta não conseguiu barrar o aumento da tarifa naquele ano.

Contudo, um fato de conotação política provocou o maior refluxo da Frente de Luta nesse período. No dia 23 de maio de 2014 os estudantes da Universidade Federal de Goiás Heitor Vilela, 20 anos, e Ian Caetano, 20 anos, e o estudante do Ensino Médio, João Marcos Aguiar, 18 anos, foram presos pela polícia civil, durante a Operação 2,80 e levados a uma delegacia e depois encaminhados para a Casa de Prisão Provisória (CPP), em Aparecida de Goiânia, cidade da região metropolitana de Goiânia. O estudante de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás (UFG), Tiago Madureira Araújo, de 33 anos, também com mandado de prisão, não foi encontrado pelos policiais e esteve foragido da Justiça. No processo aberto contra os estudantes, constava que eles eram suspeitos de depredar e incendiar 100 ônibus e incitar a violência durante manifestações que pediam melhorias no transporte coletivo da capital.

Após a prisão dos estudantes, no dia 27 de maio de 2014, um grupo de cerca de 500 pessoas protestou no Centro de Goiânia, pedindo a libertação dos presos. Dois dias depois, 29 de junho, os estudantes realizaram uma nova manifestação na capital, reivindicando a revogação das prisões dos ativistas e contra a criminalização dos movimentos sociais.

Depois destas prisões, os ativistas relataram que houve um certo despreparo da Frente de Luta no sentido de que cederam muito facilmente ao medo inculcado pela polícia. Isso porque o titular da Delegacia Estadual de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO), Alexandre Lourenço, anunciou em entrevista aos telejornais das emissoras de televisão

goianas que podia pedir a prisão cautelar de outras pessoas. Para o ativista Bernardo (2014), “os estudantes da Frente de Luta se intimidaram muito facilmente por esse tipo de provocação e recuaram”.

Os três estudantes foram liberados na noite do dia 29 de maio, sete dias depois, ao conseguirem um *habeas corpus*, concedido pela desembargadora Avelirdes Almeida Pinheiro Lemos, da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás. Na decisão, a juíza destacou que não havia evidências concretas da efetiva participação dos estudantes nos denominados atos de vandalismo, como constavam nos processos, ocorridos nas ruas de Goiânia, apenas indicadores do envolvimento. A desembargadora também afirmou que a prisão provisória exige que tais indícios sejam mais robustos, pois se trata de restrição a direito fundamental, qual seja a liberdade, sendo a prisão cautelar a exceção. O *habeas corpus* também beneficiou o estudante foragido, Tiago Madureira Araújo.

Embora desde o ano de 2013 estudantes fossem presos nas manifestações, mas liberados pouco tempo depois, nesse caso a repressão instituída pelo Estado foi mais clara e contundente. Foram presos estudantes que eram muito ativos no movimento, participavam mais das ações. Uma prisão simbólica, segundo os próprios ativistas presos, para espalhar um espectro de medo em todo o grupo.

Mesmo com a liberação dos estudantes, os ativistas entenderam que houve, na época, uma desestabilização e uma desarticulação da Frente de Luta, o que era a intenção do governo e da polícia. As manifestações tornaram-se mais difíceis de ser mobilizadas na medida em que as pessoas ficaram com medo. Além desse fator, como o aumento no preço da tarifa foi de dez centavos em 2014, a população entendeu que o aumento não foi exorbitante e não se mobilizou junto com os ativistas.

O ativista Carlos, em entrevista, preocupou-se com a criminalização dos movimentos sociais, o que representava um risco à liberdade de expressão e de associação. “A polícia trata uma organização política ou social como gangue, quadrilha. Estão querendo criminalizar todo tipo de organização que fere os interesses das empresas e governantes” (CARLOS, 2014). Para o ativista, as respostas que o governo dá é a de intensificar e sofisticar a repressão, o que pode levar a um estado de exceção. A militância política passa, então, a ser criminalizada e vigiada. As pessoas ficam com medo de protestar.

O setor acadêmico também se mobilizou contra a criminalização dos movimentos sociais. No dia 2 de junho de 2014 o Programa de Pós Graduação em Educação da UFG e estudantes realizaram na Faculdade de Educação, na Praça Universitária, o Ciclo de Debates Criminalização dos Movimentos Sociais e Prisões Políticas, colocando as seguintes questões:

“como a perseguição política das lutas e como o autoritarismo institucionalizado implicam em uma ameaça à democracia e à liberdade? O que significa a criminalização dos movimentos sociais?”¹⁰². Participaram da mesa de debates os professores da UFG Alexandre Aguiar, Rafael Saddy e Samara Takahashi, o professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Robson Moraes, a professora da Rede Municipal de Ensino, Raquel Salomão e o militante do PSTU, Arthur Dunck. O evento contou com ampla participação de estudantes e ativistas da Frente de Luta.

Na sequência e até mesmo no ano seguinte, outros debates foram realizados sobre o tema, como o que contou com a participação do advogado Marino D'Icarahy, do Rio de Janeiro, no salão nobre da Faculdade de Direito da UFG no dia 26 de março de 2015, com o tema Os processos políticos da democracia. Marino é advogado de 11 dos 23 ativistas que foram presos e processados no Rio de Janeiro. O debate foi promovido pela Associação Brasileira dos Advogados do Povo (Abrapo).

Os ativistas também se preocupavam com a infiltração de policiais descaracterizados, os denominados P2, nas reuniões e protestos. Em Goiânia perceberam a atuação de vários desses policiais, principalmente nas manifestações. Um ativista alertou na página da Frente de Luta GO na rede social *Facebook* que existiam infiltrados nos movimentos, contando um exemplo que ocorreu no Rio de Janeiro, para alertar o grupo:

Galera, em tempos de repressão não existe paranoia que não se justifique. No Rio de Janeiro um infiltrado de vinte e poucos anos passou mais de um ano entre militantes, se auto intitulava anarquista, ia para a mesa de bar, fumava um com a galera, chamava para dormir na casa dele, ficava com o pessoal, ganhava confiança dos mesmos, fez até "seguidores". Estava dentro de um pequeno e restrito ciclo de informações sobre as manifestações puxadas contra a copa no Rio de Janeiro. No entanto somente ele não fora preso, quando os 23 caíram na cidade, afinal ele era o principal delator e testemunha contra os militantes presos (FRENTE DE LUTA GO, 2014)¹⁰³.

No ano de 2014, após as prisões e liberação dos estudantes no mês de maio, o movimento não realizou nenhuma manifestação e nem mesmo reuniões públicas. No ano seguinte, no dia 13 de fevereiro de 2015, a CMTC anunciou um novo reajuste no preço da tarifa de 17,85%, um aumento de 50 centavos, passando de R\$ 2,80 para R\$ 3,30. Na terça-feira da semana seguinte, dia 17 de fevereiro, a Frente de Luta realizou uma reunião no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Goiás (UFG), no Setor Universitário, com a presença de cerca de 60 pessoas, para organizar uma manifestação para a sexta-feira, 20 de fevereiro. Reunião da qual esta autora participou.

¹⁰² Informações retiradas do cartaz do evento.

¹⁰³ Post retirado da Página Frente de Luta GO, no *Facebook*, publicado pelo perfil do movimento.

Na reunião foram discutidos local e horário para a concentração dos manifestantes, trajetos que seriam percorridos, estratégias de segurança contra a repressão policial e formas de divulgação da manifestação, que deveria ser feita sobretudo em terminais de ônibus. A reunião seguiu o modelo implantado pelo grupo: sem liderança específica, todas as pessoas tinham liberdade de falar e propor as ações que eram votadas e acatadas ou não pelo grupo. Várias tarefas foram designadas aos integrantes da Frente de Luta. A reunião durou cerca de 2 horas.

No dia do protesto, 20 de fevereiro, observado pela autora deste trabalho, os manifestantes saíram da Praça Universitária, passaram em frente ao prédio da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC) na 1ª Avenida, no Setor Universitário e seguiu pela Avenida Anhanguera, até o terminal da Praça da Bíblia, no Setor Leste Universitário. Nesse local houve o momento mais tenso, quando homens da polícia e os cerca de 300 manifestantes entraram em confronto.

Na Avenida Universitária vários painéis de fotos sensores¹⁰⁴ e placas de sinalização de trânsito foram derrubados. Um prédio da Saneago¹⁰⁵, que fica na Rua 225, e uma agência do Banco do Brasil, na 5ª Avenida, ambos no Setor Universitário, foram depredados. No final da manifestação, cerca de dez manifestantes virou um carro da TV Serra Dourada, emissora afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Vários ativistas foram presos e liberados alguns dias depois. Depois dessa data, outras manifestações menores foram realizadas, com a participação de poucos ativistas, no entanto, não conseguiram retroceder no aumento da tarifa. As manifestações foram perdendo força, até cessar ainda no primeiro semestre de 2015.

No dia 6 de fevereiro de 2016 a CMTC reajustou o valor da tarifa em 12,1%, passando de R\$ 3,30 para R\$ 3,70. Ativistas da Frente de Luta e usuários protestaram no dia 12 de fevereiro no Terminal da Praça da Bíblia, no Setor Leste Universitário. Houve depredação de bancas de vendedores ambulantes, destruição de catracas, placas de sinalização das linhas de ônibus dentro do Terminal foram arrancadas e algumas cabines de funcionários do terminal foram quebradas.

A Frente de Luta pelo Transporte, juntamente com alguns integrantes de um grupo autodenominado Estudantes do Povo¹⁰⁶, realizaram outra manifestação no dia 17 de fevereiro de 2016. Por volta das 17 horas, cerca de 200 pessoas que se concentrava na Praça Universitária

¹⁰⁴ O foto sensor é um conjunto de três bobinas colocadas debaixo do asfalto, em ruas e avenidas da cidade, que detecta a passagem de um material ferromagnético, ou seja, o carro. As bobinas apontam a velocidade do veículo e se esta for acima da velocidade registrada na memória do computador, o flash dispara e uma foto é tirada da placa do veículo (WERNECK, 2009).

¹⁰⁵ Saneago é a Companhia de Saneamento de Goiás.

¹⁰⁶ Estudantes que integram o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR).

desceu a Rua 10 em direção à Praça Cívica, no Centro. De lá, eles desceram a Avenida Goiás até a Praça do Bandeirante e retornaram pela mesma via. Na Rua 3, houve um princípio de tumulto. Manifestantes queimaram algumas faixas e os policiais que acompanhavam o protesto atiraram bombas de gás.

Antes dessa manifestação, no dia 15 de fevereiro de 2016, a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Leila Maria de Oliveira, propôs ação civil pública pedindo a suspensão do aumento da tarifa, alegando que as empresas que operavam no sistema não estavam cumprindo com o que estava acordado no contrato de concessão do serviço e que também não havia previsão de melhora nesse sentido. O juiz Élcio Vicente da Silva, da 3ª Vara da Fazenda Pública do Estado de Goiás determinou no dia 23 de fevereiro de 2016 a suspensão do reajuste. A tarifa voltou a custar R\$ 3,30, valor em vigência antes do aumento.

No entanto, a satisfação dos usuários durou pouco tempo. No dia 5 de março de 2016 a desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Elizabeth Maria da Silva, acatou o pedido em agravo de instrumento feito pela HP Transportes e suspendeu a liminar. O preço da tarifa, então, subiu novamente para R\$ 3,70.

Antes disso, no dia 2 de março de 2016, usuários manifestaram durante duas horas no Terminal Cruzeiro, em Aparecida de Goiânia, cidade da região metropolitana da Capital, provocando o fechamento do Terminal, em uma manifestação espontânea. O protesto foi motivado pelo atraso em várias linhas de ônibus. Durante a ação, dezenas de pessoas bloquearam a Avenida Rio Verde, que passa em frente ao terminal, no sentido bairro-centro. Dois ônibus foram depredados, um homem foi preso após chutar a porta de um dos veículos. Os manifestantes tentaram bloquear a saída dos ônibus, mas foram impedidos pela PM. Após uma reunião entre manifestantes e representantes da RMTTC, ficou definido que haveria um aumento de 40 linhas saindo do terminal.

Questionados sobre se a Frente de Luta tem feito escola, deixado algum legado importante em relação à prática das manifestações, com o surgimento de protestos espontâneos nos terminais, sem a participação da frente de Luta, alguns ativistas consideraram que, ao ver várias pessoas lutando por uma causa específica, que é o transporte coletivo, isso despertou a atenção das pessoas que vivem na periferia, trabalhadores e estudantes. Para o ativista Ivan (2014), o sentido do protesto passou a ter uma legitimidade maior ao perceberem que, “se eles estão lutando eu também posso lutar pelos mesmos direitos. A partir do momento que você vê pessoas lutando e falando sobre o problema, isso faz a pessoa se agigantar e se mobilizar”. Os ativistas percebiam que o que estava ocorrendo era uma forma

de *feedback*, de retroalimentação. De acordo com Ivan, essas reações foram espontâneas, intensificadas e potencializadas com as ações da Frente de Luta.

Nesse sentido, foram importantes as intervenções dos ativistas da Frente de Luta na ida aos terminais de ônibus e paradas de ônibus em vários pontos da cidade para distribuir panfletos, conversar com trabalhadores e usuários do transporte coletivo. Além da ida aos grêmios estudantis em colégios de ensino médio, no trabalho de base de formação política dos estudantes. Realizando palestras e rodas de conversas nesses colégios, sobre a falta de qualidade do transporte coletivo e sobre as ações da Frente de Luta com vistas a melhorar essa qualidade. Toda essa formação política popular faz parte do legado da Frente de Luta.

No ano de 2016, com a suspensão da liminar e a volta do valor da tarifa a R\$ 3,70, a Frente de Luta não conseguiu arregimentar pessoas para protestar. Isso acontecia todos os anos, depois de 2014. As manifestações eram realizadas logo que o reajuste era anunciado e colocado em vigor, mas como os ativistas não conseguiam reverter o aumento, os ativistas dispersavam e as manifestações deixavam de ser realizadas. “Chegamos a marcar várias vezes, mas apareciam dez ou cinco pessoas, o que inviabilizava o protesto. O mesmo acontecendo com as reuniões. Apareciam poucas pessoas, não tinha como deliberar nada” (ROSA, 2014).

Nesses períodos, o movimento entrava em refluxo. Não realizava reuniões e as esparsas comunicações entre os ativistas aconteciam nas páginas do grupo na rede social *Facebook*. Nesses espaços, no período de refluxo, surgiam divulgação de outras causas, como a greve de professores da rede pública de ensino em 2015 e, por último, a ocupação dos colégios pelos estudantes do ensino médio no ano de 2016, contra a implantação das Organizações Sociais do setor da Educação pelo Governo do Estado de Goiás, uma forma de terceirizar a educação pública.

Mesmo assim alguns ativistas preocupavam-se com o desânimo dos companheiros e postavam textos de incentivo para continuarem na luta. Este texto foi publicado em 2014 e repetido no dia 30 de março de 2015 na Página da Frente de Luta GO, na rede social *Facebook*:

Companheiros, não podemos deixar a lutar morrer, não podemos desistir dos sonhos de uma sociedade mais digna onde a classe do proletário tenha uma voz maior que os patrões. Mesmo com muitas intrigas, discórdia, posicionamentos diferentes, grupos diferentes, nossa união é necessária para que os patrões saibam que estamos vivos, que estamos unidos e prontos para a luta assim como estivemos ontem, assim como estamos hoje e estaremos sempre. Mesmo que grande parte da sociedade se faça de cega, todos temos a missão de abrir os olhos dessa sociedade, de falar todos os dias no trabalho, nas escolas, faculdades, dentro dos ônibus, que estamos sendo explorados nas passagens de ônibus, pois 3,30 é roubo, nas compras do

supermercado e em várias outras situações. Então uni-vos, erguei-vos vossos punhos e vamos à luta juntos. (FRENTE DE LUTA GO, 2015).

No entanto, mesmo com os períodos de refluxo, o que motiva alguns ativistas a continuarem participando da Frente de Luta “é justamente a possibilidade de contribuir com o processo de avanço da organização e da consciência. Quando eu milito dentro da organização é para fazer esse debate político mais amplo” (MAURÍCIO, 2014). Mas, de acordo com alguns ativistas, essa intenção esbarra na prática do movimento, já que grande parte dos integrantes da Frente de Luta tem caráter prático, o que importa a cada momento é o momento em si, geralmente não há uma visão a longo prazo, não há uma visão para além da luta contra o aumento, para além da luta pelo transporte. “O tempo inteiro, a Frente de Luta nunca discute a si mesma, ela discute o transporte, mas discutir a si mesma não ocorre. Foram poucas reuniões que teve esse debate. Quando teve, foi para expulsar alguém” (MAURÍCIO, 2014).

No entanto, o histórico da Frente de Luta até agora reflete o que Maia (2016, p. 23) define como reemergência das lutas autônomas no Brasil, que buscam novas práticas políticas, novas formas de ação, organização e diálogo. Isso porque “quando um determinado movimento se diz autônomo, independente, horizontal, apartidário e que prima pela ação direta e pela combatividade, ele está demarcando um espectro político específico, bem como está delineando o modo como vai atuar, como vai fazer política”.

Considera-se que a Frente de Luta vive na prática todas essas características, que fazem dela um movimento de luta autônoma. Desde 2013, nas reuniões empreendidas, manifestações e atos, palestras e rodas de conversas realizadas, o movimento teve como princípio levar a termo uma luta autogestionária, que também induzisse o transporte coletivo, mote dessa luta, a uma autogestão, com os trabalhadores gerindo todo o sistema. Uma espécie de utopia que ainda não foi alcançada.

Em relação ao perfil de uma luta revolucionária, Maia (2016) pondera que, se no capitalismo a ética dominante é a da competição, dentro da organização revolucionária deve-se incentivar a solidariedade, se o que domina é a desigualdade, a organização deve incentivar a igualdade, se o que predomina é o formalismo, a organização deve incentivar a vida concreta, se o que é hegemônico é a divisão do trabalho, a organização deve incentivar a integralidade do ser humano. Nesse sentido, segundo o autor, as organizações autogestionárias devem criar em seu interior formas de sociabilidade, organização e formas de ação que se configurem como uma antípoda da sociedade capitalista.

No entanto, a crítica mais contundente que se faz à Frente de Luta é em relação à violência empregada nas manifestações, com depredação de ônibus, terminais, órgãos

públicos e privados. Depredação que prejudicou até mesmo humildes trabalhadores, vendedores ambulantes dos terminais. A violência torna-se um elemento que desfavorece a luta, porque afasta até mesmo usuários e trabalhadores que poderiam engajar-se ao movimento.

Considera-se que os principais objetivos da Frente de Luta – melhorar a qualidade do transporte coletivo e barrar os aumentos abusivos – são justos e alcançáveis, merecedores de crédito e apoio, porém as práticas e estratégias adotadas pelo movimento não coadunam com esses objetivos, distanciando o grupo de uma possível conquista.

Na articulação das reuniões e manifestações, os ativistas da Frente de Luta usavam com intensidade as redes sociais da Internet, principalmente o *Facebook*, o que ajudou a agregar novos ativistas à causa, mas que também expôs a forma de agir dos ativistas, informações usadas pelo serviço de inteligência da polícia para coibir as ações do movimento.

3.2 Manifestações e protestos entre posts e hashtags

Dedicou-se este item para traçar a análise do discurso tendo como objeto alguns posts publicados nas duas páginas da Frente de Luta na rede social *Facebook*: Frente de Luta Go e Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa. A análise parte do pressuposto de que é possível compreender a produção social de sentidos, realizadas por pessoas em um contexto sócio histórico, por meio da materialidade das linguagens. Isso porque, a teoria da análise do discurso prevê que há um contexto social em que esse discurso acontece. Segundo Pêcheux (1997) nesse contexto há relações de dominação e não há dominação sem resistência: lugar da luta de classes, o que significa que é preciso ousar se revoltar. Ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja, dito de outra forma, é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ousar pensar por si mesmo. Dessa maneira,

Ao ser interpelado em sujeito pela ideologia, o sujeito do discurso ocupa o seu lugar no emaranhado de discursos e, sempre-já sujeito, resiste. O assujeitamento, ao contrário de significar submissão, é da ordem do político e do simbólico e, portanto, da resistência. O sujeito resiste a discursos outros ao ser interpelado em sujeito do discurso pela ideologia, porque, para ser sujeito, é necessário ocupar uma posição no discurso, resistir a outras posições. O assujeitamento pressupõe a resistência. Eis o que se entende como sendo o primeiro movimento da resistência (NASCIMENTO, 2013, p. 1).

Dessa forma, compreende-se que a resistência dos ativistas da Frente de Luta pelo Transporte, além de ser concreta, está no real, pela luta empreendida nas ruas, praças e terminais de ônibus, também se corporifica no discurso, na linguagem apropriada que externaliza os sentidos dos protestos e manifestações realizados e da luta em si.

Esse discurso de resistência está mais presente nas redes sociais da Internet, sobretudo no *Facebook*, que tem se transformado em ferramenta primordial para a divulgação das causas de ativistas em vários países e não foi diferente no Brasil, nem em Goiânia. Como já foi tratado no capítulo I, o ciberativismo tem revolucionado a maneira como os movimentos sociais articulam suas ações, tornando-se um elemento novo na forma de agir e de se colocar.

No ciberespaço, a comunidade ativista transformou na prática o sentido do termo resistência. Os ativistas mergulharam no mundo do novo meio da Internet e constituiu por meio das potências anárquicas e libertárias, trazidas pela Internet, as próprias comunidades e práticas. Para os ativistas, resistir tornou-se também sinônimo de inventar os movimentos por meio dos quais os modos autônomos de viver e governar a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente (MALINI, ANTOUN, 2013).

Dialogando com Malini e Antoun, Castells (2013) considera que as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os meios mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história da humanidade. Aproveitando todas essas vantagens, as características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais, por sua vez, determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. Por esse motivo os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero.

Assim como os movimentos sociais transnacionais e nacionais, a Frente de Luta pelo Transporte também tem usado as redes sociais na comunicação com seus pares e na tentativa de angariar novos ativistas para a causa, como comprovaram González-Bailón *et al* (2011) em pesquisa realizada na Europa. De acordo com o relato de ativistas da Frente de Luta, o grupo criou um perfil na rede social *Facebook* no final do mês de abril de 2013. Porém, no dia 21 de julho de 2013, o grupo decidiu mudar para uma *Fan Page*, com o nome de Frente De Luta GO – organização política aberta a quem queira seguir, curtir¹⁰⁷, comentar e compartilhar os posts¹⁰⁸. Na mudança, os ativistas perderam todos os posts anteriores porque a conta do perfil pessoal foi substituída pela *fan page*. Por isso, não existem publicações nesta página sobre a organização e realização das manifestações do começo do ano de 2013 até essa data. No mês de janeiro de 2017 a *Fan Page* tinha 7.682 curtidas.

¹⁰⁷ O ato de curtir demonstra que a pessoa gosta de algo no *Facebook* (DICIONÁRIO INFORMAL, 2016). No caso de uma *Fan Page*, ao curtir, a pessoa passa a seguir a página.

¹⁰⁸ Post é uma mensagem que se publica numa página de Internet (INFOPEDIA, 2015). Mais especificamente, o post é uma publicação compartilhada em rede social.

No dia 17 de maio de 2013, os ativistas do movimento também criaram um grupo fechado¹⁰⁹ na rede social *Facebook*, com o nome de Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa. No dia 10 de maio de 2015 o grupo contava com 2.013 membros. Já em fevereiro de 2017 esse número caiu para 1.869 membros. Diferentemente da *Fan Page*, o Grupo fechado não perdeu posts e, até o momento, as postagens realizadas desde maio de 2013 estão na página.

Pretende-se, a partir desse ponto, realizar a análise dos discursos empreendidos pelos ativistas da Frente de Luta, em alguns posts publicados nas páginas do grupo na rede social *Facebook*. Os posts dos ativistas se alternavam nos dois espaços da rede social. Em um determinado período foram publicados mais regularmente na *Fan Page*, em outros momentos, no grupo fechado. Porém, o grupo fechado possuía o maior número de postagens. Mesmo porque em alguns períodos, sobretudo de crise entre os ativistas, os tópicos de discussão recebiam dezenas de postagens, no que se configurava em discussões políticas e filosóficas extensas, até mesmo de troca de acusações, como as do quadro abaixo:

Ativista “A” - A minha opinião é que o Tarifa Zero deveria vanguardar a Frente de Luta logo de uma vez. Pelo menos todos os integrantes vão saber o interesse desse grupo, suas pautas, seus objetivos e terão mais condições de entender seu reformismo todo. Ou então para abraçar melhor o peleguismo de ponta a ponta. As divergências teóricas, práticas e organizacionais são muito sérias, não vejo como tentar reanimar esse cadáver. 17 de outubro de 2013, às 11:05.

Ativista “B” - Se esses grupos quisessem trazer novas pautas à Frente, poderiam fazê-lo a qualquer momento. Não o fizeram porque não quiseram. Trata-se de uma análise pessoal minha, não de uma posição do Tarifa Zero Goiânia. No debate surgiram posições conflitantes, como sempre, inclusive entre membros do Tarifa Zero. 17 de outubro de 2013 às 11:09.

Posts de comentários de dois ativistas retirados do Grupo Fechado Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa no Facebook, publicados no dia 17 de outubro de 2013: <https://www.facebook.com/groups/463493463725476/?fref=ts>.

Dentro dos preceitos da análise do discurso compreende-se que no caso desses dois ativistas, há uma tentativa de convencimento por parte dos dois falantes. O Ativista A considera que os integrantes do grupo Tarifa Zero Goiânia realmente lideraram as decisões da Frente de Luta enquanto que o Ativista B o contradiz e afirma que há discordância entre os próprios membros do Tarifa Zero.

¹⁰⁹No grupo fechado, qualquer pessoa pode pedir para participar ou ser adicionado ou convidado por um membro (CENTRAL DE AJUDA FACEBOOK, 2015). No entanto, só pode participar do grupo fechado quem é aprovado e adicionado pelo administrador do grupo.

Para Bakhtin (2006), qualquer documento, como o quadro de texto acima, quando se aplica a lê-lo e analisá-lo, dá indicações, não sobre os processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que estão na mente do receptor, mas sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso do outro que se manifestam nas formas da língua.

De acordo com o autor, o mecanismo desse processo não se situa na mente do indivíduo, mas na sociedade, que escolhe e gramaticaliza – isto é, associa às estruturas gramaticais da língua – apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação formalizada pelo outro que são socialmente pertinentes e constantes e que, por consequência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade linguística dada.

Outro autor, Maingueneau (2008), considera que não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de não compreender o sentido dos enunciados do outro. Dessa forma, o discurso é constituído de uma relação conflituosa com o outro. Por isso, a passagem de um discurso a outro, que é seu antagonista, pressupõe uma mudança no modo de consumo desse discurso.

Voltando aos posts, na *Fan Page* Frente De Luta GO, em 2013 foram publicados textos convidando ativistas e simpatizantes da causa para participarem de manifestações, inclusive com a criação de evento na própria rede social *Facebook*¹¹⁰. Também divulgaram notícias sobre manifestações ocorridas em outras cidades do País. Outro tipo de postagem foi conclamando as pessoas para aderirem à luta. Algumas publicações foram feitas em tempo real, durante as manifestações, sobre o que ocorria nas ruas, como esta do dia 30 de julho de 2013:

Convocamos a todos a prestarem solidariedade aos companheiros presos! 8ª Delegacia de Polícia Civil, Avenida 2ª Radial, Q. 48, s/n, Lt. 28. Urgente: precisamos de advogados (ao vivo). A última informação do coronel é que foram 40 presos e não terão direito a fiança (FRENTE DE LUTA GO, 2013).

A convocação tem caráter de urgência, pela gravidade do acontecimento. O sujeito que se apoia na possível ajuda que pode vir do outro, ou de várias pessoas atingidas pela mensagem, pelo enunciado. Essa ideia baseia-se no que Bakhtin (2006) fala sobre a importância que a palavra tem em função do interlocutor. Isso porque toda palavra comporta duas faces. É determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte, de

¹¹⁰ A central de ajuda do Facebook explica como se cria um evento: o usuário deve ir até a própria página, clicar no campo ofertas e eventos, seleciona o evento, a data, adiciona detalhes sobre o evento e depois deve clicar em publicar. Todos os eventos organizados por páginas são públicos (CENTRAL DE AJUDA FACEBOOK, 2015).

quem escreve e de quem lê. Toda palavra serve de expressão de um em relação ao outro. Por meio da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.

Na verdade, qualquer que seja a enunciação considerada, mesmo que não se trate de uma informação factual – que é a comunicação, no sentido estrito –, mas da expressão verbal de uma necessidade qualquer. Como essa dos ativistas. Antes de mais nada, ela é determinada da maneira mais imediata pelos participantes do ato de fala, explícitos ou implícitos, em ligação com uma situação bem precisa. A situação dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela, por exemplo, a exigência ou a solicitação. A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor, o ativista que fala.

Outro post é o reflexo do maior número de textos publicados em 2014, chamando os ativistas e simpatizantes para participarem de reuniões e manifestações do movimento. O grupo também usou as redes sociais para pedir colaborações em dinheiro, para a continuidade da causa, como neste texto, publicado no dia 3 de março de 2014:

A Frente de Luta pelo Transporte de Goiânia-GO, articulação que reúne diversos coletivos e indivíduos, que atua de maneira autônoma e independente, não recebendo qualquer tipo de financiamento ou subsídio governamental, de partidos políticos, ongs ou empresas, contando exclusivamente com a solidariedade de seus militantes e apoiadores para manter suas atividades, vem publicizar uma conta para receber contribuições da companheirada. Para esclarecimentos entre em contato: Banco do Brasil, Agência: 1269-6, Conta: 37176-9 (FRENTE DE LUTA GO, 2014).

Neste texto, os ativistas reafirmam os princípios do grupo, que decidiram por seguir o caminho de autonomia e independência em relação ao governo, empresas e partidos políticos. Portanto, para custear as despesas, sobretudo de divulgação da causa, pedem ajuda financeira aos ativistas que compõem a Frente de Luta e simpatizantes da causa do transporte coletivo. Novamente um discurso que parte, dessa vez não do conflito com o outro, mas em busca do outro para ser entendido, interpretado, e de expectativa. O termo “companheirada” subentende que todos fazem parte de um grupo com ideais semelhantes e que a união nessa hora é importante para a continuidade do movimento.

Um fato que movimentou a rede social foi a prisão dos três ativistas Heitor Vilela, Ian Caetano e João Marcos no dia 23 de maio de 2014. O ocorrido levou os ativistas a manifestar contra a detenção dos estudantes em vários posts, muitos deles indignados com o fato, como

neste post do mesmo dia das prisões: “Enquanto isso os responsáveis pelas empresas HP, Rápido Araguaia, Reunidas estão soltos. Não respeitam o contrato, rodam com a quantidade de ônibus abaixo do prometido, não fizeram as melhorias prometidas e quem contesta é que vai preso” (FRENTE DE LUTA GO, 2014).

No começo de 2015, próximo ao dia do aumento da tarifa, as publicações giravam em torno das reuniões para organização de manifestações e posts em tempo real do que acontecia nos protestos. Foi também um período em que a Frente de Luta enfrentou uma grande repressão policial nas manifestações, com prisões de diversos estudantes. Depois disso houve um refluxo do movimento, sem que conseguissem fazer com que as empresas operadoras do transporte coletivo de Goiânia recuassem no aumento da tarifa, que no dia 16 de fevereiro de 2015 passou a custar R\$ 3,30, contra o preço de R\$ 2,80.

Em 2016, a Frente de Luta voltou às ruas de fevereiro a março, realizando manifestações contra o reajuste da tarifa. Novamente, a página da Frente de Luta GO foi usada na convocatória de ativistas para os protestos. A suspensão do reajuste foi comemorado pelos ativistas, como esse post do dia 23 de fevereiro de 2016: “Não tem arrego!!!A decisão pode até ser temporária, mas não caiu do céu, veio da pressão popular, da luta e organização do povo e demonstra mais uma vez que só a luta muda a vida!!!” (FRENTE DE LUTA GO, 2016). No entanto, o aumento voltou a vigorar, como foi tratado neste texto. Nova reunião foi marcada pelo grupo na rede social *Facebook*, mas outros protestos não ocorreram.

Convém analisar discursivamente o texto do ativista acima. É um texto de comemoração, de vitória, do *On a gagné* (ganhamos) que Pêcheux (1997) analisa quando da vitória da esquerda francesa com François Mitterrand, na Praça da Bastilha, em Paris, em 10 de maio de 1981, por uma multidão de parisienses.

Para o autor, a materialidade discursiva desse enunciado é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma, nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político. O “canto” de vitória, como o post do ativista da Frente de Luta, constitui a retomada direta no espaço do acontecimento político, se assemelha ao grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar. Este grito marca o momento em que a participação passiva do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável. No caso de Goiânia, o discurso do ativista da Frente de Luta foi comemorado pelos companheiros que “curtiram” a publicação e postaram comentários no post na rede social *Facebook*.

No grupo fechado Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa, no ano de 2013, também foram postados muitos textos sobre as reuniões e chamadas para participar de manifestações. Os posts conclamando para a luta também estavam presentes no grupo fechado. Este é um dos textos publicados no dia 15 de junho de 2013, que lembra a importância do ativismo do corpo a corpo:

Amig@s, o facebook e outras ferramentas digitais são muito importantes para a mobilização, mas nada substitui o corpo a corpo, o olho no olho, a conversa no pé do ouvido. Estou conversando com muitas pessoas e todas são favoráveis ao próximo manifesto. A insatisfação está generalizada. Esse chamado à população vai ser fundamental para aumentarmos a quantidade de pessoas nos protestos. A população precisa ser informada e ficar sabendo do dia e do horário do próximo ato. Todos nós temos que nos tornar responsáveis pela divulgação, responsáveis em levarmos mais pessoas. Essa é uma tarefa de todos nós. Dia 20 nós vamos fazer a maior manifestação da história de Goiânia. (FRENTE DE LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA, 2013).

O texto expõe um tom persuasivo, de tentativa de convencimento e ao mesmo tempo de incentivar ao grupo para se unir e realizar a maior manifestação até então empreendida. Também prima pelo resgate da memória, de que os problemas no transporte coletivo existem e só a luta pode levar a uma solução plausível.

Trata-se do que Pêcheux (1997) define como um redesenho do discurso, já que a questão da memória discursiva está intimamente ligada ao acontecimento discursivo e não às lembranças do sujeito. Isso porque o processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória ocorre sob uma dupla forma limite: o acontecimento que foge à inscrição, que não chega a se inscrever e o acontecimento que é guardado na memória. Dessa forma, as lembranças e esquecimentos estão presentes nos discursos das pessoas, na figura de interdiscursos, mesmo que o autor não levante a discussão sobre o fato de a pessoa lembrar ou esquecer, ou se essas lembranças e esquecimentos ocorrerem como discursos considerados como divulgados.

Os ativistas ainda tentavam motivar os pares para continuarem na defesa de um transporte coletivo de qualidade ao trazer para a *timeline* do grupo fechado as notícias sobre o transporte coletivo e aumento da tarifa, publicadas na imprensa tradicional. Mas também publicavam posts ironizando a forma como a mídia tratava os acontecimentos referentes às manifestações da Frente de Luta, como no post publicado pela página da Frente de Luta Go no *Facebook*, no dia 15 de abril de 2014 criticando matéria publicada pelo Jornal O Popular sobre as manifestações: “sabe nada, imprensa ordináaaaaria, O Jornal “O Popular” mostrando o seu compromisso com a verdade (ironia)”(FRENTE DE LUTA GO, 2014).

Observando essas críticas, dentro da metodologia da análise do discurso, tratada neste texto, é preciso tentar caracterizar o papel da mídia para esses estudantes. A mídia exerce a função de mediação entre os leitores e a realidade. O que os textos e narrativas da mídia oferecem não é a realidade em si, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta (GREGOLIN, 2007).

De acordo com a autora, na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento, caso abordado mais acima. É a mídia, em grande medida, que formata a historicidade que atravessa e ao mesmo tempo constitui o público leitor, modelando a identidade histórica que liga as pessoas ao passado e ao presente.

Neste post do dia 15 de abril de 2014 especificamente, os ativistas questionaram a verdade do fato publicado, A questão da verdade envolve o que Foucault (1978) denomina de microfísica do poder. Isso porque o poder está presente em várias localidades da vida em sociedade e de certa forma participa de uma luta conflituosa do que é mesmo verdade. Essa verdade pode ser histórica, relativa, instável ou em constante reconfiguração.

Certamente os fatos publicados na reportagem do jornal O Popular não coincidiu com o que os ativistas consideram que realmente aconteceu, sobretudo no que foi narrado, como se expõe a seguir. O título da reportagem: “Manifestantes protestam contra reajuste da tarifa”. Parte da reportagem:

“Vários manifestantes começam, na tarde desta terça-feira (15), um protesto contra o aumento da tarifa do transporte público no Terminal Bandeiras. O grupo invadiu o local e fez vários passageiros descerem dos ônibus que passavam pelo Terminal. A polícia acompanha o movimento e, por enquanto, não houve confronto. No Campus 2 da Universidade Federal de Goiás (UFG) um ônibus foi incendiado, O Corpo de Bombeiros foi acionado. [...] Este protesto faz parte de uma série de manifestações programadas para esta terça em diferentes horários e pontos de Goiânia. A ação é do grupo Frente de Luta pelo Transporte que realiza o Dia de Lutas Contra o Aumento da Tarifa” (JORNAL O POPULAR, 2014).

Os ativistas contestaram a forma como os acontecimentos foram narrados pelo jornal O Popular. Nesse sentido, a ironia do post dos ativistas em relação à reportagem publicada pelo jornal se inscreve na materialidade da linguagem, na forma como o sujeito usa as formas da linguagem e as insere nas lutas sociais pelo sentido alcançado, colocando em foco as contradições entre o que os ativistas viam como objetivo dos protestos e o que o jornal narrou, estando, tanto a interpretação dos ativistas como a narrativa do jornal, inseridas no momento histórico do acontecimento.

Portanto, se apreende que há uma relação tensa entre a mídia e seus leitores, nesse caso específico, os ativistas da Frente de Luta. Isso porque a subjetividade é fabricada e modelada no registro social, mas os indivíduos vivem essa subjetividade tensivamente, reapropriando-se dos componentes fabricados e produzindo a singularização, criando outras maneiras de ser. Se só houvesse submissão, não haveria produção de novos sentidos (GREGOLIN, 2007). Por isso, o desacordo entre o que pensam os ativistas e o que foi narrado pelo jornal faz parte dessa insubmissão ao que a mídia narra e quando “verdades” são contestadas.

Voltando aos posts, outra grande preocupação dos ativistas era com a segurança e alguns deles condenavam o forte aparato policial nas manifestações:

Estudantes: a cada manifestação presenciamos a força da repressão policial nesse Estado. Quando chegamos ao Terminal da Praça da Bíblia encontramos homens fortemente armados, cavalaria e tropa de choque. Para quem? Para bandidos? Para corruptos? Não! Para estudantes, trabalhadores, para quem estivesse no apoio da luta contra mais um abusivo aumento da tarifa de transporte. (FRENTE DE LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA, 2013).

Os ativistas se revoltam e deixam claro essa revolta pela forma que são tratados pela polícia. Revolta amparada na condição de defensores de uma causa popular, que beneficiaria os trabalhadores, ponto mais fraco da correlação de forças entre burguês e proletariado.

Nesse sentido, ao analisar esse enunciado do ativista acima, ocorre o que Foucault (1978) explica como sendo uma situação em que a humanidade instala cada uma de suas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação. Pois é a regra que permite que seja feita a violência. Em si mesmas as regras são vazias, violentas, não finalizadas. São feitas para servir a isto ou àquilo. Podem ser burladas ao sabor da vontade de uns ou de outros. É justamente sobre esse uso perverso das regras que os ativistas protestam neste post, visto que se sentem vítimas do abuso de poder de que está investida a polícia que os ataca ferozmente.

Por outro lado, para o autor, há um combate pela verdade ou, ao menos, em torno da verdade. Entendendo por verdade não o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar, mas o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder. Entendendo-se, ainda, que não se trata de um combate em favor da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. Nesse caso, uma verdade em disputa pelos ativistas e pela polícia.

Neste outro post, de 2 de março de 2015, o chamado para participar das manifestações vem acompanhado por um alerta, para o risco de textos serem passíveis de criminalização:

A próxima manifestação já está marcada, nos ajude, participando da mobilização divulgando a arte e o evento, que em breve será postado por aqui e convidando amigas e amigos para o evento. PS: Tomem cuidado com as postagens, algumas foram apagadas por conta do conteúdo que pode ser associado a crime, responsabilizando tanto o autor do post, quanto a Frente. (FRENTE DE LUTA GO, 2015).

A questão deste enunciado é a de que os ativistas não devem correr riscos, em tempo de repressão policial e judicial e de que não devem produzir provas contra eles mesmos. A punição viria na forma de prisão e processo judicial. Por isso, notou-se que vários posts foram apagados na página do grupo nesse período.

O risco da criminalização existia realmente. De acordo com Foucault (2004), na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. Esse mecanismo é beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. Qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença. E são esses comportamentos, que às vezes podem ser interpretados de forma ambígua, que poderiam incriminar os ativistas da Frente de Luta.

Depois da prisão dos três ativistas em maio de 2014 o grupo retrocedeu e diminuiu as publicações, inclusive apagando post que poderiam incriminá-los, como dito no post acima. Para Sousa (2008), o sujeito do discurso é condicionado pela ideologia¹¹¹ e pela formação discursiva, o que irá permitir o que o sujeito pode ou deve falar em um determinado contexto. Portanto, na situação em que se encontravam os ativistas, enfrentando forte movimento repressor do Estado, concretizado pela força policial e judicial, não era o momento de falar determinados discursos.

Portanto, ocorreu o que Foucault (2008) considerou como as condições que permitem o aparecimento de certos discursos e a proibição de outros. Isso porque, em um determinado período da história, há algumas ideias que podem ser divulgadas e outras que precisam ser silenciadas. Não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época. Também não é fácil dizer alguma coisa nova, que encontre resistência entre o público ao qual é dirigido ou que é

¹¹¹ Baseando-se no que a teoria Marxista denomina de ideologia, Sousa (2008, p. 40) afirma que “é possível afirmar que a ideologia resulta de uma prática social, portanto não é subjetiva, no sentido de oposição à objetiva. Ela nasce da atividade social dos homens no momento em que estes procuram representar essa atividade para si mesma. A ideologia se apresenta de forma invertida, se considerar que cada classe social deveria representar o seu próprio modo de existência de acordo com as experiências vividas no interior das relações sociais de produção; ou seja, as ideias que deveriam estar nos sujeitos sociais e em suas relações sociais determinadas pela realidade do processo histórico, são tomadas como determinantes dessa mesma realidade”.

submetido a um controle social. O discurso existe sob condições variadas e a partir de um feixe complexo de relações. Dessa forma, os ativistas compreenderam que aquele momento vivido pelo grupo era de silenciar, para não produzir “provas” contra si mesmos.

No ano de 2014 o grupo fechado contou com o maior número de publicações em relação aos outros anos, a maioria era posts chamando para participar de reuniões e de manifestações. Os textos conclamando os ativistas e simpatizantes para a luta também foram registrados, na tentativa de não deixar o movimento perder força. As chamadas para as reuniões reforçavam os problemas do transporte coletivo e porque as pessoas deveriam aderir ao movimento:

Aviso urgente!!! Os Usuários do Transporte Coletivo têm vivido o caos com as péssimas condições de locomoção pela cidade. As linhas de ônibus vêm sendo alimentadas por um número bastante inferior ao necessário, causando o atraso e a superlotação nos pontos de ônibus e nos terminais da capital. Mesmo após o 16º dia de aumento, as empresas responsáveis pelo transporte têm demonstrado apenas o desprezo pela luta diária de quem depende exclusivamente de um transporte de qualidade e como resposta por melhorias recebem apenas a repressão. O povo não aguenta mais tanta humilhação!!! Convidamos a todos os interessados, para juntos, construirmos a luta contra a máfia do busão!!! Reunião aberta - Hoje, 19/05/2014, Faculdade de Educação, Setor Leste Universitário, às 18h30. O busão atrasou o terminal está lotado, o povo não é bobo e vai ficar revoltado! então fecha! fecha! fecha o terminal, pula a catraca e faz greve geral!!!! (FRENTE DE LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA, 2014).

O convite é para participar da reunião da Frente de Luta, mas o discurso é persuasivo, puxa pela memória dos problemas do transporte coletivo que, apesar de reiteradas vezes terem sido colocados em pauta de protestos e de reuniões, não foram resolvidos. O texto termina com palavras de ordem que insuflam o desejo de participar de uma revolta. Palavras de ordem que cativam, sobretudo, os estudantes mais jovens e adolescentes.

Apesar de reiterados convites para que outras pessoas passassem a integrar o movimento, feitas na rede social *Facebook*, percebeu-se na observação participante realizada pela autora na reunião do dia 17 de fevereiro de 2015 da Frente de Luta que alguns ativistas são colegas de aula nos cursos da UFG, amigos de longa data, o que, de certa forma, confirma o argumento de McAdam, Tarrow e Tilly (2009), de que muitas pessoas passam a fazer parte da ação coletiva muito mais devido às redes de pessoas ligadas umas as outras por um laço interpessoal específico do que a organização formal ou incentivos individuais. Contatos face a face e identidades coletivas também estimulam as pessoas a fazer parte de um movimento.

No entanto, a maioria dos ativistas se une em torno da defesa de um ideal, por concepções políticas internalizadas e interesses comuns. Haja vista que os ativistas da Frente de Luta têm concepções políticas ligadas ao marxismo, anarquismo e movimentos autogestionários, como será abordado mais adiante.

Voltando ao conteúdo de publicações, no ano de 2014 foram divulgadas, ainda, notícias sobre o transporte coletivo e sobre o aumento da tarifa. Os ativistas também procuravam resguardar os direitos das pessoas presas, como fica claro neste post do dia 16 de maio de 2014:

Pessoal! Informe urgente! Saíram três viaturas do quinto DP agorinha. Em torno de quatorze pessoas foram levadas para fazer identificação em um local que eles falaram ser em frente ao Mutirama. A maior parte, no mínimo, já estava com identificação e RG. A operação foi comandada pela Major Heloísa. A Major não quis dar mais informações para os advogados. Os carros têm placas com a seguinte numeração: OMR-0106 e OMS-0436. Um terceiro cuja placa não foi identificada. Pedimos que os companheiros fiquem alertas a quaisquer informações novas! (FRENTE DE LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA, 2014).

O enunciado traz como principal mensagem o cuidado com o outro, e a atenção em resguardar o direito de ir e vir. Além de informar sobre os companheiros detidos que estariam sendo levados para averiguação e identificação. Ocorre o que Bakhtin (2006) denominou de preocupação social de quem exprime o enunciado. De acordo com o autor, a personalidade que se exprime, apreendida, por assim dizer, do interior, revela-se um produto total da inter-relação social. A atividade mental do sujeito constitui, da mesma forma que a expressão exterior, um território social. Em consequência, todo o itinerário que leva da atividade mental, ou seja, conteúdo a exprimir, à sua objetivação externa, que é a própria enunciação, situa-se completamente em território social. Quando a atividade mental se realiza sob a forma de uma enunciação, a orientação social à qual ela se submete adquire maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social imediato do ato de fala, e, acima de tudo, aos interlocutores concretos.

Nesse ano, de 2014, houve um movimento curioso na página Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa, com um grande número de posts sobre a luta de professores da rede pública de ensino, muitos deles participando de movimentos grevistas. Também a prisão dos três ativistas foi motivo de indignação, como este post do dia 28 de maio de 2014, quando os ativistas ainda estavam presos na Casa de Prisão Provisória de Goiás: “Não vamos nos deixar ser reprimidos por um Estado facista....recua, polícia, recua....O poder popular está nas ruas...”.

O post denota extrema rebeldia por parte do ativista que o escreveu. Mesmo com as prisões dos três ativistas, com os estudantes ainda detidos, o autor do texto se rebela e ameaça o Estado e a polícia com um baluarte caracterizado pelo poder do povo nas ruas. O recado era de que o grupo não iria desistir, a luta continuaria, mesmo com as detenções.

No ano de 2015 os ativistas diminuíram o número de postagens no grupo fechado. Também a temática dos post deixou de ser prioritariamente sobre manifestações e transporte

público. Curiosamente apareceram na *timeline* um grande número de posts sobre assuntos variados como lançamento de filmes, novas edições de revistas, exposição de artes plásticas, notícias sobre curiosidades, pedidos de doação de sangue e uso de energia renovável em outros países.

Esse fato chamou a atenção de alguns ativistas que criticaram a mudança na página, como este post do dia 12 de agosto de 2015: “Era uma vez a Frente. Antes aumentava 10 centavos e a gente já virava o caos, agora aprendemos a aceitar tudo. Agora aqui só rola anúncios, nada a ver” (ANDERSON, 2015)¹¹². Em entrevista, o ativista Jorge (2015) também criticou as postagens: “Já postei comentários na página da Frente de Luta antes, mas agora não, eu não gosto da forma que ela é utilizada hoje”.

As duas narrativas demonstram, dentro da análise do discurso, que os ativistas não se identificavam mais com os textos publicados na página da Frente de Luta, porque não pertenciam ao mesmo repertório do que antes era discutido como, por exemplo, os convites para reuniões, o agendamento de manifestações e críticas ao sistema do transporte coletivo urbano de Goiânia.

Isso denota o que Sousa (2008) defende em relação ao fato de que cada classe social deveria representar o seu próprio modo de existência de acordo com as experiências vividas no interior das relações sociais de produção. Dito de outra forma, as ideias que deveriam estar presentes nos sujeitos sociais e em suas relações sociais determinadas pela realidade do processo histórico são tomadas como determinantes dessa mesma realidade. Nos casos aqui analisados, das narrativas acima, os discursos apresentados na *time line* da Frente de Luta não coadunavam mais com as expectativas dos ativistas, que queriam continuar os embates em curso e que por motivos alheios a sua vontade retrocederam por causa do grupo ter entrado em período de refluxo.

Outro assunto que movimentou a *timeline* da *Fan Page* foi a luta de professores da rede municipal de ensino de Goiânia e Aparecida de Goiânia, que estiveram em greve em determinado período do ano de 2015. Também foram muitos os posts sobre a ocupação dos colégios de ensino médio público estadual. A ocupação ocorreu por causa da ameaça do governo estadual de contratar Organizações Sociais (OS) para administrar os colégios. Outros tipos de publicação em menor número, mas que têm relação com o ativismo do grupo, foram de críticas ao transporte coletivo e conclamando os ativistas e simpatizantes para a luta e para

¹¹² Publicação na página do grupo fechado Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa, com perfil identificado apenas como Anderson.

ajudar na divulgação. Uma dessas iniciativas era a distribuição de panfletos, como este post do dia 24 de março de 2015.

Lembrando a todos que amanhã vai rolar panfletação às 10 horas, em frente ao restaurante cidadão em Campinas. Oportunidade para o diálogo direto com a população, conscientizando sobre os problemas do transporte e, mais importante, mostrando a necessidade de se organizarem para lutar por melhorias. Todos são bem vindos, e é de extrema importância a participação de um bom número de pessoas (FRENTE DE LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA, 2015).

Aqui o enunciado é de chamamento às causas da luta, à práxis do combate e à arregimentação de novos ativistas na figura do povo, entre os usuários e trabalhadores. A mensagem do chamamento precisa ser clara para chegar ao interlocutor e promover uma ação. Dessa forma, a língua, para a consciência dos indivíduos que a falam, de maneira alguma se apresenta como um sistema de formas normativas. “O sistema linguístico tal como é construído pelo objetivismo abstrato não é diretamente acessível à consciência do sujeito falante, definido por sua prática viva de comunicação social” (BAKHTIN, 2006, p. 97). Mais clara ainda deve ser para as pessoas que recebem o discurso, no sentido de provocar uma resposta imediata, na tentativa, ainda, de que essa resposta seja positiva e ocorra a adesão.

Em 2016, a *timeline* do grupo fechado continuou repleta de posts sobre as ocupações dos colégios estaduais e pela luta de professores, entre outras publicações de assuntos variados. Mas os ativistas marcaram manifestações contra o reajuste da tarifa na página e também convidaram para ato de solidariedade aos ativistas presos na manifestação do dia 17 de fevereiro de 2016, que seria realizado em frente ao Fórum de Goiânia no dia seguinte.

Tanto na *Fan Page* Frente De Luta GO como no grupo fechado Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa, os ativistas publicaram, ainda, posts sobre pedido de contribuição para pagar fiança de militantes presos, convite para participar de palestra ou debate sobre o transporte coletivo, ou sobre a criminalização dos movimentos sociais, denúncias sobre a violência da polícia militar nas manifestações e relatos do que estava acontecendo, em tempo real, nas manifestações.

Os ativistas também postavam textos de esclarecimento e conscientização política. As referências às contradições sociais também estavam presentes nos posts, além de manifestar a necessidade de contrapor ao poder do governo e das empresas de transporte coletivo. Nos comentários dos posts surgiram debates em que as ideologias e preferências partidárias afloravam, identificando as correntes teóricas de alguns ativistas.

Outra prática comum entre os usuários das redes sociais é o uso de uma *hashtag* para ajudar na identificação do assunto tratado. A *hashtag* consiste de uma palavra-chave

antecedida pelo símbolo “#”, conhecido popularmente no Brasil por "jogo da velha" ou "quadrado". As *hashtags* são usadas para categorizar os conteúdos publicados nas redes sociais, ou seja, cria uma interação dinâmica do conteúdo com os outros integrantes da rede social, que estão interessados no respectivo assunto publicado. Com o uso da *hashtag* em uma publicação, o conteúdo ficará disponível para qualquer pessoa que acesse a mesma *hashtag* sobre o tema, permitindo-a comentar, compartilhar ou curtir o conteúdo (SIGNIFICADOS, 2016). Com o uso da *hashtag* o usuário passa a participar de um grande mural conversacional e de uma comunidade virtual de notícia (MALINI; ANTOUN, 2013).

De acordo com os autores (2013, p. 188), as *hashtags* utilizadas pelos ativistas possibilitam uma troca de “informação mútua, organização tática dos protestos, globalização dos fatos, localização de testemunhas e fontes, relatos multimídia de registros do cotidiano, promoção de ideologias, conversação social e agendamento da mídia”.

Apesar de todas essas vantagens comunicacionais, as *hashtgs* foram pouco usadas pelos ativistas da Frente de Luta pelo Transporte nas duas páginas que possuem na rede social *Facebook*. Os ativistas não apostaram no efeito desse recurso, tanto que na *fan page* Frente de Luta GO, aberta ao público em geral, durante todo o ano de 2013 foram postas somente 15 *hashtags*:

#MarconiNuncaMais
 #TransportedeQualidade
 #CadêPromessapelaUEG
 #QueroVeraUEGqueAparecenaTV
 #ForaRedeEsgotodeTV
 #ChegadaMídiaComprada
 #Forabichei...
 #VemPraRuaGYN
 #BrasilAcordou
 #OGiganteAcordou
 #Vemprarua
 #NãoMeCalarei
 #AnonymousGoiás
 #Op.MaisPãoeMenosOpressão – Goiânia-GO
 #ForaMarconi

No ano de 2014 essas postagens diminuíram, como também o número de mensagens. Foram postadas somente 10 *hashtags*:

#aovivo

#indymedia : Chat on indymedia IRC channel - indymedia WebChat

#ProtestoNãoéCrime

#ALutaNãoAcabou

#DesmilitarizaçãodaPM

#PMTerrorista

#DesmilitarizaçãoJá

#ProtestarNãoéCrime

#Compartilhem

#NãoVaiTerProtesto

No ano de 2015 esse número caiu pela metade, foram publicadas somente cinco *hashtags*:

#AcordaVemPraRua

#VemPraRua

#VivaaLiberdade

#VagnerPrestes

#FomeESedeDeJustiça

No ano de 2016 não foram publicadas *hashtags*. No grupo fechado Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa as publicações de *hashtags* foram feitas ainda em menor número do que na página aberta Frente de Luta GO. Em 2013 foi publicada somente uma *hashtag*: #GolpePLP227Não. Nos anos de 2014 e 2015 não foi publicada nenhuma *hashtag*. Em 2016 foram as seguintes:

#MPGO

#PatrimônioPúblico

#ProtestoNãoÉCrime

#LutarNãoÉCrime

#OGiganteAcordouMaisUmaVez

#NãoAoAumento

##TransporteNãoÉMercadoria

#RebeleSeGoiás

No entanto, apesar do uso diário do *Facebook* para publicações, em entrevista o ativista Sérgio (2016) argumenta que a comunicação na Internet ajudou muito para tornar público as bandeiras da Frente de Luta. Mas o ativista também pondera que, ao mesmo tempo que os ativistas estavam na Internet se organizando, chamando o pessoal para ir para as ruas, fazendo a movimentação nas redes sociais, tentando dar mais consciência política ao povo, nas curtidas das páginas, na publicação de vídeos e fotos, ao mesmo tempo estavam correndo um risco muito grande, o risco da repressão, porque a polícia também está na Internet, nas redes sociais. “A polícia acompanhava tudo o que a gente fazia. Ela sabia onde a gente estava, o que a gente comia. Nesse sentido as redes sociais não ajudam. Há ferramentas que ajudam os movimentos sociais a não se exporem tanto”.

Questionado se os ativistas ainda mantêm uma comunicação ativa, Sérgio explica que a Frente de Luta em 2016 estava em refluxo, estava parada mesmo. Houve em 2013 propostas do canal de organização ocorrer com sites de servidores seguros, não seriam com servidores dos Estados Unidos e nem do Brasil. Mas essa proposta não avançou. Mas alguns cuidados passaram a ser tomados:

As estratégias de comunicação, mesmo quando são públicas, estão sendo feitas de forma diferente, com um cuidado na hora de fazer o texto, de publicar as imagens, para não expor as pessoas envolvidas. Mesmo porque nas manifestações tem gente que carrega pedra, para responder à repressão da polícia e em algumas imagens aparece. Como eu sou da comunicação, o meu cuidado é também de não deixar que isso vá muito a público, na rede pública, que todo mundo pode acessar. Eu acho que o pessoal está se organizando entre outros meios, mais seguro, tem o Telegram, o WhatsApp agora tem criptografia, mas o pessoal não confia muito no WhatsApp mesmo assim, então tem outras formas, tem e-mail criptografados. Acho que o pessoal aprendeu a lição de segurança da informação (SÉRGIO, 2016).

Além do uso contínuo das redes sociais, sobretudo a rede social *Facebook*, os ativistas da Frente de Luta pelo Transporte também elaboram, imprimem e distribuem panfletos na defesa da qualidade do transporte coletivo e na divulgação das manifestações. Essa divulgação é feita principalmente nos terminais de ônibus e nos pontos de ônibus no centro da cidade.

Conclui-se, neste item, a análise do discurso empreendida para este trabalho. As formulações discursivas tenderam para enunciados que revelaram a rebeldia do grupo, a dedicação à causa, além do uso de um provável poder de convencimento para unir o grupo em torno de um ideal e da busca de adesão de novos ativistas para a luta. Ainda, revelaram a força de uma geração que acredita no poder da juventude para o enfrentamento do Estado e da repressão policial e judicial, a defesa de direitos civis e sociais e que não medem esforços para esse enfrentamento, mesmo que signifique risco de agressão ou de uma condenação judicial.

Embora a Frente de Luta tenha uma trajetória de franco ativismo, contudo, muitas das divergências e conflitos existentes entre os ativistas se deram, desde 2013 até a atualidade, pela diversidade de concepções políticas presentes nos grupos de estudantes que compõem o movimento.

3.3 Concepções políticas dos ativistas da Frente de Luta pelo Transporte

Como já foi dito anteriormente, a maioria dos ativistas da Frente de Luta pelo Transporte é formada por estudantes da Universidade Federal de Goiás, outras universidades e do ensino médio. Muitos desses ativistas aderiram ao movimento pela vontade de ser militante, de participar de alguma ação política. Para alguns desses ativistas, é mais importante a forma de organização e ação do coletivo do que os próprios objetivos do coletivo.

Os integrantes da Frente de Luta avaliam o grupo como um movimento heterogêneo, com pessoas que se autodenominam apartidários (e não antipartidários), outras do Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), que saíram da Frente de Luta após o racha, e algumas ligadas ao Tarifa Zero, que representa o Movimento Passe Livre em Goiânia.

Em relação à concepção política, os ativistas se autodenominam de esquerda. Existem ativistas que seguem a Doutrina Maoísta Ortodoxa, Anarquistas de diversas orientações, como os Autonomistas, os que se orientam também pelo Marxismo (Heterodoxo e Ortodoxo), os Autogestionários, os Bakunimistas.

Seguem as teorias de Bakunin, Malatesta, Marx, João Bernardo, Tragtenberg, Lukács, Rosa Luxemburgo, Mao Tsé-Tung, Lenin, Trotsky e Stanlin. Em relação aos ativistas que estão ligados a partidos políticos aparecem o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido da Causa Operária (PCO). Outros ainda de orientação Bolchevista.

Portanto, alguns ativistas são politicamente orientados e militantes. O que gera, segundo os próprios integrantes da Frente de Luta, as dificuldades de convivência e alguns conflitos ideológicos e de natureza política, que levam aos limites políticos do grupo. “Mesmo em meio a tantas contradições, a Frente de Luta vai conduzindo as suas ações. A questão do transporte é um lugar de luta” (MAURÍCIO, 2014).

O ativista considera que todo movimento social é um movimento político. Dessa forma, dentro do movimento político existem várias orientações, tendências, algumas mais

radicais, outras mais moderadas. No caso da Frente de Luta, existem várias tendências dentro do movimento.

É um movimento político porque a Frente de Luta é a expressão dos conflitos de classes que se manifestam em Goiânia. Um movimento que expressa isso no nível da organização e da ação, portanto é um movimento político. Mas dentro dele tem tendências, e às vezes essas tendências são inconciliáveis, tanto que em 2013 teve o racha ideológico, porque o maoísmo não convivia com o anarquismo, o autonomismo e as tendências autogestionárias são coisas opostas. Então muito desses ativistas saíram e formaram outro grupo, o Frente Independente Popular (FIP) (MAURÍCIO, 2014).

Dessa forma, a questão teórica influenciou nesta decisão, se o movimento seria ou não horizontal. Os ativistas que formaram a Frente Independente Popular entendiam que a Frente de Luta deveria ter um diretor, eleito pelo grupo, mas a maioria não concordou, o que culminou na saída dos estudantes da FIP.

No entendimento de outro ativista, a divergência que gerou a Frente Independente Popular foi um racha justamente porque entenderam que a luta pelo transporte era pouco para um coletivo daquele tamanho. O grupo avaliou que deveria ampliar esse horizonte. Outras pessoas entenderam que não, que o transporte ainda não estava resolvido e que ampliar demais poderia ser problemático e poderia acabar não resolvendo nada. “A partir disso criou-se um racha que teve seus dissabores, mas as pessoas continuam participando de movimentos, e não foi impedimento para que as manifestações fossem compostas de ambos os extratos” (BRUNO, 2014).

Os ativistas que passaram a compor a Frente Independente Popular afirmaram em carta pertencer à Unidade Vermelha, ao MEPR e alguns se autodenominaram independentes. Os próprios ativistas da FIP, em carta aberta publicada na Página da Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa no dia 15 de outubro de 2013, explicam o motivo da saída da Frente de Luta:

Companheiros apontaram mais de uma vez a importância de ampliar as bandeiras de luta. Assumimos essas duas tarefas - ampliar as forças de mobilização real para a luta popular em geral por meio da unidade na luta, e travar a luta política, demarcando campo com o governismo, diante da qual não podemos ficar indiferentes. Ao mesmo tempo, vendo que esta unidade existe em função da luta, decidimos construir a Frente Independente Popular como uma unidade de movimentos, organizações, coletivos, entidades e pessoas independentes (FIP, 2013).

Para alguns ativistas, as divergências internas ainda são grandes, do ponto de vista político, mas esses conflitos não aparecem tanto porque existe um interesse imediato e isso basta para as pessoas que estão ali. Outros afirmam que a Frente de Luta é plural, “porque

existem várias tendências políticas internas, mas há os princípios, que são a autonomia interna, a fraternidade entre os membros, a horizontalidade, ideias específicas que dão uma concepção que não é atrelada a nenhum partido ou movimento social burocrático” (ROSA, 2014). Nesse sentido, a Frente assumiu um caráter de apartidarismo, e não de antipartidarismo.

O ativista Bruno (2014) considera que a Frente de Luta se apoia em ideais políticos, com interesse em alcançar mudanças sóciopolíticas. No entanto, apesar das divergências de pensamento, o movimento conseguiu unir os grupos de esquerda, organizações com ideais políticos específicos, além de ter conseguido uma grande adesão dos indivíduos comuns, apartidários. “Mesmo assim é criticada pela própria esquerda em geral, por ser ‘aparelhada’ pelos anarquistas, cujo número de ativistas é maior dentro do grupo que comanda as ações da Frente de Luta”.

Portanto, além das melhorias para o transporte coletivo, em um primeiro momento, a transformação social também é um objetivo dos ativistas. Desejam, além de uma nova cidade, uma nova sociedade, partindo de uma perspectiva revolucionária.

Outra questão política analisada pelos ativistas é que o movimento social pode atuar, mas não concretiza ações efetivas. Uma tendência que ocorre tanto em outros países como no Brasil. Isso porque o movimento pode existir, mas se efetivamente colocar em questão as contradições que são realmente importantes, o movimento pode ser criminalizado. Repensa em como funciona a ideia de legalidade e ilegalidade para os movimentos sociais mediante o interesse do Estado. Em entrevista, para a ativista Sueli (2014), “então isso é um efeito decorrente da eficácia da luta. Precisa-se pensar em instrumentos de como conter essa criminalização, mas ela acontece. Portanto, resistir é um ato político”.

Além das concepções políticas que permeiam as decisões do grupo, a Frente de Luta desenvolveu algumas estratégias de ação que se diferenciam de outros movimentos sociais, todas de caráter autonomista. No entanto, alguns ativistas consideram as reuniões muito longas. “Mas pelo fato da Frente de Luta não discutir a si mesma, seus objetivos mais a longo prazo, as reuniões se restringem sempre a organizar atos, e a Frente de Luta se torna uma espécie de agência organizadora de atos” (MAURÍCIO, 2014). No entendimento do ativista, isso empobrece a própria ação política do coletivo. O ativista também coloca que pensar a si mesma, no caso da Frente de Luta, é um debate bastante espinhoso.

Isso porque a consciência política das pessoas que estão mais a frente das coisas é aquela consciência política condicionada pela ação momentânea, o que importa é impedir o aumento, o que importa é tirar os estudantes da prisão. É sempre aquela demanda que surge no momento, faz a reunião para organizar o ato para aquela demanda. Do ponto de vista do objetivo político das reuniões também tem essa

limitação. Então o grande elemento novo e enriquecedor que a Frente de Luta tem é não ser vinculada a nenhuma instituição estabelecida, ou seja, não tem nenhum sindicato que controla, não tem um partido que controla, não tem um político profissional que controla. Essa autonomia financeira, organizacional, política, esse é o elemento interessante que ela tem. Das reuniões da Frente de Luta eu diria que tem essas limitações, do campo da organização e da concepção política, mas ao mesmo tempo tem esse elemento novo aí de ser independente, de ser autônomo, horizontal, ou seja, você não tem uma direção dizendo o que a massa deve fazer, qualquer um pode participar, esse elementos são as coisas boas que a Frente de Luta tem (MAURÍCIO, 2014).

O fato da Frente de Luta ser uma organização horizontal, sem liderança e com autonomia frente ao Estado se assemelha ao que Scherer-Warren (1989, p. 40) definiu, no final da década de 1980, um tipo de ação que fazia parte do repertório dos integrantes dos novos movimentos sociais da época, que curiosamente servem para designar os movimentos sociais de agora. Essas ações seguiam, entre outras teorias, os princípios do anarquismo como, por exemplo, “democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade e respeito à individualidade, identidade local e regional e noção de liberdade individual associada à liberdade coletiva”.

A fuga do controle do Estado e a rejeição de todos os processos de institucionalização observadas no Frente Luta coadunam com o que Vieira (2004) define como uma recusa de enquadramento na formalidade institucional, mediante a não submissão às vias legais convencionais, como também o não-respeito à hierarquia dos poderes constituídos.

Para o autor, o embate ocorre, portanto, no espaço do político que é, por natureza, conflituoso. Um paradoxo que se manifesta em uma constante tensão entre, de um lado, uma nítida tendência para a superação da institucionalidade vigente e, de outro, a ameaça de serem envolvidos nas instituições do Estado, como decorrência dos anseios imediatos de realização ou o atendimento de demandas pontuais.

No espaço do político também se desenham os modos de agir dos ativistas, com estratégias pensadas e colocadas em prática na luta desenvolvidas nas ruas de Goiânia, marcos importantes que delineiam a trajetória do grupo.

3.4 Ação direta: com ou sem violência?

Ao realizarem as primeiras reuniões da Frente de Luta, os ativistas começaram a organizar as estratégias de ação. Essas reuniões serviam, em um primeiro momento, para definir de que forma iriam agir. Chegava-se a um consenso sobre a necessidade de sair às ruas para protestar contra o aumento da tarifa.

Os ativistas se revezavam em várias ações, como nas diversas comissões que existiam durante a realização das manifestações: cuidar do carro de som, autodefesa e segurança, atendimento à imprensa, negociação com a polícia, conduzir os manifestantes por determinados trajetos e itinerários e a ação propriamente dita. Em relação ao tipo de manifestação, o grupo entendia que, por questão de estratégia, havia momentos em que atos mais arriscados precisavam compor a luta, como explica esse ativista:

Nós não apelamos muito para a passividade porque o sistema não é passivo conosco, de forma alguma. Não compensa muito sermos assim, senão eles vão olhar e vão falar 'é uma simples manifestação passando ali'. Mas se colocarmos fogo lá, já é diferente 'opa, eles já estão colocando fogo'. Se houver quebra de ônibus, colocar fogo num ônibus 'opa, tá dando prejuízo para nós, tá mexendo no nosso bolso, quem que é esse grupo aí? O que eles estão querendo? O que eles estão fazendo?'. Em alguns casos eram os próprios trabalhadores que agrupavam nas manifestações e partiam para a combatividade. Muitas vezes sem nenhuma consciência política, apenas aquela ali forjada na luta diária de acordar cedo de ir para o trabalho e ver que aquilo era uma injustiça, que o preço da passagem era caro, que o transporte coletivo não era de qualidade. Então os próprios trabalhadores revoltavam-se e partiam para a radicalização da luta (IVAN, 2014).

Além das manifestações, os ativistas promoviam ações de formação de consciência, com palestras em Colégios de Ensino Médio, principalmente da Rede Pública de Ensino, falando sobre os problemas do transporte coletivo e da necessidade de luta para a melhoria do sistema. Isso depois que a tática da manifestação não estava mais conseguindo a adesão de tantas pessoas, como no ano de 2013. Buscaram outro tipo de estratégia, que era a de se articular junto aos estudantes, com a realização de palestras e debates em Colégios da Região Norte de Goiânia, nos bairros do Conjunto Itatiaia e São Judas Tadeu, além das cidades da região metropolitana de Goiânia, como em Trindade e em Aparecida de Goiânia.

Porém, não eram visitas apenas de formação. Em alguns momentos, os ativistas iam até as escolas para pedir contribuição em dinheiro para pagar o carro de som, imprimir panfletos, entre outros. Os estudantes secundaristas simpatizavam com a luta, queriam participar e sempre ajudavam. Ativistas da Frente de Luta deixavam claro que a base social do grupo é formada pelos estudantes do ensino médio.

O que engrossa as manifestações não são os estudantes universitários e sim os estudantes secundaristas. Inclusive a dificuldade das ações, para ir além da mera depredação é a consciência política da base social, uma forma de consciência política, porém ainda limitada, que ainda não avançou para outras perspectivas. Por isso que o estudante do ensino médio acredita realmente que chega lá e depredar a viatura ele está fazendo revolução, ele acredita naquilo. É uma consciência política limitada ainda. O problema da Frente de Luta é que ela é um grupo, um movimento político, constituído por jovens policlassistas, de várias classes sociais e de diversas graduações de consciência política (MAURÍCIO, 2014).

O trabalho de formação não se restringia aos colégios. Os ativistas iam até aos terminais e aos pontos de ônibus para conversar com os trabalhadores.

Muitas vezes nós parávamos em frente aos pontos de ônibus e falávamos ‘olha, nos estamos aqui por uma causa digna que é o transporte coletivo’ e explicávamos sobre a nossa luta, porque devíamos lutar pelo transporte coletivo e os convidávamos para se integrarem na luta. Muitos deles participavam ali conosco, entravam na luta conosco (IVAN, 2014).

Sobre a depredação e queima de ônibus, os ativistas explicaram que não havia como identificar quem praticou o ato, já que o próprio grupo não sabia a identidade de quem destruía ou queimava o veículo.

Quando essas ações eram feitas geralmente os companheiros que fazem estavam mascarados. Também já vi trabalhadores entrar na luta e cometer essas ações só que eles não colocavam máscaras nem nada. Então falávamos, ‘coloca uma máscara porque é perigoso, os policiais estão filmando, estão de olho, vocês serão identificados (IVAN, 2014).

No entendimento de um ativista, o que acontecia nas manifestações que culminaram em depredação, em quebra de patrimônio, não era um ato de vandalismo, mas uma ação política orientada. “Tem que distinguir o ato vândalo dessa ação política orientada que terminava em quebra de patrimônio. São duas formas de ação que embora na aparência parecem ser uma mesma coisa, não é” (MAURÍCIO, 2014). A ideia do ativista é a de variar na estratégia política:

Quando a depredação se converte na única estratégia política, ela se torna algo facilmente reprimível pela polícia, ou seja, se tem uma única estratégia a polícia tem sempre a mesma estratégia de combate e a imprensa também. Então o ciclo sempre se completa: manifestação, depredação, agressão, prisão, processo. Portanto, nas manifestações do Brasil inteiro, esse ciclo sempre se fecha. Então essa tática da depredação como sendo a única estratégia é um problema, no final das contas. Se na ação política não conseguimos inovar, não conseguimos criar, a polícia vai lá, porque a polícia vai querendo pegar alguns manifestantes, prender e processar. Alguns manifestantes criam condições para que isso aconteça. Mas veja bem, não estou querendo colocar o ativista como sendo responsável por apanhar, não é isso, o responsável pela agressão é a polícia, a polícia que é agressora, é ela que espanca, mas ao mesmo tempo, quando não se inova na ação política, você facilita o processo de repressão, de ataque do Estado contra a manifestação (MAURÍCIO, 2014).

De acordo com os ativistas, a forma de gestão horizontal, sem líderes específicos, tenta isentar os ativistas de responsabilidades criminais. O Estado procura encontrar alternativas para lidar com essa nova forma política de ação que existe no Brasil. As organizações tradicionais, são instituições, têm estatutos, CNPJ, representante legal e, por isso, são mais facilmente condenáveis. Por exemplo, se o sindicato não cumpre, o presidente é responsabilizado imediatamente. Torna-se um mecanismo de controle institucional, que vem sendo usado no Brasil e no mundo inteiro há muitas décadas. Há uma facilidade em condenar e criminalizar essas organizações estabelecidas. E a outra é a cooptação via partidos políticos que assumem o poder no Estado.

Essa nova forma política que surge, ou seja, essas chamadas organizações autônomas têm o elemento novo, que não pode ser resgatado pelo Estado. Pois é por conta desse elemento novo que esses movimentos estão sendo criminalizados nos últimos anos. Como o Estado não consegue controlar juridicamente, institucionalmente esses grupos, o que resta é a força bruta, a repressão e criminalização dos movimentos sociais (MAURÍCIO, 2014).

No entanto, as práticas desses movimentos mostram que alguns participantes são mais ativos ou influentes que outros, no sentido de que se comprometem integralmente com o movimento. Mas esses ativistas só são aceitos em seu papel enquanto não tomam individualmente decisões importantes. Dessa forma, apesar das corriqueiras tensões na prática cotidiana do movimento, a regra implícita, amplamente aceita, é a de que o movimento seja autogovernado pelos participantes. Significa, ao mesmo tempo, um procedimento organizacional e um objetivo político: estabelecer os alicerces de uma futura democracia praticando-a no movimento (CATELLS, 2013).

3.5 Os limites para as ações da Frente de Luta pelo Transporte

Ao analisar o contexto de manifestações e protestos impetrados no Brasil a partir da década de 2000 até o ano de 2016 – com destaque para o ano de 2013 –, considera-se que os jovens estão na vanguarda das lutas, juventude essa que também compõe a base social da Frente de Luta pelo Transporte, como citado anteriormente. Viana (2015) concebe que existem todas as possibilidades para a continuidade de um movimento dialético da condição juvenil, que fomenta identidades e práticas que recriam os valores culturais e a memória social de maneira rebelde, quem sabe até revolucionário. Insuflando poder nas ações diretas que, de um contexto reformista, no caso da Frente de Luta, poderia migrar para um caráter revolucionário ao reivindicar mudanças estruturais na sociedade, que não estejam ligadas tão somente à questão do transporte coletivo urbano.

No entanto, a Frente de Luta esbarra numa série de limites, barreiras e percalços para a evolução madura da ação empreendida até agora. O primeiro limite é que os ativistas estão atualmente na condição de estudantes, que ainda não agem politicamente como trabalhadores em seus respectivos locais de trabalho. Há uma necessidade de incorporar na Frente de Luta os trabalhadores, de várias categorias profissionais, para que a cultura trabalhadora possa incrementar as ações dos ativistas, dentro de um contexto de luta de classes, para que possam avançar nas reivindicações e demandas do grupo.

Outro limite é a dificuldade em incorporar nas fileiras dos ativistas os usuários do transporte coletivo. Em entrevista, o ativista Sérgio (2016) argumentou que a manifestação é importante, porque só assim se consegue chamar a atenção para algo muito específico, que é a questão do transporte coletivo urbano. É difícil conseguir a adesão dos usuários. Para que isso ocorra é preciso mostrar que o povo é explorado. A manifestação vem para plantar aquela semente na consciência popular. Levar esse fato para os usuários das cidades que compõem a região metropolitana de Goiânia que não podem vir para a manifestação e possibilitar que eles enxerguem isso, que é errado um preço tão alto, “e eles fazerem suas manifestações lá, dar consciência para o pessoal de Senador Canedo, Trindade, Nerópolis, para eles também fazerem suas manifestações. Para não ficar centralizada apenas em um grupo de estudantes, com 200 pessoas que vão para a rua”.

Ainda na entrevista, Sérgio (2016) considera que as manifestações de 2013 foram importantes para disseminar essa prática, já que o número de manifestações espontâneas nos terminais de Goiânia teve um pico depois das manifestações de 2013, sobretudo em 2014:

Eram os usuários fazendo manifestações nos terminais. Então demonstrou ser uma conscientização e foi um fato positivo, até para o próprio movimento, porque as pessoas pensaram, “Ah, não está adiantando fazer manifestação na rua, então a gente vai fechar o terminal”. E os ativistas da Frente de Luta queriam fechar o terminal nas manifestações que faziam, só que não conseguiam porque as manifestações da Frente de Luta estavam evidentes. A gente marcava um evento no *Facebook* para chamar a galera, a polícia ia junto, viam para onde você estava indo, eles traçavam a nossa rota, tentavam descobrir para onde a gente iria, plantavam um P2, então a gente nunca conseguia fechar um terminal, mas o movimento espontâneo conseguiu fechar vários terminais e em várias vezes.

Contudo, excetuando estas ações espontâneas dos usuários do transporte, de fechar terminais e fazer protestos, essa prática não se converteu em movimento político mais amplo e organizado, não avançou para o estágio autônomo da luta dos usuários em seu conjunto. Portanto, é mais um limite da luta pelo transporte coletivo urbano em Goiânia. Não é um limite em si da Frente de Luta, mas um limite do movimento histórico dentro do qual a Frente de Luta se insere (MAURÍCIO, 2016). Nesse ponto concorda-se com Maurício, por se tratar de um limite que restringe novas adesões e novas conquistas dos ativistas.

Segundo Maurício (2016), também não conseguiu a adesão dos trabalhadores do transporte coletivo urbano, que reivindicavam aumento salarial justo, mas não havia uma organização política entre eles, para que pensassem melhorias no transporte coletivo como um todo, para o motorista, enquanto trabalhador, e para o usuário, enquanto beneficiário desse serviço. Nesse sentido, nenhuma melhoria efetiva no sistema de transporte coletivo seria

possível sem a ação e o movimento político dos trabalhadores do sistema (motoristas, apontadores, mecânicos etc.). Sem a atuação destes trabalhadores para pressionar as empresas, bem como a prefeitura e o Estado, qualquer modificação de caráter mais amplo no sistema de transporte coletivo estava inviabilizada e também as conquistas que por ventura a Frente de Luta e o conjunto de usuários poderiam conseguir.

Outro limite se dá a partir da repressão da polícia e da criminalização judicial, problemas já abordados neste texto. Dois fatores que contribuíram para que o movimento entrasse em refluxo, em especial em 2016, quando foram poucas as manifestações realizadas pela Frente de Luta. O ativista Sérgio (2016) considera que

é uma coisa até natural do governo, fazer assim, mandar a polícia para as ruas, para bater em estudantes, bater nos manifestantes que estão ali, fechando metade da rua ou fechando uma rua inteira com uma faixa contra o governo, contra a burguesia, contra os burocratas e os empresários. É muito conveniente para o governo fazer isso. E silenciar a mídia do jeito que ele consegue fazer, que é por meio do patrocínio: “Oh, se você não fizer o que estou mandando, noticiar o que não é verdade, você não vai receber”. Então é conveniente para o governo e ele vai fazer isso toda vez que achar que estamos tocando na ferida dele bem profundamente.

Diante da falta de perspectiva para a volta da atuação do movimento, Sérgio (2016) lamenta o estágio de imobilidade que a Frente de Luta vive na atualidade:

Acho que a gente está em colapso ultimamente. Não sei se a Frente de Luta pode voltar não. Estamos em um momento de instabilidade política no Brasil, em 2016 que nos deixa incertos sobre certas coisas. A gente não sabe se os empresários vão continuar contribuindo para as campanhas eleitorais. Se um político ganhar, alguém que tenha outra configuração será que ele vai estar realmente ligado aos empresários? Acho que a gente tem que esperar para ver. A Frente de Luta pode voltar, né? Ela deve voltar e pode voltar com uma configuração nova, do pessoal que acabou de entrar na universidade, e está ganhando sua consciência política, porque agora eu estou no mercado de trabalho e o meu movimento agora é como trabalhador.

3.6 O resultado da pesquisa

Diante de um possível ocaso do movimento, com alguns ativistas sinalizando para a possível descontinuidade da luta, tem-se a necessidade de responder à questão problema da pesquisa aqui empreendida – por que os estudantes integrantes da Frente de Luta pelo Transporte articulam a luta pela melhoria do transporte coletivo urbano em Goiânia?

Para responder a essa questão, buscou-se trazer a motivação de alguns ativistas que os fizeram ingressar no movimento e empreender a luta. De acordo com o depoimento deles, a

maioria dos ativistas entrou na luta por ser usuário do transporte coletivo e ficar indignado com as condições precárias desse transporte, com ampla motivação política.

Para Ivan (2014), estudante do ensino médio, a formação dele foi diferente de outras crianças, porque lia livros que outras crianças não liam, apesar de ser de família de baixa renda. Depois, já adolescente, levantava às quatro horas e meia da manhã para pegar o ônibus às cinco horas para ir à escola. Segundo ele, era muito cansativo, ônibus lotado, com atraso. Por isso, sempre se questionava:

Quem é o dono disso daqui? Quem está lucrando com isso aqui? E eu sempre ficava questionando será que não tem como mudar isso? Então eu vi que quem lucrava com aquilo são pessoas que não estão nem aí para o usuário, são pessoas que não sabem nem quem são esses usuários. Ah, são trabalhadores que vão trazer lucro para nós. Então quanto mais eles tirassem do usuário, melhor para eles, quanto mais deixarem o ônibus cheio, eles vão ter mais lucro. Então fui questionando essas coisas, que está ruim, se a gente paga a tarifa, a gente tem o direito de um transporte coletivo de qualidade. Tudo isso me incentivou a entrar na luta pelo transporte. Querer saber o porquê daquilo acontecer, porque que é daquele jeito, a partir do meu sofrimento (IVAN, 2014).

Para o ativista Carlos (2014), a questão política influenciou na sua decisão. Isso porque concebia que a luta pelo transporte coletivo urbano era um dos poucos espaços de atuação que se conseguia fazer alguma coisa sem ter burocrata e partidário barrando as ações. Foi um espaço de atuação que era aberto e todos podiam participar, ter voz. Também porque é usuário do transporte coletivo, que considera muito ruim, fica muito difícil locomover pela cidade.

Às vezes eu queria visitar meus amigos e atuar em algum lugar e tinha que tirar o dinheiro da comida pra pagar o ônibus e isso era muito injusto. Aumentar o preço da tarifa, ainda por cima, ficava mais difícil. Principalmente por causa da lotação e atrasos, que dão muita revolta. Foi por esses motivos, tanto a situação do transporte coletivo, como por ser um espaço que eu poderia atuar de uma maneira que faria sentido para mim e que eu poderia transformar as coisas (CARLOS, 2014).

Rosa (2014) também é usuária do transporte coletivo e entrou para o movimento porque considera que sofre uma violência cotidiana com a sua precariedade. Entende que o transporte é essencial porque possibilita ter acesso aos direitos de educação e saúde, por exemplo. “Você pode até ter uma boa escola, mas se você não tiver locomoção não vai adiantar, não vai chegar até ela. O aumento da tarifa é o impedimento ao acesso à cidade. O ter e não ter dinheiro torna-se condição necessária para você se locomover na cidade”. Na concepção da ativista, é o direito de ir e vir que está ameaçado. A luta pelo transporte é essencial nesse sentido, para possibilitar a apropriação da cidade.

Na mesma linha de pensamento, Divina (2014) entrou para o movimento por causa do preço abusivo da tarifa e as péssimas condições do transporte coletivo em Goiânia. Como usuária do transporte coletivo e estudante de ciências sociais, compreende que as lutas por mobilidade urbana são muito importantes, na medida em que reivindicam controle popular sobre a cidade e formas alternativas de vida, anticapitalistas e coletivistas. Além de ser usuário do transporte coletivo e lutar por melhorias, Geraldo (2015) foi para a Frente de Luta em busca de participação política para, segundo ele, atuar no sentido de despertar as pessoas para a necessidade de empreender a luta por mudanças estruturais na sociedade.

Dessa forma, respondendo a questão problema da pesquisa empreendida: por que os estudantes integrantes da Frente de Luta pelo Transporte articulam a luta pela melhoria do transporte coletivo urbano em Goiânia? compreende-se que as principais motivações foram: a melhoria do transporte coletivo urbano, a desmercantilização desse transporte, com a redução do valor da tarifa e outra luta política, que tem o poder de transformação da sociedade. O que responde também ao objetivo geral dessa pesquisa, a necessidade de compreender as motivações dos estudantes integrantes da Frente de Luta pelo Transporte a articularem ações que possam levar à melhoria do transporte coletivo urbano em Goiânia.

Têm-se os objetivos específicos também como plenamente atingidos. O primeiro objetivo era o de conhecer a concepção dos estudantes integrantes da Frente de Luta pelo Transporte acerca da democratização do acesso ao transporte coletivo urbano de Goiânia pela via do congelamento do preço da passagem e até mesmo do seu franqueamento. Os estudantes da Frente de Luta tem claro que todas as pessoas devem ter irrestrito acesso ao transporte coletivo urbano, que deve ser plenamente democratizado. Para que essa democratização ocorra, de fato, o congelamento do preço da tarifa ou a extinção da tarifa é pauta corrente nas reuniões do movimento, tema de discussão e de luta do grupo.

O segundo objetivo específico era o de entender por que as articulações da luta contra o aumento da passagem levaram os estudantes a protestarem nas ruas de Goiânia, alinhados com manifestações que ocorrem em outras cidades do país. Ora, os estudantes entenderam que só por meio de manifestação e protesto seria possível barrar um possível aumento da tarifa e concretizaram essa prática em diversas ocasiões, ano após ano, até o presente momento.

O terceiro objetivo específico era o de perceber como esses ativistas se comunicam com vistas à articulação das manifestações e difusão de informações. Os principais canais de comunicação entre os próprios ativistas e os novos integrantes a serem agregados ao movimento foram a *fan page* e o grupo fechado da rede social *Facebook*.

Por último, o quarto objetivo específico era descobrir o grau de influência das mídias tradicionais na formação do pensamento desses ativistas. Pelos posts na rede social Facebook analisados e as narrativas colhidas em entrevista foi possível inferir que as mídias tradicionais não influenciam a formação do pensamento dos ativistas em questão. Pelo contrário, os estudantes são muito críticos em relação ao que divulgam essas mídias, que não têm credibilidade entre eles, que estariam alinhadas com os interesses das empresas operadoras do transporte coletivo e com o governo, apesar de, por outro lado, saberem que a divulgação dos protestos ajudou na popularização da Frente de Luta pelo Transporte, que passou a ser conhecida por um número maior de pessoas. Como afirma Lima (2013), a mídia tradicional ainda detém o poder de tornar os fatos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais da atualidade possuem características complexas que, no entanto, comprovam a tese de diversos autores citados neste trabalho. Os estudos empreendidos sobre a Frente de Luta pelo Transporte, no entendimento da autora, reforçam uma das teorias de Tarrow (2009), de que os movimentos sociais surgem do confronto político e de que a luta política alimenta as ações utilizadas pelo grupo e norteia suas estratégias.

Na concepção do autor, a ação de confronto é feita por pessoas que não têm acesso regular às instituições, que agem na defesa de exigências que não foram atendidas e que se comportam de maneira que desafia os oponentes ou as autoridades, como é o caso dos ativistas da Frente de Luta pelo Transporte. Os movimentos sociais, como a Frente de Luta, usam o confronto para explorar as oportunidades políticas, criar identidades coletivas, reunir as pessoas para determinado fim e mobilizá-las contra oponentes mais poderosos, que são as empresas operadoras do transporte coletivo e o governo. As manifestações e protestos tornam-se um duelo de estratégia e contra-estratégia entre os ativistas e os opositores. Dessa forma, entre os ativistas surge o aprendizado político pela ação empreendida. Aprendizado este que passa a ser aplicado em novas investidas.

Outra teoria reforçada por este estudo é a dos repertórios de Tilly (1995), da necessidade da inovação tática quando os repertórios ficam muito conhecidos da ação repressora, que consegue maior eficácia na contenção do movimento e dos protestos (TILLY, TARROW, MCADAM, 2009). Por outro lado, a repressão e outros impedimentos levam os ativistas a fazerem concessões às facções mais radicais do movimento, com o uso exacerbado da violência e depredação, como também ocorreu com a Frente de Luta pelo Transporte.

Também reforça outra teoria desses autores, de que os ciclos de confronto se dão por contágio, por divulgação das ações, mas que a decisão racional individual de cada ativista tem um peso substancial e define a adesão ao movimento, essa teoria foi confirmada pela pesquisadora, que a divulgação é importante, mas que muitos ativistas participam por decisão pessoal de adesão à causa.

Castells (2013) é outro autor cujas teorias se comprovaram nesse trabalho, como a do ciberativismo e de que as redes sociais trouxeram um novo elemento aglutinador para os movimentos sociais, de facilidade de comunicação e autonomia frente às mídias tradicionais, que cria alternativas importantes de avançar nas ações e ter uma maior possibilidade de

alcançar seus objetivos. Esses movimentos alavancam uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça provoca e também pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas exitosas em outras partes do país e do mundo.

Não se pode esquecer do alerta de Zizek (2011), de que os movimentos sociais precisam de planejamento e projetos a longo prazo de ações que redundem em transformações reais na sociedade, já que as manifestações, por si só, não garantem conquistas concretas e duradouras.

Também concorda-se com Soares (2016), de que o movimento estudantil pode investir na defesa de outras causas e demandas, além das causas acadêmicas, fortalecendo as lutas contra as desigualdades sociais, as injustiças e formas de opressão que marcam as estruturas da sociabilidade capitalista. O movimento estudantil tem um papel crucial na luta de classes, na qual a análise deve ser feita a partir da perspectiva da classe trabalhadora, seus interesses e projeto de classe e sociedade.

Groppo (2006) acerta ao afirmar que o movimento estudantil enfrenta novas condições socioeconômicas e políticas criadas, dialeticamente, pelas metamorfoses do sistema capitalista na atual fase. Delineia-se, dessa forma, no âmbito da solidariedade social, alternativas subjetivas, mas também concretas, como práxis social que podem potencializar uma nova investida do desejo autogestiniário dos estudantes.

Portanto, os ativistas da Frente de Luta pelo Transporte vivem em uma dimensão histórica que retrata as contradições sociais postas pela classe dominante com apoio irrestrito do governo estatal, no caso, do Estado de Goiás. Como foi mostrado no resultado da pesquisa empreendida sobre o movimento, esses ativistas se engajaram na luta movidos, em um primeiro momento, pela insatisfação com a qualidade do transporte coletivo urbano, do qual todos são usuários. Em um segundo momento, a motivação se deu a partir de uma consciência política sedimentada em teóricos e teorias declaradas de esquerda, em sua maioria marxistas, anarquistas e autonomistas.

O grupo promove ação direta, organiza manifestações e protestos que são previamente planejados em reuniões abertas, com orientação organizacional que tem como princípios a horizontalidade, ou seja, sem líder específico e sem escalões diretórios, de caráter autônomo, independente, apartidário e com gestão que é feita de forma descentralizada.

A Frente de Luta, depois de uma separação dos militantes do Movimento Estudantil Popular Revolucionário, que formou a Frente Independente Popular ainda no ano de 2013, manteve o princípio de horizontalidade, que foi votado em assembleia pela maioria de

ativistas, se constituindo como espaço democrático para a tomada de decisões, com todos os participantes tendo o mesmo direito de voz e voto.

Outra característica predominante do movimento, constatada pela autora, é a de ser completamente e impreterivelmente autônomo em relação a uma possível influência de sindicatos, partidos políticos, empresas privadas, grêmios estudantis e centros acadêmicos, além do próprio governo. Considera-se a autonomia como principal característica do grupo. Mesmo atravessando períodos conturbados por causa das prisões e tentativas de criminalização do movimento, os ativistas conservaram-se irredutíveis nesse ponto.

Embora a Frente de Luta conserve em seu acervo de atos e conquistas a bravura da juventude estudantil, emblema próprio dessa geração, a autora percebe que o movimento não deixou de ser reformista, ou seja, que levanta uma pauta de reivindicações e apresenta à Companhia Municipal de Transporte Coletivo, para que sejam atendidas em nome do povo, sobretudo em nome do trabalhador. A Frente de Luta ainda não avançou para o patamar de movimento revolucionário.

Também não conseguiu avançar do estágio de luta autônoma para o de luta autogestionária, que prevê formas revolucionárias de mudanças concretas na sociedade. Nesse sentido, não conseguiu vencer as determinações históricas premidas pelo sistema capitalista e nem alcançar a totalidade das reminiscências sociais que levem a um novo tipo de organização social.

A Frente de Luta também sofre com a horizontalidade existente nas reuniões empreendidas, na discussão de temáticas que não avançam, com integrantes repetindo a fala do anterior e travando a tomada de decisões do movimento. Longas reuniões para poucas decisões realmente importantes. Há ainda o excesso de reuniões, já que em um dado período foram realizadas de três a quatro reuniões em uma mesma semana, sem consenso significativo para o grupo, consenso que poderia ter gerado decisões apontando para o avanço das ações.

A autora considera que outra dificuldade é a de trazer os trabalhadores para o movimento, também os usuários do transporte coletivo urbano, pessoas que poderiam dar uma sustentação maior à base social da Frente de Luta e na conquista das reivindicações colocadas. Nem mesmo a adesão dos trabalhadores do transporte coletivo urbano, como a categoria dos motoristas e cargos relacionados, a Frente de Luta conseguiu arregimentar.

Essa dificuldade está relacionada com questões de classe, pois muitos estudantes pertencem a uma classe social diferente da dos trabalhadores. A linguagem usada pelos estudantes é outro entrave, já que o discurso empreendido por eles denota toda uma bagagem acadêmica e cultura difícil de ser entendida por muitos trabalhadores. Os estudantes da Frente

de Luta possuem valores e concepções que não são as dos trabalhadores, que não encontraram uma forma de ir até ao chão de fábrica e falar a língua desses operários e fazerem-se entendidos por eles. Ainda, os estudantes possuem representações sociais cultivadas em patamares completamente diverso das representações dos trabalhadores, muitos deles pobres em consciência de classe, como afirma Gramsci (1972, 2002).

No entanto, colocando à parte as ingerências, os conflitos e limitações do movimento, faz-se necessário considerar a Frente de Luta como o movimento estudantil mais representativo dos últimos 49 anos em Goiás, isso porque o ativismo estudantil mais significativo antes disso foi dos estudantes secundaristas em 1968. Portanto, a Frente de Luta se inscreve na história do movimento estudantil goiano como um grupo que foi criado, se consolidou e realizou ações que mudaram a realidade do usuário do transporte coletivo, ao conquistar a queda do reajuste da tarifa do transporte coletivo em 2013, de conquistar o passe livre estudantil e, por um período, o Programa Poupa Tempo, além de envidar esforços para que os aumentos da tarifa nos anos posteriores não viessem a ser concretizados, mesmo não conseguindo seu intento.

Os ativistas da Frente de Luta têm como princípio que somente por meio da ação direta, dos protestos é que podem conseguir atendimento das reivindicações, por isso a opção é a de organizarem-se e lutar. Isso porque as manifestações podem levar a uma transformação macroestrutural a partir da politização da sociedade, porque as pessoas podem passar a se sentirem incomodadas com a situação vigente e buscar atuar de alguma forma contra o sistema. Também defendem que a resistência popular é a única forma de garantir mínimas condições de vida no capitalismo para uma grande parcela da sociedade, já que nenhum direito conquistado é permanente. Para os ativistas, é preciso lutar constantemente pela manutenção do que já foi conquistado e pela ampliação dessas conquistas.

Portanto, partem para a defesa de que a melhor opção para o transporte coletivo urbano de Goiânia é esse sair das mãos das empresas operadoras e os trabalhadores fazerem a autogestão. Isso porque se o trabalhador cuidar da sua ferramenta de trabalho será melhor. O trabalhador não estaria pensando apenas no lucro, mas na qualidade e no serviço que estaria prestando. Não que o trabalhador não pensaria na sua questão existencial, suas necessidades materiais, mas a qualidade de vida desse trabalhador seria diferente se toda a gestão do transporte coletivo estivesse na mão dele.

Nesse sentido, diante de todas essas reflexões, concebe-se que as lutas autônomas ressurgiram no Brasil, e no caso específico de Goiás, foram realizadas pela capacidade dos estudantes em empreenderem ações que resultaram em uma transformação social concreta,

embora fossem tombados pela repressão policial e pela criminalização judicial com o objetivo explícito de barrar o movimento. No entanto, sente-se entre os estudantes que compõem a Frente de Luta pelo Transporte o empenho e o ardor em continuar na luta, em perseguir os ideais e dar prosseguimento à combatividade na defesa de serviços de qualidade para os próprios estudantes, para os trabalhadores e a sociedade como um todo.

Embora esse estudo tenha sido realizado, sugere-se que outras pesquisas sejam feitas sobre a própria Frente de Luta pelo Transporte, sobre os movimentos estudantis de Goiás e do País, como é o caso do movimento dos estudantes secundaristas que surgiu de forma combativa no ano de 2015 e prosseguiu em luta no ano de 2016, e sobre os movimentos sociais de um modo geral, que lutam por reorganizações econômicas e sociais, na busca de relações humanas mais justas, para compreender novas estratégias e mudanças na organização desses movimentos, que estão em constante evolução, acompanhando as mudanças que vêm ocorrendo em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, Campinas, n. 5, p 25-36, maio/ago. 1997. Número especial: Juventude e Contemporaneidade.

AGOSTINHO, Luís Otávio. *Máscaras da exclusão: os direitos fundamentais na era da globalização*. 2005. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1097/1054>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. *Ciberativismo: mapeando discussões*. 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013. SPG01 Tecnologia, inovação e ciberativismo. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8679&Itemid=429>. Acesso em: 19 fev. 2016.

ALENCAR, Chico. *A rua a nação e o sonho: uma reflexão para as novas gerações*. Rio de Janeiro: Mar de ideias, 2013.

ALONSO, Ângela; BOTELHO, André. *Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow*. Sociologia e Antropologia. V. 02.03:II – 19, 2012. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/2-ano2v3_artigo_angela-alonso_andre-botelho.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

ALONSO, Ângela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. In: Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. 2014.

_____. *Ocupar Wall Street... e depois?* In: HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

ANONYMOUS BRASIL. 2015. Disponível em: <<http://www.anonymousbrasil.com/sobre-anonymous/>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

ARRAIS, Tadeu Alencar. *Morar na metrópole, viver na praia ou no campo: A segunda residência e o mercado imobiliário*. Goiânia: Editora UFG, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BANDA LARGA DA INTERNET. In: Amazônia Banda Larga, 2016. Disponível em: <http://www.bandalarga.net/index.php?option=com_content&view=article&catid=3:informativos&id=118:o-que-e-banda-larga>. Acesso em: 02 mar. 2016.

BASCHTA JUNIOR, Roland. *Apostila da disciplina Serviços agregados à telefonia*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2010. Disponível em: <<http://paginapessoal.utfpr.edu.br/amiziara/sistel-el-56a/cap3apost.doc>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BAUMAN, Zigmunt. *Bauman examina crise da Internet e da política*. L'Espresso, 2016. Entrevista concedida a Alessandro Gilioli. Disponível em: < <http://outraspalavras.net/capa/bauman-examina-crise-da-internet-e-da-politica/>>. Acesso em: 4 de mar. 2016.

_____. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1999

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume, 2006.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas. V.1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTES, Ivana. Prefácio “Nós somos a rede social”. In: MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A Internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. In: *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año X, Nº 26, Outubro, 2009.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; VIEIRA, Eloy Santos. *Economia Política da Internet: sites de redes sociais e luta de classes*. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, AM, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0126-1.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira *et al.* *Economia Política da Internet*. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju: Ed. UFS. Vol. I. 2ª Edição. 2011.

BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo. *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

BORGES, Pedro Célio Alves. *Conflitos urbanos e gestão pública no patamar instituído pelos planos diretores municipais - análise política de uma instituição participativa na nova democracia brasileira*. Séptimo Congresso Latinoamericano de Ciencia Política – Colômbia, 2013.

BORN, Liãne Nunes. A política de mobilidade urbana e os planos diretores. In: SANTOS JR, Orlando Alves; MONTANDON, Daniel Todtmann (Orgs.). *Os planos diretores municipais pós-estatuto das cidades: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Cidades, IPPUR/UFRJ, 2011.

BOURDIEU, Pierre . *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *A miséria do mundo*. Trad. Mateus S. Soares. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Contrafogos: táticas para resistir à invasão neoliberal*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BOTELHO, Maurílio Lima. *O mundo como imagem e mobilização*: notas às “primeiras impressões” sobre as manifestações. *Revista Continentes* (UFRRJ), ano 2, n.3, 2013.

BOTTOMORE, Tom. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BOYD, Dana; ELLISON, Nicole. *Social network sites*: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1), article 11, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/259823204_Social_Network_Sites_Definition_History_and_Scholarship>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BRAGA, José Luiz. 2006. *A sociedade enfrenta sua mídia*: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo, Paulus.

BRANDÃO, Antônio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 1995.

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento, 2016. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/especial/30>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

BRASIL. DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito. *Dados de frota, 2014*. Disponível em: <www.denatran.gov.br>, acesso em: 12 jan. 2015.

_____. Lei nº 12.587. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/_lei/112587.htm>. Acesso em: 21 mar. 2016.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011. *Informações sobre o Censo 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 12 jan 2015.

BRASIL tem mais manifestação contra Dilma. UOL Notícias, 2016. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/13/brasil-tem-maior-manifestacao-contradilma.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

BRINGEL, Breno. *Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013*. 2013a. Disponível em: <<http://insightinteligencia.ig.com.br/?p=377>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

_____. *O Brasil na geopolítica da indignação global*. *Brasil de Fato online*, 2013b. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/13374>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

_____. *A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político*: diálogos com Sidney Tarrow. *Revista Política e Sociedade*, Vol. 10, nº 18, abril de 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p51>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. *Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional*. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 46, N. 1, p. 28-36, jan/abr 2010.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. *YouTube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa está transformando a mídia e a sociedade*. São Paulo: Aleph, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CÂMARA autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra. Câmara Notícias, 2016. Disponível em: < <http://www2.camara.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURA-CAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAV-OR-E-137-CONTRA.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CAMPI, Mônica. *Protestos geram mais de 550 mil*, 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/protestos-geram-mais-de-550-mil-publicacoes-em-red-es-sociais> . Acesso em: 22 jul 2016.

CARDOSO, Gustavo. *Contributos de uma sociologia para o ciberespaço*. Revista Sociologia- problemas e práticas, nº 25, 1997. PP 55-80. Disponível em: < <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/15/149.pdf> >. Acesso em: 22 fev. 2106.

CARDOSO, Luisa Rita. *Nazismo*, 2016. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/nazismo/>. Acesso em: 26 jul. 2016.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

CARVALHO, Maria do Carmo Albuquerque. *Participação no Brasil Hoje*. Pólis Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais. São Paulo, SP. 1998

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. A política da Internet I: redes de computadores, sociedade civil e o Estado. In: *A galáxia da Internet*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *A sociedade em rede*. Era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

CENTRAIS sindicais realizam dia de mobilização com protestos pelo país. Último Segundo, 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-08-30 /centrais-sindicais-realizam-dia-de-mobilizacao-com-protestos-pelo-pais.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CHESNAIS, François. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: HELLER, Agnes et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Corecon, 1999.

CIDADE. In: DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Ed. Objetiva, 2001. CD-ROM.

CMTC. Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo de Goiânia. Concorrência Pública Nº 003/2012. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/download/licitacao/cmtc/cp120003_termoreferencia.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

COMO CRIAR UM EVENTO. In: CENTRAL de Ajuda Facebook, 2015. Disponível em:<<https://www.facebook.com/help/210413455658361>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

CONECTAS. Congresso aprova projeto de lei antiterrorismo. Da redação, 2016. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/41561-congresso-aprova-projeto-de-lei-antiterrorismo>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. *Movimentos Sociais e Estado: o governo do PT e o apassivamento do MST*. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. Grupo de Estudos de Política da América Latina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4_ana_elisa_GI.pdf>. Acesso em: 18 de jun. 2015.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. *A observação participante enquanto técnica de investigação*. Pensar Enfermagem, Vol. 13, N.º 2, 2º Semestre de 2009. Disponível em: <http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2009_13_2_30-36.pdf> Acesso em: 16 out. 2015.

COSTA, Rogério da. *A cultura digital*. São Paulo: Publifolha, 2003.

CURTIR. In: DICIONÁRIO Informal, 2015. Disponível em:<<http://www.dicionarioinformal.com.br/curtida/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; *et al.* (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DAVIS, Mike. Chega de chiclete. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

DECOUFLÉ, André. *Sociologia das revoluções*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 20 mar. 2016.

DILMA propõe plebiscito para reforma política. Folha de São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1300469-dilma-propoe-plebiscito-para-reforma-politica.shtml>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

DILMA recebe MPL, governadores e prefeitos para discutir manifestações. Último Segundo, 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-06-24/dilma-recebe-mpl-governadores-e-prefeitos-para-discutir-manifestacoes.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

DUARTE, Rosália. *Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/ 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

_____. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EFE. *Twitter pede US\$ 521 milhões em 2015 e não aumenta número de usuários*. Matéria da EFE, Agência Internacional de Notícias Espanhola, publicada no site da globo.com em 11 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/02/twitter-perde-us-521-milhoes-em-2015-e-nao-aumenta-n-de-usuarios.html>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

ESPECIAL MOBILIDADE URBANA. In: PROGRAMA de Aceleração do Crescimento. Ministério do Planejamento. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/esp_pecial/30>. Acesso em: 22 ago. 2016.

FAN PAGE. In: ALDABRA, 2015. Disponível em: <<http://www.aldabra.com.br/artigo/o-que-e-uma-fanpage>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; LIMA, Michelle Fernandes; WHIBY, Alessandra. *Liberalismo clássico: origens históricas e fundamentos básicos*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/txt_compl/Michelle%20Fernandes%20Lima.doc>. Acesso em: 14 jul. 2013.

FERNANDES, Edson; ROSENO, Ricardo de Freitas. *Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua*. São Paulo: Prata, 2013.

FERNANDES, Rubem César; CARNEIRO, Leandro Piquet. *ONGs Anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros*. Rio: ISER, Núcleo de Pesquisa. 1991.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. *Tecnologias, memórias e esquecimento: da modernidade à contemporaneidade*. Revista Famecos. Porto Alegre, n. 27. Agosto/2005. P. 49-56.

FERREIRA, Jairo. *Da comunicação aos campos e dispositivos midiáticos*. UNIREvista - Vol. 1 n° 3: julho 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIREV_Ferreira.PDF>. Acesso em: 24 jun. 2014.

FIGUEIREDO, Rubens (Org.). *Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado*. São Paulo Summus, 2014.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLORINI, Ann. *The Third Force: The Rise of Transnational Civil Society*. Japan Center for International Exchange/Carnegie Endowment, 2000.

F/NAZCA SAATCHI & SAATCHI. *F Radar 15ª Edição*. 2015. Disponível em: <<http://www.fnazca.com.br/index.php/2015/10/20/fradar-15%C2%AA-edicao/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

FRANCE PRESS. *Facebook anuncia crescimento dos lucros e do número de usuários*. Portal G1 Globo.com, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/01/facebook-anuncia-crescimento-dos-lucros-e-do-numero-de-usuarios-20160127211006500148.html>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

FRANCO, Augusto. *Interação, inovação e sociedade em rede*, 2013. Disponível em: <<https://super9me.wordpress.com/tag/swarming/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. *Dez teses acerca dos movimentos sociais*. In: Lua Nova. São Paulo: Cedec, 17 de jun., p. 19-48, 1989.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. *Da Fala do Outro ao Texto Negociado: Discussões sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa*. Revista Paidéia, v. 14, n. 28, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004>. Acesso em: 25 jul. 2015.

FRENTE INDEPENDENTE POLULAR. Post no Grupo Fechado Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa na Rede Social Facebook, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/463493463725476/?fref=ts>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

FRENTE DE LUTA GO. *Fan Page no Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frente.delutago?fref=ts>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

FRENTE DE LUTA CONTRA O AUMENTO D TARIFA. *Fan Page no Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/463493463725476/?fref=ts>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

FRENTE DE LUTA PELO TRANSPORTE. 19 de junho de 2013. O que é a Frente de Luta pelo Transporte? O que queremos? Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/06/79539>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. *Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart*. Rev. Bras. Econ. vol.59 no. 2, Rio de Janeiro Apr./June 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402005000200004>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

_____. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira (Ed. da Universidade de São Paulo), 1972.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

FUKS, Julián. *As vozes das ruas dizem tudo e nada*. IDE São Paulo, 36 [57] 17-23, janeiro 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v36n57/v36n57_a03.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

GAJANIGO, Paulo Rodrigues; SOUZA, Rogério Ferreira. *Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica*. Caderno CRH, V. 27, n. 72, p. 577-592, Salvador, set./dez. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n72/09.pdf> >. Acesso em: 20 nov. 2015.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. *Anarcopunk*, 2016. Disponível em: <http://www.infoescola.com/cultura/anarcopunk/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

GLADWELL, Malcolm. *Small change: why the revolution will not be tweeted*. The New Yorker, 4 out. 2010. Disponível em : < <http://www.newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-malcolm-gladwell> >. Acesso em: 22 fev. 2016.

GIOVANNI, Júlia, Ruiz di. *Seattle, Praga, Gênova: política antiglobalização pela experiência da ação de rua*. Dissertação 149 f. (mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-04072008-143738/pt-br.php> >. Acesso em: 03 mar. 2016.

GIDDENS, A. *Mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, Vol. 16, nº. 47, Maio-Ago. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf> >. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Movimentos sociais e a construção da cidadania*. Palestra realizada em 22 de novembro, na Mesa redonda *Movimentos sociais e educação*, no Seminário Educação 2000, promovido pelo Instituto de Educação e o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev19/gohn_1.htm>. Acesso em: 05 jul. 2015.

_____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GONZÁLEZ-BAILÓN, Sandra et al. *The dynamics of protest recruitment through an online network* scientific reports 1, 2011; Article number 197. DOI: [10.1038/srep00197](https://doi.org/10.1038/srep00197). Disponível em:<<http://www.nature.com/articles/srep00197>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

GOOGLE. Significados, 2016. Disponível em:<<http://www.significados.com.br/google/>>. Acesso em: 20 de mar. 2016.

GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Em Tese, Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13624> >. Acesso em: 18 jan. 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* v. 6: Literatura. Folclore. Gramática. Trad.: Carlos Nelson Coutinho & Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Introducción a la filosofía de praxis*. Barcelona: Península, 1972.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades*. Revista Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo, vol.4 n.11 p.11-25 nov.2007. Disponível em: < <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105/106> >. Acesso em: 22 jul. 2016.

GROPPO, Luís Antonio. As passeatas pelo impeachment em 1992 e os jovens “carapintadas”. In: GROPPPO, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs). *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

_____. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GRUPO FECHADO NO FACEBOOK. In: CENTRAL de Ajuda Facebook, 2015. Disponível em: < <https://www.facebook.com/help/220336891328465> >. Acesso em: 18 out. 2015.

GUSFIELD, Joseph R. *Protest, reform and revolt: a reader*. Nws York: Wiley, 1970.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, David. *David Harvey opina sobre renovação da esquerda*. Verso Books, 2015. Entrevista concedida a Myke Watson. Disponível em: < <http://outraspalavras.net/posts/harvey-opina-renovacao-da-esquerda/> >. Acesso em: 4 de mar. 2016.

_____. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, David, et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

HASHTAG. In: SIGNIFICADOS, 2016. Disponível em: < <http://www.significados.com.br/hashtag/> >. Acesso em: 20 mar. 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classes: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IGLESIAS, Esteban. *Da colonização da sociedade civil às tensões entre partidos no governo e movimentos sociais*. Revista Sociologia em Rede, vol. 5, nº 5, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Goiânia. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=520870>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

INSURREIÇÃO. In: Dicionário Online de Português, 2015. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/insurreicao/>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais urbanos e a crise: da explosão social à participação popular autônoma*. Política e Administração, n.2. Rio de Janeiro: Fundação Escola de Serviço Público, 1985.

JENSEN, Karl. *Teses sobre os movimentos sociais*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, Num. 01, jan./jun. 2014. Pág. 129-137. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jensen1/63>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

JUDENSNAIDER, Elena et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

KAMINSKI, Ricardo S. *Democracia radical e poder na teia global dos indignados: horizontes de uma nova cultura política no século XXI*. Revista Políticas Públicas, São Luís, Número Especial, p. 241-255, julho de 2014.

KLEINA, Rafael. O primeiro celular do mundo com Internet, 2015. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/celular/85491-primeiro-celular-mundo-internet-video.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

KNEIB, Érika Cristine. Mobilidade Urbana: a busca por ações efetivas e soluções. In: VIEIRA FILHO, Josué; MORAES, Lúcia Maria (Orgs.). *Políticas sociais urbanas: a cidade para todos e todas*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013a.

LAPASSADE, Georges. *L'Éthnosociologie*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1991.

_____. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova praxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

LEITE, José Corrêa; GIL, Carolina. *Fórum social mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Valdira Bezerra. *Ética e política: coronelismo, voto e cabresto*. 2015. Disponível em: <<http://valdirabezerra.jusbrasil.com.br/artigos/121133891/etica-e-politica-coronelismo-voto-e-cabresto>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

LIMA, Venício Artur de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Brasil, 1989: um estudo sócio econômico da indigência e da pobreza urbana*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Ciências Sociais, 2008.
- MACIEL, Luiz Carlos. *Geração em transe: memórias do tempo do Tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.
- MAIS DE um milhão de pessoas protestam contra Dilma pelo país, Revista Exame, 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/mais-de-1-milhao-de-pessoas-protestam-contradilma-pelo-pais>>. Acesso em: 30 mar. 2016.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A Internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulinas, 2013.
- MANIFESTAÇÃO reúne milhares de pessoas em Goiânia. Jornal O Popular, 20 de junho de 2013, da Redação. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/vida-urbana/manifesta%C3%A7%C3%A3o-re%C3%BAne-milhares-de-pessoas-em-goi%C3%A2nia-1.344619>>. Acesso em: 22 jun. 2014.
- MANIFESTANTES em São Paulo protestam contra Dilma e escândalo na Petrobrás. Folha de São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1558_809-manifestantes-em-sp-protestam-contradilma-e-escandalo-na-petrobras.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- MANIFESTANTES protestam contra reajuste da tarifa. Jornal O Popular, 15 de abril de 2015, da Redação. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/vida-urbana/manifestantes-protestam-contrareajuste-da-tarifa-1.522977>>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarini & F. Fernandes (Eds.), *Karl Mannheim: Sociologia* (pp. 67-95). São Paulo: Ática, 1982.
- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2014.
- _____. *Brasil, cidades alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2013a.
- MARICATO, Ermínia; *et al.* *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013b.
- MARQUES, Cássio Donizete. *Aspectos Econômicos do Neoliberalismo*. Revista Lumni, v. 2, p. 1-8, 2012.

MARSHALL, Peter. *Demanding the impossible: a history of anarchism*. Oakland: PM Press, 2010.

MARTINS, Ângela Maria. *Autonomia e gestão da escola pública: entre a teoria e a prática*. Campinas, 2001. Tese (doutorado) Faculdade de Educação, Unicamp.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. Trad. José Barata-Moura e Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. *Miséria da filosofia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. José Arthur Gianotti. São Paulo: Abril Cultural, 1998. (Os Pensadores).

_____. *O capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas Livro I, vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. Trad. Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artemed, 2001.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. PARA MAPEAR O CONFRONTO POLÍTICO. Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

MCADAM, Doug. *Political process and the development of black insurgency*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

_____. Culture and Social Movements. In: LARANA, JOHNSTON e GUSFIELD. *New Social Movements*. Filadélfia: Un Temple, 1994.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. *Resource mobilization and social movements: a partial theory*. American Journal of Sociology, vol. 82, no 6, 1977. Disponível em: <https://campus.fsu.edu/bbcswebdav/institution/academic/social_sciences/sociology/Reading%20Lists/Stratification%20%28Politics%20and%20Social%20Movements%29%20Copies%20of%20Articles%20from%202009/McCarthy-AJS-1977.pdf>. Acesso em 18 fev 2016

MELLO, Carolina Abbadia. *Resistência em pauta: movimento estudantil nas páginas de O Popular em 1968*. Revista Estudos, Goiânia, v. 38, n.4, p. 707-730, out/dez. 2011. Disponível em:<<http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/viewFile/2336/1431>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

MELUCCI, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: 2005.

_____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Um objeto para os movimentos sociais*. Lua Nova, n. 17, junho. São Paulo. Cedec, 1989, p. 50-66.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais*, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 66, 2003. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1151> ; DOI: 10.4000/rccs.1151. Acesso em: 18 set. 2016.

MÍDIA NINJA. Perfil da Mídia Ninja no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/midiaNINJA>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

MILHOMENS, Lucas. *Entendendo o ciberativismo sem terra na nova esfera pública interconectada*. 2009, Dissertação (mestrado em Comunicação) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTEIRO, Arakin Queiroz. *Orkut, Subjetividade Coletiva e Valor: considerações preliminares*. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. Vol. 10. nº 2, 2008. Disponível em:< <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/181> >. Acesso em: 22 fev. 2016.

MONTES, Maria Lúcia. Entrevista. In: BORBA, Maria; FELIZE, Natasha; REYS, João Paulo (Orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos em junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

MORAES, Denis. *O ativismo digital*. 2001. Disponível em:< <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Fan Page do Movimento no Facebook. Disponível em:< <https://www.facebook.com/mblivre/?fref=ts>>. Acesso em: 4 set 2016.

MOVIMENTO ESTUDANTIL POPULAR REVOLUCIONÁRIO. Avaliação do MEPR sobre a Frente Contra o Aumento em Goiânia-Go, 2013. Disponível em: <http://epr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=781%3Aavaliacao-do-mepr-sobre-a-frente-contra-o-aumento-em-goiania-go&catid=3%3Anacional&Item_id=38>. Acesso em 20 set. 2016.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Passe livre: não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

_____. *Categoria Agenda*. Artigos. Disponível em:<<http://saopaulo.mpl.org.br/category/agenda/>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

_____. *Apresentação*. 2013. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/apresen_tacao/>. Acesso em: 20 jun. 2013.

MOYSÉS, Aristides *et al.* *Da Formação Urbana ao Empreendedorismo Imobiliário: A nova face da Metrópole Goianiense*. Revista Mercator – Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Volume 06, nº 12, 2007 (37-50). Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.net/download/gthab/Textos_ref/04_Ary_Elcileni.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana. *Nas teias do sujeito do discurso: movimentos de resistência nos processos de identificação dos brasiguaios com o ser paraguaio*. VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO 1983 - 2013 – Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 15 a 18 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://analisedodiscurso.ufrgs.br/naaisdosead/6SEAD/PAINEIS/NasTeiasDoSujeitoDoDiscurso.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

NASCIMENTO, Nadine. *2015: qual a lição dada pelos estudantes secundaristas? Brasil de Fato*, 2015. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/33798>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

NEGRI, Antonio; MICHAEL Hardt. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. São Paulo: Record, 2005.

NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. In: ALMEIDA, Leandro; FERNANDES, Eugênia (Orgs.), *Métodos e técnicas de avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas*. Braga: Editora do Centro de Estudos em Educação e Psicologia, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Brasília: Contraponto, 2013.

OBERSCHALL, Antony. *Social conflict and social movements*. Englewood Cliffs. New Jersey: Prentice Hall Inc, 1973.

OLIVEIRA, Adão Francisco de; MOYSÉS, Aristides. Segregação e planejamento excludente: cidade informe e degradação ambiental em Goiânia. In: MOYSES, Aristides (Org.). *Cidade segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

OLIVEIRA, João Paulo Ferras; LOPES, Dawisson Elvécio Belém. *O mundo árabe pós-2010: entre a primavera e o inverno*. Revista Em Debate, Belo Horizonte, v.5, n.2, p.64-75, abr. 2013.

OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. *Diretas já*, um movimento social híbrido. Revista Debates, Porto Alegre, v.6, n.3, p.129-143, set.-dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/31344>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

OLSON, Mancur. *The logic of collective action*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2002.

OPERAÇÃO Lava Jato. Jornal O Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/politica/operacao-lava-jato/?nucleo=&situacao=&partido>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (OCDE). Sobre a OCDE, 2015. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>> . Acesso em: 14 nov. 2015.

ORTELLADO, Pablo. *Cinco visões: como os protestos vão impactar o processo de impeachment?* BBC Brasil, 2016. Entrevista concedida à Mariana Schreiber. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160311_protestos_a_nalise_ms>. Acesso em: 31 mar. 2016.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões pra a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PÊCHEUX, MICHEL. *Discurso, estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

PEDROSO, Edson. *Termo Hacker, qual seu significado?* 2013. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/artigo/1476/termo_hacker_qual_seu_significado>. Acesso em: 02 fev. 2016.

PESCHANSKI, João Alexandre. O transporte público gratuito, uma utopia real. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 59-64.

PEREIRA, Rafael José Gonçalves. *Fibras ópticas e WDM*. 2008. Disponível em: <http://www.gta.ufrj.br/grad/08_1/wdm1/Fibraspticas-ConceitoseComposio.html>. Acesso em: 02 fev. 2016.

PINHO, Ângela. *Governo Temer suspende programa nacional de combate ao analfabetismo*, Folha de São Paulo, edição do dia 28 de agosto de 2016. Disponível em:< <http://www1.Folha.uol.com.br/educacao/2016/08/1807683-governo-temer-suspende-programa-nacional-de-combate-ao-analfabetismo.shtml>>. Acesso em 02 set. 2016.

PINHO, J B. *Jornalismo na Internet: Planejamento e produção da informação on-line*. São Paulo: Summus, 2003.

PLACAR do Impeachment no Senado. Jornal O Estado de São Paulo (Estadão), 2016. Disponível em: < <http://infograficos.estadao.com.br/politica/placar-do-impeachment-senadores/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

POMAR, Marcelo. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, Elena et al. *20 centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

PÓSTV. *Perfil da PósTV no Facebook*. Disponível em:< <https://www.facebook.com/canalpostv>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

PORPHÍRIO, Rebecca. *Como usar a Timiline do Facebook: introdução*, 2011. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2011/12/como-usar-timeline-do-facebook-introducao.html>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

POST. In: INFOPIEDIA Dicionários Porto Editora, 2015. Disponível em: < <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/posts> >. Acesso em: 21 fev. 2106.

PROUNI. In: SITE prouni. Ministério da Educação e Cultura, 2016. Disponível em:< <http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

QUANTAS PREFEITURAS CADA PARTIDO CONQUISTOU NAS TRÊS ÚLTIMAS ELEIÇÕES. Estadão, 2016. Disponível em:< <http://infograficos.estadao.com.br/politica/eleicoes/2016/graficos/evolucao-partidos/?cargo=prefeito&local=brasil>>. Acesso em: 12 out. 2016.

RAMONET, Ignacio. *O pensamento único e os novos senhores do mundo*. 1995. Disponível em: <<http://razaoradical.org/culturabrasil/zip/pensamentounico.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana; MONTARDO, Sandra. *Blogs: Mapeando um objeto*. São Paulo: Momentos, 2009.

_____. *A Internet e a nova revolução na comunicação mundial*. 2000. Disponível em: < <http://www.raquelrecuero.com/revolucao.htm> >. Acesso em: 02 mar. 2016.

REDE METROPOLITANA DE TRANSPORTE COLETIVO. In: Sobre a RMTC. Informações institucionais. Disponível em: <www.rmtcgoiania.com.br>. Acesso em: 20 out. 2015.

REIS, Alcenir Soares dos; MARTINS, Ana Amélia Lage. *Movimentos sociais, informação e mediação: uma visão dialética das negociações de sentido e poder*. Data Grama Zero - Revista de Ciência da Informação - v.10 n.5 Out/2009. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out09/Art_04.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

REIS, Daniel Aarão. Entrevista. In: BORBA, Maria; FELIZE, Natasha; REYS, João Paulo (Orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos em junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

RENATO, Flávio. A história dos telefones celulares, 2012. Disponível em: < <http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2012/06/historia-dos-telefones-celulares.html> >. Acesso em: 03 mar. 2016.

REUNI. In: REUNI. Ministério da Educação e Cultura, 2016. Disponível em:< <http://reuni.mec.gov.br/> .> Acesso em: 22 mar. 2016.

REYS, João Paulo. Um panorama dos dias quentes de junho de 2013 e além 8/2014. In: BORBA, Maria; FELIZE, Natasha; REYS, João Paulo (Orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos em junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

RIBEIRO, Guilherme. *A realização da política no Brasil urbano do século XXI: notas-testemunho*. Revista Continentes (UFRRJ), ano 2, n.3, 2013.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social. In: MOYSÉS, Aristides (Coord.). *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

RIZZO, Garibaldi. *Caos em Goiânia tem solução*. Diário da Manhã, da Redação. Reportagem publicada em 16 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/cidades/2014/03/caos-em-goiania-tem-solucao.html>>. Acesso em: 22 de jan. 2015.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. *Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória*. Alea, vol. 7 n. 2, julho – dezembro, 2005, p. 305-322, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

ROCHA, José Claudio. *A participação popular na gestão pública no Brasil*. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19205/a-participacao-popular-na-gestao-publica-no-brasil>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

RODRIGUES, Cibele M^a Lima. *Movimentos sociais (no Brasil): conceitos e práticas*. In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. p.144-166.

RODRIGUES, Léo. *Entenda o que é a PEC 37*. Portal EBC, 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/entenda-o-que-e-a-pec-37>>. Acesso em: 22 maio 2016.

ROLNIK, Raquel. Entrevista. In: BORBA, Maria; FELIZE, Natasha; REYS, João Paulo (Orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos em junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

_____. *Praça Taksim: protestos em Istambul pelo direito à cidade*. 2013a. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/06/04/praca-taksim-protestos-em-istambul-pelo-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

ROSA, Alda Maria Araújo Torreal. *Jardim Goiás: uma nova área de centralidade em Goiânia*. Dissertação. 2008. 144f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

ROSINY, Stephan. *The Arab Spring: Triggers, Dynamics and Prospects*. Hamburgo: Giga Focus International Edition, 2012.

SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes Editores, 1992.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Twitter e o Facebook foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 95-100.

SANCHEZ, Fábio. *Clima de ódio em atos contra Dilma preocupa sociólogo*. Terra.com, 2016. Entrevista concedida à Thays Almendra. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/lider-do-pt-suspeita-de-articulacao-da-cia-em-protestos,357f4e9b7772c410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Desafios para uma sociologia política brasileira: os elos entre movimentos e instituições. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, no 38, jan/abr 2015, p. 44-62. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003803> >. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, Salvador. Vol. 27, nº 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a12v27n71.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2015.

_____. *Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?* Cad. CRH v.21 n.54, Salvador Sept./Dec. 2008.

_____. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf> >. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*, Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

SCHILLER, Dan. *A globalização e as novas tecnologias*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2002.

SCHILLING, Voltaire; FREITAS, Jéssica. *As Marchas do Brasil (1968-2013)*. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/infograficos/marchas-historicas/>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

SCRUGGS, Lyle. ALLAN, James. Welfare-state decommodification in 18 OECD countries: a replication and revision. 2006. Disponível em: <<http://esp.sagepub.com/content/16/1/55.abstract>>. Acesso em: 20 out. 2015.

SILVA, André Luiz Bezerra da. *Circulação, Acessibilidade e Mobilidade: os transportes na reprodução do espaço intra-urbano*. In: XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2009, Brasília - DF.

SILVA, Andrea Alice Rodrigues. *Convite à Rebeldia: uma reflexão sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social e seus desafios na contemporaneidade*. Monografia. Fortaleza: UECE, 2008.

SILVA, Célia Maria Taborda. *Dos “antigos” aos “novos” movimentos sociais*, 2012. Disponível em: <http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP0725_ed.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

SILVA, Ciro Augusto de Oliveira e. *Revitalização e preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico do centro de Goiânia*. 2006. 211 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto Goiano em Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em: <http://pergamum.pucgoias.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1&tipo_pesquisa=>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SILVA, Irley David Fabrício. *A importância das redes sociais nos protestos urbanos, da rede às ruas*. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/5806>. Acesso em: 2 de maio de 2015.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes. *Sobre a análise do discurso*. Revista de Psicologia da UNESP, 4(1), 2005. Disponível em: <<http://186.217.160.122/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/30/55>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Para analisar o poder tecnológico como poder político (2011). In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Claudio (Orgs.). *Cultura, política e ativismo nas redes sociais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

SIMIONATTO, Ivete et al. *Sociedade civil e lutas de resistência na realidade brasileira: uma análise no período de 2003 -2010*. Anais do 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 2011. Disponível em:<http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_movimentos_sociais/Sociedade_civil_lutas_resistencia_bras.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2016.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SKYPE. Significados. 2016. Disponível em:<<http://www.significados.com.br/skype/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

SNOW, David A. & BENFORD, Robert D. Master Frames and Cycles of Protest, In: MORRIS, A. D. & MUELLER, C. M. (Ed.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University, 1992. p. 133–155.

SMITH, David Horton. *Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector*. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly. V. 20 N. 2, Summer 1991.

SOARES, Raí Vieira. *Autocracia burguesa e ditadura civil-militar: considerações sobre o movimento estudantil*. Revista Nemos, 2016.

SOFTWARE. In: CONCEITO DE, 2016. Disponível em: <[Conceito de software - O que é, Definição e Significado http://conceito.de/software#ixzz42PjigTcU](http://conceito.de/software#ixzz42PjigTcU)>. Acesso em: 12 fev. 2016.

SOUSA, Ana Carolina Luiza. *Análise do discurso aplicada em charges e cartuns políticos*. Crátilo: Revista de Estudos Linguísticos e Literários. Patos de Minas: UNIPAM, (1): 39-48, ano 1, 2008. Disponível em: < <http://cratilo.unipam.edu.br/documents/32405/38116/AnaliseDoDiscursoAplicadaEmCharges.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2012.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre a juventude em educação. Revista Brasileira de Educação. ANPED. N°5, mai/jun/jul/ago; n°6, set/out/nov/dez, 1997 : 37-52.

TARIFA ZERO GOIÂNIA. *Quem somos*. Disponível em: < <https://tarifazerogoiania.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

TARIFA ZERO GOIÂNIA. Fases da lua e as lutas sociais em Goiânia: breve resposta ao MEPR, 2013. Disponível em: < <https://tarifazerogoiania.wordpress.com/page/4/>>. Acesso em: 20 ago 2016.

TAVARES, Viviane Brunelly Araújo. *O papel das redes sociais na Primavera Árabe de 2011: implicações para a ordem internacional*. Mundorama, Revista de Divulgação Científica de Relações Internacionais, 2012. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2012/11/06/o-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-de-2011-implicacoes-para-a-ordem-internacional-por-viviane-brunelly-araujo-tavares/> . Acesso em: 04 set 2016.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009a.

TARROW, Sidney. Outsiders inside e insiders outside: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos. Caderno CRH, Salvador, v. 22, n° 55, p. 151-161, Jan/Ab. 2009b. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632194009>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

TILLY, Charles. *Movimentos sociais como política*. Revista Brasileira de Ciência Política, n° 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

_____. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. *Social Movements, 1768-2004*. Boulder: Paradigm Press, 2004.

_____. *From mobilization to revolution*. Nova York: Random House, 1978.

_____. *Getting it together in Burgundy, 1675-1975*. CRSO Working Paper U128, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, maio, 1976.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley. Contentious connections in Great Britain, 1828-1834. DIANI, Mario; MCADAM, Doug (eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. New York: Oxford University Press, 2003.

THIOLLENT, Michel. *Mai de 1968 em Paris: testemunho de um estudante*. Tempo soc. vol.10 no.2, São Paulo. Oct. 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20701998000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 jul. 2015.

TOURAINÉ, Alain. *Na fronteira dos movimentos sociais*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n° 1, p. 13-16, Jan./Abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a03.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. *¿Podremos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global*. Trad. Horácio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. *Actores sociales y sistemas políticos em America Latina*. Chile: OIT/PREALC, 1987.

VANDALISMO. In: CONCEITO DE. Disponível em: <[Conceito de vandalismo - O que é, Definição e Significado](http://conceito.de/vandalismo#ixzz4KYhXac00) <http://conceito.de/vandalismo#ixzz4KYhXac00>>. Acesso em: 17 set. 2016.

VAKALOULIS, Michel. Antagonismo social e ação coletiva. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais*: diálogos para uma nova praxis. São Paulo: Cortez, 2005, p. 126-140.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 35-40.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. *Transporte urbano, espaço e equidade*: análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

VEGH, Sandor. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). *Cyberactivism: online activism in theory and practice*. London: Routledge, 2003.

VIANA, Nildo. Movimento estudantil, dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicativo. _____ (Org.). *O movimento estudantil em foco*. Goiânia: Editora Redelp, 2016.

_____. *Os movimentos sociais*: teoria e história. Florianópolis: Bookess, 2015a.

_____. *Juventude e sociedade*: ensaios sobre a condição juvenil. São Paulo: Giostri, 2015b.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009.

VICENTE, Marcos Xavier. *A polícia militar sem farda*. Gazeta do Povo, Editoria de Vida e Cidadania, 2009. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-policia-militar-sem-farda-blk4lcb53y9cnb0pbuihiry>.> Acesso em: 19 set. 2016.

VIEIRA, Flávia Braga. *Dos proletários unidos à globalização da esperança*: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores. 2008, 220 f. Tese (doutorado em Planejamento Urbano Regional) da Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=174206>. Acesso em: 04 mar. 2016.

VIEIRA, Luiz Vicente. *Os movimentos sociais e o espaço autônomo do político: o resgate de um conceito a partir de Rousseau e Carl Schmitt*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

VILLAÇA, Flávio. *As ilusões do plano diretor*. São Paulo, Edição do autor, 2005.

_____. *Planejar a cidade é "mito", diz urbanista*. Entrevista concedida a Sérgio Duran, 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff01092_00204.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. *O município no século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999. p. 237 – 247. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2008/06/o-que-e-plano-diretor/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudo da marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2001.

WAJCMAN, Judy. *A vida acelerada do capitalismo digital. A tecnologia dá ou tira tempo?* Folha de São Paulo, edição do dia 20 de setembro de 2015. Entrevista concedida a Rodrigo Russo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/09/1683173-a-vida-acelerada-do-capitalismo-digital.shtml>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. Antisystemic movements: history and dilemmas. In: AMIN, Sader et al. *Transforming the revolution social movements and the world system*. New York: Monthly Review Press, 1990.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

WEINBERG, Jack. The free speech movement and civil rights. In: DRAPER, H. Berkeley. *The new student revolt*. New York, Grove/Black Cat, 1965.

WERNECK, Marcelo Martins. *Como funcionam os radares de trânsito?* Revista Ciência Hoje, 2009. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/revista-ch-2009/257/como-funcionam-os-radares-de-transito>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

_____. *A tinta vermelha: discurso de Slavoj Žižek aos manifestantes do movimento Occupy Wall Street*, 2011. Disponível em: <<http://umaincertaantropologia.org/2013/02/27/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street-boitempo/>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO

Título: Frente de Luta pelo Transporte e as manifestações de rua em Goiânia

Roteiro da entrevista

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Curso:

Renda familiar:

I – Movimentos Sociais

- 1 – O que é movimento social para você?
- 2 – Tem acompanhado a evolução dos movimentos sociais no Brasil?
- 3 - E as manifestações que aconteceram em outros países (Ocupy Wall Street, Espanha, Oriente Médio, Turquia, etc)?
- 4 – Você considera que as conquistas sociais se dão por meio da luta desses movimentos?
- 5 – Qual o futuro para os movimentos sociais no Brasil?

II-A- Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa

- 1 – Como você soube do movimento Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa?
- 2 – Quando você passou a fazer parte do movimento?
- 3 – O que te motivou a participar?
- 4 – Você vai às reuniões da Frente de Luta?
- 5 – O que é discutido nessas reuniões?
- 6 – As decisões tem um consenso da maioria?
- 4 - De quais ações do movimento você já participou?
- 5 - A Frente de Luta realiza palestra em colégios de ensino médio, você já foi nessas palestras?
- 6 – Você já participou de manifestações nos terminais de ônibus? Nas ruas?
- 7 – Por que você quis participar?

- 8 - O que aconteceu nessas manifestações?
- 9 – Como você vê os casos de violência e depredação praticada por alguns ativistas ou por pessoas que não são da Frente de Luta, mas que participam da manifestação?
- 9 – Você já ficou machucado em manifestação? Conte como foi...
- 10 – Você já foi preso em manifestação? Conte como foi...
- 11 – Como você vê as prisões de alguns ativistas da Frente de Luta?
- 12 – E a criminalização dos movimentos sociais?
- 13 – Como você considera a atitude do governo/polícia nesse caso?
- 14 – As prisões ocorreram para desarticular o movimento?
- 15 – Na sua opinião, o governo/polícia conseguiu desarticular o movimento?
- 16 – Depois de terminada a manifestação, é realizada uma reunião de balanço, o que é discutido nessa hora?
- 17 – Como você avalia a ação da polícia nessas manifestações?
- 18 – Você considera que pela via do protesto o movimento vai conseguir baixar o preço da tarifa e melhorar a qualidade do transporte coletivo?
- 19 – Qual é a concepção política do movimento? Em quais teorias ou teóricos os ativistas se apoiam?
- 20 – O Frente de Luta é um movimento político? Por que?

II – B Articulação

- 1 – Você faz parte das redes sociais (Facebook) da Frente de Luta na articulação das ações do movimento?
- 2 - Como é contar com as redes sociais para articular o movimento, agendar protestos e comunicar sobre o que ocorre?
- 3 – É possível recrutar mais ativistas pelas redes sociais? Como isso acontece?
- 4 – Você tem perfil nas redes sociais? Publica regularmente no seu perfil pessoal e no perfil do movimento sobre as ações de protestos? Ou comenta sobre os posts?
- 5 – Você se informa pelas mídias tradicionais (rádio, TV e jornal impresso)?
- 6 – Como você analisa o conteúdo divulgado por essas mídias?
- 7 – As mídias tradicionais informam de forma imparcial e neutra sobre as manifestações?
- 8 – Você pretende continuar no movimento Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa?
- 10 – Quais os planos para o futuro do movimento?

III – A cidade e a mobilidade

- 1 – Como você vê a questão da mobilidade urbana em Goiânia hoje?
- 2 – O que precisa ser melhorado, sobretudo para a população de baixa renda?
- 3 – Como você vê a intermediação do governo (estadual e municipal) nas decisões sobre o transporte coletivo?
- 4 – Qual sua opinião sobre a gestão do transporte coletivo que é feito pelas empresas privadas?
- 5 – Como vê o preço da tarifa? É justo?
- 6 – Quais os itens de qualidade que espera alcançar para o transporte via manifestações?
- 7 – Você acredita na possibilidade da tarifa zero? Caso seja alcançada, que benefícios trará para a população?
- 8 – Você conhece o estatuto das cidades?
- 9 – E o Plano Diretor de Goiânia?
- 10 – Como vê as políticas de mobilidade urbana?
- 11 – Como vê o direito à cidade?
- 12 – Na perspectiva do movimento Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa, outra cidade é possível? Como seria?

ANEXOS

1. Prints de publicações no Grupo aberto “Organização Política” Frente de Luta Go.



Capa da Fan Page da Organização Política Frente de Luta Go no Facebook. Print feito em 30/09/2016.



Post da Frente de Luta Go publicado no dia 02/03/2014 convidando para quarta manifestação da Frente de Luta.

Facebook interface showing a post from Frente De Luta Go. The post is dated 15 de abril de 2014 and contains the following text:

Sabe nada, imprensa ordináaaaria.
O Jornal "O Popular" mostrando o seu compromisso com a verdade (ironia).
"Vários manifestantes começam, na tarde desta terça-feira (15), um protesto contra o aumento da tarifa do transporte público no Terminal Bandeiras. O grupo invadiu o local e fez vários passageiros descerem dos ônibus que passavam pelo terminal. "... Ver mais

The post includes a photo of a bus and a caption: "Manifestantes protestam contra reajuste da tarifa".

On the right side of the page, there are several comments from Cairo Santana regarding a protest against a bus fare increase.

Post publicado pela Frente de Luta Go no dia 15/04/2014 criticando matéria publicada pelo Jornal O Popular sobre manifestação.

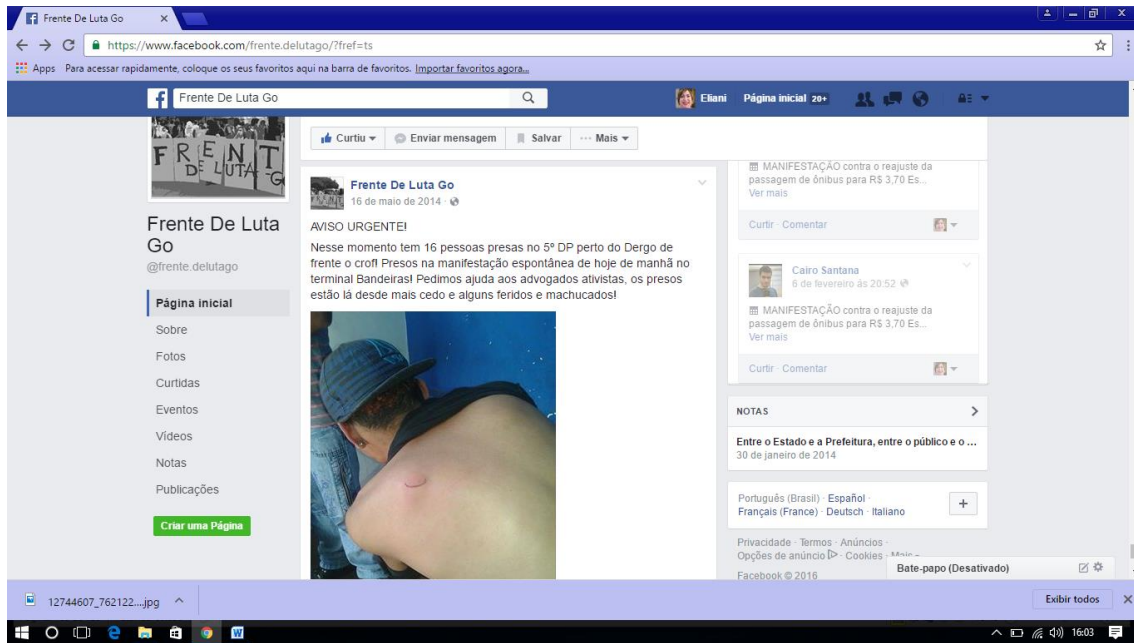
Facebook interface showing a post from Frente De Luta Go. The post is dated 2 de maio de 2014 and contains the following text:

Camaradas, hoje é mais um dia de ir para as ruas pra levar sua indignação contra mais um AUMENTO ABSURDO !!! lembrando que hoje faz 5 dias que a tarifa aumentou e as linhas continuam atrasadas, prejudicando a vida do usuário e além do mais é de 10 em 10 ctvs que as empresas chegam a lucrar milhões de reais a mais em cima do sangue e do suor do povo !!! Nós não vamos aceitar !!!
*Concentração hoje, na praça universitária as 17:00 h
EMPRESÁRIO PILANTRA NÃO VEM COM ESSA NÃO, ABAIXA A TARIFA OU NÓS QUEIMA MAIS BUSÃO !!!

The post includes a photo of a street scene with smoke and a caption: "Manifestantes protestam contra reajuste da tarifa".

On the right side of the page, there are several comments from Clei Gomes and Cairo Santana regarding a protest against a bus fare increase.

Post da Frente de Luta Go publicado no dia 02/05/2014 alertando para identificação de P2.



Post da Frente de Luta Go publicado no dia 16/05/2014 pedindo que os advogados compareçam ao 5º Distrito Policial, onde estavam detidos alguns ativistas.



Post da Frente de Luta Go publicado no dia 23/05/2014 relatando como três dos quatro ativistas com mandado de prisão foram presos neste dia, de madrugada em Goiânia.

Facebook post from Frente De Luta Go, dated 23 de maio de 2014. The post text reads: "===== URGENTE !!! PRISÕES POLÍTICAS EM GOIÂNIA ===== Segundo informações obtidas por jornalista com o delegado responsável pelo caso, as acusações são de incitação ao danos ao patrimônio público, incitação à violência e associação criminosa. Foram realizadas prisões preventivas com duração de 10 dias, sendo possível ser alterada após análise do Ministério Público. O delegado afirmou ainda que foram presos os principais articuladores do movimento, além de objetos que supostamente incriminam os mesmos, como panfletos, computadores e camisetas. Segundo o delegado, novas prisões podem ocorrer nos próximos dias. Tratam-se de prisões políticas gravíssimas e é de fundamental importância a máxima mobilização e divulgação do que está ocorrendo." The post has 65 shares and 13 comments. A comment from Cairo Santana on Feb 6, 2015, mentions a protest against bus fare increases.

Post da Frente de Luta Go publicado no dia 23/05/2014 sobre a prisão de três ativistas da Frente de Luta.

Facebook post from Frente De Luta Go, dated 20 de fevereiro de 2015. The post is titled "1ª GRANDE MANIFESTAÇÃO CONTRA O AUMENTO" and includes a graphic with the text "ALALAO-O-O-O... A PASSAGEM, AUMENTO-O-O!". The text of the post says: "LEMBRANDO! A MANIFESTAÇÃO É HOJE. ESTÁ TUDO DE PÉ E CONFIRMADO! A PARTIR DAS 17 HORAS NA PRAÇA UNIVERSITÁRIA. CHAMEM TODOS, CONVIDEM TODO MUNDO!" It also mentions a meeting on Feb 21 at 15:00 in Goiânia with 297 interested people. A comment from Cairo Santana on Feb 6, 2015, mentions a protest against bus fare increases.

Post da Frente de Luta Go publicado no dia 20/02/2015 chamando ativistas para a manifestação que seria realizada no mesmo dia.

12 de março de 2015

Cada vez mais o poder público em conjunto com as empresas mostram sua única resposta frente as demandas populares por um transporte de qualidade, a repressão. Seja por meio de prisões e acusações arbitrárias, de contingente desproporcional de policiais em manifestações, de agressões físicas, intimações de depoimentos, impedimento de reuniões, baculejos em frente a reuniões e manifestações. O diálogo das empresas e poder público é a base do cacete e prisão.

Os responsáveis p... Ver mais

Frente De Luta Go
@frente.delutago

Página inicial

- Sobre
- Fotos
- Curtidas
- Eventos
- Vídeos
- Notas
- Publicações

Cleli Gomes
12 de fevereiro às 22:40

Porque que ao invés de PROTESTA CONTRA O AUMENTO DA PASSAGEM, não se... Ver mais

Cairo Santana
6 de fevereiro às 20:52

MANIFESTAÇÃO contra o reajuste da passagem de ônibus para R\$ 3,70 Es... Ver mais

Cairo Santana
6 de fevereiro às 20:52

MANIFESTAÇÃO contra o reajuste da passagem de ônibus para R\$ 3,70 Es... Ver mais

Bate-papo (Desativado)

12744607_762122...jpg

Exibir todos

Post da Frente de Luta Go publicado no dia 12/03/2015 sobre a violência da polícia na repressão às manifestações.

30 de março de 2015

Companheiros não podemos deixar a lutar morrer, não podemos desistir dos sonhos de uma sociedade mais digna onde a classe o proletário tenha uma voz maior que os patroes. Mesmo com muitas intrigas, discórdia, posicionamentos diferentes, grupos diferentes nossa união é necessária para que os patroes saiba que estamos vivos que estamos unidos e prontos para a luta assim como estivemos ontem assim como estamos hoje e estaremos sempre, mesmo que grande parte da sociedade se faça de cega todos temos a missão de abrir os olhos dessa sociedade de fala todos os dias no trabalho nas escola faculdade dentro do ônibus que estamos sendo explorados nas passagem de ônibus pois 3,30 e roubo nas compra no supermercado e em varias outras situação então uni vos erguei-vos vossos punhos e vamos a luta juntos

Frente De Luta Go

Cleli Gomes
12 de fevereiro às 22:40

Porque que ao invés de PROTESTA CONTRA O AUMENTO DA PASSAGEM, não se... Ver mais

Cairo Santana
6 de fevereiro às 20:52

MANIFESTAÇÃO contra o reajuste da passagem de ônibus para R\$ 3,70 Es... Ver mais

Cairo Santana
6 de fevereiro às 20:52

MANIFESTAÇÃO contra o reajuste da passagem de ônibus para R\$ 3,70 Es... Ver mais

Mayara Caetano e outras 27 pessoas

2 compartilhamentos

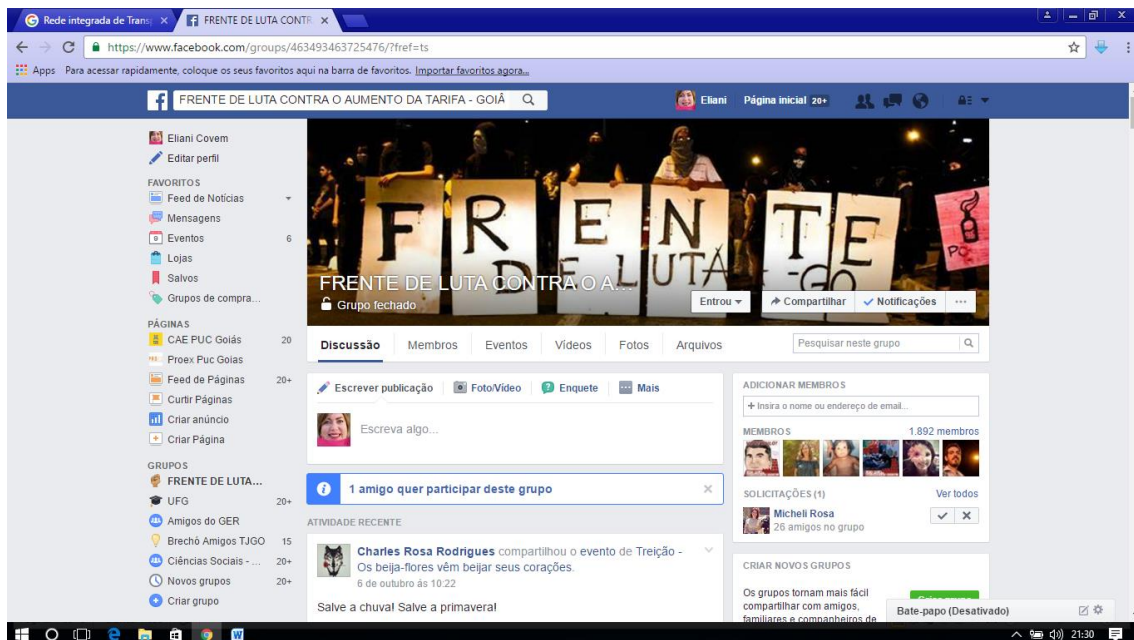
Bate-papo (Desativado)

12744607_762122...jpg

Exibir todos

Post da Frente de Luta Go publicado no dia 30/03/2015 conclamando os ativistas para não deixarem a luta morrer.

2. Prints de publicações no Grupo Fechado Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa no Facebook.



Capa da fan page do grupo fechado Frente de luta Contra o Aumento da Tarifa. Print do dia 09/10/2016.



Post de ativista da Frente de Luta publicado no dia 10/03/2013, com o seguinte texto: “Muita reunião e pouca ação !:”.

Post de ativista da Frente de Luta publicado no dia 04/10/2013 compartilhando link de matéria do site G1.com com o título “Protesto por melhoria no transporte deixa bancos e lojas destruídos em Goiás”.

Post de ativista da Frente de Luta publicado no dia 03/11/2013 divulgando reunião do movimento para o dia 12/11/2013.

Facebook post from the group "FRENTE DE LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA - GOIÁ". The post is by Helton Villela, dated 21 de abril de 2014. The text reads: "AVISO URGENTE! Lembrando a todos que a luta NÃO PARA e que AMANHÃ, Terça Feira dia 22/04 tem mais uma reunião aberta da Frente de Luta pelo Transporte! A passagem aumentou e vai começar a valer no próximo mês, então nós usuários do transporte lixo dessa cidade, temos de nos organizar para lutar contra mais esse assalto! REUNIÃO... Ver mais". Below the text is a photograph of a bus. The post has 11 likes and 1 comment. The right sidebar shows various group recommendations and a language menu.

Post de ativista da Frente de Luta publicado no dia 21/04/2014 como seguinte texto: “Aviso Urgente! Lembramos que a luta não para e que amanhã, 22/04/2014, tem reunião da Frente de Luta. A passagem aumentou e começa a valer mês que vem. Nós usuários do transporte lixo dessa cidade temos que nos organizar para lutar contra mais esse assalto”.

Facebook post from the group "FRENTE DE LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA - GOIÁ". The post is by Antônio Gonçalves Rocha Júnior, dated 9 de maio de 2014. The text reads: "Nota de repúdio às declarações do jornalista Oloares Ferreira: eu não queimei o ônibus do eixo! (Goiânia, 09 de maio de 2014) Quero informar a todos que não tenho nenhuma relação com o incêndio do ônibus do eixo anhanguerano ocorrido na manifestação de ontem. Diferente do que foi insinuado hoje pelo jornalista Oloares Ferreira no programa balanço Geral (TV Record), no horário do ocorrido eu estava trabalhando em um local distante ao da manifestação, existindo inúmeras testemunhas... Ver mais". Below the text is a photograph of a bus. The post has 19 likes and 1 comment. The right sidebar shows various group recommendations and a language menu.

Post de ativista da Frente de Luta publicado no dia 09/05/2014 com o seguinte título “Nota de repúdio às declarações do jornalista Oloares Ferreira: eu não queimei o ônibus do eixo”.

Facebook post from the group "FRENTE DE LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA - GOIÂNIA". The post is by Thiago Marcorio, dated 17 de maio de 2014. The text reads: "A máfia do transporte está em colapso em Goiânia. Já não conseguem atender a população, que a cada dia se revolta mais. Hoje mesmo foram eles que tiraram os ônibus de circulação, para não terem mais prejuízos com os ônibus depredados, e tem gente que fala que essas revoltas não trazem prejuízos para as empresas. A imprensa, como sempre o serviço da máfia, tenta esconder o causa principal desse grave problema, jogando a culpa de paralisação no 'vandalismo' e também no acidente... Ver mais". Below the text are options for 'Curir' and 'Comentar'. A video thumbnail is visible with the title "Manifestação espontânea- Terminal Praça A - Goiânia (16/05/2014)".

Post de ativista da Frente de Luta publicado no dia 17/05/2014 que chama de “máfia do transporte” as empresas operadoras do transporte coletivo urbano, que estaria em colapso e não consegue atender à população que se revolta. No post logo abaixo um ativista da Frente de Luta compartilha um link de vídeo do perfil Desneuralizador mostrando manifestação espontânea no Terminal da Praça A em Goiânia ocorrida no dia 16/05/2014.

Facebook post from the group "FRENTE DE LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA - GOIÂNIA". The post is by Marilios Souza Duarte, dated 18 de maio de 2014. The text reads: "ESSA DE AGUENTAR TUDO CALADO NÃO EXISTE MAIS NESTE PAÍS! AS ELITES AGORA VÃO OU VIR NEM SEJA NA BASE! FORA MÁFIA DOS TRANSPORTES! FORA BALESTRA BANDIDO!!! Ver mais". Below the text is a video thumbnail showing a bus with the number 20183. The title of the video is "Em Goiânia, ao menos 85 ônibus foram depredados nas últimas 48h - Jornal Opção". Below the video are options for 'Curir' and 'Comentar'. A link to the article is provided: "Neste sábado, os motoristas bloquearam a maioria das garagens e impediram a circulação dos veículos. JORNALOPCAO.COM.BR".

Post de ativista da Frente de Luta publicado no dia 18/05/2014 compartilhando link de matéria do Jornal Opção com o título “Em Goiânia ao menos 85 ônibus foram depredados nas últimas 48hs”.

BRUNO PENA ESTOU À DISPOSIÇÃO NO QUE PUDER AJUDAR...
3 de agosto de 2014 às 00:04 · Curtir

Escreva um comentário...

João Viera Alves compartilhou uma foto de TV UFG
1 de agosto de 2014

O TRANSPORTE PÚBLICO EM GOIÂNIA
sábado, 17h30 - domingo, 21h15 (sexta, 20h15)
Local: UFG (Local de TV UFG) - Goiânia

TV UFG
1 de agosto de 2014

No 'Conexões' deste sábado, 2 de agosto, Marcos Rothen (mestre em transportes e professor do IFG) e Aline (integrante do movimento 'Tarifa Zero') debatem sobre os...

Ver mais

Curtir · Comentar

Você, Heitor Vilela, Giovanna Rosa e outras 6 pessoas

Escreva um comentário...

Gabriel Vilela
31 de julho de 2014

<https://www.youtube.com/watch?v=HtAn6v0BC0t>

Ato Nacional "Protestar Não é Crime!" - Goiânia 30/07/2014 - #DZRC27
ATO NACIONAL PELA LIBERDADE DOS PRESOS

Patrocinado · Criar anúncio

REGATA LAVERS ARGOLAS
amarelo com
R\$ 120,00 | Garanta o look perfeito na AMARCI!

Português (Brasil) · Español · Français (France) · Deutsch · Italiano

Privacidade · Termos · Anúncios · Opções de anúncio · Cookies · Mais · Facebook © 2016

Ativista da Frente de Luta compartilhou post da TV UFG no dia 01/08/2014 sobre Programa Conexões feito sobre o tema O Transporte Coletivo de Goiânia com participação de uma ativista da Frente de Luta.

Escreva um comentário...

Heitor Vilela compartilhou uma foto de Frente De Luta Go.
4 de dezembro de 2014

Galera, urgente! Quem puder ir vá agora para a sede da CMTC no Universitário!

Frente De Luta Go em Cmtc.
4 de dezembro de 2014 · Goiânia

URGENTE!
Pessoal está rolando uma manifestação AGORA pela volta imediata do benefício Ganha Tempo, em frente a sede da CMTC no setor universitário, bem de frente...

Ver mais

Curtir · Comentar

Você, Mariana Lopes Barbosa, Bruno Pena e outras 7 pessoas

Escreva um comentário...

doty
Nunca foi tão fácil gerenciar um evento.
doty.com.br

Plataforma completa de gestão de eventos
doty.com.br
Economize tempo e foque no que importa! Gestão completa, da inscrição ao certificado.

Português (Brasil) · Español · Français (France) · Deutsch · Italiano

Privacidade · Termos · Anúncios · Opções de anúncio · Cookies · Mais · Facebook © 2016

Post de ativista da Frente de Luta, publicado em tempo real no dia 04/12/2014: “Galera, urgente! Quem puder ir vá agora pra a sede da CMTC no Universitário!”

3. Publicações na mídia sobre as manifestações da Frente de Luta pelo Transporte.

The screenshot shows a web browser displaying a news article on the G1 website. The article is dated 20/06/2013 and is titled "Cerca de 20 mil pessoas saem em protesto pelas ruas de Goiânia". The sub-headline reads: "Grupo se concentrou na Praça do Bandeirante, no Centro da capital. Até o fim desta tarde, não houve nenhum registro de violência." The article includes a video player showing a protest scene and a text block stating: "Manifestantes começam a caminhar pelas ruas de Goiânia, na tarde desta quinta-feira (20). De acordo com a Polícia Militar, cerca de 20 mil pessoas se concentraram na Praça do Bandeirante, no Setor Central. Eles seguem em protesto pela Avenida Paranaíba em direção à Avenida Tocantins. Até o fim desta tarde, não houve nenhum registro de violência." There are social media sharing buttons for Facebook, Twitter, Google+, and Pinterest. A sidebar on the right features a "Goiás" section with several news snippets, including "TV Anhanguera abre inscrições para a 2ª edição do...", "Jovem que sumiu após ir a igreja é achado amordaçado e...", "Mãe comemora evolução de gêmeas siamesas após parto: 'Só...'", and "Suspeitos de fraude no INSS tinham padrão de vida acima da...".

Matéria do site G1.com publicada no dia 20/06/2013.

The screenshot shows a web browser displaying a news article on the UOL website. The article is dated 28/05/2013 and is titled "Protesto por causa do aumento de passagem termina em confronto entre PM e estudantes em Goiânia". The sub-headline reads: "Lourdes Souza Do UOL, em Goiânia 28/05/2013 | 21h52 > Atualizada 28/05/2013 | 21h50". The article includes a video player showing a protest scene with police officers and a text block stating: "Protesto contra aumento de tarifa de ônibus". There are social media sharing buttons for Facebook, Twitter, Google+, LinkedIn, and Email. A sidebar on the right features a "Lava Jato" section with a headline "Teori atende a pedido de Janot e fatura maior inquérito". Below the sidebar is a promotional banner for "ACADEMIA DA CARNE" with the text: "A ÚNICA COISA QUE VAI SE REPETIR NO SEU CARDÁPIO É O ELOGIO." and "CADASTRE-SE E APRENDA GRÁTIS".

Matéria do site Uol.com publicada no dia 28/05/2013.

21/05/2013 17h44 - Atualizado em 21/05/2013 18h36

Em meio a protestos, passagem de ônibus sobe para R\$ 3 em Goiânia

Aumento de 11% na tarifa começa a vigorar nesta quarta-feira (22). Cerca de 200 manifestantes queimaram pneus no Centro da capital.

Do G1 GO, com informações da TV Anhanguera

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST

Goíás
veja tudo sobre >

- TV Anhanguera abre inscrições para a 2ª edição do...
HÁ 1 HORA
- Jovem que sumiu após ir a igreja é achado amordaçado e...
HÁ 1 HORA
- Mãe comemora evolução de gêmeas siamesas após parto: 'Só...
HÁ 2 HORAS
- Suspeitos de fraude no INSS tinham padrão de vida acima da...
HÁ 3 HORAS

Matéria do site G1.com publicada no dia 21/05/2013.

21/05/2013 10h10 - Atualizado em 21/05/2013 10h15

Protesto em terminal deixa quatro ônibus quebrados e pessoa ferida

Passageiros se revoltaram por conta de demora, em Goiânia; veja vídeo. Durante confusão no Terminal Padre Pelágio, mulher fraturou o tornozelo.

Do G1 GO, com informações da TV Anhanguera

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST

Um protesto de passageiros terminou em tumulto, na noite de segunda-feira (20), no Terminal Padre Pelágio, em **Goiânia**. Irritados com a demora, um grupo apedrejou quatro ônibus e tentou incendiar um deles. Segundo o Corpo de Bombeiros, na correria, uma mulher fraturou o tornozelo. Imagens feitas por celular mostram o início da revolta ([veja vídeo ao lado](#)).

Pelas imagens é possível ver tambore

Goíás
veja tudo sobre >

- TV Anhanguera abre inscrições para a 2ª edição do...
HÁ 1 HORA
- Jovem que sumiu após ir a igreja é achado amordaçado e...
HÁ 1 HORA
- Mãe comemora evolução de gêmeas siamesas após parto: 'Só...
HÁ 2 HORAS
- Suspeitos de fraude no INSS tinham padrão de vida acima da...
HÁ 3 HORAS

Matéria do site G1.com publicada no dia 21/052013.

G1 - Passageiros enfrentam tumulto e atraso em terminal de ônibus, em GO

05/01/2013 17h54 - Atualizado em 05/01/2013 17h54

Passageiros enfrentam tumulto e atraso em terminal de ônibus, em GO

Em Aparecida de Goiânia, Terminal Garavelo teve plataforma interditada. 60 mil usuários reclamam do transtorno com apenas um lado funcionando.

Do G1 GO, com informações da TV Anhanguera

Uma das plataformas do Terminal Garavelo, no Setor Garavelo, em **Aparecida de Goiânia**, está interditada desde o último dia 26 por problemas na estrutura física depois das fortes chuvas de dezembro. Com fluxo diário de 60 mil usuários atendidos nas 22 linhas, os passageiros reclamam do tumulto e atraso dos ônibus.

"Muitas vezes até o pessoal adulto é atropelado porque tem muita gente querendo

Goias
veja tudo sobre >

- TV Anhanguera abre inscrições para a 2ª edição do...
HÁ 1 HORA
- Jovem que sumiu após ir a igreja é achado amordaçado e...
HÁ 1 HORA
- Mãe comemora evolução de gêmeas siamesas após parto: 'Só...
HÁ 2 HORAS
- Suspeitos de fraude no INSS tinham padrão de vida acima da...
HÁ 3 HORAS

Matéria do site G1.com publicada no dia 05/01/2013.

G1 - PM dá soco em estu... x

g1.globo.com/goias/noticia/2013/05/pm-da-soco-em-estudante-durante-protesto-em-goiania-veja-video.html

globo.com g1 globoesporte gshow famosos & etc vídeos

MENU G1 GOIÁS TV ANHANGUERA BUSCAR

18/05/2013 14h55 - Atualizado em 18/05/2013 16h13

PM dá soco em estudante durante protesto em Goiânia; veja vídeo

Manifestação terminou em pancadaria no Terminal Praça A, em Campinas. Estudantes protestavam contra possível aumento da tarifa de ônibus.

Do G1 GO, com informações da TV Anhanguera

Um protesto contra um possível aumento na tarifa de ônibus acabou em pancadaria no Terminal Praça A, no Setor Campinas, em **Goiânia**, nesta quinta-feira (16). Um policial militar deu um soco no rosto de um dos manifestantes (veja vídeo ao lado).

A confusão começou no fim desta manhã. Estudantes secundaristas colocaram fogo em pneus na Avenida Anhanguera para bloquear o trânsito ao redor do terminal.

Goias
veja tudo sobre >

- TV Anhanguera abre inscrições para a 2ª edição do...
HÁ 1 HORA
- Jovem que sumiu após ir a igreja é achado amordaçado e...
HÁ 1 HORA
- Mãe comemora evolução de gêmeas siamesas após parto: 'Só...
HÁ 2 HORAS
- Suspeitos de fraude no INSS tinham padrão de vida acima da...
HÁ 3 HORAS

Matéria do site G1.com publicada no dia 18/05/2013.

Usuários protestam no Terminal Praça da Bíblia

Manifestantes reclamam do atraso dos ônibus, a superlotação e as péssimas condições do transporte

17/02/2014 09:42

Benedito Braga

ASSINE JÁ

Redação

PUBLICIDADE

OUTUBRO ROSA

MULHER QUE SE AMA, se previne do câncer de mama

PLANO DIAMANTE PESSOA FÍSICA

Matéria do jornal O Popular publicada no dia 17/02/2014.

Manifestantes incendiam ônibus durante protesto, em Goiânia

Grupo reclamava do aumento da tarifa e das más condições do transporte. Veículo avaliado em R\$ 1,3 milhão ficou destruído; não houve feridos e detidos.

08/05/2014 21h37 - Atualizado em 09/05/2014 08h58

Sílvio Tábilo e Vitor Santana
Do G1 GO

FACEBOOK

GOIÁS TV ANHANGUERA

Goias

veja tudo sobre >

TV Anhanguera abre inscrições para a 2ª edição do...

Jovem que sumiu após ir a Igreja é achado amarrado e...

Mãe comemora evolução de gêmeas siamesas após parto: 'Só...

Suspeitos de fraude no INSS tinham padrão de vida acima da...

Matéria do site G1.com publicada no dia 08/05/2014.

G1 - Líderes de movime: x

g1.globo.com/goias/noticia/2014/05/lideres-de-movimento-estudantil-sao-presos-suspeitos-de-incitar-violencia.html

globo.com g1 globoesporte gshow famosos & etc videos

ELIANI QUEIROZ

MENU G1 GOIÁS TV ANHANGUERA BUSCAR

23/05/2014 12h09 - Atualizado em 23/05/2014 12h19

Líderes de movimento estudantil são presos suspeitos de incitar a violência

'Operação R\$ 2,80' prendeu três jovens e procura um quarto estudante. Grupo depreudou mais de 100 ônibus durante protestos em Goiânia, diz polícia.

Paula Resende
Do G1 GO

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST



GREVE GERAL
NÃO VAI TER COPA!
FLORESTA DE OPOSIÇÕES PELA BASE - FOS

Goias veja tudo sobre >

TV Anhanguera abre inscrições para a 2ª edição do...
HÁ 1 HORA

Jovem que sumiu após ir a igreja é achado amordaçado e...
HÁ 1 HORA

Mãe comemora evolução de gêmeas siamesas após parto: 'Só...'
HÁ 2 HORAS

Suspeitos de fraude no INSS tinham padrão de vida acima da...
HÁ 3 HORAS

Matéria do site G1 publicada no dia 23/05/2014.

G1 - Presos após protes: x

g1.globo.com/goias/noticia/2014/05/presos-apos-protestos-tres-lideres-de-movimento-estudantil-sao-soltos.html

globo.com g1 globoesporte gshow famosos & etc videos

ELIANI QUEIROZ

MENU G1 GOIÁS TV ANHANGUERA BUSCAR

30/05/2014 10h11 - Atualizado em 30/05/2014 10h11

Presos após protestos, três líderes de movimento estudantil são soltos

Jovens estavam detidos desde o dia 23, mas conseguiram habeas corpus. Polícia diz que eles depreudaram ônibus e incitaram a violência, em Goiânia.

Do G1 GO, com informações da TV Anhanguera

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST



COMPLEXO RISIONAL

Goias veja tudo sobre >

TV Anhanguera abre inscrições para a 2ª edição do...
HÁ 1 HORA

Jovem que sumiu após ir a igreja é achado amordaçado e...
HÁ 1 HORA

Mãe comemora evolução de gêmeas siamesas após parto: 'Só...'
HÁ 2 HORAS

Suspeitos de fraude no INSS tinham padrão de vida acima da...
HÁ 3 HORAS

Matéria do site G1.com publicada no dia 30/05/2014.